



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JUNHO DE 2025

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

### SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 1 minuto.

Foi anunciada, pelo Presidente, a realização, na Sala do Senado, da eleição de um Vice-Presidente e de um Vice-Secretário da Mesa.

Foi aprovado um parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos relativo à assunção de mandatos e à substituição de Deputados do PSD e do CH.

Deu-se conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs

1 a 19/XVII/1.<sup>a</sup> e 21/XVII/1.<sup>a</sup>, do Inquérito Parlamentar n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>, da Proposta de Lei n.º 56/XVI/1.<sup>a</sup>, dos Projetos de Resolução n.ºs 3 a 24/XVII/1.<sup>a</sup> e da Moção de Rejeição do XXV Governo Constitucional n.º 1/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Primeiro-Ministro (Luís Montenegro) procedeu à apresentação do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo, depois, respondido a pedidos de esclarecimento dos Deputados André Ventura (CH), Hugo Soares (PSD), José Luís Carneiro (PS), Carlos Guimarães Pinto (IL), Rui Tavares (L), Paulo Raimundo (PCP), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Inês de Sousa Real (PAN), Filipe Sousa (JPP), Pedro Delgado Alves (PS), Hugo Carneiro (PSD), Isabel Mendes Lopes (L), Mário Amorim Lopes (IL), Paula Santos (PCP), Mariana Vieira da Silva (PS), Pedro Pinto (CH), Isaura Morais (PSD), Joana Cordeiro (IL), Jorge Pinto (L), Eurico Brilhante Dias (PS), Cristina Rodrigues (CH), Bruno Ventura (PSD), Sofia Pereira (PS), Marta Martins da Silva (CH), Gonçalo Lage (PSD), Rita Matias (CH), Francisco César (PS), Paulo Moniz (PSD), Sofia Canha (PS), Paulo Neves (PSD) e Maria José Aguiar (CH).

Foram anunciados os resultados das eleições, tendo sido eleito, para Vice-Presidente, o Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) e, para Vice-Secretário da Mesa, o Deputado Filipe Melo (CH).

Após se dar conta da entrada na Mesa dos Projetos de Lei n.ºs 22 a 25/XVII/1.<sup>a</sup>, iniciou-se o debate do Programa do XXV Governo Constitucional, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Ministros de Estado e das Finanças (Joaquim Miranda Sarmento), da Presidência (António Leitão

Amaro), Adjunto e da Reforma do Estado (Gonçalo Matias), da Economia e da Coesão Territorial (Manuel Castro Almeida) e da Defesa Nacional (Nuno Melo), os Deputados Rui Paulo Sousa (CH), Andreia Neto e Cristóvão Norte (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH), João Torres e António Mendonça Mendes (PS), Emídio Guerreiro (PSD), Angélique Da Teresa (IL), Marco Claudino (PSD), Filipa Pinto (L), Alfredo Maia (PCP), Gonçalo Dinis Capitão (PSD), Paulo Nuncio (CDS-PP), Mariana Mortágua (BE), Filipe Sousa (JPP), Rui Afonso (CH), Carlos Pereira (PS), Mariana Leitão (IL), Inês de Sousa Real (PAN), Alberto Fonseca (PSD), Rui Tavares (L), Miguel Matos (PS), Paula Santos (PCP), Vanessa Barata (CH), João Pinho de Almeida (CDS-PP), António Rodrigues (PSD), Jorge Pinto (L), Isabel Alves Moreira (PS), Patrícia Carvalho (CH), Alexandre Poço (PSD), Nuno Fazenda (PS), Mário Amorim Lopes (IL), Rodrigo Alves Taxa (CH), Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Rodrigo Saraiva (IL), Almiro Moreira (PSD), Bruno Nunes (CH), Carlos Guimarães Pinto (IL), Jorge Botelho (PS), Rui Cristina (CH), Patrícia Gonçalves (L), Luís Dias (PS), Manuela Tender (CH), Miguel Rangel (IL), João Tilly (CH), Miguel Santos (PSD), Francisco Gomes (CH), Hugo Costa (PS), Filipe Melo (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Elza Pais (PS), José Dias Fernandes (CH), Jorge Miguel Teixeira (IL), Patrícia Nascimento e Pedro Pessanha (CH), Hugo Patrício Oliveira (PSD) e Pedro Sousa (PS).

Deu-se ainda conta à Câmara da entrada na Mesa do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup>.

O Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Srs. Deputados.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias para o público aceder aos nossos trabalhos.

*Pausa.*

Relembro aos Srs. Deputados que o primeiro ponto da ordem do dia é a eleição de um Vice-Presidente e de um Vice-Secretário para a Mesa da Assembleia da República. A respetiva eleição decorrerá entre as 10 horas e as 13 horas. Agradecia que as Sr.<sup>as</sup> Deputadas e os Srs. Deputados fossem exercendo o seu direito de voto. Informo ainda que a urna está na Sala do Senado.

*Pausa.*

Vou repetir: a eleição está a decorrer das 10 horas às 13 horas, na Sala do Senado.

Vou pedir, entretanto, ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o relatório e parecer da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados relativo aos Srs. Deputados que suspenderam ou renunciaram ao seu mandato e aos que os substituíram, de modo a que o possamos votar, para que estes últimos Srs. Deputados possam participar na nossa reunião.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a ler o relatório e parecer n.º 2 da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos.

«Em reunião da Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos, realizada no dia 16 de junho de 2025, verificou-se:

1. Assunção do Mandato:

Assunção do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 5 de junho de 2025, inclusive.

Partido Social Democrata (PSD):

Círculo eleitoral de Lisboa — Cristina Alexandra Rodrigues da Cruz Vaz Tomé, cessando funções em substituição Andreia Filipa Neves Bernardo.

Círculo eleitoral de fora da Europa — José de Almeida Cesário, cessando funções em substituição Flávio Alves Martins.

2. Assunção do Mandato, Renúncia do Mandato e Substituição do Deputado:

Assunção do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, e renúncia ao mandato nos termos do artigo 7.º e substituição do Deputado nos termos do n.º 1 do artigo 9.º, todos do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 6 de junho de 2025, inclusive,

Partido Social Democrata (PSD):

Círculo eleitoral de Castelo Branco — Pedro Trigo de Moraes Albuquerque Reis assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano, e renuncia ao mandato a partir de 6 de junho inclusive, sendo substituído, a título definitivo, por Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano.

3. Assunção do Mandato, Suspensão do Mandato e Substituição do Deputado:

Assunção do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 5 de junho de 2025, inclusive; e suspensão do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, e substituição do Deputado nos termos do n.º 1 do artigo 9.º, todos do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 6 de junho de 2025, inclusive,

Partido Social Democrata (PSD):

Círculo eleitoral de Aveiro — Emídio Ferreira dos Santos Sousa assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Carolina Maria Silva Marques, e é substituído, a partir de 6

de junho de 2025, inclusive, por Carolina Maria Silva Marques; Silvério Rodrigues Regalado assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Firmino Marques Ferreira, e é substituído, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Firmino Marques Ferreira.

Círculo eleitoral de Braga — Maria Clara Gonçalves Marques Mendes assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Sónia Margarida Silva Fernandes, e é substituída, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Sónia Margarida Silva Fernandes.

Círculo eleitoral de Coimbra — Pedro Manuel Monteiro Machado assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Joana Inês de Jesus Seabra Malta, e é substituído, a partir de 6 de junho, inclusive, por Joana Inês de Jesus Seabra Malta.

Círculo eleitoral de Lisboa — Manuel Alexandre Mateus Homem Cristo assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Francisco José Fernandes Martins, e é substituído, a partir de 6 de junho, inclusive, por Paulo José Martins Raposo Lopes Marcelo; Ana Isabel Marques Xavier assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Carlos Manuel das Neves Reis dos Santos, e é substituída, a partir de 6 de junho, inclusive, por Andreia Filipa Neves Bernardo.

Círculo eleitoral do Porto — Alberto Fernando da Silva Santos assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca, e é substituído, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Alberto Jorge Torres da Silva Fonseca.

Círculo eleitoral de Santarém — João Manuel Moura Rodrigues assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Ricardo Jorge Martins Carlos, e é substituído, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Ricardo Jorge Martins Carlos.

Círculo eleitoral de Setúbal — Paulo Jorge Simões Ribeiro assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha, e é substituído, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Paulo Edson Carvalho Borges da Cunha.

Círculo eleitoral de Viseu — Inês Carmelo Rosa Calado Lopes Domingos assume o mandato a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em substituição Bruno Alexandre Pereira Ferreira Faria, e é substituída, a partir de 6 de junho de 2025, inclusive, por Bruno Alexandre Pereira Ferreira Faria.

#### 4. Suspensão do Mandato e Substituição do Deputado:

4.1. Suspensão do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, e substituição do Deputado nos termos do n.º 1 do artigo 9.º, todos do Estatuto dos Deputados, Partido Social Democrata (PSD):

Círculo eleitoral de Viseu — António Egrejas Leitão Amaro substituído por Rui Miguel Ladeira Pereira, a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em sua substituição Isabel Cristina Bento Fernandes, e substituído a partir do dia 6 de junho de 2025, inclusive, por Isabel Cristina Bento Fernandes, em virtude de o candidato que se seguia na ordem de precedência na lista de Deputados a substituir, Rui Miguel Ladeira Pereira, se encontrar com o mandato suspenso por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Estatuto dos Deputados.

Partido do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):

Círculo eleitoral do Porto — João Nuno Lacerda Teixeira de Melo substituído por Álvaro António Magalhães Ferrão de Castelo Branco, a partir de 5 de junho de 2025, inclusive, cessando funções em sua substituição João Rodrigo Pinho de Almeida, e substituído a partir do dia 6 de junho de 2025, inclusive, por João Rodrigo Pinho de Almeida, em virtude de o candidato que se seguia na ordem de precedência na lista de Deputados a substituir, Álvaro António Magalhães Ferrão de Castelo Branco, se encontrar com o mandato suspenso, por força do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Estatuto dos Deputados.

4.2. Suspensão do mandato nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, e substituição do Deputado nos termos do n.º 1 do artigo 9.º, todos do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir de 6 de junho de 2025, inclusive,

Partido Social Democrata (PSD):

Círculo eleitoral de Aveiro — Salvador Malheiro Ferreira da Silva, substituído por Helga Alexandra Freire Correia.

Círculo eleitoral de Lisboa — João Mário McMillan da Cunha Vale e Azevedo, substituído por Francisco José Fernandes Martins.

Círculo eleitoral de Viana do Castelo — João Manuel do Amaral Esteves, substituído por José Carlos do Lago Gonçalves.

5. Substituição do Deputado por suspensão do mandato para efeitos de seguimento de procedimento criminal:

Substituição do Deputado por suspensão do mandato para efeitos de seguimento de procedimento criminal, nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, do n.º 3 do artigo 11.º e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados,

Chega (CH):

Círculo eleitoral do Porto — No seguimento do levantamento de imunidade parlamentar autorizado pela Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados e pelo Plenário da Assembleia da República, a 16 de abril de 2025, o mandato da Sr.ª Deputada Maria Cristina Pacheco Rodrigues encontra-se suspenso, nos dias das audiências de julgamento comunicadas pelo tribunal, nomeadamente no dia 12 de junho de 2025, limitando-se a suspensão a este dia. Passa a assumir o mandato, em sua substituição, Luísa Maria Teixeira Vaz, que se constata ser a candidata seguinte que deve assumir o mandato, conforme lista apresentada a sufrágio pelo partido político no respetivo círculo eleitoral.

Examinados os elementos de que dispõe, a Comissão é de parecer que devem ser julgados como verificados os poderes dos Deputados substitutos supra identificados e, assim, legitimadas as assunções e renúncias do mandato, bem como as substituições em apreço.

Palácio de São Bento, 16 de junho de 2025.

Pela Comissão,

O Presidente — Emídio Guerreiro

O Vice-Presidente — Bruno Nunes

O Vice-Presidente — Filipe Neto Brandão

O Deputado Relator — Hugo Carneiro.»

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vou pôr à votação este relatório e parecer da Comissão.

*Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.*

Tem novamente a palavra o Sr. Secretário da Mesa, para anunciar o expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Deram entrada, e foram admitidos pela Mesa, os Projetos de Lei n.ºs [1/XVII/1.ª](#) (PAN), [2/XVII/1.ª](#) (PCP), [3/XVII/1.ª](#) (PCP), [4/XVII/1.ª](#) (PAN), [5/XVII/1.ª](#) (BE), [6/XVII/1.ª](#) (PAN), [7/XVII/1.ª](#) (PAN), [8/XVII/1.ª](#) (PAN), [9/XVII/1.ª](#) (PCP), [10/XVII/1.ª](#) (PCP), [11/XVII/1.ª](#) (PCP), [12/XVII/1.ª](#) (PCP), [13/XVII/1.ª](#) (CH), [14/XVII/1.ª](#) (CH), [15/XVII/1.ª](#) (CH), [16/XVII/1.ª](#) (CH), [17/XVII/1.ª](#) (PAN), [18/XVII/1.ª](#) (PAN), [19/XVII/1.ª](#) (PAN) e [21/XVII/1.ª](#) (PCP).

Deram entrada, e foram admitidos pela Mesa, o Inquérito Parlamentar n.º [1/XVII/1.ª](#) (L), bem como a Proposta de Lei n.º [56/XVI/1.ª](#) (ALRAA).

Deram também entrada, sendo admitidos pela Mesa, os Projetos de Resolução n.ºs [3/XVII/1.ª](#) (PCP), [4/XVII/1.ª](#) (PCP), [5/XVII/1.ª](#) (PCP), [6/XVII/1.ª](#) (BE), [7/XVII/1.ª](#) (BE), [8/XVII/1.ª](#) (PAN), [9/XVII/1.ª](#) (PAN), [10/XVII/1.ª](#) (PAN), [11/XVII/1.ª](#) (L), [12/XVII/1.ª](#) (L), [13/XVII/1.ª](#) (PAR), [14/XVII/1.ª](#) (PAN), [15/XVII/1.ª](#) (PAN), [16/XVII/1.ª](#) (PAN), [17/XVII/1.ª](#) (PAN), [18/XVII/1.ª](#) (PAN), [19/XVII/1.ª](#) (PCP), [20/XVII/1.ª](#) (PCP), [21/XVII/1.ª](#) (PCP), [22/XVII/1.ª](#) (CH), [23/XVII/1.ª](#) (CH) e [24/XVII/1.ª](#) (PAR).

Deu ainda entrada, e foi admitida, a Moção de Rejeição do Programa do Governo n.º [1/XVII/1.ª](#) (PCP).

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos, com a discussão do segundo ponto da ordem de trabalhos, a apresentação do Programa do XXV Governo Constitucional.

Dou as boas-vindas a todas as Sr.ªs Deputadas e Srs. Deputados que vão exercer pela primeira vez o seu mandato, desejando o maior sucesso para o mesmo.

Também dou as boas-vindas e saúdo a presença do Sr. Primeiro-Ministro e dos restantes membros do Governo.

Queria também desejar a todos os Srs. Deputados uma boa sessão legislativa, com a lealdade de relacionamento que se espera e com o uso das figuras regimentais para o efeito para o qual foram criadas. Recomendo esse cuidado, até para que os novos Srs. Deputados tenham uma boa apreensão de para que é que se usam, nomeadamente, a interpelação à Mesa e os apartes, de forma que sejam mais convergentes com o que o nosso Regimento diz a esse propósito, sendo que também estarei atento em relação a isso.

Vou, assim, dar a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, para poder fazer a apresentação do Programa do XXV Governo Constitucional.

Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Luís Montenegro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: As minhas palavras iniciais são para felicitar democraticamente os 230 Deputados eleitos das 10 forças políticas agora representadas na Assembleia da República, de acordo com a vontade política do povo português. Desejo a todos um ótimo trabalho na defesa do interesse nacional.

Sr. Presidente da Assembleia da República, permita-me uma saudação amiga pela sua expressiva e exemplar reeleição,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Graças ao Chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... um amplo consenso que o prestigia, a si e ao Parlamento, e que revela uma saudável maturidade democrática. Em nome do Governo, faço votos para que seja o prenúncio de muitos outros consensos que venham a ser alcançados durante esta Legislatura, nesta Casa, em benefício dos portugueses.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de forma inequívoca, o povo decidiu com o voto que é este o Governo que quer e não outro, e que é esta a essência do programa de governação que quer e não outra.

A maioria maior que resultou das eleições, com significativo aumento da sua representação parlamentar e substancial acréscimo da diferença face à segunda força parlamentar, reforça a legitimidade e a responsabilidade para executarmos o Programa do Governo nos próximos quatro anos.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Dizemo-lo sem qualquer arrogância, fá-lo-emos com humildade democrática e motivação para o diálogo construtivo. Evidência disso mesmo é a integração neste Programa do Governo de 80 medidas oriundas dos programas eleitorais dos vários partidos com assento parlamentar.

Não obstante, para que o resultado desse diálogo seja produtivo, cabe às oposições corresponder com igual humildade, espírito de diálogo e coragem para colaborar nas reformas que resolvam os problemas concretos dos portugueses. Dito de outra forma, ao Governo cabe executar o programa escolhido pelo povo, com espírito leal de diálogo e compromisso com as oposições; às oposições caberá demonstrar sentido de Estado e de responsabilidade e genuína disponibilidade de negociação leal e construtiva com o Governo. No fim da Legislatura, o Governo será avaliado pelo seu trabalho, e as oposições pela consequência da postura evidenciada e pelas suas alternativas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, reafirmo o que disse no discurso da tomada de posse: a estabilidade política é uma tarefa de todos. É um bem comum a proteger, tanto pela maioria que apoia o Governo como pelas diferentes oposições.

Este Governo está aqui para cumprir a Legislatura de quatro anos. Todos sabemos, e o povo que assim decidiu também sabe, que a Legislatura só não terá essa duração se os dois maiores partidos da oposição assumirem entre si uma coligação deliberada, ativa e cúmplice politicamente.

Ora, prevalecendo a estabilidade e a maturidade políticas, esta será uma Legislatura de diálogo construtivo, com espírito patriótico de convergência, para salvaguarda do interesse das pessoas e do País.

No último ano, consolidámos a estabilidade económica e financeira e conquistámos a estabilidade social, por exemplo, através da valorização de 19 carreiras da Administração Pública, com um notável aumento dos rendimentos das famílias portuguesas — dos trabalhadores, dos pensionistas e dos jovens —, de resto, o maior aumento de rendimentos, em termos líquidos, de entre os 38 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Conjugando agora a estabilidade económica, financeira e social com a estabilidade política, podemos encarar esta Legislatura como um horizonte de oportunidade, de esperança e de transformação.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um sábio disse, há muito tempo: «Não há ventos a favor para quem não sabe para onde vai.» O Programa do XXV Governo Constitucional, que tenho a honra e a responsabilidade de liderar, tem um rumo claro: resolver os problemas dos portugueses e transformar Portugal. Foi este o mandato que o povo nos confiou e reforçou: resolver e transformar.

Transformar Portugal, para potenciar um maior crescimento económico, um crescimento que possa gerar melhor emprego, criar mais riqueza — o único caminho sustentável para melhorarmos os rendimentos dos trabalhadores e dos pensionistas e continuarmos a salvar o Estado social, garante da coesão e da solidariedade.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Transformar Portugal, no acesso e na eficiência dos serviços públicos, da saúde à educação, da habitação aos transportes.

Transformar Portugal, para termos uma Administração Pública moderna, focada em servir os cidadãos, as instituições e as empresas com rapidez e eficácia.

Transformar Portugal, para não deixar ninguém para trás; para erradicar a pobreza, nas suas múltiplas expressões, e para combater chagas sociais como a violência doméstica, a toxicodependência, a sinistralidade rodoviária e as pessoas sem-abrigo.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Transformar Portugal, para garantir a igualdade de oportunidades, à partida, e o reconhecimento do esforço e do mérito, à chegada, reativando o elevador social.

Transformar Portugal, para que os nossos idosos sejam compensados por uma vida inteira de trabalho e os nossos jovens sintam que vale a pena ficar e investir no nosso País.

Transformar Portugal, para pôr fim ao descontrolo migratório que encontrámos há um ano, dando seguimento a medidas que adotámos, como a extinção do regime da manifestação de interesse, para garantir um controlo adequado e um acolhimento digno e humanista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Transformar Portugal, para reduzir os impostos sobre o rendimento do trabalho e estimular a competitividade das nossas empresas, com mais simplificação fiscal, menos burocracia e uma execução eficaz do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência).

Transformar Portugal, porque não estamos aqui para durar, gerir ou manter.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Estamos aqui para dialogar, decidir e fazer.

*Continuação de aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é com estes objetivos que o XXV Governo vos apresenta, como parte estruturante do seu programa, uma Agenda Transformadora para Portugal. Ela reflete a nossa visão reformista e identifica, a par das medidas e políticas setoriais, as reformas prioritárias e centrais a realizar nos próximos quatro anos.

Esta agenda assenta em 10 eixos de transformação: na política de rendimentos que valoriza o trabalho, a poupança, o mérito e a justiça social; na reforma profunda do Estado e a guerra declarada à burocracia, para simplificar a vida dos cidadãos, das instituições e das empresas; na criação de riqueza com base no crescimento económico e no aumento do valor acrescentado; na política de imigração regulada e humanista; nos serviços essenciais acessíveis a todos, com qualidade e complementaridade entre os setores público, privado e social; em segurança mais próxima das populações, justiça mais célere e combate firme à corrupção; numa resposta determinada à crise na habitação, com mobilização nacional; no lançamento de novas infraestruturas que projetam o futuro do País; na implementação do grande projeto Água que Une, para garantir segurança hídrica e sustentabilidade ambiental; e no plano de reforço estratégico do investimento em defesa, alinhado com os compromissos internacionais e a valorização da indústria nacional.

Estes 10 eixos são a orientação estratégica que nos guiará para transformar Portugal num país forte, moderno, ágil, próximo e confiável, aproximando-o dos mais desenvolvidos da Europa.

Para tal, temos de romper inércias e de derrubar obstáculos ao pleno funcionamento da nossa economia e da nossa sociedade. O primeiro e maior desses obstáculos é a hipertrofia burocrática do Estado. Por isso, declaramos guerra à burocracia.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em todas as dimensões da vida económica e social, os cidadãos e as empresas enfrentam um labirinto de normas, procedimentos, autorizações, pareceres e verificações sucessivas, muitas vezes contraditórios ou redundantes.

A excessiva burocracia não protege o interesse público, compromete-o.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Retira agilidade ao Estado, fomenta a inércia...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... e desloca o foco da ação para a gestão interna de entropias que o próprio sistema criou.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Daí a centralidade da reforma do Estado e das suas administrações públicas na ação do XXV Governo, uma reforma orientada por quatro princípios: simplificação, digitalização, articulação e responsabilização.

Não se trata de reduzir o Estado, mas de restaurar a sua eficácia e de lhe devolver a autoridade.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Esta transformação institucional é inseparável da reforma fiscal.

Reduzir os impostos sobre o trabalho é uma exigência de justiça social e de racionalidade económica. Só com uma estrutura fiscal mais leve e mais amiga da iniciativa se criam as condições para reter talento, atrair investimento e reforçar a base material do Estado social.

Por isso, nas próximas semanas, vamos decidir a redução de mais 500 milhões de euros no IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares), já neste ano de 2025.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Nova redução, essa, a operar até ao 8.º escalão, beneficiando os rendimentos mais baixos, mas sobretudo a classe média, a classe que está no ativo.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Temos, igualmente, de reafirmar a segurança interna como pilar da liberdade e da prosperidade económica.

Portugal só se manterá um país seguro por decisão e coragem, não por inércia. Investir na autoridade das forças de segurança, reforçar os meios ao serviço da prevenção e garantir a eficácia da justiça penal são prioridades políticas.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Nesse sentido, até ao final do ano, prevemos o início de funções de cerca de 1500 elementos, na GNR (Guarda Nacional Republicana) e na PSP (Polícia de Segurança Pública),...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... correspondendo, sensivelmente, 70 % a guardas e agentes e 30 % a oficiais, sargentos e chefes. Vamos, igualmente, abrir novos procedimentos para a formação de 600 guardas da GNR e de 800 agentes da Polícia de Segurança Pública.

No âmbito da política migratória, aprovaremos, nos próximos dias, uma proposta de revisão da Lei da Nacionalidade...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e uma proposta de alteração da lei de estrangeiros, com implicações na limitação do acesso a reagrupamento familiar...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e na simplificação do processo de repatriamento de imigrantes ilegais,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — ... e voltaremos a propor a criação de uma unidade de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, num contexto internacional volátil, o Governo manterá uma ação externa assente na coerência e na continuidade, que há muito caracterizam a nossa diplomacia.

No plano europeu, manteremos o apoio firme à Ucrânia e a defesa de uma Europa mais coesa, inovadora, menos burocrática e mais influente.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Continuaremos a estreitar os laços culturais, políticos e humanos com os países de língua portuguesa e a contribuir para a projeção internacional da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). As comunidades portuguesas no estrangeiro também merecerão uma atenção redobrada, com foco em serviços eficientes e em maior aproveitamento das oportunidades económicas.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — No âmbito da NATO (North Atlantic Treaty Organization), Portugal propõe-se respeitar, já em 2025, a meta dos 2 % do produto interno bruto em investimento em defesa, promovendo as indústrias de defesa nacional e contribuindo para o crescimento económico, com o equilíbrio das contas públicas e a preservação das funções sociais do Estado.

Reafirmamos igualmente a centralidade das Nações Unidas na promoção da paz e desenvolvimento internacionais, refletida no empenho da candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas para o biénio 2027-2028 e na promoção do português como língua oficial daquela organização.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Num quadro europeu e internacional cada vez mais marcado pela instabilidade política e pela incerteza económica, Portugal, na margem em que depende de si próprio, vai preservar a estabilidade e agir com visão, propósito e consequência. É para isso que apresentamos este programa.

Como afirmou, há oito dias, Sua Excelência o Sr. Presidente da República, temos o dever de nos recriar, de nos ultrapassar, de cuidar melhor da nossa gente. Neste dia, em que não esquecemos o que aconteceu, há precisamente oito anos, em Pedrógão Grande, sentimos esse ímpeto de superação e uma vontade incessante de cuidar melhor da nossa gente.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Para isso, contamos com todos. Pelos Portugueses, por Portugal.

*Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Vamos então entrar na primeira ronda de pedidos de esclarecimento. Relembro que cada pedido de esclarecimento tem uma duração de até 5 minutos, com resposta imediata do Sr. Primeiro-Ministro.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Líder da oposição!

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Srs. Deputados, começo por cumprimentá-lo a si, Sr. Primeiro-Ministro, pela vitória eleitoral do dia 18 e, de facto, sobre essa maioria maior é preciso também anotar o novo quadro parlamentar em que estamos. O Chega aumentou 268 045 votos, a AD (Aliança Democrática) aumentou 141 000 votos, o PS perdeu 370 000 votos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Chega aumentou 4,69 %, a AD aumentou 2,95 %. Se há uma maioria maior, há também um novo quadro parlamentar que exige de nós, de todos, reformas a sério para Portugal. E se agora nos podemos livrar do Partido Socialista nessas reformas, então o tempo é de não olhar para trás, o tempo é de servir e concretizar o voto dos portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Porque, Sr. Primeiro-Ministro, deixe-me ser frontal consigo para lhe dizer isto: se disse, e cito, que «temos de romper inércias e obstáculos», a maior inércia e obstáculo dos últimos 50 anos foi o conluio entre o PS e o PSD para destruírem a nossa democracia. Esse foi o maior conluio entre estes dois partidos.

*Aplausos do CH.*

Por isso, como diz, é tempo de fazer e não de falar. E, então, vamos às perguntas e ao que é preciso fazer. Disse que encontrou um descontrolo migratório — assim é, culpa daqueles senhores que ali estão —,...

*O orador apontou para a bancada do PS.*

... mas que agora já não podemos fazer muito senão controlar e reverter. Vai ou não impedir ou suspender o reagrupamento familiar? Foi o seu ministro que admitiu, aí ao lado, que podia entrar entre meio milhão a 750 000 pessoas em Portugal.

O Sr. **Ministro da Presidência** (António Leitão Amaro): — Não!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

*Protestos do CH.*

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso! É falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, basta fazer as contas, basta fazer as contas para saber que com o número de imigrantes que temos,...

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

... que podem ter reagrupamento familiar, mais de meio milhão podem beneficiar desse reagrupamento. O que é que vai fazer para o impedir?

*Protestos do PSD.*

Portanto, não basta vir aqui dizer «vamos tentar impedir». Não, o que perguntamos é o que é que vai fazer para o impedir.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Vamos fazer como a Áustria e suspender o reagrupamento familiar, ou vamos só fingir que o vamos fazer, para agradar ao PS,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e continua a entrar gente, e gente, e gente, e gente...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que nunca mais acaba, e o País continua a ser o descontrolo que foi e que é? Essa é uma pergunta a que é preciso responder. Porque diz: «Vamos alterar a Lei da Nacionalidade.» Em quê? Em quê? Ainda agora vimos, infelizmente, no acidente de aviação que houve há oito dias, o que é ser português: pessoas que nunca tinham estado em Portugal,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... não sabiam falar português nem conseguiam dizer bom dia,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E depois?! Diziam boa noite?!

*Risos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... mas chamavam-se a si próprios portugueses, culpa daqueles senhores, que lhes andaram a vender passaportes nos últimos anos.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PS e do L.*

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que vamos fazer, efetivamente, para limitar isso?

Não poderia deixar de o confrontar, porque muitos dos que estão em casa sabem disso, sobre a saúde. Tivemos a oportunidade, Sr. Primeiro-Ministro, no debate que tivemos para esta eleição, de perceber como o Sr. Primeiro-Ministro vê o País com uns óculos diferentes de todos os outros.

Olhe, neste fim de semana prolongado, 14 serviços de urgência estavam encerrados, novamente. E o Sr. Primeiro-Ministro vai e faz o quê? Nomeia a Ministra da Saúde — a mesma!

**Vozes do PSD:** — Tal qual! E muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como funcionou bem durante o último ano,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... toca a fazer o mesmo para o novo ano!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É tal qual!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr. Primeiro-Ministro, 14 serviços de urgência fechados num fim de semana em que os portugueses e os turistas precisavam de acesso à saúde; o tempo médio de acesso a consultas, sobretudo à primeira consulta, continua na desgraça em que está; o acesso a cirurgias em muitos hospitais continua na desgraça em que está; e o Sr. Primeiro-Ministro não deu uma palavra, não deu uma palavra sobre a saúde dos portugueses, por isso vou dar eu: ou o Governo muda relativamente à saúde, ou o Governo faz

alguma coisa pela saúde de quem cá está e não de quem vem para cá, ou nós não toleraremos muito tempo este Governo de Portugal.

*Aplausos do CH.*

O País, Sr. Primeiro-Ministro, está mais violento e mais inseguro.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai para o estrangeiro!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Está mais violento porque, por um lado, permitiram que entrasse cá toda a gente sem verificar quem eram, mas também porque o clima de impunidade se acentuou. E estou a falar de toda a violência, não da violência boa e da violência má, da violência que quando é contra a direita é boa, quando é contra a esquerda não é boa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Para vocês é boa!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, Sr. Primeiro-Ministro, o que é que vai fazer para tornar Portugal um país mais seguro? Porque se os portugueses nos deram uma maioria para colocar toda aquela parte da bancada como desnecessária,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Desnecessária?! Incomoda-vos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... então, digo-lhe uma coisa: temos um desafio, os dois, para fazer, que é colocar este País como o mais seguro do mundo. Estou disposto a isso, quero saber se o Sr. Primeiro-Ministro também está.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder, dispondo também de 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado André Ventura, começo por lhe agradecer as suas palavras de felicitação e dizer que é verdade, o quadro parlamentar teve alterações.

No que diz respeito ao Governo, o suporte parlamentar do Governo aumentou e a diferença entre a primeira e a segunda força política também aumentou. É verdade também que a segunda força política com representação parlamentar mudou, e o Sr. Deputado hoje protagoniza o segundo grupo parlamentar com maior representação parlamentar, e eu também o cumprimento por isso, porque é devido.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado André Ventura, que há uma coisa que o Sr. Deputado diz repetidamente e que deve ser muito bem contextualizada. É verdade que nos últimos 50 anos nós fomos acumulando algumas frustrações, alguns objetivos ficaram pelo caminho, algumas expectativas que criámos acabaram por sair goradas. Mas espero que o Sr. Deputado não confunda essas frustrações, essas expectativas goradas, com todas as grandes conquistas que Portugal alcançou nestes 50 anos...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... face à inércia, ao imobilismo e ao atraso dos 50 anos anteriores, Sr. Deputado. Espero que o Sr. Deputado jamais confunda a capacidade transformadora e reformista dos últimos 50 anos...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com o que aconteceu nos 50 anos que os precederam,...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... porque não estou a ver que o Sr. Deputado queira regressar a esse tempo — espero sinceramente! Espero sinceramente e acho que os portugueses também esperam. Acho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Algum saudosismo!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual saudosismo?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, reagrupamento familiar na política migratória: estava no nosso programa eleitoral, por acaso creio que não estava no seu.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Pois é!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O que o Governo pretende fazer é apertar mais as regras, limitar mais as possibilidades que hoje se abrem, mas não é suspender a possibilidade de haver reagrupamento familiar para imigrantes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Devo aqui reiterar, Sr. Deputado, que termos famílias de imigrantes integradas, e bem integradas, como termos estudantes imigrantes, é bom para a nossa economia, é bom para o desenvolvimento do País. O que é mau é termos imigrantes ilegais, é termos falta de regras,...

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Essa conversa já não chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... é termos incapacidade de fazer cumprir as regras. E é por isso que vamos apresentar alterações à Lei da Nacionalidade, à lei de estrangeiros, e vamos permitir que o Chega corrija o erro de ter inviabilizado...

*Protestos do CH.*

... agilizar os procedimentos de repatriamento e a criação da unidade de estrangeiros e fronteiras na Polícia de Segurança Pública.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos dar uma segunda oportunidade ao Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o diálogo? E o diálogo?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Chega ficou em segundo lugar, merece uma segunda oportunidade para se redimir desse grande pecado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos do Ministro da Presidência.*

Sr. Deputado André Ventura, a saúde é, de facto, uma matéria fundamental, a qual precisa de sentido de responsabilidade, obviamente de capacidade de escrutínio e fiscalização das oposições, mas também de

contribuição responsável para resolver os problemas. O Sr. Deputado pode maximizar o alarme criado pelo encerramento de urgências,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alarme?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... também lamentamos ainda não ser possível terminar com essa circunstância,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas ficava-lhe bem dizer que, em 2025, esses encerramentos são cerca de metade daqueles que ocorreram em 2024,...

*Aplausos do PSD.*

... portanto, o caminho que estamos a percorrer é o caminho de recuperação. O mesmo se diga relativamente aos tempos de espera para consultas e cirurgias; o mesmo se diga, Sr. Deputado, relativamente ao investimento que estamos a fazer agora, quer no âmbito do PRR, quer no âmbito dos investimentos diretos do Orçamento do Estado, e também o investimento nos recursos humanos, porque precisamos de mais profissionais para ter mais capacidade de resposta.

Portanto, sim, Sr. Deputado, é preciso fazer mais, é preciso ter essa exigência, mas também é preciso ter o sentido de responsabilidade de dizer o que está a ser bem feito e, por isso, a continuidade da política da saúde é importante para terminarmos a execução do Plano de Emergência e Transformação na Saúde, que tem cerca de 80 % das suas metas cumpridas, e para continuarmos a transformar o Serviço Nacional de Saúde.

Sobre a segurança, as suas palavras hoje são tão diferentes de há um ano, que isso também é bom sinal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, do PSD, tem a palavra para um pedido de esclarecimentos, por 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, porque é a primeira vez do Governo nesta Legislatura na Assembleia da República, naquela que será, esperamos, a investidura parlamentar, com tudo o que isso significa também de compromisso do Parlamento com o Governo, queríamos aproveitar a oportunidade, que é a primeira, para felicitar o Sr. Primeiro-Ministro pelo resultado obtido nas eleições legislativas e desejar as maiores felicidades a todo o Executivo.

O Governo apresenta hoje à Câmara o Programa do Governo. Diria que é um Programa do Governo de compromisso com as pessoas. É, evidentemente, um Programa do Governo que parte do princípio que tem o respaldo no programa eleitoral que apresentámos aos portugueses. O estranho seria que o contrato político que quisemos firmar nas eleições com os portugueses não fosse hoje o plasmado no Programa do Governo.

Mas vai além daquilo que foi o contrato político com os portugueses. Como o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de dizer, é um Programa do Governo que colhe também no mérito das propostas dos outros candidatos a primeiros-ministros e até daqueles que concorriam apenas para ter representação parlamentar. São mais de 80 as medidas que o Programa do Governo foi colher nos seus adversários políticos. E queria cumprimentar o Governo por isso mesmo, Sr. Primeiro-Ministro: é uma razão de diálogo, é um compromisso de diálogo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi copiar! Chama-se plágio!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e é um objetivo de construção de políticas comuns com todos os demais grupos parlamentares.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem! Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade, Sr. Primeiro-Ministro, que, infelizmente, o jogo partidário, aquele que pouco interessa aos portugueses que nos acompanham, levou logo a que as principais oposições acusassem o Governo de duas coisas, que são contraditórias em si. Uma, de que o Programa do Governo tinha matérias que não tinham sido discutidas na campanha eleitoral.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Isso é verdade!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Algumas delas, de facto, até tinham sido bem discutidas, bem aproveitadas, só que as oposições não se recordavam. Mas, enfim, o argumento era que não foram discutidas na campanha eleitoral.

Mas os mesmos que nos acusavam de ter no Programa do Governo matérias que não estavam no programa eleitoral foram os mesmos que disseram: «Eles têm agora, no Programa do Governo, matérias que copiaram dos nossos programas eleitorais.»

É preciso que as oposições se entendam,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Governo é que tem de se entender!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... não podem acusar o Governo de ter matérias que não tinham sido discutidas e, ao mesmo tempo, acusar o Governo de ter matérias que eram próprias da oposição,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... porque as duas não são compagináveis, Sr. Primeiro-Ministro, mas elas demonstram, da parte do Governo, um grande compromisso com o diálogo e respeito pelos resultados eleitorais das últimas eleições legislativas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É um Programa do Governo de compromisso com as pessoas, porque tem, desde logo, o foco na resolução dos problemas concretos dos portugueses. Quando o Sr. Primeiro-Ministro hoje anuncia que ainda este ano o Governo tem o objetivo de reduzir em 500 milhões de euros o IRS sobre quem trabalha, sobre quem se levanta às 8 horas da manhã...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Às 8?! Só se fores tu!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Esses não pagam IRS!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e chega a casa ao final do dia, depois de um dia de trabalho, e, sobretudo, com incidência na classe média, que tanto tem sido fustigada, esse é um compromisso com as pessoas, com o aumento do rendimento das pessoas e com a melhoria da qualidade de vida de quem trabalha.

Quando o Sr. Primeiro-Ministro anuncia aqui, hoje, que cerca de 1500 pessoas vão entrar nas forças e serviços de segurança do nosso País,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Isso é para quando? Nunca!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... anotei que o líder da oposição,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Repete lá outra vez!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que tanto gosta de falar de segurança, não foi capaz de cumprimentar o Governo por anunciar, hoje e aqui, a entrada até ao final do ano de 1500 elementos nas forças e serviços de segurança. Isso diz muito!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Porque as preocupações que os portugueses têm são as preocupações deste Governo, e as oposições começam a ficar com o discurso esvaziado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS já está esvaziado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quero dar uma nota, Sr. Primeiro-Ministro, sobre outro foco do Programa do Governo, a Agenda Transformadora, e também uma palavra especial sobre a reforma do Estado, a qual discutiremos ainda durante o dia de hoje.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ui!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É bom avisar aqueles que normalmente agitam os papões — e andamos há anos, Sr. Primeiro-Ministro, todos, o País, a discutir a necessidade de uma reforma do Estado —, e eu queria aqui descansar as almas mais agitadas, Sr. Primeiro-Ministro: reformar o Estado não é cortar nem despedir.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Então?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Reformar o Estado é colocar o Estado ao serviço do que verdadeiramente interessa.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E aquilo que verdadeiramente interessa são os portugueses e as empresas que criam riqueza.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, para responder dispõe de 5 minutos. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Hugo Soares, agradeço as suas palavras de felicitação, porque elas são dirigidas ao Governo, mas, neste caso, partilho-as naturalmente com os grupos parlamentares que o suportam nesta Assembleia da República e que o constituem.

Começava por dizer-lhe, como pano de fundo geral, que vamos, de facto, ser consequentes com este princípio de diálogo e compromisso. Não apenas com a inclusão das 80 medidas providas dos programas eleitorais dos partidos da oposição, mas, seguramente, com a capacidade de diálogo e abertura aos contributos das oposições em todas as matérias relevantes que venham a ser discutidas no Parlamento, e até fora dele, por iniciativa do Governo e, muitas vezes, porventura, por iniciativa dos próprios partidos da oposição. Porque há uma coisa que temos todos de preservar e respeitar: os compromissos assumidos na campanha eleitoral.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Na campanha eleitoral, todos os protagonistas partidários disseram, abundantes vezes, que o País estava cansado de eleições, que não podíamos andar sempre a provocar instabilidade,

portanto, que estavam todos disponíveis para convergir, para aceitar, com tolerância democrática, a aproximação das posições políticas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Agora, exige-se a todos que sejam consequentes — claro que ao Governo, em primeira linha, é verdade, mas também aos partidos da oposição. É isso que espero que possa estar na prioridade da ação política de todos e estou convencido de que será a forma de todos se poderem projetar para, numa próximas eleições, daqui a quatro anos, se apresentarem com ainda mais argumentos, para verem robustecida a sua representação, que é o objetivo que todos pretendem nessa ocasião.

Falou, depois, em vários temas, um deles foi o da segurança, e aproveitou para complementar a resposta que ficou por dar ao Deputado André Ventura.

Efetivamente, hoje estamos numa outra fase da abordagem ao tema da segurança em Portugal, porque, há um ano, iniciámos o mandato com uma instabilidade completa nas forças de segurança. A última campanha — não esta, a anterior — tinha sido realizada com os polícias na rua,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com uma reivindicação constante, audível — justa, já agora —, em termos de valorização do seu estatuto remuneratório e mesmo da sua perspetiva de progressão na carreira.

Ora, Sr. Deputado André Ventura, creio que nenhum dos partidos da oposição hoje fala disso, e não fala disso porque isso está feito. Está feito — está projetado, está em execução.

**Vozes do CH**: — Ah!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Projetado!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mesmo o Sr. Deputado André Ventura, quando celebrámos o acordo com os sindicatos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Alguns sindicatos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... veio desdenhar e até queria fazer, ele próprio, o acordo. Agora não fala disso, porque já reconhece que hoje temos condições para maior atratividade e retenção de capital humano nas forças de segurança, sem o qual não há uma política de segurança eficaz.

Mas é preciso também haver políticas de maior visibilidade e proximidade no policiamento. É preciso haver mais operações de prevenção — como houve, especiais —, é preciso que elas sejam notadas, e notadas sobretudo por aqueles que têm a ideia de prevaricar, de cometer crimes.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é preciso também atuar — e isso também é uma política de segurança — do lado da justiça penal. Propomos, e a seu tempo traremos a este Parlamento, que haja julgamentos mais rápidos para a criminalidade mais grave, desde que materializada e tendo ocorrido a sua deteção em flagrante delito.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É só ver o programa do Chega!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É preciso que aqueles que têm condutas criminosas percebam que não vale a pena terem essas condutas, que há repressão e que, por via disso, também se previne a ocorrência de criminalidade.

Depois, Sr. Deputado, a Agenda Transformadora é, de facto, um desafio para todos. Tenho notado também, Sr. Deputado, que, como aliás já antecipava, muitos estão a declarar-se assustados com a mudança, com o ímpeto reformista de transformação. Ora, que grande sinal! Todos reconhecem que é mesmo para levar a sério este ímpeto de transformação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E é mesmo para servir melhor os cidadãos, é mesmo para termos uma economia mais competitiva, é mesmo para salvuardarmos os serviços públicos e o Estado social. É mesmo para sermos um país mais rico e, sendo mais rico, sermos um país mais justo.

É por isso que nós vamos continuar a baixar os impostos sobre os rendimentos do trabalho, porque vale a pena trabalhar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É por isso que vamos baixar os impostos sobre as empresas, porque vale a pena investir. É por isso que queremos os serviços públicos a responder mais rapidamente, que é para as pessoas terem vontade de trabalhar e de investir. E falaremos mais ainda desta reforma nas próximas perguntas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi eleito, este?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não era o Pedro Nuno Santos?!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o Partido Socialista não obstará a que assuma plenamente a sua responsabilidade juntamente com o seu Governo, mas o Partido Socialista e a sua bancada não são o suporte do Governo. Serão, isso sim, uma bancada da oposição responsável, firme, construtiva e alternativa.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São o terceiro!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Essa postura de responsabilidade exige do Governo respeito e diálogo. Respeito, desde logo, pelas portuguesas e pelos portugueses, que são o fundamento da nossa legitimidade democrática. Nesse domínio, Sr. Primeiro-Ministro, não entrou com o pé direito. O Governo não entrou com o pé direito, porque hoje traz no Programa do Governo propostas que não tinha no programa eleitoral e que não discutiu durante o debate eleitoral.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — São propostas relativas ao Serviço Nacional de Saúde e à revisão da legislação laboral. Mas também, Sr. Primeiro-Ministro, não esteve bem quando confundiu o diálogo com uma prática, já reiterada, de extrair propostas dos programas dos outros partidos e colocar essas propostas no seu

Programa do Governo, sem uma única palavra aos outros partidos da oposição. Isso não é diálogo, isso é plágio; isso não é diálogo, isso é monólogo, Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Contudo, Sr. Primeiro-Ministro, estamos aqui para servir os portugueses e não nos confundimos na nossa responsabilidade. Nós manteremos a nossa palavra, mantê-la-emos hoje e no futuro. Seremos uma oposição responsável, firme e construtiva.

A oposição responsável significa estarmos disponíveis para, de boa-fé, construirmos consensos democráticos na política externa e europeia, afirmando Portugal na sua relação euro-atlântica e no diálogo e afirmação da nossa relação privilegiada com os países de expressão oficial portuguesa. E pode contar com o PS para, no quadro da União Europeia, poder assumir o reconhecimento do Estado da Palestina como um Estado soberano.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Oh!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Na defesa, acompanharemos o esforço dos 2 % do produto interno bruto para garantirmos os nossos compromissos de defesa europeus, defendendo que esse investimento deve resultar na constituição de um plano industrial militar capaz de mobilizar o Estado, mobilizar o nosso sistema científico nacional, mobilizar as pequenas e médias empresas, favorecendo uma economia competitiva e favorecendo a coesão territorial do País.

Na segurança interna, contará connosco, Sr. Primeiro-Ministro, para pôr em prática a estratégia de segurança urbana, para pôr em prática a Estratégia Nacional para uma Proteção Civil Preventiva, para cuidar do planeamento civil de emergência, particularmente na proteção das infraestruturas críticas nacionais.

Conterá connosco, Sr. Primeiro-Ministro, também para a justiça. Podemos ir bem mais longe do que os lugares-comuns que estão no Programa do Governo e enfrentar, de uma vez por todas, os desafios do setor, convocando todas as partes interessadas neste diálogo.

Em relação à reorganização do Estado, pode também contar com o PS para construirmos uma Administração Pública mais motivada, mais mobilizada para a eficiência da despesa pública, a eficiência do Estado e a garantia de serviços públicos de qualidade em Portugal e nas comunidades portuguesas no estrangeiro. Mas bem sabem que o modelo da CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública), criado pelos Governos da AD outrora, é um modelo que tem tido falhas. É certo que, mesmo em minoria, houve uma tentativa de colonizar a Administração Pública com nomeações sem critério adequado.

**Vozes do PSD:** — Ah!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS a falar disso hoje!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a primeira pergunta que lhe faço é esta: está o Sr. Primeiro-Ministro disponível para, em sede parlamentar, dialogarmos sobre a despartidarização dos lugares que se refiram à Administração Pública? Eu estou disponível, nós estamos disponíveis.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS a falar de nomeações?! Perderam a vergonha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ainda bem que há no PS quem concorde com isso!

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, seremos oposição firme na rejeição de todas e quaisquer políticas que tenham em vista...

*Burburinho nas bancadas do PSD e do CH.*

Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Peço aos serviços para pararem a contagem do tempo.  
Srs. Deputados...

*Pausa.*

Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, seremos uma oposição firme na rejeição de todas e quaisquer políticas que tenham em vista colocar em causa ou desvalorizar o Serviço Nacional de Saúde, a proteção social e a segurança social pública, a escola pública, a cultura e o nosso sistema científico nacional.

Afirmaremos uma alternativa política, porque somos um partido da alternativa política, que afirme Portugal como um país inovador, com uma economia competitiva, baseada no conhecimento, com melhores salários, mais justa social e territorialmente.

Sr. Primeiro-Ministro, é com esta clareza e com boa-fé que lhe pergunto com quem quer estabelecer o diálogo: é com o Partido Socialista...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Já não se ouve, Sr. Deputado, mas julgo que foi audível a pergunta, portanto, o Sr. Primeiro-Ministro estará em condições de poder responder.

O Sr. Primeiro-Ministro dispõe da palavra, para o efeito, durante 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Luís Carneiro, começo por saudar o Sr. Deputado e desejar-lhe, nesta ocasião, uma boa campanha...

*Risos do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.*

... e, futuramente — tanto quanto prevemos, será assim que vai acontecer —, um exercício profícuo na missão que vai abraçar, de desempenhar as funções de Secretário-Geral do Partido Socialista.

Quero-lhe também dizer que registo a predisposição para um diálogo político construtivo e responsável por parte do Partido Socialista, o que não nos inibe, a todos, de podermos confrontar ideias e posicionamentos. Aliás, o Sr. Deputado começou precisamente por fazer exatamente isto, ao anotar que o Governo não tinha entrado com o pé direito, e fez bem, porque o Governo não entrou nem com o pé direito nem com o pé esquerdo, apesar de o Governo jogar com os dois pés. O Governo joga com os dois pés, joga de cabeça e até para no peito quando é necessário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

É um Governo polivalente que distribui jogo, que aproveita todos os elementos em campo, mas é um Governo que quer marcar golo...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... e é um Governo que, quando vê um jogador assim mais molengão, não deixa de jogar na mesma para a baliza, portanto, de atacar e rematar para marcar golo, porque é isso que os portugueses exigem: que sejamos consequentes, que possamos construir as jogadas, que fazem os golos entrar na baliza, que possamos aproveitar a disponibilidade de todos para sermos consequentes e não ficarmos apenas pela retórica política.

Por isso, Sr. Deputado José Luís Carneiro, ainda antes de ir às questões que mencionou — foram várias —, vou à pergunta final, que não foi totalmente audível, mas que nós todos percebemos.

Nós faremos diálogo político com todas as forças políticas com representação neste Parlamento.

Evidentemente que nós não nos esquecemos das responsabilidades históricas, do sentido que, em muitas ocasiões, o Partido Socialista teve de convergência connosco, em aspetos fundamentais, muitos dos quais o Sr. Deputado aqui mencionou.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Cinquenta anos!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, Sr. Deputado, nós não excluimos ninguém e nós sabemos bem quem mostrou, já muitas vezes, estar à altura dessa responsabilidade. E logo veremos se há novos protagonistas e novas forças a demonstrar também esse sentido de responsabilidade.

Às vezes, temos fundadas dúvidas de que isso acontecerá, mas nenhum de nós pode fazê-lo ou dizê-lo em função daquilo que compete aos outros decidir. Portanto, logo veremos quem é que tem esse sentido de responsabilidade.

Há uma coisa de que pode ter a certeza: nós não vamos nunca diminuir o Partido Socialista, nós não vamos nunca deixar de fazer um diálogo franco, aberto, leal, verdadeiro, genuíno, autêntico com o Partido Socialista. Não vamos deixar de o fazer.

*Aplausos do PSD.*

E saúdo a sua postura para mantermos viva esta forma de estar dos dois partidos que até hoje assumiram a liderança dos Governos democraticamente escolhidos pelos portugueses em Portugal.

Por isso, não será difícil continuarmos a convergir na política externa, na política europeia. Não será difícil encontrarmos — e teremos a ocasião de falar disso, nos próximos dias — uma posição comum, pelo menos de alinhamento comum com os objetivos a prosseguir, em termos nacionais, na área da defesa.

Fico satisfeito, porque o Sr. Deputado também evidenciou aqui uma disponibilidade de aproximação nas matérias da segurança interna, onde nós fizemos uma mudança de política face àquilo que vinha do antecedente e que tinha, aliás, também a sua responsabilidade direta. Mas é importante saber dessa disponibilidade.

É importante saber que o Partido Socialista também colaborará na reforma do Estado, na reforma da justiça, na necessidade que temos de ter um bom sistema de emergência e de proteção das infraestruturas críticas.

Nós aproveitaremos essa disponibilidade, assim o Partido Socialista se possa manter fiel a esse princípio. Tenho confiança de que assim será, e tenho confiança de que assim será a bem dos portugueses e a bem também do reforço da posição política dos seus protagonistas.

Deixe-me só dizer que, no caso de defesa que mencionou, a estratégia que aqui enunciou é aquela que nós temos seguido: aproveitar a nossa capacidade científica, tecnológica e a nossa capacidade industrial.

Nós não queremos apenas gastar dinheiro, nós queremos investir para poder ter retorno económico e social desse investimento.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, peço 1 segundo.

Estão alguns Srs. Deputados a sair para provavelmente irem exercer o seu direito de voto. Pedia que o fizessem de forma a não perturbar os trabalhos e, portanto, que se evitasse conversas enquanto se circula, porque isso prejudica a qualidade da audição dos oradores.

Faça favor, Sr. Deputado. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, começo por saudá-los nesta nova Legislatura e desejar-vos sucesso, porque o vosso sucesso será também o sucesso do País e dos portugueses.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Concordamos que a reforma do Estado será essencial nesse sucesso. Se já é difícil para um país crescer quando o Estado consome metade dos recursos, ainda mais difícil é quando esses recursos são mal geridos.

Mas precisamos de reformar o Estado, acima de tudo, por uma questão de respeito pelas pessoas. Precisamos de combater o desperdício, em nome do respeito pelo sacrifício que os portugueses fazem para pagar impostos. Precisamos de reduzir a burocracia, em nome do respeito pelo tempo de quem trabalha e quem investe no País. Precisamos de melhores condições de trabalho no Estado, em nome do respeito por quem se dedica à causa pública.

Eu espero que o Governo cumpra com as promessas que tem nestas áreas do seu programa.

Mas há uma área importantíssima, na reforma do Estado, que está surpreendentemente ausente no Programa do Governo: a meritocracia na seleção dos cargos de topo.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso não é verdade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Para que o Estado funcione bem, é fundamental que o principal critério de seleção seja a competência e não a militância partidária.

O seu último Governo deu um péssimo exemplo nessa área.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma chatice!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Na saúde, por exemplo, o Governo trocou 14 administrações hospitalares num ano e quase metade dessas 14 acabaram lideradas por militantes do PSD.

O Sr. **Pedro Alves** (PSD): — Qual é o problema?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Eu sei que ser militante do PSD não significa que não seja competente,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É só metade!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... mas os militantes do PSD são menos de 1 % da população do País, pelo que dificilmente serão metade das pessoas competentes neste País.

*Aplausos da IL.*

Sacrificar a competência em nome de clientelas partidárias gera desperdício e má gestão em qualquer área do Estado, mas, na saúde, essa má gestão pode ter consequências bem mais graves e permanentes na vida das pessoas.

Por isso, se há uma reforma do Estado importante, é esta: garantir que a máquina do Estado não seja mais um centro de emprego do partido que está temporariamente no poder.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — O Estado existe para servir os portugueses e não o PS ou o PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Isso funciona para a saúde, funciona para a administração central, funciona para as empresas públicas e funciona para os reguladores.

Há cinco anos, numa atitude vergonhosa de quem nunca gostou da independência dos reguladores, António Costa transferiu diretamente o seu Ministro das Finanças para Governador do Banco de Portugal.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Vergonha!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Desafio o Sr. Primeiro-Ministro a demonstrar já que leva a reforma do Estado a sério, seguindo o exemplo de vários países, que fazem concursos internacionais abertos, em vez de imitar António Costa e escolher diretamente um governador da sua cor política.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Faça diferente, Sr. Primeiro-Ministro. Não deixe que o resultado eleitoral o iluda e lhe dê a impressão de que pode fazer tudo igual. Olhe para a sua esquerda e veja como as coisas podem mudar rapidamente, quando os portugueses não se sentem respeitados.

Ainda há dois anos, o PS era o maior partido nesta Assembleia e hoje nem sequer é o maior partido socialista nesta Assembleia.

*Aplausos da IL.*

*Risos do CDS-PP e de Deputados do PSD.*

O País fartou-se de ver as instituições do Estado ao serviço dos interesses partidários. A imagem das instituições degradou-se tanto, que muitos portugueses nem sequer as valorizam o suficiente para as querer preservar.

Não podemos deixar que as pessoas continuem a sentir que o Estado que sustentam não as respeita. E as pessoas sentem que o Estado não as respeita quando veem políticos em cargos bem pagos,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Quais são bem pagos?

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... para os quais não são competentes, enquanto elas têm de lutar para conseguir pagar as contas; sentem que o Estado não as respeita quando veem pessoas influentes a passar à frente nas filas dos serviços públicos, enquanto elas esperam em sofrimento; sentem que o Estado não as respeita quando são perseguidas por pequenas infrações à lei, enquanto outros conseguem manipular a justiça até que os seus crimes prescrevam.

Sr. Primeiro-Ministro, reformar o Estado não é apenas cortar gorduras ou burocracia, é recusar a lógica partidária e clientelista na gestão da coisa pública, é devolver às pessoas um Estado que as respeite. É disso que o País precisa, e precisa disso já, antes que seja tarde de mais.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, permita-me só dizer, aqui num introito, que aquela referência à maior bancada socialista, creio que tinha a ver com a tonalidade que se vê aqui nesta bancada à minha direita, nesta primeira fila. Deve ser por isso.

*Risos de Deputados do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sim, sim! Seguramente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, Sr. Deputado, ainda bem que trouxe à discussão a reforma do Estado e a partidarização ou não da Administração Pública, porque foi uma das questões que o Sr. Deputado José Luís Carneiro também me tinha colocado e a que eu acabei por não ter tempo para responder.

Começando por aí e depois indo à reforma do Estado, de forma mais concreta, sobre a nomeação para cargos dirigentes da Administração Pública, há uma coisa que as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados têm de reconhecer: foram as forças políticas que compõem este Governo e que o suportam neste Parlamento que introduziram este sistema da CReSAP, que agora deve ser melhorado, deve ser revisto para funcionar melhor. Mas convém recordar quem é que o criou, precisamente para tirar a carga partidária de muitas das escolhas.

Nós estamos à vontade, porque, de facto, criou-se alguma ideia, no debate político, de que, no último ano, houve muita partidarização na Administração Pública, o que não é verdade. Não é mesmo verdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora a sério!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o Sr. Deputado podia dar muitos exemplos e deu apenas um, dos conselhos de administração das unidades locais de saúde, que, devo dizer, têm procedimento próprio na escolha. E admito que, na última fase, a fase em que é preciso escolher dentre as pessoas selecionadas, haja também uma avaliação política, mas é preciso dizer-lhe, olhos nos olhos, com frontalidade: essa avaliação política tem de ser feita.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O Sr. Deputado não pense que é possível gerir o Estado, a administração e mais, ainda num processo de transformação que se quer que seja levado até ao fim com consequência, sem haver o mínimo de confiança política para o cumprimento das orientações e das diretrizes que dimanam de quem decide. É, Sr. Deputado, é mesmo assim. É mesmo assim! Eu quero dizer-lhe isto com toda a franqueza.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão e do Deputado do L Rui Tavares.*

Eu quero uma Administração Pública despartidarizada nos dois sentidos. Eu não quero ninguém na Administração Pública por ter cartão partidário das forças políticas do Governo, mas também não quero ninguém na Administração Pública a fazer contravapor a quem está no Governo. É essa a questão. É essa a questão.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — De avental!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Anotei a disponibilidade do Partido Socialista, esta confissão do Partido Socialista, porque o Partido Socialista sabe tudo sobre partidarizar a Administração Pública. Vamos ver se agora conseguiu aprender alguma coisa para despartidarizar. Estamos disponíveis para, com o Partido Socialista, poder aprimorar as regras.

Há uma outra circunstância que é preciso notar, Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto. Nós não nos esquecemos do mérito, não nos esquecemos do desempenho. Pelo contrário, nós já estamos a introduzir na

Administração Pública critérios de valorização do mérito e do resultado em termos remuneratórios, e vamos continuar a fazer isso.

Nós queremos que os funcionários e trabalhadores da Administração Pública tenham melhores salários, melhor possibilidade de progressão na carreira e também prémios por obterem melhores resultados.

E queremos uma Administração Pública mais competitiva, porque isso, como disse e bem, é melhor para o cidadão, é melhor para as instituições, é melhor para as empresas, é melhor para a economia do País.

A Administração Pública é um fator de competitividade económica do País. Nós queremos mudar a Administração Pública. Nós queremos modernizá-la. Nós queremos transformá-la. Para quê? Para que o País tenha mais meios para pagar melhores salários e para investir.

Nós não queremos cortar, mas queremos poupar. É verdade. Nós queremos tornar o funcionamento da Administração mais eficaz, mais eficiente, para libertar recursos para pagar melhores salários, porque nós só conseguimos ter bons quadros na Administração se lhes pagarmos bem, pelo menos de forma competitiva com os outros setores de atividade.

Nós queremos libertar recursos para podermos ter capacidade de investimento nos serviços públicos, para eles não ficarem abandonados, como estiveram durante anos, e chegarem ao ponto de não cumprirem a responsabilidade de atender as pessoas, quando elas precisam.

Nós queremos mais recursos públicos para o Estado também ajudar, na parte que lhe compete, a economia, com incentivos que possam dinamizá-la e criar mais oportunidades de emprego.

E por isso, Sr. Deputado, a reforma do Estado não é para o Estado, é para os cidadãos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — A sério?!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A reforma do Estado é para a sociedade.

E eu arrisquei, como Primeiro-Ministro, pôr este objetivo bem lá em cima, mas fi-lo com muita consciência, porque tenho a convicção profunda de que só vale a pena aqui estar se nós obtivermos, de facto, resultado nesta transformação. Se não o fizermos, nós não vamos cumprir a missão que nos propusemos. E, por isso, vale a pena...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Primeiro-Ministro, desejo felicitá-lo pela formação do seu Governo. Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, desejo-vos boa sorte na prossecução dos vossos mandatos, das vossas funções, aquela boa sorte que será também a boa sorte do País.

Sr. Primeiro-Ministro, os consensos buscam-se, não se impõem, muito menos à revelia dos interlocutores. O Sr. Primeiro-Ministro tem a oportunidade de fazer a governação de acordo com as melhores práticas do espaço geográfico no qual nos inserimos, que é o da União Europeia.

Ou nós temos, como criticávamos no passado, Governos que consideram que o Programa do Governo é apenas o programa eleitoral do partido que sustenta esse Governo e só mudam a capa — e criticámo-lo, quando era António Costa que se sentava no seu lugar —,...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ah!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... ou, então, temos Governos que querem procurar genuinamente a responsabilidade do parlamentarismo.

O que o Sr. Primeiro-Ministro nos traz é o pior de dois mundos, porque não só tem um Programa do Governo que não corresponde àquilo que apresentou aos portugueses, como, ainda por cima, aquilo que tem no Programa do Governo e que vem dos outros partidos não é em diálogo com os outros partidos.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado Alexandre Poço, digo-lho a si, uma vez que o seu líder parlamentar abandonou a Sala neste momento.

**Vozes do CH:** — Oh!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Diz que a oposição tem de escolher se há diálogo ou não há diálogo, mas, Sr. Deputado, diga-nos uma reunião que tenha havido com os partidos da oposição para podermos integrar estas medidas no Programa do Governo. Não falo daquelas reuniões em que depois aparece o Deputado André Ventura a dizer que houve e alguém a negá-las; falo de reuniões públicas, sindicáveis pelo público. Dessas, não houve nem uma!

*Protestos do CH.*

Não quer dizer que não registemos as medidas que são do Livre e que são integradas no Programa do Governo, que, segundo o Governo, são seis. Mas nós até identificámos, na verdade, mais uma, uma sétima, que tem a ver com obrigar à inclusão de aviso sobre o potencial de adição em todos os jogos de azar. Iremos mais longe ainda, e lanço já daqui o desafio: nós precisamos de regular e limitar fortemente...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fascista!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... a exposição dos consumidores em geral, mas sobretudo dos cidadãos menores, à publicidade dos jogos *online*. Hoje em dia, o jogo *online* não é uma área de negócios como outra área qualquer, e o Sr. Primeiro-Ministro sabe-o muito bem, porque a conheceu de perto. Ela leva famílias à falência, ela leva gente à bancarrota e à adição,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E a droga?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... ela é um grave problema de saúde pública, ela é denunciada pelo Comité Económico e Social e ela está, neste momento, a criar adições entre menores.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mas a erva pode ser! Os jogos não, a erva sim!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Significa isto que não se pode publicitar jogos *online* como não se pode publicitar tabaco ou álcool de qualquer maneira. Significa que os *influencers* devem ser proibidos de fazer publicidade destes jogos *online*, muitas vezes através de conteúdos de ódio...

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que geram muitos cliques. Tal leva a criar um modelo de negócio com esses *influencers* do ódio, que lucram com a desgraça alheia. O Livre irá propor a esta Câmara que todas essas atividades sejam proibidas.

Queremos ver de que lado é que estará o Sr. Primeiro-Ministro e estamos dispostos a dialogar...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isso tem a ver com a Solverde?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... em relação a esse tema, como sempre estivemos.

Há um ano, num debate exatamente igual, alertei o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Membros do Governo para o facto de já terem no Fundo de Emergência para a Habitação — é consignado 25 % do imposto do selo sobre todas as transações imobiliárias; à altura, em 2024, 100 milhões de euros, mas, hoje em dia, provavelmente mais — os recursos para acudir à emergência na habitação. Não fez nada! O Sr. Ministro da Presidência foi alertado em relação a este tema em reuniões, essas, sim, que tivemos do direito de oposição ao Orçamento, e não fizeram nada. Voltámos a mencioná-lo em plena campanha eleitoral e o Sr. Primeiro-Ministro, no debate entre todos, o único em que participou comigo, disse «já vamos acudir a isso». Não está no Programa do Governo, não está!

Sr. Primeiro-Ministro, decida-se de uma vez por todas: quer ou não quer utilizar estes milhões de euros? Estão lá disponíveis para impedir que as pessoas fiquem em situação de sem-abrigo. Ou continuará a esconder essa prioridade sempre que possível e a não utilizar os recursos que o Livre pôs à sua disposição...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah! O Livre é que pôs à disposição do Governo!...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para combater a crise da habitação? Não é para amanhã, é para ontem; já os pode utilizar.

Que outras prioridades, por exemplo, poderiam ter? Não sei como é possível que se fale de uma economia de alto valor acrescentado e a ciência não esteja nas prioridades do Programa do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, não tem apenas uma escolha à sua frente entre um modelo de boa governação participada e dialogada e um modelo de taticismo em que dá um bocadinho de IL aos ricos, um bocadão de Chega às redes e manieta o PS. Não, este País precisa verdadeiramente de oposição, de justiça social, de progresso e de ecologia. Isso significa aumentar a dotação para a ciência e para a cultura, significa negociar esse programa Água que Une,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Já estás a meter água!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... significa que este País precisa de uma oposição e precisa de uma oposição que tenha trabalho difícil.

Mas, olhando para os Governos do PSD neste século, tenho a impressão de que, com a vossa arrogância, nos tornam o trabalho demasiado fácil.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, quero agradecer-lhe a boa sorte que nos desejou e retribuir exatamente na mesma medida. Também lhe desejo boa sorte a si e ao seu grupo parlamentar no cumprimento da missão aqui no Parlamento e no contributo que podem dar por essa via, quer do ponto de vista legislativo, quer do ponto de vista político, para a governação e para o futuro do País.

Deixe-me começar por lhe dizer que é a segunda intervenção, depois da do Sr. Deputado José Luís Carneiro, que no fundo dá aqui nota de algum incómodo...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não, incómodo nenhum!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... pela inclusão de 80 medidas dos partidos da oposição no Programa do Governo ou, pelo menos, pela circunstância de essa inclusão não ter sido acertada previamente...

**Vozes do L**: — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com os partidos políticos. Eu, sinceramente, achei que era desnecessário...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Chama-se diálogo!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... perguntar aos partidos políticos se concordavam com as suas próprias propostas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do L.*

Mas fico com a nota de que apreciam muito os nossos encontros e que, mesmo que seja para transpor *ipsis verbis* as vossas propostas dos vossos programas eleitorais para o Programa do Governo, mesmo para isso é preciso, no fundo, partilhar esse momento de forma um bocadinho mais formal ou solene, como aqui quis dizer.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Convém! Chama-se respeito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Não, eu acho que o respeito... O Sr. Deputado está a dizer que a isso se chama respeito, mas eu acho que respeito é mesmo a inclusão das medidas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O respeito é mesmo a materialidade das medidas. O resto é forma, honestamente. Se calhar, é a minha visão que está errada, mas não confunda isso com arrogância, porque isso é que eu acho que é absolutamente excessivo da sua parte. É absolutamente excessivo.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — E desnecessário!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Quando muito, pode dizer que é pragmatismo. Eu, se calhar, sou um bocadinho mais pragmático, mas está tudo bem.

Depois, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que o Programa do Governo é diferente da execução do Programa do Governo. Não me passava pela cabeça que fôssemos iniciar um processo... Aliás, só se mudarmos o nosso sistema político-constitucional. Não é possível que o Governo tenha 10 dias depois de empossado para apresentar o seu programa na Assembleia da República e o venha discutir e abrir um processo negocial — que foi a sua proposta — aqui com os partidos da oposição. Isso é mudar o nosso princípio constitucional.

A responsabilidade da apresentação do programa é do Governo. Isto aqui não é arrogância, é o cumprimento do desígnio constitucional, naturalmente partilhando aquilo que tenha de ser partilhado com os partidos com representação parlamentar, incluindo a possibilidade da inclusão de propostas. E, depois, a discussão. E, depois, temos o processo de execução do próprio programa, no qual não faltarão oportunidades para dialogarmos e construirmos soluções e aprimorarmos aquelas que estão no programa e com as quais o Parlamento não concordará, pelo menos de forma plena. Portanto, Sr. Deputado, acho que fica muito bonito...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Obrigado!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... o seu discurso, mas é completamente inverosímil e impraticável no nosso modelo político-constitucional.

Sr. Deputado, sobre as questões concretas que colocou, não vejo nenhum inconveniente em que o Parlamento possa fazer essa avaliação das leis relativamente às inibições publicitárias e à utilização de instrumentos que possam levar a comportamentos aditivos, nomeadamente com pessoas de maior sensibilidade, como o caso que mencionou de menores. Mas não só, porque há problemas, como disse também, de saúde. Acho muito bem que, quanto a esse fenómeno dos jogos *online*, que é relativamente recente, seja feita essa avaliação. Todos os Governos a fizeram, nós também a faremos, o Parlamento pode e deve fazê-la. Não vejo nenhum inconveniente em que essas regras possam ser revisitadas, aprimoradas. Elas já existem,

mas não quer dizer que não possam ser ainda mais restritivas para proteger os bens jurídicos que devem estar salvaguardados.

Sobre o Fundo de Emergência para a Habitação, é verdade, o Sr. Deputado tem, de forma insistente, colocado o assunto e colocou-o também na campanha eleitoral. Já não me recordo exatamente qual foi a resposta que lhe dei no debate, sinceramente não me recordo nesta ocasião agora, mas sei uma coisa. Sei que nós respeitámos aquilo que estava previsto na lei do Orçamento, que foi a criação desse fundo em processo legislativo. O Governo, entretanto, ficou inibido de poder levar esse processo legislativo até ao final. Não demorará muito tempo, Sr. Deputado, está mesmo por poucas semanas.

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

Nós não temos nenhum interesse em desperdiçar um instrumento financeiro que está disponível para poder colaborar nas nossas políticas de habitação.

Quanto à ciência, Sr. Deputado, em 2024, batemos o recorde na execução do orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Batemos mesmo o recorde, e estamos a falar de mais 50 % de execução da verba relativamente ao ano anterior.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Raimundo, do Partido Comunista Português. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, os resultados eleitorais não apagam a sua errada conduta pessoal, nem legitimam a política contra os interesses e os direitos dos trabalhadores, do povo e da juventude.

Sr. Primeiro-Ministro, ainda continua a achar que o País pode estar melhor mesmo que a vida da maioria esteja pior? É que num país de baixos salários e reformas, que empurra milhares para a emigração, com 300 000 crianças na pobreza, com o drama do acesso à habitação e à saúde, onde faltam professores e auxiliares ainda hoje nas escolas, com um custo de vida que não para de aumentar, perante isto, o programa que apresenta, aquele que estamos aqui a discutir hoje, é uma afronta à vida difícil da maioria e uma declaração de guerra a quem trabalha e quem produz a riqueza.

Quer manter uma política de baixos salários e com um salário mínimo que, por sua vontade, teria em 2029 um custo abaixo daquilo que é hoje já pago aqui ao lado, em Espanha. Quer mais exploração e precariedade, desregular ainda mais o horário de trabalho, atacar a lei da greve para tentar dificultar a resistência face ao esmagamento diário dos direitos de quem trabalha.

O País com tantos problemas e a sua opção é desmantelar o Serviço Nacional de Saúde, atacar a escola pública, avançar para o caminho de saquear a segurança social, mais negociatas e novos assaltos aos recursos públicos, como aquilo que se viu há dias com o BES (Banco Espírito Santo)/Novo Banco, mais parcerias público-privadas e privatizações. Tudo tal e qual como no passado! Cada problema, um negócio — é esta a sua verdadeira reforma do Estado.

O Sr. Primeiro-Ministro, face à situação em que vivemos, tem como prioridade — pasme-se! — submeter o País aos interesses da indústria do armamento. Não é para resolver os problemas, as condições para que as Forças Armadas prestem as missões constitucionais a que estão obrigadas, não é para valorizar os direitos, as carreiras, as condições dos militares, dos ex-combatentes, dos deficientes das Forças Armadas; é, sim, para desviar os recursos que tanta falta fazem ao País para a loucura da guerra.

Sr. Primeiro-Ministro, dê uma oportunidade à paz, que é isso que é preciso. Condene o genocídio que está a acontecer na Palestina às mãos de Israel, dos Estados Unidos e da hipocrisia da União Europeia. De uma vez por todas, reconheça o Estado da Palestina!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sobre a Ucrânia, nem uma palavra!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Entre a vida da maioria e cumprir a Constituição ou defender o interesse da minoria que se acha dona disto tudo, a sua opção está expressa, e de forma clara, diga-se, no seu programa de retrocesso e empobrecimento — uma opção contra a maioria e ao serviço daqueles que encaixam 32 milhões de euros de lucros por dia, os tais a quem quer baixar ainda mais o IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), para os 17 %.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Este é o confronto que aí está todos os dias e é sobre este confronto que cada um vai ter de decidir de que lado é que se posiciona.

Sabemos que encontrará aqui, na Assembleia da República, quem suporte a sua política e sabemos que o Chega e a Iniciativa Liberal nunca lhe faltarão, sempre que seja para defender os interesses dos grupos económicos. E, pela voz do Partido Socialista, terá aqui quem lhe dê a mão a si, ao seu Governo e à sua política.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Como se viu agora!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Bem podem apoiar-se uns aos outros, bem podem encostar-se uns aos outros,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Encostar é para a saída!

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — ... que a vossa política injusta, de todos vós, merece rejeição.

Sr. Primeiro-Ministro, o seu programa cheira a troica, essa troica que o nosso povo já rejeitou e já derrotou.

Os trabalhadores, o povo e a juventude contam, como sempre, com o PCP, para a defesa dos seus direitos, para o combate à sua política, para o aumento das condições de vida e para a rutura com esta insustentável situação que atravessa a vida da maioria. Contam com o PCP para abrir o caminho do progresso, do desenvolvimento e da justiça.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Raimundo, é, de facto, complicado, porque o Sr. Deputado acabou de dizer uma coisa que não tem nenhum respaldo com a realidade. Acabou de dizer que cheira a troica, e eu não vejo sinceramente onde.

Agora, o seu discurso tresanda ao velho comunismo imobilista,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos do CH.*

... que não levou nenhum país a lado nenhum que não fosse à pobreza,...

*Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.*

... que não atende à realidade, que não vê o que está à frente dos olhos de todos nós.

De facto, é extraordinário, e eu lamento! O Partido Comunista Português é um partido comunista que, no contexto europeu, tem sido um sinónimo de resistência, de resiliência.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ora, lá está!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas, ainda assim, com essa teimosia — embora mais tarde do que nos outros países comunistas na Europa —, vai acabar, infelizmente — é essa, talvez, a minha previsão —,...

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Olhe que não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... por se condenar a si próprio a um desaparecimento que, até no sistema político português, eu próprio assumo que não era desejável.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Ah!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Paulo Raimundo, dizer que a vida das pessoas ficou toda pior, dizer que nós atacámos os rendimentos das pessoas, quando, num ano, foram revistas 19 carreiras na Administração Pública, quando houve um aumento dos salários líquidos,...

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

... do rendimento líquido em Portugal, proveniente de duas vias, a redução dos impostos sobre o rendimento do trabalho e o aumento dos salários, que foi o maior da OCDE — não foi da União Europeia, foi dos 38 países da OCDE! —, é negar a realidade!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Diz isso, quando aumentámos o salário mínimo nacional, quando até o salário médio cresceu, quando aumentámos o complemento solidário para idosos duas vezes, quando atribuímos um complemento extraordinário aos pensionistas com pensões até 1527 €, quando reduzimos três vezes o IRS — três vezes! —, contabilizando esta redução, que já vem a caminho, nas próximas semanas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, sinceramente, olhando para aquilo que aconteceu aos professores, aos polícias, aos médicos, aos guardas prisionais, aos funcionários judiciais, a tantas carreiras na Administração Pública, de facto, torna-se difícil que o seu discurso encontre adesão nas pessoas, porque ele é tão, tão hostil à realidade, que ninguém acredita.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

E eu também fico, enfim, com muita dificuldade em poder responder-lhe, porque tento não ser desrespeitador dos princípios da diferença política, e acho, sinceramente, que a diferença deve ser assinalada, mas uma coisa é a diferença de opinião e outra coisa é não ver aquilo que está diante de nós.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, o Sr. Deputado Paulo Raimundo teima em repetir aqui coisas que não são verdadeiras.

Deixe-me, contudo, dizer-lhe que nós não queremos ofender os direitos dos trabalhadores quando perspetivamos alterações possíveis no funcionamento da lei da greve.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós queremos conciliar os direitos dos trabalhadores...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — E os outros?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... a fazer greve com os direitos dos outros trabalhadores a trabalhar,...

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

... com a possibilidade de haver serviços mínimos garantidos que possam ser suscetíveis de não causar um prejuízo, que é desproporcionado, a todos os outros, face àquilo que alguns decidem.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado, num dia de festa, marcar um plenário durante toda a noite até às 6 horas da manhã para perturbar todos os outros cidadãos não é o cumprimento de um princípio de equilíbrio no exercício de direitos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Paulo Rangel): — É falta de respeito!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — E o poder político tem de assumir as suas responsabilidades.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — As normas e as leis devem ser alteradas quando funcionam mal, e é com esse espírito de respeito pelos direitos de todos que perspetivamos as melhorias no futuro.

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Nós não queremos dismantlar o Serviço Nacional de Saúde, pelo contrário; nós estamos a salvá-lo, nós estamos a salvaguardá-lo, nós estamos a dar-lhe sustentabilidade para o futuro.

Nós não queremos, muito menos, dismantlar a escola pública; a escola pública está hoje a projetar-se para uma nova fase, em que valha a pena aos professores darem mais de si na docência, para darem melhor formação e ensinamento aos estudantes, para eles serem o garante do nosso futuro.

Não está nada em causa na segurança social e na defesa, Sr. Deputado Paulo Raimundo. Temos de assumir a nossa responsabilidade com os outros, mas temos de assumir a nossa responsabilidade connosco.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, fui informado que o Sr. Deputado Rui Tavares, na sua intervenção, fez uma alusão, do meu ponto de vista até deselegante, à minha ausência da bancada do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Eram saudades!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ora, eu gostaria que o Sr. Presidente pudesse informar, já agora, a Câmara — também sobre a condução dos trabalhos — que decorre uma votação na Sala do Senado e que eu fui exercer o meu direito e o meu dever de votar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, a interpelação à Mesa não tem respostas de ninguém; apenas do Presidente.

Se o seu pedido de palavra é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos e é um pedido preciso — e peço-lhe lealdade institucional —, tem a palavra, mas não para responder ao Sr. Deputado Hugo Soares.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Tavares não tem lealdade!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, era só para dizer ao Sr. Presidente, numa interpelação à Mesa, que a referência que fiz é no quadro de um debate que tem a ver com...

*Protestos do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É sempre assim! É fininho!

O Sr. **Presidente**: — É uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos e eu pergunto-lhe qual é.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, eu é que lhe peço para dizer onde é que eu não fiz uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, dirigindo-me à Mesa, especificamente sobre os trabalhos, que incluem um debate entre os intervenientes que aqui participaram, e eu entendi responder algo que tinha sido dirigido a todos...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — És muito sonso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se estivesses caladinho é que era bom!

O Sr. **Presidente**: — Não pode responder, Sr. Deputado. Isso não pode!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É sempre de fininho! Ainda pensei que fosse para pedir desculpa.

O Sr. **Presidente**: — Peço que os Srs. Deputados interpretem de forma mais leal o Regimento e que se esforcem — e não estou aqui a fazer uma observação direcionada, mas, sim, genérica — no sentido de que o uso das figuras regimentais o seja efetivamente. Aliás, vou tentar ser mais rigoroso nessa matéria para que não haja uma subversão da utilização de figuras regimentais para outros fins que não aqueles que estão previstos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Aliás, estou a pensar em reunir-me individualmente com os líderes parlamentares para sensibilizar para essa realidade, porque há muitos Deputados novos que estão na Assembleia e será bom que tenham essas indicações quanto à leitura correta do nosso Regimento.

Agora, para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, começo por cumprimentar o Sr. Primeiro-Ministro, líder do XXV Governo Constitucional, e saudá-lo pela vitória significativa que teve nas últimas eleições.

Estas eleições legislativas antecipadas, como todos sabem, foram provocadas pelo facto de as oposições terem rejeitado uma moção de confiança ao Governo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Mas os portugueses, na sua habitual sabedoria, confirmaram a confiança que este Parlamento, por calculismo político errático, não tinha dado a Luís Montenegro e ao seu Governo.

Por isso, a grande vencedora destas eleições foi a coligação PSD/CDS, foi a AD,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E então o PPM (Partido Popular Monárquico)?!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... mas foi, sobretudo, o Primeiro-Ministro, que liderou com coragem um Governo e uma maioria que viram a sua legitimidade reforçada nas urnas, nas últimas eleições.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, a vida tem destas coisas. A confiança que lhe foi recusada por este Parlamento foi a confiança que lhe foi reforçada pelo voto popular, pelo povo e pela vontade dos portugueses, e o povo, como todos sabemos, é o verdadeiro soberano do País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Faz lá a pergunta!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — O povo falou, o Governo está a governar, e vamos ao trabalho.

A primeira pergunta, Sr. Primeiro-Ministro, que gostava de fazer tem a ver com a Lei da Nacionalidade. Para o CDS, a revisão da Lei da Nacionalidade é uma prioridade do País. A nacionalidade portuguesa não pode ser atribuída com facilidade. Ser português, ser titular da nacionalidade portuguesa, não pode ser reduzido a um ato burocrático simples, e esta só deve ser atribuída a uma pessoa que tenha, efetivamente, uma ligação real a Portugal, à sua cultura, às suas tradições e aos seus valores.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, como é que o Governo pretende rever a lei, para que a atribuição da nacionalidade portuguesa passe a basear-se em critérios mais exigentes de permanência, de residência e de integração na sociedade portuguesa?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A segunda pergunta que gostaria de fazer, Sr. Primeiro-Ministro, tem a ver com o IRS, nomeadamente com a redução do IRS, sendo que o Governo prevê a redução em 2000 milhões de euros do IRS nesta Legislatura e em 500 milhões de euros já no ano de 2025.

Depois da asfixia fiscal socialista, o Governo da AD continua comprometido na redução da carga fiscal para todas as famílias. Foi assim no primeiro Governo, será assim no segundo Governo da AD.

A pergunta específica que queria fazer-lhe sobre o IRS é a seguinte: quando é expectável que o Governo aprove a redução do IRS e a apresente a este Parlamento, para que este Parlamento possa aprovar mais uma redução do IRS para as famílias portuguesas?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — A terceira questão tem a ver com a defesa.

Depois de uma década de desinvestimento, este Governo herdou sérios problemas na defesa nacional, mas, hoje, Portugal tem um Governo que fala com os militares, que respeita as Forças Armadas, que investe na sua missão, e os resultados estão à vista.

Com este Governo e com este ministro, a defesa nacional passou novamente a ser uma prioridade política estratégica de Portugal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Primeiro-Ministro, neste momento e nestes tempos instáveis e perigosos, com a invasão da Ucrânia pela Rússia e com o conflito entre Israel e o Irão, só para dar dois exemplos, esta prioridade é justa, mas é sobretudo uma prioridade absolutamente necessária para mantermos a nossa soberania, a nossa segurança e a nossa defesa.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, as perguntas que lhe deixo nesta matéria são as seguintes: de que forma é que o Governo pretende atingir a meta dos 2 % do PIB (produto interno bruto) em investimento na defesa já este ano? Pode o Sr. Primeiro-Ministro, novamente e de uma forma solene, garantir a este Parlamento que o investimento na defesa e o aumento desse investimento nunca irá pôr em causa as prestações sociais?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, que dispõe de 5 minutos.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, quero agradecer-lhe as felicitações e retribuir, cumprimentando o Sr. Deputado e o seu partido, o CDS, pelo seu empenho, pela sua colaboração, pela sua cooperação, pela sua lealdade em todo este percurso, assim como neste último ato eleitoral e no seu resultado, pelo qual é também responsável.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estou seguro de que aquilo que disse relativamente ao reforço da confiança que os portugueses transmitiram ao Governo e às forças políticas que o compõem é a melhor interpretação da vontade política expressa no voto e é também a nossa maior responsabilidade. Podemos, agora, implementar todos os eixos fundamentais de política cuja expectativa gerou precisamente essa confiança.

Respondendo às questões que aqui coloca, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, em primeiro lugar, sobre a Lei da Nacionalidade, que esta é uma alteração que apresentámos aos portugueses na campanha eleitoral, que corresponde à expressão desta política de imigração mais regulada, mais controlada, e que também dá maior dignidade e humanismo a quem vem para Portugal.

Isso também se reflete nas condições em que atribuímos a nacionalidade, nomeadamente através da naturalização. O que tencionamos fazer será conhecido a curto prazo, mas posso-lhe adiantar que é o alargamento do prazo, precisamente, para que seja efetuado o pedido para a nacionalidade por naturalização.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É o alargamento e o reforço da ligação efetiva que os candidatos têm de demonstrar, do ponto de vista da compreensão e integração na nossa cultura, nos nossos hábitos cívicos e sociais.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Portanto, é a demonstração da sua plena integração.

E será também o alargamento das situações em que pode haver a perda da nacionalidade, em função de comportamentos muito graves, nomeadamente de natureza criminal.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora, muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estes serão três eixos que, não sendo os únicos, são os que, nesta ocasião, eu destacaria como essenciais.

Repito: nas próximas semanas, nós tomaremos essa decisão, que será enviada, naturalmente, à Assembleia da República.

Relativamente à questão fiscal, Sr. Deputado, tenho repetidamente referido que a diminuição dos impostos sobre o rendimento do trabalho é um ato de justiça para quem trabalha, é um ato de retribuição pela capacidade e esforço de desempenho, mas é também um eixo de política económica, é também um apelo à capacidade produtiva. É um apelo a que nós sejamos, como economia, como País, mais competitivos e mais produtivos.

Por isso, vamos continuar, nesta Legislatura, o caminho que iniciámos na Legislatura passada e que, em bom rigor, até iniciámos na anterior, quando influenciámos o último Orçamento do Estado aprovado pelo Partido Socialista, em que se começou este percurso de diminuição do IRS.

Nós fizemo-lo logo no primeiro mês do mandato anterior; fizemo-lo depois, no Orçamento do Estado para 2025; vamos fazê-lo nas próximas duas semanas e enviaremos à Assembleia da República a nossa proposta.

Será uma proposta, como já tive ocasião de referir, que incluirá uma diminuição fiscal em sede de IRS para os oito primeiros escalões, só ficará o último excluído, e que terá um especial enfoque nos rendimentos mais baixos e na classe média.

Depois, Sr. Deputado, quero dizer-lhe, relativamente à questão da defesa, que ela é importante para a nossa segurança, para assegurar a integralidade do nosso território, para assegurar o aproveitamento económico do nosso espaço aéreo, do nosso espaço marítimo, e para o funcionamento da democracia, para a salvaguarda dos direitos das pessoas.

Hoje, por exemplo, toda a agressão que diariamente, a cada momento, sofremos no ciberespaço é um assunto que parece estar lá longe, mas que tem a ver com o exercício dos direitos fundamentais, com a competitividade económica, com o funcionamento do Estado, com a nossa capacidade de sermos um País economicamente mais desenvolvido.

Portanto, não se pense que investir na defesa é apenas comprar armas: investir na defesa é salvaguardar direitos e também o desenvolvimento económico.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua. Dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, votos de um bom trabalho a todos.

Sr. Primeiro-Ministro, a classe média de que aqui falou neste debate está sob ataque e está a ser atacada pelos preços da habitação. O Sr. Primeiro-Ministro fala em erradicar a pobreza e tem uma fábrica de pobres instalada no País, que é a crise da habitação.

Há uma evidência para todos: as medidas da habitação e para controlar os preços da habitação que estão em vigor não funcionam. Os preços não descem, estão a subir, e o Governo insiste. E o que faz neste programa é multiplicar as promessas vazias que o Partido Socialista já tinha feito antes e chamar-lhes um «choque de oferta».

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Do tempo da geringonça!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Proponho que lhe chame outra coisa, também numa terminologia liberal: chame-lhe «cheque promessa» em vez de «choque de oferta», porque é isso que é. O Governo está a escrever cheques de promessa.

Das 26 000 casas que se prometeu construir em 2017, 1950 foram entregues — 1950! E há quase 10 anos que foram prometidas. Das 33 000 que foram prometidas no ano passado, em abril não estava nenhuma contratualizada.

Nem acho que seja por má vontade; é que não há capacidade para construir a este ritmo, essa construção não é suficiente para resolver a crise da habitação e a incapacidade do Governo para considerar outras soluções está a atrasar o País e a esmagar a classe média.

Nos últimos meses, a Comissão Europeia, na voz e no mandato de uma candidata à presidência da Comissão Europeia que o Sr. Primeiro-Ministro apoiou, Ursula von der Leyen, veio recomendar a Portugal que reveja as regras do alojamento local, que identifique casas vazias e que as mobilize e que controle as rendas. São exatamente as mesmas propostas que o Bloco de Esquerda tem feito ao longo dos últimos anos e que foram rejeitadas quer pelo PSD e pela restante direita, quer pelo Partido Socialista.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

A minha pergunta é só uma, Sr. Primeiro-Ministro: de quem é a teimosia ideológica? É da Comissão Europeia e da Presidente da Comissão Europeia que o PSD apoiou e que agora vem exigir medidas diferentes, iguais àquelas que o Bloco de Esquerda tem vindo a defender, ou é do Sr. Primeiro-Ministro, que insiste num erro que está a criar pobres todos os dias e a esmagar a classe média?

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, agradeço as palavras que nos dirigiu e retribuo-as, desejando-lhe também um bom trabalho nesta Legislatura.

Quero dizer-lhe que, ao contrário do que diz, se há coisa que este Governo está a fazer é trabalhar para a recuperação do potencial de rendimento e de qualidade de vida da classe média portuguesa. Fá-lo, desde logo, do ponto de vista fiscal, do ponto de vista do aumento dos rendimentos, mas também do ponto de vista das políticas públicas em domínios tão relevantes como aquele que mencionou, o da habitação.

Foi precisamente a olhar para a classe média, em particular para a mais jovem, que implementámos um regime de isenção fiscal em sede de IMT (imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis) e de imposto do selo, a que se junta também uma Garantia Pública, que estou em condições de lhe dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que, até 31 de maio, já foi utilizada por 42 740 beneficiários.

Estamos a falar da classe média, da classe média qualificada, de jovens qualificados que tiveram uma oportunidade de adquirir uma habitação, e, com isso, pudemos reforçar a nossa capacidade de trabalho, reter o nosso talento, ser mais competitivos e ter maior possibilidade de ajudar o País a criar mais riqueza.

Depois, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é verdade que, para se resolver o problema da habitação, temos de ter muitas políticas públicas e todas elas têm de se conjugar e conciliar. Também precisamos de construção de habitação pública — tenho dito isso repetidas vezes. Por isso, aumentámos o objetivo de 26 000 fogos, que ainda vem dos seus tempos de aproximação política ao Partido Socialista, para 59 000 novos fogos.

É verdade que a execução tem sido difícil. Não sou tão derrotista e pessimista como a Sr.<sup>a</sup> Deputada, que disse aqui, de uma forma muito clara, que Portugal não tinha capacidade. A Sr.<sup>a</sup> Deputada disse que Portugal não tem capacidade para cumprir este objetivo, que é como quem diz: «Não temos empresas nem mão-de-obra disponíveis para construir tanto.» E eu respondo: se tivermos essa filosofia, não vamos ter capacidade nem para construir no setor público, nem no setor privado.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ora, eu acho que ainda temos capacidade: capacidade para estimular a construção no setor público e também no setor privado.

No setor público, a taxa de execução está agora a aumentar. Estamos com uma taxa de execução, no universo das tais 26 000 casas, de 27 %, e, segundo a informação que os municípios nos transmitiram, até ao final do mês de junho, 13 429 habitações desse programa estarão prontas.

Agilizámos os procedimentos para que pudessem, de facto, ser lançadas as obras, porque, como sabe, havia muitos constrangimentos, nomeadamente no IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), a esse propósito, e esse foi o motivo do atraso no arranque. Não foi apenas a falta de capacidade de execução, foram também bloqueios — lá está — administrativos e burocráticos, criados no Estado, por um serviço público, para executar uma política pública. Foi o Estado a criar um problema a si próprio e nós tivemos de desbloquear.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada já não se lembra, mas podia ter aqui recordado. Quando chegámos ao Governo, a primeira coisa que solicitámos foi que se ultrapassasse esse constrangimento através de um pedido formulado aos municípios para que se responsabilizassem pelo procedimento e pudessem avançar, para não estar à espera sempre — lá está — de uma decisão prévia, com detalhe, em que se vai ver tudo, em que o Estado quer ir ao pormenor e depois não cumpre o essencial, que é pôr as obras no terreno, é pôr o procedimento a fluir e a avançar. Sr.<sup>a</sup> Deputada, nós estamos a fazer isso.

Agora, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se há coisa que os portugueses disseram nas urnas é que a sua política de habitação não é aquela que eles querem. Não é!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Isso foi muito claro. A Sr.<sup>a</sup> Deputada fez da sua proposta para a habitação, da diminuição das possibilidades de alojamento local — ou mesmo a sua proibição! —, do controlo das rendas, da limitação do funcionamento do mercado das rendas, a sua bandeira principal. E o resultado foi aquele que se viu.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Foi um desastre!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — O resultado foi aquele que se viu, porque as pessoas sabem que, quando se limitam as rendas, há menos casas no mercado, e que, quando há menos casas no mercado, o preço sobe. Sr.<sup>a</sup> Deputada, isso está estudado.

Às vezes há um efeito imediato nos primeiros meses, mas depois, no médio prazo — veja o que aconteceu em Barcelona —, o efeito é sempre o de haver menos disponibilidade e o aumento do preço.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E é isso que nós queremos evitar.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente:** — O tempo de resposta excedeu os 2 minutos e 30 segundos. A contagem que foi feita foi dos 5 minutos habituais. Portanto, a Mesa vai corrigir esta situação para os próximos oradores.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 2 minutos e 30 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os restantes membros do Governo, desejando-lhes democraticamente um bom mandato, a bem, principalmente, do nosso País.

Naquilo que diz respeito às prioridades e ao programa que o Governo apresenta, Sr. Primeiro-Ministro, não posso deixar de estranhar que nas 10 prioridades — tendo o Sr. Primeiro-Ministro falado em imigração e em insegurança — tenha deixado de fora a violência doméstica.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Falou sobre isso, falou!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Neste momento, temos um grave problema de insegurança no nosso País: já morreram sete pessoas no início do ano só por causa da violência doméstica.

Por outro lado, também estranho que, não só sobre os apoios para o combate a este flagelo, mas sobre os apoios sociais na sua generalidade, o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo venham falar em meritocracia. Isto é deixar de fora a matriz personalista, mas também social, do seu próprio partido.

Daí que lhe pergunte se acha que é uma questão de mérito que uma pessoa que recebe uma pensão social de velhice de 255 € tenha direito a esse mesmo apoio por parte do Estado, ou se acha que é também uma questão de meritocracia que uma criança órfã, fruto da violência doméstica, receba 179 € de apoio, ou que uma vítima de violência doméstica tenha, neste momento, um apoio equivalente a 17,40 € por dia, o que, ao final do mês, não dá sequer para comer, Sr. Primeiro-Ministro.

Queria centrar esta minha primeira intervenção precisamente nestas duas questões: a da violência doméstica e a da proteção animal.

No que diz respeito à violência doméstica, pergunto-lhe se está ou não disponível para acompanhar o PAN, para garantirmos que no apoio social às vítimas de violência doméstica conseguimos, pelo menos, ter o apoio para a reestruturação da vida familiar equiparado ao limiar da pobreza. Não faz qualquer sentido estarmos a remeter estas pessoas à indignidade de não terem qualquer tipo de meios, quando a violência doméstica é um flagelo social que nos diz respeito a todos.

Depois, no que diz respeito à proteção animal, o Sr. Primeiro-Ministro fala em continuar as políticas; no entanto, para continuar era preciso ter começado — e não olhámos, sequer, para o facto de os apoios terem sido lançados no início deste ano. Fala também em combater o abandono, mas mais uma vez vem instituir uma figura que é repescada da pecuária, do criador informal. Além disso, fala em visitar o Código Penal. Daí que lhe pergunte se, nesta visita, no ano em que faz 30 anos a Lei de Proteção aos Animais de António Maria Pereira,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... é, de facto, para avançarmos e criminalizarmos todas as condutas de maus-tratos contra todos os animais — para que casos como o de abusos sexuais contra uma ovelha, que recentemente chocaram o País, não fiquem impunes — ou se é para recuar, como tem feito nas políticas de proteção animal.

*Protestos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, não sirva, no final do dia, uma laranja amarga aos portugueses. Garanta que efetivamente temos avanços no nosso País, quer no combate à violência doméstica quer na proteção animal, que é também isso que os portugueses esperam do seu Governo e não apenas das forças da oposição que aqui têm.

*Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.  
Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, agradeço e retribuo as palavras de felicitação e de bom trabalho para esta Legislatura, desejando que esta seja uma Legislatura em que nos ouçamos uns aos outros.

A este propósito, não quero ofender a Sr.<sup>a</sup> Deputada,...

*Risos de Deputados do CH.*

... mas ainda há pouco, quando iniciámos este debate, referi expressamente a violência doméstica. Posso até repetir o que disse.

**Vozes do CH:** — Não estava cá...!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Eu disse, a páginas tantas, o seguinte: «Transformar Portugal, para não deixar ninguém para trás; para erradicar a pobreza, nas suas múltiplas expressões, e para combater chagas sociais como a violência doméstica, a toxicodependência, a sinistralidade rodoviária e as pessoas sem-abrigo.» A violência doméstica tem um capítulo no Programa do Governo e creio que tem menção em 19 ocasiões.

*Protestos do CH.*

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é correto dizer que nos esquecemos da violência doméstica.

*Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real e contraprotestos dos Deputados do CH Pedro dos Santos Frazão e Felicidade Vital.*

Temo-lo afirmado variadíssimas vezes: é um crime gravíssimo, um crime de terror — como muitas vezes tenho também reafirmado — ao qual nos temos dedicado, quer na perspetiva preventiva quer na perspetiva repressiva ou na perspetiva do apoio às vítimas.

Aliás, como sabe, nos 11 meses em que estivemos na plenitude de funções, no mandato anterior, abrimos dois novos gabinetes de apoio à vítima, no Porto e no Seixal. Temos tido políticas dirigidas a ajudar as mulheres e os jovens que têm sido mais afetados por este crime, nomeadamente na sua proteção face ao agressor, na possibilidade de reiniciarem as suas vidas e de poderem ter acesso a cuidados de saúde.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Temos igualmente promovido um maior contributo por parte das forças e serviços de segurança, com vários elementos, incluindo uma nova ficha de avaliação — um processo que a Sr.<sup>a</sup> Deputada conhece bem.

Portanto, anoto a sua preocupação, que é justa e politicamente relevante. A única coisa que me parece é que a Sr.<sup>a</sup> Deputada fala sempre como quem acusa o Governo de não estar a fazer nada, e isso não me parece correto.

Relativamente à proteção dos animais, é um pouco a mesma coisa. Nós temos perspetivas diferentes às vezes, é verdade — a Sr.<sup>a</sup> Deputada nem sempre nos consegue convencer da bondade dos seus argumentos, por vezes consegue, e outras vezes somos nós que a convencemos a si; e assim continuará.

Nós temos o bem-estar animal como uma das nossas prioridades nas políticas públicas. Vamos continuar a incrementá-lo e vamos fazê-lo com equilíbrio, conciliando a proteção animal com todas as outras atividades nas quais esta tem de ser enquadrada.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta minha primeira abordagem ao Programa do Governo, quero felicitar o Sr. Primeiro-Ministro e desejar as maiores felicidades a todos os membros do Governo nesta trajetória que reconheço que não é fácil e que seguramente parte do princípio de que todos vós estais com as melhores das intenções para resolver os problemas reais que afetam o nosso País.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Ouvi com atenção a sua intervenção, em que repetiu várias vezes as palavras «transformar Portugal». Esta expressão «transformar Portugal» leva-me um pouco à minha trajetória política — essencialmente num órgão executivo, num município, durante 12 anos, numa freguesia, que é das melhores escolas políticas que o País pode ter —, e reconheço que esta expressão «transformar Portugal», tal como «transformar o município», é transversal a todos os quadrantes políticos, partindo do princípio da boa intenção que cada político tem para resolver os problemas da sua localidade.

Na leitura transversal que fiz do Programa do Governo encontrei pontos positivos, nomeadamente em relação à reforma profunda do Estado. Como ex-autarca, sei que o combate à burocracia é um mecanismo essencial para, como o Sr. Primeiro-Ministro já referiu, resolver e dar respostas ao problema que aflige o nosso País na área da habitação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olhe o tempo!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Falou também da imigração regulada e humanista. E acho que neste ponto somos convergentes, sendo que o JPP sempre criticou a forma como os governantes abriram o País de forma desregulada a todos aqueles que queriam fixar a sua residência neste País.

Acima de tudo, quero referir um outro ponto importante e positivo, que são os investimentos em infraestruturas.

Posto isto, Sr. Primeiro-Ministro, gostaria de falar aqui de uma falha tremenda neste Programa do Governo, que não faz uma única referência às regiões autónomas, nomeadamente à Região Autónoma da Madeira.

No que diz respeito ao subsídio de mobilidade, os madeirenses e os porto-santenses poderão, de uma vez por todas...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu avisei do tempo!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estás um homem novo!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Terminou o tempo de que dispunha, Sr. Deputado. Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Filipe Sousa, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo e cumprimentar também o seu partido, visto que é a primeira vez que obtém representação parlamentar.

Quero também expressar-lhe o nosso respeito pela postura que aqui evidenciou. Creio que podemos ver nela uma disponibilidade de colaboração para efetivamente transformarmos Portugal.

Sei que traz essa experiência de ter servido numa freguesia e também num município e, portanto, sabe que muitos dos objetivos que aqui foram enunciados, do ponto de vista da transformação e reforma da Administração Pública, têm expressão no exercício das funções que já desempenhou anteriormente. De facto, é nas freguesias, e muito nos municípios, que se sentem os constrangimentos, que se sentem as dificuldades.

A este propósito, até vou dizer uma coisa que ainda não disse, mas que creio que tem de ser colocada em cima da mesa neste debate. É uma questão que se coloca muitas vezes hoje, que é o medo de...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Decidir!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... decidir.

Em Portugal há hoje medo de decidir. Há medo de decidir a vários níveis. Há medo de decidir no nível técnico e há medo de decidir no nível político.

Ora, os serviços públicos existem para decidir, para tomar decisões e para responder por elas. Para responder pela sua legalidade, pelo seu fundamento e pelo seu efeito. Mas se nós tivermos medo de decidir, vamos deixar tudo na mesma e não vamos resolver os problemas das pessoas.

Quero acreditar que é também com experiências como aquela que o Sr. Deputado Filipe Sousa transporta que vamos conseguir mobilizar o País para este ímpeto de transformação, arriscando, eventualmente falhando de vez em quando, mas acertando na maioria das vezes, e com isso trazendo progresso, trazendo desenvolvimento.

Finalmente, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que não nos esquecemos das regiões autónomas e muito menos do subsídio de mobilidade. Vamos ter muitas outras ocasiões, Sr. Deputado — sei que esta foi a primeira intervenção, e ainda vai ter de se habituar, tal como eu, e já cá estou há muitos anos, a este modelo de contabilização do tempo —, para dialogar sobre os assuntos que dizem respeito às regiões autónomas, de forma mais específica. Um desses assuntos é o subsídio de mobilidade, que teve um avanço significativo no último mandato e que naturalmente estamos interessados em implementar e aprimorar no futuro.

Valorizamos muito a capacidade de transformação, quer do ponto de vista territorial, quer do ponto de vista da coesão social, das regiões autónomas e dos seus órgãos, seja dos seus órgãos executivos, seja dos seus órgãos políticos.

*Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.*

Portanto, da parte do Governo, tem também reciprocidade nessa disponibilidade.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Terminámos assim a 1.<sup>a</sup> ronda.

Não o quis fazer durante as perguntas e respostas do final da 1.<sup>a</sup> ronda, mas penso que este é um momento em que o posso fazer com propriedade: quero apresentar os meus cumprimentos ao Sr. Primeiro-Ministro e a todo o seu Governo, neste momento que é o primeiro desta Legislatura em que dirijo os trabalhos, e cumprimentar todas as Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, desejando-lhes um feliz mandato.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Obrigado!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos passar à 2.<sup>a</sup> ronda.

As rondas seguintes são, como sabem, rondas em que se trabalha por ordem de inscrição dos vários grupos parlamentares até ao esgotamento do tempo de cada um deles. A Mesa tem já muitas inscrições para pedidos de esclarecimento. Aguardamos que o Governo diga como é que pretende responder aos pedidos de esclarecimento.

Enquanto essa informação não chega, aproveito para lembrar que decorre uma votação até às 13 horas, na sala do Senado, e também que a Mesa decidiu interromper os trabalhos às 13 horas e 30 minutos.

Passo agora a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento desta ronda, ao Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, saúdo também o Governo neste primeiro debate parlamentar da Legislatura e sublinho precisamente para que é que serve um debate sobre o Programa do Governo. Ele é fundamentalmente determinante para duas coisas: para conhecer o programa e também para conhecer a atitude do Governo perante o Parlamento.

Ora, tem havido, em algumas intervenções anteriores, alguns equívocos quanto às críticas que têm sido apontadas relativamente à inclusão de medidas das oposições no Programa do Governo.

Não está em causa a liberdade plena que o Governo tem de incluir o que bem entender no Programa do Governo. Não pode é pressupor que aceitemos que isto é uma manifestação de diálogo quando não perguntou quais as prioridades, quais as mais relevantes, quais aquelas que se seleccionariam para a inclusão num Programa do Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Queria escolhê-las!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Portanto, um diálogo unilateral, na verdade, não é um diálogo. É um bocadinho como a música do Salvador Sobral, *Amar pelos dois*. Ora, o Governo dialoga pelos dois, sozinho, portanto, não é uma situação na qual possa reivindicar o exercício de abertura.

*Aplausos do PS.*

Mas, para além disto, o Governo também — e este é um ponto importante — inclui medidas que não foram a sufrágio. E não é um ponto de somenos, pelo que volto a insistir nele: a preocupação que os portugueses têm com a lei laboral, com a lei que os protege da precariedade, surge de repente no Programa do Governo, e não estava no programa eleitoral; quanto à preocupação com a saúde, uma preocupação fundamental dos portugueses, ficamos a saber que vai ser revista a Lei de Bases da Saúde, quando não foi nada anunciado na campanha eleitoral ou no programa eleitoral; sobre a concessão de linhas férreas, por exemplo — matéria importante para o transporte ferroviário —, nem uma palavra no programa eleitoral e aparece agora no Programa do Governo.

É pela substância que temos esta dúvida quanto à lisura perante os eleitores. É que os eleitores decidiram com base num programa eleitoral e agora vão confrontar-se com um Governo que tem um Programa do Governo que se diferencia desse programa eleitoral em pontos relevantes.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ainda estás com azia!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Mas a pergunta que queria deixar, ou um aspeto que quero reiterar, é uma pergunta que foi feita ao Sr. Primeiro-Ministro há instantes e à qual ele fugiu.

Refiro-me à resposta clara que devia ter dado — mas da qual fugiu, refugiando-se em metáforas futebolísticas — quanto aos parceiros e aqueles com quem quer dialogar. A resposta «logo veremos» não é uma resposta satisfatória, num momento em que há forças políticas que dizem que desejam que esta seja a última Legislatura da República, ou que caracterizam 50 anos de democracia como conluio, ou que relativizam o crescimento da extrema-direita.

«Logo veremos», diz o Sr. Primeiro-Ministro. Ora, nós já estamos a ver e muitos de nós e muitos milhões de portugueses estão preocupados com o que estão a ver, pelo que gostávamos de maior clareza quanto a isto.

O PS está disponível para salvaguardar as instituições e é disso que se trata, da República.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Governo informou a Mesa de que o Primeiro-Ministro responderá a conjuntos de quatro perguntas.

Portanto, passo a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o pedido de esclarecimento é para si, mas não posso deixar de fazer notar a preocupação do Partido Socialista...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... com o programa e com a quem é que foi buscar as medidas do programa.

É curioso que o Partido Socialista esteja tão preocupado com a inclusão de medidas. Não vi o Partido Socialista preocupado, no ano passado, quando se juntou ao PSD para aprovarem o descongelamento dos salários dos políticos. Também não estava no vosso programa, mas lá foram.

*Aplausos do CH.*

Também não vi o PS preocupado quando aumentou o IUC (imposto único de circulação) para os veículos mais antigos, que também não estava no programa do Partido Socialista.

*Protestos do Deputado do PS Francisco César.*

E também não se preocupa com o contrário, ao ter anunciado médicos de família para todos e deixar o País com mais de 1 milhão de pessoas sem médico de família.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O PS só se preocupa com o que interessa e com o que lhes interessa.

*Aplausos do CH.*

É que o PS não quer salvar as instituições; o PS quer é salvar os seus lugares nas instituições. É isso que o PS quer fazer, é salvar os seus lugares nas instituições!

*Aplausos do CH.*

*Neste momento, o Deputado do PS José Luís Carneiro fez com a mão o gesto do polegar para baixo.*

Ó Sr. Deputado José Luís Carneiro, não faça assim, mas faça assim,...

*O orador faz com a mão o gesto do polegar para cima.*

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

*O Deputado do PS José Luís Carneiro repete o gesto do polegar para baixo.*

... porque este é o símbolo do PS, à corrupção, aos tachos e a tudo o que têm feito nos últimos anos.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É assim que têm feito nos últimos anos em Portugal.

*Aplausos do CH.*

Sr. Primeiro-Ministro, como o meu tempo é curto, quero desafiá-lo para um grande plano nacional de combate à subsidi dependência em Portugal.

Temos um problema estrutural no nosso País, que é o problema de quem vive persistentemente à custa do trabalho dos outros. Há uma comunidade onde isso se verifica particularmente, que é a comunidade cigana, e queria desafiá-lo aqui, no Parlamento, para, de uma vez por todas, com coragem, sem precisarmos da esquerda para nada, darmos um sinal a todos — sejam ciganos ou não ciganos —, o sinal claro que a República de mérito deve dar, que é o de que o País se deve preocupar primeiro com quem trabalha, com quem paga os seus impostos, com quem faz deste País um país grande, e não com quem vive à custa ou às costas dos contribuintes portugueses. É um plano que o desafio a concretizarmos em Portugal.

*Aplausos do CH.*

É a primeira vez na história que o podemos fazer — que seja a última, e a última da 3.<sup>a</sup> República em...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, permitam-me, primeiro, que dirija uma saudação ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Governo pelas funções que agora assumem e renovam.

Sobre o IRS e aquilo que está previsto no programa, este Governo tem o objetivo de reduzir a tributação sobre o trabalho. Não é novo na história do PSD e da AD — recordo que em agosto de 2023 fomos o primeiro partido a desafiar o então partido governante, o Partido Socialista, a baixar substancialmente o IRS em 1200 milhões de euros. E foi por causa desse impulso do PSD, que aqui estava representado no Parlamento,...

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

... que o PS, no Governo, aceitou reduzir o IRS...

**Vozes do PSD:** — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sim, sim! Ó Hugo, isso é falta de memória!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... no Orçamento do Estado para 2024.

*Aplausos do PSD.*

Mas nós não nos satisfizemos com aquilo que aconteceu e, então, em 2024, propusemos também uma redução adicional do IRS, porque queremos que quem trabalha não entregue o seu rendimento — ou parte substancial do seu rendimento — ao Estado. E no Orçamento do Estado para 2025 voltámos a reduzir e a desagravar a carga fiscal sobre o trabalho.

Cerca de 15 % da classe média paga 45 % do IRS e, portanto, isto é fundamental para o País, para valorizarmos o trabalho.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Portugal tem a oitava carga fiscal mais alta sobre o trabalho entre 22 países da OCDE.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que lhe deixo é se estes 500 milhões de euros de redução — que vai acontecer nas próximas semanas — vão beneficiar a classe média, que foi deixada de fora pelos partidos da oposição na anterior Legislatura.

E, por fim, também queria perguntar, relativamente ao rendimento social de inserção, se aquilo que o Governo está a prever no seu programa também visa valorizar o trabalho, as obrigações de solidariedade, incentivar a que os beneficiários dessas prestações possam voltar ao mercado de trabalho, valorizar as suas competências e, portanto, dignificar aquilo que podem entregar ao País sem desrespeitar os seus direitos.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, desejo-vos um bom mandato.

Sr. Primeiro-Ministro, para construir o Programa do Governo, o senhor folheou os programas eleitorais dos vários partidos e escolheu, de forma completamente avulsa, medidas de vários partidos. E isto, de facto, não é diálogo, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estão preocupados é com isto?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas, nesse ímpeto, podia ter escolhido uma proposta — que existe, aliás, em vários programas eleitorais de vários partidos e que, mais do que isso, veio da sociedade civil — que é o alargamento da licença parental. Mas não, o que está no Programa do Governo sobre o alargamento da licença parental é «revisitar o regime das licenças de parentalidade». Revisitar não é alargar e, aliás, a palavra «revisitar» assusta muito quem a lê, Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes do CH:** — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, portanto, quero perceber se se compromete a alargar a licença parental ou se «revisitar» quer dizer que vai passar a ser possível comprar dias de licença,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É uma boa ideia!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... tal como querem, aliás, fazer com as férias. É que os direitos não se compram, Sr. Primeiro-Ministro.

**Vozes do L:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E o direito ao tempo, o direito de as crianças estarem com a sua família, tem de ser igual para todas as pessoas,...

**Vozes do L:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... independentemente de terem mais rendimentos ou menos rendimentos. E, portanto, Sr. Primeiro-Ministro, o que quero perceber é se o senhor vai pôr à venda direitos tão essenciais como estes.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder a este primeiro grupo de quatro pedidos de esclarecimento.

Faça favor, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço aos quatro intervenientes.

Tentando ir direto às questões, vou começar pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, para lhe dizer que é verdade, o Programa do Governo não é uma cópia integral do programa eleitoral. Tem as inclusões que já aqui referi, tem algumas, enfim, concretizações dos princípios que estão no programa eleitoral, que estão subjacentes ao programa eleitoral.

Mas, relativamente à postura do Governo com os partidos e com o Partido Socialista, vou reiterar aquilo que aqui disse, talvez sendo ainda mais claro: temos todo o respeito pelo Partido Socialista, mas também temos respeito pela decisão dos portugueses.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro:** — E a decisão dos portugueses implica que o Governo tenha disponibilidade de diálogo com todos os partidos com representação parlamentar.

É verdade que o Partido Socialista, com as responsabilidades que tem, pelo seu percurso nos últimos 51 anos e, seguramente, por aquilo que projeta para os próximos, terá um exercício de responsabilidade que antecipamos que possa ter um contexto diferente face aos demais partidos. Mas isso depende mais do Partido Socialista do que do Governo; da parte do Governo houve sempre disponibilidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há uma coisa que o Partido Socialista vai ter como desafio histórico perante si próprio: talvez seja a primeira vez que o Partido Socialista na oposição possa dar a Portugal uma demonstração de verdadeira e genuína disponibilidade para colaboração com um governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É uma boa ideia!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É que aquilo que tem acontecido ao longo dos últimos anos é precisamente o contrário. O Partido Socialista está sempre pronto para receber a colaboração quando o PSD está na oposição, mas nunca esteve pronto para fazer o mesmo,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com o mesmo significado e alcance, em sentido contrário.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Nem na pandemia votaram o Orçamento!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Fica, agora, não na mão do Governo, mas na do Partido Socialista a concretização deste princípio.

Sr. Deputado André Ventura, não há dúvida nenhuma de que o Programa do Governo é claro sobre a necessidade de revermos as condições de atribuição e fiscalização das prestações sociais e, em particular, do rendimento social de inserção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sabemos que há abusos, sabemos que há dificuldades práticas no terreno para combater esses abusos, que muitas vezes têm até a ver com a coação sobre as pessoas que realizam este trabalho,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... mas vamos ter de intervir neste domínio. E também defendemos — coisa que, aliás, eu próprio já fiz neste Parlamento em 2010, veja bem! — a possibilidade de haver uma solidariedade recíproca entre quem recebe e aqueles que estão a dar, que somos todos nós.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

E, portanto, desse ponto de vista, creio que há condições para que o Parlamento possa também dar esse contributo e estaremos disponíveis para isso.

Relativamente às duas últimas questões, quanto aos impostos, Sr. Deputado Hugo Carneiro, sim, a classe média está no nosso foco e vale a pena trabalhar — uma questão também mencionada pelo Sr. Deputado André Ventura.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, nada está à venda. Aquilo que queremos é, de facto, estudar e aprofundar a licença parental; não queremos é ser demasiado voluntaristas para o efeito ser negativo para o...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, devo dizer que li o Programa do Governo com muita atenção e, algures, tive ali uma leve sensação de um grande *déjà vu*. Até parecia que, em parte, estava a ler o programa da Iniciativa Liberal.

Compreendo a jogada, querem ir ao nosso eleitorado,...

*Risos do CH.*

... mas, ó Sr. Primeiro-Ministro, permita-me que lhe diga que não basta apresentar as ideias da Iniciativa Liberal para se ser a Iniciativa Liberal. Há aqui um ingrediente muito importante, que é a coragem política, ou a falta dela. E, portanto, vamos perceber se, de facto, são apenas ideias ou se vai ser mesmo consequente com essas ideias.

Vai o PSD ter a coragem de afrontar os interesses instalados? Vai o PSD ter a coragem de afrontar as corporações que agem como sindicatos e os sindicatos que agem como partidos políticos? Vai o PSD ter a coragem de acabar com essa autêntica indústria de extração de fundos europeus? Vai o PSD ter a coragem de mexer no Estado que existe dentro do Estado? Vai o PSD ter a coragem de eliminar cargos políticos redundantes e clientelas partidárias que estão dispersas por órgãos regionais e locais, incluindo em hospitais? Vai o PSD ter a coragem de premiar os bons e afastar os encostados da função pública?

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vai o PSD ter a coragem de rever as 4300 taxas a que os portugueses estão sujeitos, fixadas por agências do Estado, sendo que, quanto a grande parte delas, nem as próprias agências sabem porque é que elas existem? Vai o PSD ter a coragem de acabar com a derrama estadual do IRC, essa excrescência criada por José Sócrates que penaliza o crescimento das empresas?

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Vai o PSD ter a coragem de reformar verdadeiramente a segurança social?

Sr. Primeiro-Ministro, são tudo perguntas retóricas. E é por isso que o PSD, mesmo com uma lista pintada de azul, não é a Iniciativa Liberal. O PSD pegou num corta-unhas para chegar a esta reforma de Estado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Precisa é de uma motosserra!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Portugal não precisa de uma motosserra, Portugal precisa de um *bulldozer*...

*Risos da Deputada da IL Mariana Leitão.*

... para limpar toda a burocracia e toda a ineficiência do Estado.

Vai ter coragem para isso, Sr. Primeiro-Ministro? Respondo a V. Ex.<sup>a</sup> e por V. Ex.<sup>a</sup>: não creio!

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, as suas palavras de há pouco é que não tiveram qualquer correspondência com a realidade, porque aquilo que o PCP aqui trouxe foi a vida concreta de quem trabalha e de quem trabalhou uma vida inteira.

São 2 milhões e 700 mil portugueses cujo salário é inferior a 1000 €; são cerca de 1 milhão de reformados cuja reforma é até 510 €; são 800 000 trabalhadores que levam para casa, do seu salário, apenas 774 € líquidos.

Olhemos para o custo de vida: ainda há pouco estivemos a fazer uma pesquisa e uma habitação, um T2, custa na ordem dos 1100 € no nosso País, aqui, na Área Metropolitana de Lisboa.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, a vida está pior, os salários e as pensões dão mesmo para menos.

Sr. Primeiro-Ministro, não vale a pena vir com as piruetas que quiser, porque a verdade de todos os dias, de quem trabalha, é ter dificuldades, não sabendo como é que vai chegar ao final do mês para conseguir pagar as suas contas e assumir as suas responsabilidades.

Também queria trazer aqui uma outra questão. O Sr. Primeiro-Ministro referiu a «guerra à burocracia», mas o que este programa tem é guerra aos trabalhadores e aos direitos: querem eliminar as decisões das entidades públicas sobre os processos; fundir, extinguir, reduzir estruturas da Administração Pública; transformar os direitos — a saúde, a educação, a habitação — num negócio; privatizar as empresas e os setores estratégicos que faltam. Os grupos económicos determinam e o Governo obedece, é isto que está neste programa.

#### *Protestos do CH e da IL.*

Assuma, aqui: que serviços quer fundir e extinguir? Onde quer reduzir a despesa? Quais as empresas — para além da TAP (Transportes Aéreos Portugueses) e da Silopor — que este Governo quer privatizar?

Sr. Primeiro-Ministro, as consequências das opções políticas deste Governo são a perda de capacidade do Estado, a destruição de serviços públicos, o ataque aos direitos dos trabalhadores, a sua desvalorização remuneratória e profissional e o abandono das populações. É isto que consta neste programa e, por isso, merece a rejeição.

#### *Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, desejo a todos uma boa Legislatura.

Ao longo dos últimos 14 meses, o Governo e a AD não só não resolveram os problemas do SNS (Serviço Nacional de Saúde) como os agravaram, e os dados são muito claros, por mais que procuremos outros.

#### *Protestos do Deputado do PSD Cristóvão Norte.*

Mais 3995 utentes em lista de espera para cirurgias não-oncológicas; mais utentes em lista de espera para cirurgias oncológicas; mais utentes em lista de espera para a primeira consulta hospitalar; mais portugueses sem médico de família. Todos estes são dados públicos e passíveis de serem confirmados.

Dirá o Sr. Primeiro-Ministro que não se resolvem os problemas todos num só ano, e é verdade. Mas esse elevar de expectativas agora goradas só tem um responsável, que é o Sr. Primeiro-Ministro, e entre não resolver tudo e agravar a maior parte dos problemas vai uma longa distância.

O Governo apresenta-se aqui com um programa que responde a todos os problemas do SNS com o mesmo tipo de solução: PPP (parcerias público-privadas), convenções, contratualização com o privado, possibilidade de o privado selecionar utentes e patologias. Sempre o mesmo mantra de que o setor privado responde melhor, baseado no mito de que há uma capacidade instalada que não está a ser utilizada.

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Não importa que as soluções criadas pelo Governo anterior do Partido Socialista, como os centros de responsabilidade integrados, apresentem resultados na resposta a um dos maiores problemas do SNS: as urgências. Porque, para o Governo, o reforço do setor privado é o único objetivo que persegue sem hesitação.

Ora, em saúde vivemos num contexto de escassez de profissionais, tanto no SNS como no privado, pelo que todas as apostas que reforcem o setor privado fá-lo-ão à custa do SNS. A AD não incluiu a revisão da lei de bases no programa eleitoral, mas o Governo incluiu-a no seu Programa do Governo.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta é simples: a revisão da Lei de Bases da Saúde que propõe neste Programa do Governo é no sentido de colocar em causa os princípios da complementaridade entre o público e o privado? É uma aproximação à proposta da Iniciativa Liberal de criação de um sistema universal de acesso à saúde que substitui o SNS? É isso que precisamos de saber.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ui!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, ao ler o Programa do Governo, temos de dizer, já que gosta tanto de linguagem futebolística, que é um programa de segunda liga. Daqueles clubes da segunda liga que estão para subir de divisão, mas que depois nunca conseguem subir. Fazem muita propaganda, mas depois, quando chega a altura, ficam na segunda liga na mesma.

*Protestos do PSD.*

Permita-me que lhe diga também, e com muito mérito deste grupo parlamentar, que as melhores propostas que estão aqui são as cópias que fez das propostas do Chega. É que nós temos o Ronaldo da política portuguesa. Nós temos o Ronaldo da política portuguesa! Aí é que está a diferença.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O Ronaldo, um dia destes, reforma-se!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Primeiro-Ministro, ouvimos também o Partido Socialista dizer que quer diálogo com este Governo, que estão cá para dialogar. E dito por José Luís Carneiro. José Luís Carneiro, que foi o ministro que extinguiu o SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) em Portugal.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi ele o rosto da extinção do SEF, quando não estava no programa do Partido Socialista. Tanta preocupação porque agora este Governo não tem as coisas no programa,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sabes ler, ou não?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... mas o PS também não tinha lá a extinção do SEF, teve de fazer um favor à extrema-esquerda.

Quería falar-lhe, Sr. Primeiro-Ministro, das forças de segurança. Disse, e cito, que vão entrar até ao fim do ano 1500 elementos na GNR e na PSP e que vão abrir concurso para 600 elementos na GNR e 800 na PSP.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta que lhe faço é muito simples: como é que pode garantir que estas vagas serão preenchidas? Essa é a pergunta, porque ninguém quer ser polícia em Portugal. A verdade é esta. A carreira continua sem ser atrativa. Os polícias continuam a ser agredidos diariamente e entregues à sua sorte.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E a fabricar armas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Existem bairros no País onde os polícias não conseguem entrar e ainda são criticados por exercer autoridade, inclusive por membros do seu Governo.

Depois, no vosso programa eleitoral, Sr. Primeiro-Ministro, diz «reforço da autoridade». O que é que quer dizer com este «reforço da autoridade»? É importante que os portugueses percebam o que é que quer dizer com isto.

Queria dizer-lhe também que houve uma colocação de agentes em vários pontos do País, 480, mas 281 foram para Lisboa. Então e o resto do País?

*Protestos de Deputados do PSD.*

Continuamos a centralizar tudo em Lisboa, até os agentes da autoridade, e a esquecer o resto do País — por exemplo, no Porto, foram apenas 20 agentes.

Sr. Primeiro-Ministro...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Foi mesmo fora de jogo!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes quatro pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, agradeço as vossas questões.

De facto, quis o destino que o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes e a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos intervissem um a seguir ao outro e tivessem dito as coisas mais contraditórias que há. Um acusou o Governo de não ir fazer nada na reforma do Estado; o outro acusou o Governo de ir destruir tudo. Há uma coisa que é verdade: a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos confia mais do que o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes na capacidade de o Governo levar o programa até ao fim e ser consequente com o objetivo; não em produzir o efeito que ela diz, mas em ser consequente.

*Aplausos do PSD.*

Mas também, o Sr. Deputado, como bom liberal que é, não é crente de certeza, portanto, aqui disse que não acreditava que fôssemos ter coragem para levar esta reforma por diante.

*Risos de Deputados do PSD.*

Sr. Deputado, nós vamos ter coragem. Não vai ser fácil, sabemos que há muitas pedras no caminho, mas vamos mesmo fazer esta reforma, vamos mesmo transformar Portugal. Assim também a Assembleia da República possa colaborar connosco, e vai ser preciso a colaboração da Assembleia da República em muitas ocasiões.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

Vamos trabalhar para simplificar, digitalizar, articular mais os serviços públicos e responsabilizar mais. O nosso princípio é menos procedimentos, menos controlo prévio, menos necessidade de toda a gente ter de dar parecer para que haja uma decisão. Mas isto tem o reverso da medalha, isto implica transparência e implica responsabilização.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O requerente, seja uma pessoa, uma instituição ou uma empresa, terá de se responsabilizar também em função da maior agilidade, da maior rapidez, da maior capacidade de resposta que a Administração vai ter daqui em diante.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, sobre o custo de vida, descreveu aqui um país, como, aliás, o Sr. Deputado Paulo Raimundo já tinha feito, que, se fosse verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não estariam aí três Deputados, estariam 91.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Se fosse verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — E é verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, lamento ter de dizer isto e não o digo com nenhum tipo de arrogância ou soberba eleitoral. Mas é verdade uma coisa, Sr.<sup>a</sup> Deputada: o País está melhor este ano do que estava no ano passado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — As pessoas é que não!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A vida das pessoas está melhor este ano do que estava no ano passado, e foi por isso que o País quis que o Governo continuasse, Sr.<sup>a</sup> Deputada!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Olhe para os sinais, interprete os sinais!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Não consegue!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Há menos gente a acreditar no seu discurso e há mais gente a acreditar no nosso discurso, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Pois é!

*Risos do Deputado do CH André Ventura.*

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada não tem a humildade de querer compreender os sinais que vêm da sociedade. Acha-se detentora de um direito especial de interpretar aquilo que as pessoas lhe querem dizer, quando as pessoas lhe dizem precisamente o contrário, Sr.<sup>a</sup> Deputada! Sinceramente, é o seu caminho, vá por aí. Mas olhe que vai mal, vai muito mal!

E agora fiquei sem tempo. Com isto, entusiasmei-me. Vou tentar responder na próxima ronda ao que falta, peço desculpa.

*Aplausos e risos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bela coça!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isaura Morais, do Grupo Parlamentar do PSD.

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, desejando-lhe votos de muito sucesso para este Governo, quero dizer-lhe que o Programa do Governo prevê um aumento do salário mínimo para os 1100 € até 2029 e a criação de condições para a evolução do salário médio para 2000 € até ao final da presente década.

Pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se estas previsões têm por base a continuação das políticas iniciadas na anterior Legislatura e a sua atualização. Recordo o acordo histórico que foi celebrado com os parceiros sociais para a valorização salarial e o crescimento económico, que visa responder aos problemas que persistem no mercado de trabalho, por exemplo, a legislação laboral e o aumento do rendimento dos trabalhadores, nomeadamente o salário médio, que fez descolar, pela primeira vez, o salário médio do salário mínimo, em vez do achatamento entre os dois que se verificou nos Governos do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, uma das marcas deste Governo é o aumento do rendimento disponível dos cidadãos. Por isso, pergunto se a trajetória do aumento das pensões é para continuar, assim como a proteção dos que têm rendimentos mais baixos e que são, por sua vez, mais vulneráveis.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o Programa do Governo elenca várias fragilidades do SNS que o Governo encontrou em 2024, quando tomou posse. Para citar duas: um elevado número de utentes continuava a aguardar por um médico de família e a fragilidade na resposta à emergência médica era notória.

Acontece, Sr. Primeiro-Ministro, que em abril continuamos a ter mais de 1 milhão e 600 mil pessoas que aguardam por um médico de família, e em novembro passado assistimos a um dos piores momentos da história do INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), com doentes urgentes à espera e profissionais completamente no limite das suas forças.

Ouvimos a Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde falar por várias vezes da «refundação do INEM», mas sempre sem conseguir explicar o que é que isso realmente significa.

Portanto, na realidade, não parecem existir assim tantas diferenças face àquilo que tínhamos antes, da parte do Partido Socialista. E estes são só dois dos exemplos que eu poderia dar.

Passou um ano e, basicamente, os portugueses não notam nenhuma diferença na governação da saúde e, em muitos casos, até está pior. As fragilidades mantêm-se, fragilidades que, mais do que tudo, resultam da falta de gestão e da falta de organização e, neste âmbito, nada de relevante foi feito ou nada de relevante está previsto ser feito. Sejamos justos: mudanças nas administrações hospitalares, vimos muitas, com uma total ausência de critérios, o que sugere apenas a troca de cores partidárias. O Sr. Primeiro-Ministro ainda há pouco acabou por confirmar que, na prática, foi exatamente isso que estiveram a fazer.

Vimos também muitas ações que muitos classificam como respostas a influências, a interesses e ações que não servem totalmente os utentes.

Sr. Primeiro-Ministro, como sabe, estes foram alguns dos aspetos mais contestados da governação da Sr.<sup>a</sup> Ministra da Saúde, que agora o Sr. Primeiro-Ministro optou por manter em funções, dando-lhe ainda mais força.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — E bem! E bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Cordeiro** (IL): — E a pergunta é muito simples: se o que está a ser feito não resolve os problemas, se o que propõem não é muito diferente daquilo que o Partido Socialista propunha — portanto, obviamente, não vai dar resultados diferentes, a menos que exista coragem política para efetuar verdadeiras mudanças na governação da saúde —,...

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

... Sr. Primeiro-Ministro, afinal, está este Governo comprometido ou não em nome dos interesses dos portugueses ou está comprometido com algum outro tipo de interesses?

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, por momentos, enquanto estava a ouvir o Sr. Primeiro-Ministro, tive de olhar aqui para o lado para ter a certeza de que o Luís Montenegro que estava a falar era o Primeiro-Ministro e não o anterior, o ex-líder parlamentar do PSD dos tempos da troica, porque as propostas que aqui trouxe, as palavras que usou, os argumentos que trouxe eram muito semelhantes.

*Protestos do PSD e da IL.*

**Vozes do PSD:** — Oh!...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Falou em reformar, falou em simplificar, falou em transformar, falou em flexibilizar, mas sabemos bem o dicionário que o PSD usa desde então, e todas estas palavras traduzem-se em coisas muito claras, como a austeridade e a desproteção dos trabalhadores no nosso País.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sabemos bem — e isto já foi aqui dito, até, diga-se a bem da verdade, de maneira muito transparente pelo Sr. Primeiro-Ministro — que implica alterações à lei da greve e ainda outras alterações à lei laboral que teremos de esperar para ver; mas estamos, todos bem sabemos, convencidos de que serão um ataque ao direito dos trabalhadores.

Isto num momento em que o Governo precisaria de ter rasgo, precisaria de ter coragem para mudar verdadeiramente o País, e prefere não o fazer. Prefere seguir uma receita passada, assente em dar benesses a quem mais tem, em não dar o suficiente à classe média e, pior, prejudicar os mais pobres. Não aqueles, como dizia o Deputado Hugo Soares, que acordam às 8 horas da manhã para trabalhar; aqueles que acordam de madrugada. Aqueles e aquelas que acordam de madrugada para coisas tão essenciais como limpar a sala onde hoje aqui estamos a ter esta reunião. Essas pessoas são uma vez mais abandonadas pelo seu Programa do Governo, e isso é intolerável.

Mas, Sr. Primeiro-Ministro, falou muito de violência e quero voltar a esse tópico. Porque não falou, e ninguém aqui falou, da violência da extrema-direita no nosso País.

*Protestos do CH.*

Uma violência que tem começado aqui nesta Câmara por pessoas como o Deputado André Ventura, que quer acabar com a República,...

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ei! Ei!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... que quer acabar com a República...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A 2.<sup>a</sup> República, Sr. Deputado, não a 3.<sup>a</sup>.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, vamos, por favor, interromper a contagem do tempo.

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. Deputado...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É provocador!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado André Ventura dirigiu-se à Câmara em termos que a Mesa entendeu não reprovar. Portanto, não há razão para o Sr. Deputado fazer essa acusação.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Da mesma maneira, não há razão para que as bancadas reajam desta forma à intervenção do Sr. Deputado Jorge Pinto,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Provocador!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — ... que tem o direito de se exprimir com igual liberdade.

*Protestos do CH.*

Portanto, agradeço à Câmara que crie condições para que o Sr. Deputado Jorge Pinto termine a sua intervenção.

*Continuação de protestos do CH.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Acabam de dizer que o PS teve corrupção durante 51 anos!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Repito e reitero: aqueles que defendem o final do regime nesta mesma Câmara são também responsáveis pelo aumento da violência nas nossas ruas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ó Sr.<sup>a</sup> Presidente, é inaceitável!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — A minha pergunta ao Sr. Primeiro-Ministro é, então, no sentido de saber que estratégia tem para combater estas organizações.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O que é isto?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E é hoje notícia que a Polícia Judiciária deteve vários neonazis, incluindo um chefe da PSP, com um arsenal em casa.

*Protestos do CH.*

Portanto, a minha pergunta é: que estratégia tem para identificar a infiltração destas organizações...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr. Deputado, deixei-o terminar — tinha poucos segundos — porque não quis criar outro incidente durante a sua intervenção, mas não me parece legítima, nem julgo que esta Câmara a aprove, a ligação direta que fez...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — ... entre um partido com representação parlamentar,...

*Aplausos do CH.*

... em quem os portugueses votaram, e incidentes que, até prova em contrário, não têm como autores os Deputados representados e que fazem parte desta Câmara.

*Protestos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devias ter vergonha na cara!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vai na volta foram vocês!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, estamos em condições de prosseguir?

*Pausa.*

Tem então a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder aos quatro pedidos de esclarecimento.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, peço a palavra.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado André Ventura pede a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para interpelar a Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Queria interpelar a Mesa, antes de mais agradecendo a sua intervenção, após esta muito triste intervenção do Deputado do Livre, para dizer e deixar claro à Câmara e ao País que o Chega é absolutamente intransigente e absolutamente claro — ao contrário do que os senhores fazem! — na condenação de toda a violência.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do L e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E a Climáximo? O que é que é?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E é lamentável que um partido com 6 Deputados acuse um partido com 60,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Os 60!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... representante da maioria do povo português, de uma grande maioria do povo português, de ser racista.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eu falei em racista?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Nós não somos racistas,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Alguém disse isso?!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... os senhores é que estão ultrapassados.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devias ter vergonha na cara!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, já hoje o Sr. Presidente da Assembleia fez aqui um apelo para que as figuras regimentais fossem usadas com rigor.

*Protestos do CH e contraprotestos do L.*

Aquilo que o Sr. Deputado André Ventura acabou de fazer, do ponto de vista da Mesa, foi um protesto, não foi uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem razão.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — E eu espero que o que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, que está a pedir a palavra, tenha para fazer seja uma interpelação à Mesa, verdadeiramente. É isso, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — É para pedir desculpa!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, nós já o dissemos aqui muitas vezes:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Qual é a figura regimental?!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... o discurso de ódio provoca violência...

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... e consequências muito diretas...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Não é uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É uma interpelação à Mesa, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

*Protestos do CH.*

Tem, dizia, consequências muito diretas na vida de muitas pessoas, muitas vezes até de vida ou de morte. E por isso é que, no entender do Livre, temos reiteradamente pedido à Mesa que condene o discurso de ódio aqui, na Assembleia da República.

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É sobre a condução dos trabalhos,...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque é sobre a sinalização do discurso de ódio.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Não é. É uma posição de princípio...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Vou mesmo terminar...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — ... que o Livre já assumiu em Conferência de Líderes, sim; não é uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos neste momento.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — E que vamos continuar sempre a fazer, quando nos parecer que a condução dos trabalhos deva ser feita de outra forma e quisermos sugerir que isso aconteça, Sr.<sup>a</sup> Presidente,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!...

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — ... porque consideramos que este é um problema muito sério em Portugal e queríamos deixar isso dito aqui.

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de terminar, porque não é uma verdadeira interpelação à Mesa, é uma posição de princípio que o Livre já defendeu em Conferência de Líderes e defenderá, certamente, noutros momentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha!...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Temos de nos habituar a usar as figuras regimentais com rigor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Não é para todos!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A Joacine!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olha, e o Arruda?!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — A interpelação à Mesa não serve para fazer uma afirmação de princípio, como também não serve, Sr. Deputado André Ventura, se me permite, para fazer uma argumentação baseada na quantidade. Não é isso que está aqui em causa. O que está aqui em causa não é o que 6 Deputados ou o que 60 Deputados valem. O que está aqui em causa é o que 6 Deputados ou 60 Deputados podem e devem, ou não podem ou não devem dizer.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Vamos, por favor, prosseguir com os trabalhos.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

*Protestos do CH.*

Vamos, por favor, criar condições para que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias possa fazer o seu pedido de esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Olha a decadência! De líder da bancada passou para o fim da fila, quase já nem tem espaço!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, um cumprimento especial aos membros do Governo, desejando-lhes felicidades para o exercício de funções.

Sr. Primeiro-Ministro, a pergunta é rápida, e vem até na sequência da pergunta que fez a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isaura Morais. Os portugueses querem, naturalmente, mais rendimentos: aumentar o salário mínimo — na sequência, até, daquilo que os Governos do Partido Socialista fizeram durante oito anos —, aumentar o salário médio, aumentar pensões. A economia tem de crescer, temos de crescer mais. Mas há algo que é evidente. Há uma divergência evidente entre o cenário macroeconómico que a AD apresentou e aquele que o boletim económico de junho apresenta.

A diferença cumulativa, a valores de 2024, chega próximo dos 7 mil milhões de euros. Mais, na política económica, em particular na área industrial e na economia, a continuidade de que falava a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isaura Morais está, neste Programa do Governo, colocada em causa.

Tenho pena que não esteja presente o ex-Ministro Pedro Reis, agora ex-Deputado Pedro Reis. Há menos de um ano, o Governo apresentou o programa Acelerar, mas não consta do Programa do Governo; há menos de um ano, apresentou o programa Indústria 2045, mas ainda não acabámos 2025 e ele não consta do Programa do Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a extinção do SEF?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses que querem que o País cresça querem que o Governo que esteve em funções durante 11 meses — disse-o há pouco o Sr. Primeiro-Ministro que esteve em plenitude de funções — explique qual é a estratégia económica do País.

Aquilo a que assistimos é à conversão do Ministério da Coesão Territorial num ministério de fundos, colado hoje ao Ministério da Economia. Mas a política industrial, neste Governo, não se percebe, e é esta oportunidade que lhe dou: o que é feito do programa Acelerar? O que é feito da estratégia Indústria 2045?

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro, para responder a estes quatro pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, além destes quatro, ainda há os outros dois pedidos a que faltou responder há pouco.

Muito rapidamente, queria dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Vieira da Silva que não é preciso assustar-se com a possibilidade de revisitarmos a Lei de Bases da Saúde.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Então é o quê?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós vamos inspirar-nos no projeto da Dr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira, portanto,...

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

... creio que o Partido Socialista estará confortável...

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não, não estou!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... com esse espírito de apreciação desse instrumento essencial para as bases da política de saúde.

Quero dizer ao Sr. Deputado Pedro Pinto que, não, este programa não é de segunda liga. Este programa e este Governo são de *Champions League*.

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós ficámos em primeiro, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Aqui é a Liga dos Campeões!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Nós ficámos em primeiro.

*Aplausos do PSD.*

Para o Sr. Deputado é que já é mais complicado, sabe porquê? Porque como ficou em terceiro em votos, quando muito vai à Liga Europa. Quando muito!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

Eventualmente, como marcou mais golos, pronto, pode ir ainda à fase de qualificação da Liga dos Campeões, mas nunca à nossa frente, Sr. Deputado. Portanto, não faço esse tipo de juízos.

Agora, sobre o reforço de recursos humanos nas forças de segurança, eu disse que iriam iniciar funções, ainda este ano, cerca de 1500 agentes, guardas e oficiais, e posso detalhar: na GNR já ingressaram 134 guardas e 12 oficiais, e, até ao final do ano, ainda se prevê o ingresso de 37 oficiais, 122 sargentos e 624 guardas; na PSP, demos autorização de abertura de concurso para 200 chefes, 450 agentes — já para julho, finais de julho e inícios de agosto — e 32 oficiais. Para o próximo ano, portanto, para dezembro, estamos a prever o início de um curso de formação para 568 guardas e 800 agentes da PSP.

Portanto, o reforço far-se-á com maior capacidade de atração e retenção, e estimamos que melhores condições remuneratórias e melhores condições de progressão na carreira possam, de facto, dar preenchimento a todos estes lugares — uns que vão ser preenchidos já e outros lançados para procedimento.

Depois, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isaura Morais, continuaremos a política de reforço de rendimentos e continuaremos a fazê-lo também com o apoio da nossa economia, com o apoio do programa Acelerar, com o apoio do programa de dinamização da indústria. E fá-lo-emos também com o apoio das mudanças no Estado, no setor da saúde e com o apoio da capacidade reformadora do Estado.

Não vale a pena virem com papões de austeridade, não vale a pena virem com papões de partidarização. Nós faremos essas contas daqui a quatro anos, na próxima campanha eleitoral. Usaram, nesta campanha, a tese do papão e não deu resultado. Não deu resultado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Deu, deu!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Ai, deu? Deu ao Sr. Deputado?

*Risos do PSD.*

É por isso que o Sr. Deputado Brilhante Dias está aí! Era aí que queria estar...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O resultado que ele queria era sentar o Pedro Nuno lá atrás!

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, do Grupo Parlamentar do Chega.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vamos criar condições para ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada, por favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, estamos já no final da manhã e parece que a corrupção não é um problema em Portugal, porque ninguém tem falado disso.

É certo que o Governo, na anterior Legislatura, também apresentou o combate à corrupção como uma prioridade, mas a verdade é que a sua agenda anticorrupção ficou muito aquém daquilo que precisava de ficar. Na verdade, não foram apresentadas quaisquer propostas, foram apresentadas intenções que não tiveram qualquer concretização. Portanto, passado um ano, continua tudo igual.

Mais surpreendente é que dessa agenda tenha ficado de fora o enriquecimento ilícito, tal como ficou agora de fora do Programa do Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Têm revisão constitucional? Apresenta!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Esta medida, que é uma das mais importantes no combate à corrupção por titulares de cargos políticos, ficou esquecida, e pergunto se não é curioso, logo esta, ter ficado esquecida.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Apresenta!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Mas também é curioso que o PS e o PSD, que há 50 anos se organizam e se entendem sobre tudo e mais alguma coisa, no combate à corrupção, incrivelmente, não consigam chegar a consensos.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.*

Mas, sobre isso, posso-lhe dizer que tem toda a disponibilidade para trabalhar com o Chega, porque para nós o combate à corrupção é efetivamente uma prioridade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E o apagamento de dados do computador?

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Num país em que os índices de corrupção continuam a ser vergonhosos, em que a corrupção custa milhões de euros ao Estado, sim, a corrupção tem de ser uma prioridade.

O Sr. **Paulo Cavaleiro** (PSD): — E os *emails*?

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Portanto, o que queremos saber é se vai ou não aprovar alterações ao regime do confisco alargado; se vai ou não aprovar ou alterar o regime de prescrição, que tem beneficiado os José Sócrates desta vida e para o qual, que me recorde, na antiga Legislatura, o Governo não estava disposto a olhar.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Prescrição!

A Sr.<sup>a</sup> **Cristina Rodrigues** (CH): — Mais do que isto, e para finalizar, o que queremos saber — já que, de facto, as propostas em si parecem muito bonitas — é quando é que o Governo vai concretizar aquilo a que se propõe no seu Programa do Governo.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, o fim da Guerra Fria trouxe à Europa a convicção da paz perpétua, mas trouxe também o desinvestimento do continente na sua própria defesa.

No início do novo milénio, debatiam-se nos mais prestigiados fóruns internacionais a necessidade e a própria existência da Aliança Atlântica.

Quando Vladimir Putin, em fevereiro de 2022, fez uso da força e trouxe a guerra para o coração da Europa, tudo mudou, e a reindustrialização da defesa europeia, que estava abandonada, tornou-se uma prioridade.

Repare-se, em 2014, apenas 3 dos 28 aliados, à data, investiam 2 pontos percentuais, ou mais, do seu produto em defesa. Em 2024, foram os 23 Estados aliados a convergir ou a superar esta meta proposta, na Cimeira de Gales, 10 anos antes. De dispensável, a Aliança passou a essencial. Uma Aliança que protege hoje uma fronteira de mais de 27 milhões de km<sup>2</sup> e protege a vida de mais de 1000 milhões de cidadãos livres. Todos os 32 aliados são democracias. Mais do que território, a Aliança defende o ideal de vida em liberdade,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — ... uma comunidade de pertença chamada democracia. Portugal é parte desta comunidade e membro fundador da NATO.

Tendo em conta a futura Cimeira de Haia, que se realizará já este mês, pergunto-lhe qual a sua perspetiva sobre o papel de Portugal no futuro da Aliança e quais os setores de investimento na defesa nacional que entende como prioritários.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, quero ser franca e dirigir-me diretamente a si. Nos debates parlamentares que agora iniciamos esperamos respostas, ao contrário do que aconteceu na anterior Legislatura.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ui!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — E, portanto, começo, assim, com três temas que lhe devem merecer reflexão.

Em primeiro lugar, a devolução das propinas. Assume diretamente que quer terminar com o mecanismo de devolução das propinas, anunciado por António Costa em 2023, que dava até 5000 € a quem conclui a licenciatura e o mestrado. O fim da possibilidade de acumular e a devolução da propina com as vantagens fiscais do IRS Jovem faz com que milhares de jovens percam até 5000 € — 5000 € que poderiam ser cruciais para começar as suas vidas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Pereira** (PS): — Em segundo lugar, o Porta 65. Sabia, Sr. Primeiro-Ministro, que há jovens em Portugal que aguardam, há mais de sete meses, por uma resposta deste programa de apoio à renda, implementado pelo Partido Socialista? Conhece a existência de milhares de processos pendentes, acumulados desde o ano de 2024?

O seu Governo prometeu simplificação, mas o que temos no setor da habitação não é um programa simplificado, é um arquivamento de gaveta de um programa que é essencial para fazer frente à escalada da especulação nos preços das casas.

*Aplausos do PS.*

E, por fim, o ensino superior. A nova secretária de Estado afirmou que, e cito, «as propinas em Portugal são demasiado baixas» e defendeu, pasme-se, que devíamos considerar empréstimos a estudantes. Concorda com estas declarações da sua secretária de Estado? É isto que deseja para o ensino superior?

Com certeza, recordar-se-á do tempo em que os nossos pais e os nossos avós não prosseguiram os estudos por falta de dinheiro. Hoje, com as rendas especulativas, com a possibilidade de aumento da propina, é mesmo para lá que caminhamos.

O Sr. Primeiro-Ministro quer acabar com os 5000 € da devolução das propinas a quem concluiu os estudos. O Sr. Primeiro-Ministro não deu resposta a milhares de jovens que procuravam um novo programa público de apoio à renda, um alívio aos custos proibitivos da habitação.

E, para assinalar esta intencionalidade, nomeou uma Secretária de Estado do Ensino Superior que não tem pudor em admitir que os jovens devem recorrer à banca para pagar propinas mais altas, se querem estudar em universidades públicas.

Sr. Primeiro-Ministro, este não é o País que eu quero. É o País que o Sr. Primeiro-Ministro quer?

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, o Governo apresenta um programa para a saúde que não é, de todo, uma reforma, é uma cortina de fumo, um catálogo de promessas vagas, disparadas em todas as direções, mas sem metas, sem prazos. Na melhor das hipóteses, é um documento otimista e, na pior das hipóteses, talvez a mais realista, um verdadeiro embuste político.

Prometem mudar o SNS. Mas o que é que mudou no último ano? Onde está a eficiência? Onde estão os resultados? Não existem. Fala-se em autonomia hospitalar, mas autonomia sem controlo será sempre solo fértil para o abuso.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — E abusos não faltam no SNS: um único médico ganhou quase meio milhão de euros em 10 sábados.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — O SNS virou o Euromilhões para alguns, mas é pago por todos nós. Duas auditorias internas e nada foi detetado. O que é isto? É incompetência ou é conivência?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — E não é caso único. O SNS tem gastado milhões a atender estrangeiros oportunistas — chamam-lhe humanismo, nós chamamos um desastre, um desperdício total. A este respeito, não há uma única linha.

Anunciam transição digital, mas nos hospitais há computadores obsoletos, redes falhadas, técnicos a improvisar todos os dias. Nos recursos humanos, o vazio é gritante, nada sobre *burnout*, banco de horas, sobrecarga. Nos cuidados paliativos, mais do mesmo, palavras bonitas, zero financiamento, zero metas, zero cobertura. Este programa falha onde mais importa, falha na operacionalização e falha, sobretudo, no controlo do desperdício e da fraude.

Por isso, pergunto: vai ou não combater a fraude e punir oportunistas, sejam eles utentes ou profissionais? Vão ou não ser transparentes e publicar os indicadores de desempenho da autonomia hospitalar e do combate ao desperdício? E quando teremos, finalmente, golos na saúde?

*Aplausos do CH.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder. Faça favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados Cristina Rodrigues, Bruno Ventura, Sofia Pereira e Marta Silva, vou tentar, na medida do possível, responder às questões colocadas.

Quanto à primeira, quero dizer que o combate à corrupção está não só no Programa do Governo como na Agenda Transformadora. Eu próprio o enunciei no início deste debate. E dizer que nada foi feito, sinceramente, é desvalorizar aquilo que se fez. Se me disser que gostaríamos de ter feito mais, também é verdade, e de termos sido mais rápidos, também. Mas desde a alteração à estrutura interna do MENAC (Mecanismo Nacional Anticorrupção), à disposição que hoje tenho de ter um mapa de pessoal próprio, de poder, portanto, produzir um trabalho que anteriormente não estava na sua esfera de ação até ao novo regime de perda de bens por atividade criminosa, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, houve uma evolução muito significativa. É verdade que a interrupção da legislatura acabou por deixar algumas destas alterações pelo caminho; elas terão de ser agora recuperadas e serão recuperadas.

No caso do anteprojeto de diploma da revisão da legislação penal e processual penal, em matéria de perda de vantagens da atividade criminosa, nós já tomámos essa deliberação no âmbito do Governo anterior. Esse anteprojeto foi colocado em consulta pública. Ele implementa, efetivamente, novos mecanismos substantivos de confisco, e cremos que o Parlamento terá agora a oportunidade de juntar a sua contribuição nesse domínio. Temos também, nesse âmbito, uma maior regulação processual para que possa haver maior fluência e efetividade neste mecanismo.

Mas também lhe quero dizer, Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Rodrigues, que o combate à burocracia é uma das áreas mais determinantes no combate à corrupção. Talvez a origem principal dos fenómenos corruptivos em Portugal esteja precisamente no excesso de regras, no excesso e na complicação e na complexidade de muitos procedimentos que depois abrem espaço a que apareçam agentes facilitadores que acabam por tirar proveito da circunstância em que se encontram no decurso desses procedimentos. Por isso, quero aqui assinalar que esta reforma transversal na Administração, esta simplificação, também tem esse efeito.

Sr. Deputado Bruno Ventura, a acrescentar àquilo que disse, o nosso objetivo é cumprir, já este ano, 2 % do nosso produto neste investimento. Não é fácil, temos alguns investimentos que estão em curso, é preciso rapidez. Há uma coisa que lhe quero garantir, e já o disse numa ocasião e vou aqui reiterar: não vai ser preciso orçamento rectificativo, nós temos disponibilidade, as nossas contas públicas estão equilibradas e vão chegar ao fim do ano equilibradas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Pereira, teremos ocasião de discutir o ponto que aqui trouxe relativamente à devolução das propinas. Há uma coisa que nós fizemos efetivamente: temos um regime fiscal para os jovens que é mais alargado no âmbito da aplicação, não é só para quem estuda, e é muito mais alargado também na dimensão, é para 10 anos. E, portanto, isso terá de ter alguns efeitos.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Marta Silva, sobre a saúde, já tenho falado, mas tentarei abordar esse tema nas próximas respostas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para iniciar o conjunto dos quatro pedidos de esclarecimento seguintes, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD, por 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Caras e Caros Deputados, a democracia falou mais alto e os portugueses expressaram a sua vontade de uma forma clara e inequívoca: querem um Governo que continue a resolver os problemas das pessoas e das empresas.

A economia cresceu 1,9 % em 2024, superando não só a meta do anterior programa eleitoral, como as próprias previsões do Partido Socialista e das restantes entidades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — As estimativas da média da União Europeia também foram todas ultrapassadas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Ao mesmo tempo, alcançámos um excedente orçamental de 0,7 % do PIB, acima de todas as previsões. Fizemo-lo sem aumentar um único imposto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Em 50 anos de democracia, fizemo-lo sem aumentar um único imposto, pela primeira vez.

No caso concreto das empresas, que são quem cria verdadeiramente os postos de trabalho, quem paga vencimentos e quem cria valor, apesar de ainda existirem domínios de custos de contexto que será necessário melhorar, foi possível descer, pela primeira vez em muitos anos, o IRC e aprovar um importante pacote de estímulo à competitividade.

Sr. Primeiro-Ministro, durante anos, a resposta à excessiva burocracia e aos custos de contexto assentou na crença de que as vacas voavam. Desde promessas de que o ano de 2017 seria o ano sem papel na Administração Pública, a 2018 ser o ano sem viaturas de serviço dentro das cidades.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Foram anos e anos de deslumbramento com vacas a voar. Foram medidas no papel, anos de inação, e passaram 9 anos e 255 medidas de Simplex.

Sr. Primeiro-Ministro, o que nós queremos, verdadeiramente, a voar são as nossas empresas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nós queremos as nossas empresas a voar lá fora, com condições de competitividade iguais às restantes empresas europeias.

E por isso lhe pergunto, Sr. Primeiro-Ministro, se podemos continuar a contar com um esforço na redução do IRC até ao fim da Legislatura e com o desígnio de tornarmos o nosso tecido económico cada vez mais forte e resiliente, porque as nossas empresas merecem.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rita Matias, do Chega.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, quando levou o nosso País para eleições pediu uma maioria maior, mas, lá no fundo, sonhava com um declínio eleitoral do Chega, declínio esse que, como pode ver, não aconteceu.

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Aliás, o Chega não só é a segunda força política nesta Casa, como levou o Partido Socialista para o lugar da irrelevância política aqui nesta Casa.

*Aplausos do CH.*

Se nós temos tudo isto, se nós temos a maior maioria de direita da última década, é graças, sobretudo, aos jovens portugueses.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E quem são eles?!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Neste sentido, deixe-me dizer-lhe que é preocupante perceber que já dá este voto por garantido. Os jovens estão nas últimas páginas deste programa; para eles, não traz nada de novo e, acima de tudo, consegue repetir mais vezes as palavras «inclusão de imigrantes» do que «jovens», do que «natalidade», do que «casais», do que «filhos». Sabe, aquele Portugal português...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Cá está!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — ... que não pode desaparecer.

Hoje, milhares de portugueses e de jovens começam os seus exames nacionais, que, aliás, vão ser a sua prova de ingresso para o ensino superior, mas não sabem com que propinas vão poder contar, sobretudo quando há uma nova secretária de Estado que diz que as propinas em Portugal são baixíssimas. Não são, e os jovens portugueses sentem isso na pele. Portanto, não deixe essa resposta para depois, diga agora se vai ou não descongelar as propinas do ensino superior.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Bem lembrado!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Em relação à habitação, o verdadeiro drama dos jovens portugueses, os preços continuaram a aumentar, mas as respostas do Governo mantêm-se exatamente as mesmas, sem melhorias. Respostas estas que, infelizmente, só chegaram a alguns jovens, respostas estas que deixaram de fora a geração dos 35, 36, 37 anos, aquela que enfrentou a crise da troica, da covid, da inflação provocada pela guerra e que nunca teve medidas dirigidas para si. É desta que vamos, finalmente, dar a mão a esta geração?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Por fim, os meus últimos segundos são para o combate cultural, aquele que o Sr. Primeiro-Ministro tenta fingir que não acontece, mas que nós já vimos aqui, daquela extrema-esquerda que gosta de ilegalizar partidos, daquela extrema-esquerda que se ocupa da cultura, das escolas, das universidades para doutrinar e para manipular. Não há como ficar neutro nesta guerra. Não é só a disciplina de Cidadania que precisa de revisão, são todos os currículos, são todos os institutos, são todos os coletivos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Tem de ser nem mais 1 cêntimo para os EuroPride desta vida, porque o nosso orgulho é ser português!

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Francisco César, do Partido Socialista, tem 2 minutos para o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, o Partido Socialista e os açorianos esperavam muito mais deste Programa do Governo.

O Sr. Primeiro-Ministro disse repetidamente: «Este é um Governo para resolver, este é um Governo para transformar Portugal.» Aquilo que se esperava deste Programa do Governo, nem que fosse no campo das intenções, era que se propusesse resolver um conjunto de problemas. Ora, sobre a gestão do mar dos Açores, pouco ou nada diz, aliás, diz zero. Sobre a ampliação da pista do Aeroporto da Horta, zero. Sobre os cabos submarinos e inter-ilhas, zero. Sobre o Estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, zero. Sobre a RTP (Rádio Televisão de Portugal) Açores e a necessidade que tem de mais recursos humanos e mais financiamento, zero. Sobre a melhoria dos serviços do Estado, que estão profundamente degradados, zero.

O Sr. Primeiro-Ministro responde-me sempre com o passado ou, então, não me responde. Aquilo que se exige ao Sr. Primeiro-Ministro é que, pelo menos, responda a três perguntas.

O seu partido, o Sr. Presidente do Governo dos Açores, prometeu, durante a campanha eleitoral, antecipar a idade de reforma dos açorianos, exclusivamente dos açorianos, em cerca de dois anos. Vai o Governo cumprir esta promessa?

O PSD comprometeu-se a encontrar uma solução que corrija os erros de contabilização no acesso à reforma dos pescadores açorianos. Vai o Governo resolver este problema?

Por fim, sabemos das condições de degradação das finanças públicas regionais nos Açores e das dificuldades que tem o Governo Regional dos Açores. Há uma necessidade de revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas. O Sr. Primeiro-Ministro fala de analisar a possibilidade de sistemas fiscais regionais, pelo que lhe pergunto: o que é que isso quer dizer? O que é que significa, concretamente, esta possibilidade para os Açores? E que compromissos assume nesta matéria?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Que azar!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Correu mesmo mal ao PS!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, acabámos de ouvir um exercício de negação dos resultados que os açorianos, em urna, em eleições livres, expressaram ao Partido Socialista e, em particular, ao seu líder regional, que, por acaso, também é Deputado à Assembleia da República.

Esta negação é muito mais grave quando se trata de um partido que escrevia pouco nos programas de compromisso com os açorianos e, do que escrevia, nada cumpria. E a dificuldade do Partido Socialista é óbvia: é que o Sr. Primeiro-Ministro encabeça um Governo que, em 11 meses, resolveu aquilo que o Partido Socialista em 8 anos não cumpriu com os açorianos, enganando-os. Este é que é o problema.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Primeiro-Ministro, não tenha grande preocupação com este *mea culpa* do Sr. Deputado Francisco César, porque este é um exercício a que o Partido Socialista sempre habituou os açorianos. Aliás, foi-lhe pedido que interpretasse a vontade expressa dos açorianos e que mudasse o discurso, pois foi esta a mensagem que lhe endereçaram.

Sr. Primeiro-Ministro, temos confiança absoluta no cumprimento daqueles que são os compromissos para com os açorianos, mas queria pedir-lhe que nos ajudasse a perceber melhor como pretende operacionalizar a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e as OSP (obrigações de serviço público) para transporte marítimo de mercadorias, um aspeto essencial.

Connosco pode sempre contar — com os Deputados eleitos pelos Açores — para sermos vigilantes, mas, acima de tudo, parceiros na construção de soluções, como fizemos ao longo dos 11 meses, e que os açorianos a nós, e principalmente a si e ao seu Governo, reconheceram, dando uma vitória estrondosa que muito nos honra e muito agradecemos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados Gonçalo Lage, Rita Matias, Francisco César e Paulo Moniz, obrigado pelas vossas questões.

Sr. Deputado Gonçalo Lage, não há dúvida nenhuma de que o nosso futuro tem de se construir na base do crescimento da nossa economia. E, para crescermos economicamente, temos de reformar o Estado, temos de ser consequentes na dinamização da nossa atividade económica, levar a cabo a nossa estratégia, aquela que muitos teimam em não ver, e aproveitar as oportunidades, temos de ser competitivos.

Por isso, no nosso Programa do Governo, continuamos a baixar os impostos sobre o rendimento do trabalho, para estimularmos mais a produtividade, para termos capacidade de atração e retenção de capital humano. Por isso, no nosso Programa do Governo, temos esta base de transformação do Estado, para sermos mais eficientes, para podermos libertar recursos para terem o aproveitamento económico que possa gerar maior riqueza.

Temos, depois, de ajudar as empresas a terem a sua vida mais facilitada, diminuindo os custos de contexto, com menos burocracia, com menos exigência do ponto de vista formal que do ponto de vista material. Queremos que as empresas cumpram regras, não queremos é que estejam sujeitas à carga que hoje impende sobre elas, de tanto procedimento, de tanta norma e tão complexa que, muitas vezes, deixa os investimentos pelo caminho.

Para isso, também queremos que as empresas tenham maior capacidade financeira, tendo maior capacidade de se capitalizarem e tendo maior capacidade de aproveitarem o seu rendimento para reinvestirem, seja em aquisição de equipamentos, de maquinaria, seja também em pagamento de melhores salários. A diminuição do IRC é isso que significa. A diminuição do IRC que, de resto, quero recordar, beneficia, em primeira linha, as pequenas e médias empresas, que são a grande maioria dos beneficiários, cerca de 63 % dos beneficiários, da descida do IRC.

Nós queremos que as pequenas empresas possam ser médias e que as médias possam ser grandes e que as grandes possam ser ainda maiores. Queremos favorecer a escala empresarial para que possamos ser mais competitivos no mercado, para que possamos ganhar quotas, seja no mercado interno, seja no mercado externo. Por isso, o programa Acelerar a Economia, os programas de apoio à industrialização, à internacionalização, à diversificação de mercados vão continuar.

Os Srs. Deputados, hoje, estão com grande sensibilidade, querem que seja tudo referido ao pormenor. Eles próprios estão muito burocratas, só querem conversa no programa. Nós estamos mais focados na ação.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Rita Matias, depois da ajuda para a compra da primeira habitação, depois do IRS Jovem e do seu impulso, depois dos alojamentos estudantis, que tiveram um estímulo como não se via há muitos anos e que estão hoje em execução, a Sr.<sup>a</sup> Deputada retratou aqui um País, que não existe, de falta de apoio aos mais jovens. Mas nós queremos mais e vamos dar-lhe razões para a Sr.<sup>a</sup> Deputada se congratular num futuro próximo.

Relativamente aos Açores, faço minhas as palavras...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar no último período de pedidos de esclarecimento, restando três, e, com isso, teremos condições para terminar esta fase da nossa sessão.

Tem a palavra, para esse efeito, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Canha, do Partido Socialista. Dispõe de 1 minuto e 31 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sofia Canha** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, faço votos para que tenham um bom mandato.

Poderia começar esta intervenção relevando o facto de estarem inscritas no vosso programa eleitoral algumas matérias de interesse para a Região Autónoma da Madeira, mas, como são apresentadas num plano de intenções genérico e vago, vou apenas mencioná-las para dizer o seguinte.

Mais importante do que o que o Programa do Governo diz é o que não diz. Fala em aprofundar a internacionalização do ensino superior, mas não contempla medidas diferenciadoras para as instituições de ensino superior sediadas nas regiões autónomas. Fala na questão de a República assumir as suas responsabilidades a nível do transporte marítimo e aéreo de pessoas e mercadorias, nas comunicações, na cultura e no desporto, mas não diz em que termos e condições.

Registo com apreensão as omissões deste documento no que respeita a um conjunto de temas: o subsídio social de mobilidade — os madeirenses aguardam ansiosamente por medidas concretas que lhes permitam não adiantar as centenas de euros para sair das ilhas; o plano de contingência para o aeroporto da Madeira de modo a aumentar a operacionalidade do aeroporto internacional; a assunção dos encargos com os medicamentos e saúde nos subsistemas da PSP, da GNR, da ADM (Assistência na Doença aos Militares); e o Centro Internacional de Negócios da Madeira, que é um instrumento importante em termos de atratividade das empresas e de diversificação económica da região.

Sr. Primeiro-Ministro, diga-nos, concretamente, qual o seu nível de compromisso com estas matérias regionais. Diga aos madeirenses com o que podem contar, diga à Madeira que não será tratada em proporção do seu tamanho, do seu território, mas sim pela importância geostratégica que constitui para o País.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Paulo Neves, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estamos na Região Autónoma da Madeira muito agradados com os compromissos do seu Governo em relação à nossa região.

O Programa do Governo é um bom documento de partida para quatro anos de uma relação séria, responsável e respeitadora do povo madeirense e das regiões autónomas, e isso não nos surpreende. O Sr. Primeiro-Ministro foi assim no último Governo e é bom que se recorde que, em nove meses, o senhor fez mais que o Governo socialista em nove anos.

O Sr. Primeiro-Ministro fez questão de estar connosco, com os madeirenses, durante vários dias na pré-campanha eleitoral. Conheceu a nossa realidade e apoiou as nossas legítimas aspirações. O Sr. Primeiro-Ministro é, de facto, um amigo da Madeira e um autonomista.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

No Programa do Governo há o compromisso de uma nova Lei das Finanças das Regiões Autónomas. É uma lei que vai respeitar ainda mais e compensar a natural e sempre permanente ultraperiferia da Madeira e do Porto Santo. Não podemos ser prejudicados lá, porque o Partido Social Democrata da Madeira governa, e governa bem,...

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

... e enriquece a região e os madeirenses todos os anos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, refiro também o compromisso com a mobilidade aérea, sempre melhorando o atual modelo. Aliás, como o senhor fez no último Governo: as viagens são mais baratas neste momento entre a Madeira e o continente do que eram antes do seu Governo.

Refiro, ainda, o compromisso com a mobilidade marítima de passageiros e de mercadorias — o *ferry* —, mas outras questões serão também, estou certo, prioridades deste Governo, como os meios aéreos para combate aos incêndios, a continuação do apoio à construção do novo hospital, a enorme atenção que o seu Governo tem dado ao Centro Internacional de Negócios da Madeira, incluindo, naturalmente, o registo de navios e o assumir das dívidas dos subsistemas.

Ou seja, Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que podemos dizer é o seguinte: continue a contar com a nossa lealdade, porque sabemos que contamos com a sua.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para o último pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Aguiar, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, as palavras que lhe dirigi há pouco mais de um ano poderiam ser exatamente as mesmas para hoje. Só que hoje o Sr. Primeiro-Ministro já não pode escudar-se no Governo desastroso do PS.

Hoje, passado um ano da sua governação, pergunto-lhe se resolveu a falta de professores nas escolas. Há um ano, perguntei: «Que medidas concretas tem para resolver este problema?» Remeto-lhe, de novo, a pergunta. É que, olhando para o seu Programa do Governo, diria até que nem de boas intenções é feito. Fazer um estudo para os próximos 10 anos que mostre o quê? O mesmo que resultou de uma suposta auditoria para apurar a falta de professores, da qual ninguém soube o resultado, nem sequer o próprio Ministro da Educação? Baixar as habilitações para os novos professores? Mas isso foi o que o seu Ministro da Educação fez na Legislatura passada, colocando pessoas sem habilitação a desempenhar esta função, num claro embuste face à real falta de professores.

No fim de todos estes anos, e mais um, o do seu anterior Governo, temos hoje uma escola afundada em burocracia, que serve apenas para promover o facilitismo e um sucesso fictício, que veio a público no último relatório do PISA (Programme for International Student Assessment). Uma escola que só funciona à custa da sobrecarga de horas extraordinárias sobre os mesmos que se veem hoje ultrapassados no seu tempo de serviço, doentes, revoltados, mas, ainda assim, permanecem por amor ao ensino.

Depois, temos a moda das aferições, que apenas roubam tempo e em nada contribuem para uma efetiva aprendizagem. E para quando reformas nos currículos e estatutos de alunos e professores? Quem saberá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Maria José Aguiar** (CH): — E a paz? Paz nas escolas apenas porque se restituiu o tempo de serviço congelado, fazendo crer que, com isso, se está a valorizar a carreira?! Isso é falso, é mentira!

*Aplausos do CH.*

A recuperação do tempo congelado sempre foi um direito pleno dos professores e ainda negado aos que se encontram nos escalões mais elevados.

Quer efetivamente valorizar e dignificar a carreira dos professores? Começemos por uma real valorização de todos os escalões e índices remuneratórios, num sinal de respeito, tornando a carreira atrativa e resolvendo o problema da falta de professores.

Para isso, conte com a bancada do Chega; senão, terá, deste lado...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Primeiro-Ministro, tem a palavra para responder a este último conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sofia Canha, Sr. Deputado Paulo Neves, Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Aguiar, obrigado pelas vossas questões.

O Sr. **Francisco César** (PS): — Pode aproveitar para responder a mim também!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr. Deputado Francisco César, eu posso juntá-lo! Posso juntar os Açores, a Madeira e o Porto Santo, para dizer que, de facto, sou um autonomista.

O Sr. **Francisco César** (PS): — E a idade da reforma?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sou líder de um Governo que tem tido uma colaboração e uma cooperação impecáveis com os Governos regionais e com as instituições regionais,...

**Vozes do PSD**: — É verdade!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — ... não só com as instituições políticas, mas também cívicas, académicas.

O Sr. **Francisco César** (PS): — A idade da reforma?!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Estamos no bom caminho e, como estamos no bom caminho, esse reconhecimento foi feito nas urnas pelos açorianos, pelos madeirenses e pelos porto-santenses.

O Sr. **Francisco César** (PS): — E depois?

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — O emagrecimento do Partido Socialista na sua representação parlamentar diz muito desta postura de negação que o Sr. Deputado insiste em trazer para aqui.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

*Protestos do Deputado do PS Francisco César.*

Mas, sob esse ponto de vista, o Sr. Deputado pode continuar e prosseguir!

Ainda sobre a Madeira, falava o Sr. Deputado Paulo Neves no Centro Internacional de Negócios, no registo de navios e, pronto, os Srs. Deputados vão continuar a ver os navios e nós vamos continuar a ajudar os madeirenses, os açorianos e os porto-santenses a terem mais qualidade de vida, maior capacidade de mobilidade aérea, maior capacidade de mobilidade marítima, um ensino superior com mais dinâmica, capacidade científica, um hospital no Funchal e também um hospital em Ponta Delgada renovados, com capacidade académica associada.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Portanto, o meu compromisso é um compromisso total para continuarmos a trabalhar assim, evidentemente com equilíbrio, na base da previsibilidade e da lealdade, que é também o princípio que queremos plasmar na nova lei de finanças regionais.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria José Aguiar, podemos fazer o debate na postura que aqui trouxe — mais sindical, digamos, mais reivindicativa —, mas eu creio que era bom que acertássemos alguns pontos.

Hoje temos, de facto, mais paz na escola pública. Chegámos a um entendimento com os professores que é, de facto, reconhecido por todos.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Claro!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Mas não ficámos só por aí. Temos mais 1472 docentes que adiaram a sua aposentação. Porquê? Porque sentem mais incentivo para ficar no sistema.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Temos mais 904 docentes que voltaram a ensinar. Tinham saído e voltaram. Será porque a escola está mais instável do que estava há um ano atrás, Sr.<sup>a</sup> Deputada?

*Aplausos do PSD.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada, é isso que está a ver? Não é isso que eu vejo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, o incentivo financeiro à deslocação, para termos professores nas escolas onde fazem falta, já chegou a 2734 professores.

A Sr.<sup>a</sup> **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, desvaloriza isso? Acha que o concurso extraordinário que lançámos, para 2309 vagas, ficando preenchidas 1731, não diz nada ao sistema?

A escola pública não está melhor, está muito melhor, e vai continuar a estar melhor, nos próximos anos. Não tenha dúvidas sobre isso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Encerrado o segundo ponto da ordem do dia, antes de interrompermos os trabalhos, queria anunciar à Câmara os resultados das eleições. Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler a ata respetiva.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, passo a ler a ata da votação, que é do seguinte teor:

«Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidente e Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República para a XVII Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 229

Vice-Presidente — Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim

A favor — 145

Branco — 68

Nulos — 12

Vice-Secretário — António Filipe Dias Melo Peixoto

A favor — 122

Branco — 68

Nulos — 12

Nos termos regimentais, declaram-se eleitos: Vice-Presidente, o Sr. Deputado Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim; Vice-Secretário, o Sr. Deputado António Filipe Dias Melo Peixoto.»

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Desta vez, votaram neles!

O Sr. **Francisco César** (PS): — Ó Pedro Pinto, parabéns à tua bancada!

O Sr. **Presidente**: — Estão interrompidos os nossos trabalhos. Recomeçamos às 15 horas.

*Eram 13 horas e 35 minutos.*

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

*Eram 15 horas e 3 minutos.*

Peço aos Srs. Agentes da autoridade que abram as portas das galerias.

Srs. Deputados, pedia o favor de se sentarem, enquanto aproveito para felicitar o Sr. Deputado Ricardo Dias Pinto, do Chega, pelo seu dia de anos hoje.

*Aplausos do CH e de Deputados do PSD.*

Peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos pelo Sr. Presidente, os Projetos de Lei n.<sup>os</sup> [22/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [23/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP), [24/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PCP) e [25/XVII/1.<sup>a</sup>](#) (PAN).

Verificou-se também, há pouco, uma incorreção nos números que constavam da ata da eleição do Sr. Vice-Presidente e do Sr. Vice-Secretário, razão pela qual vou voltar a lê-la. É do seguinte teor:

«Aos dezassete dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, procedeu-se à eleição dos Vice-Presidente e Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República para a XVII Legislatura, sendo apurados os seguintes resultados:

Votantes — 229

Vice-Presidente — Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim

A favor — 145

Branços — 72

Nulos — 12

Vice-Secretário — António Filipe Dias Melo Peixoto

A favor — 126

Branços — 91

Nulos — 12

Nos termos regimentais, declaram-se eleitos: Vice-Presidente, o Sr. Deputado Diogo Velez Mouta Pacheco de Amorim; Vice-Secretário, o Sr. Deputado António Filipe Dias Melo Peixoto.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos entrar no terceiro ponto da ordem do dia, que consiste no debate do Programa do XXV Governo Constitucional.

Tem a palavra, para a primeira intervenção, o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega. Dispõe de 43 minutos.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, restantes membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Ouvimos o XXV Governo falar de imigração, como se estivesse a fazer uma grande revolução. Muito palavreado bonito, muita promessa vazia, mas no fim, o que temos? Fogo de vista.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — De manhã criticavam e agora é palavreado bonito?!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Nada mais do que maquilhagem barata, para esconder o caos que continua instalado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Dizem que querem uma imigração regulada e humanista. Parece bem, mas vamos olhar para o que propõem.

Regular o quê, se continuam, por exemplo, a dar residência facilitada a todos os que chegam cá da CPLP, sem saber quem são, de onde vêm ou o que andam cá a fazer?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Primeira mentira!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Isso não é política, isso é um convite ao descontrolo, a que o PS tão bem já nos habituou e que o PSD parece não querer resolver.

Portugal continua a ser um país de portas escancaradas, onde o crime entra à vontade, onde se perde o controlo sobre quem cá está e onde o bom povo português, que paga impostos e cumpre regras, fica para segundo plano.

E não somos só nós que o dizemos. O próprio Governo admite que há pendências nos processos de regularização. Mas o que é que fazem com isso? Continuam a abrir as portas, enquanto a casa arde.

Nós, no Chega, já dissemos ao que vimos, fomos claros. Portugal não pode continuar a aceitar esta imigração sem critério, sem controlo e sem responsabilidade.

Defendemos quotas, defendemos regras claras, defendemos que quem não respeita as leis portuguesas tem de ser repatriado do nosso País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Só repatriado?

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — O Governo diz que quer rever canais de entrada. Pois bem, o Chega quer acabar com a brincadeira da autorização de residência automática para a CPLP e suspender o reagrupamento familiar, até que a situação migratória esteja resolvida.

Porque quem ama Portugal de verdade não pode aceitar que o País esteja a ser invadido à descarada.

Srs. Deputados, olhem à vossa volta. Quantas pessoas sentem segurança a andar na rua, como antes? Quantas famílias portuguesas esperam anos por uma casa, enquanto se atribuem apoios sociais e habitação a quem cá chegou há apenas três dias?

É ou não verdade que muitos vêm só depois e só vêm pelos apoios? É ou não verdade que temos bairros inteiros onde a polícia tem medo de entrar? É ou não verdade que se calou o debate sobre a criminalidade associada à imigração ilegal, com medo de ofender seja quem for?

Pois nós não temos medo. O Chega não se cala e diz, alto e em bom som: Portugal tem de voltar a ser dos portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Defendemos uma política de imigração séria. Quem vem para trabalhar, quem respeita a nossa lei, os nossos valores e a nossa cultura será bem recebido. Quem vem para abusar, para roubar e viver à conta do Estado tem de ser travado à entrada ou convidado a sair.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Menos os que trabalhem para si!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Querem integração? Comecem por impor respeito. Querem acolher? Exijam que cumpram regras. Querem segurança? Fechem as portas a quem não presta.

O Governo diz estar preocupado, mas as preocupações sem coragem não servem para nada. Nós não somos politicamente corretos, nós somos politicamente verdadeiros.

Srs. Deputados, chega de imigração descontrolada. Chega de Governos que enchem a boca com promessas e deixam as fronteiras escancaradas. Chega de políticas que abandonam os portugueses.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto. Sr.<sup>a</sup> Deputada, tem a palavra para um pedido de esclarecimento. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, quero aproveitar, naturalmente, este momento da investidura parlamentar para saudar o programa deste Governo, concretizado numa Agenda Transformadora, sempre no sentido de melhorar a qualidade de vida dos portugueses.

Quero aproveitar também esta oportunidade para realçar, mais uma vez, o diálogo que foi trazido por este Governo — um diálogo no sentido de incluir claramente medidas de outros partidos políticos no seu programa, no programa que hoje é apresentado aqui, na Assembleia da República.

E, por falar nas medidas que são incluídas no Programa do Governo, quero apelar naturalmente àquilo que as portuguesas e os portugueses mais anseiam e exigem: estabilidade política, estabilidade governativa.

É nesse sentido, Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, que gostaria de lhe colocar uma questão. A questão, Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, em nome dessa mesma estabilidade, e já que hoje o Chega se proclama legitimamente o líder da oposição, é a de saber se o Sr. Deputado e o seu partido sabem o que significa liderar a oposição.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — É que liderar a oposição exige, de facto, muita responsabilidade,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — ... e os senhores, no passado, não estiveram à altura dessa mesma responsabilidade.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem! Exatamente!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem, Andreia! Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Por isso, Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, a minha próxima questão prende-se exatamente com o assunto que trouxe: o da imigração.

Será que vai ser desta vez, quando o Governo trazer à Assembleia da República a criação da unidade nacional de estratégia e fronteiras da PSP, que o Chega vai estar à altura e vai aprovar esta proposta? Será que vai estar à altura dessa mesma responsabilidade?

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega, tem a palavra para responder. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Andreia Neto, obrigado pelas questões que colocou.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer o seguinte: se consideram que ser partido da oposição é ser igual ao PS, que foi a vossa muleta durante os últimos anos,...

*Aplausos do CH.*

... não me parece que seja esse o nosso objetivo.

Oposição significa ter responsabilidade para com quem nos elege...

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... e para com o País, coisa que não aconteceu durante estes últimos anos. Sr.<sup>a</sup> Deputada, quanto à questão que me coloca sobre a tal unidade incluída na PSP,...

A Sr.<sup>a</sup> **Andreia Neto** (PSD): — Não foi isso que eu perguntei!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... é preciso não esquecer que isso já foi debatido nesta Assembleia e, de facto, nós votámos contra. E votámos contra, porquê? Aliás, abstivemo-nos.

*Risos do PSD e do L.*

Mas também podíamos ter votado contra, por um motivo muito simples.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É igual!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Era igual, porque os senhores querem simplesmente que a PSP, que já não tem meios, já não tem homens nem tem capacidade para fazer esse trabalho, faça o mesmo que fazia o SEF.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estão contra outra vez?!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — A PSP não tem os meios administrativos, que foram passados para a AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo). Foi dividido.

O SEF era um organismo que regulava de uma maneira correta, tanto a nível administrativo como a nível policial. O que vocês querem é simplesmente atribuir competências à PSP, que não tem meios para as desempenhar, sem lhe ter dado quaisquer meios.

*Aplausos do CH.*

Portanto, se os senhores estiverem dispostos a criar um novo SEF ou um organismo semelhante, com as competências que tinha o SEF, estamos dispostos, sem dúvida, para acompanhar. Agora, para fingir que fazemos alguma coisa, fingir que estamos a controlar alguma coisa, apenas para ficarmos bonitos na foto, não, obrigado, não é esse o objetivo.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Irresponsabilidade!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD. Dispõe de 47 minutos e 54 segundos.

Não está obrigado a gastar todo o tempo, como é óbvio. Como a intervenção vem escrita, não corre o risco de esgotar o tempo; se não estivesse escrita, já não diria o mesmo.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: A tarefa de transformar Portugal não se inicia hoje. Dir-se-á, em razão do resultado das eleições, que a orientação firmada se fortaleceu e que aos propósitos que antes elegemos outros se unem, renovando a ambição e modernizando o desejo de servir Portugal.

Portugal é um país seguro, todos os indicadores o certificam. Este é um dos domínios da nossa vida cívica de que nos devemos orgulhar. Porém, este património não pode ser tomado como garantido. As alterações que a sociedade enfrenta conduzem a tensões que precipitam a degradação da perceção de segurança, o que exige resposta: uma resposta firme, mas proporcional e adequada, porque, sem resposta, cresce quem não tem resposta ou quem deseja simplesmente que não haja resposta.

*Aplausos do PSD.*

Exige-se resposta em nome daqueles que mais sofrem, desde logo os mais vulneráveis: aqueles idosos que receiam sair à rua; aquelas crianças que resistem a ir a pé para a escola; aqueles que vivem em bairros degradados; as mulheres, vítimas vezes de mais. Dizem-me isso em Faro, por todo o Algarve, mas dirão isso a muitos de vós, por todo o País.

Garantir segurança não é compromisso político ou instrumento de competitividade económica: é um imperativo moral cimeiro, uma exigência ética indeclinável de que nenhum de nós se pode demitir. A segurança é trave-mestra da liberdade; não a ofusca nem a abandona; cuida da liberdade na medida em que a liberdade reclama; é guardiã de direitos, liberdades e garantias, e é tarefa superior de qualquer Governo concretizá-la, em cada hora, em cada lugar, para todos os cidadãos, sempre.

Nesse sentido, o Programa do Governo segue a linha justa, com o aumento da videovigilância; com o reforço de 1500 elementos para a GNR e a PSP até ao fim do ano e de mais 1400 a prazo; com o reforço do combate à criminalidade violenta e grave, ao tráfico de droga, à criminalidade organizada, bem como à criminalidade juvenil e grupal, à violência doméstica e à criação e partilha de conteúdos digitais nefastos ao desenvolvimento das crianças e jovens. Mas não nos enganemos: tudo isto só se realiza e só dissuade na medida em que houver julgamentos rápidos, em particular na criminalidade violenta e grave, e especialmente nos casos de flagrante delito.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portugal está a atravessar uma significativa transformação demográfica. Nos últimos anos, muitos procuraram o nosso País para terem uma vida melhor. Em oito anos, o número de cidadãos estrangeiros quase quadruplicou. Há setores económicos que, sem mão de obra estrangeira, não funcionariam. A segurança social estaria bem pior, não duvidem.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — É falso!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas a imigração não se pode medir só por dinheiro, discutindo-se se é ou não rentável. Mede-se por valores: tolerância, humanidade, dignidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Tão bom!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Onde não há dignidade, há crueldade. Onde não há humanidade, há exploração.

*Aplausos do PSD.*

Onde não há tolerância, deixamos de ser comunidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É tão bom, isso!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Por isso, não podem entrar todos os que o desejem, e os que nos propomos receber devem ser exemplarmente tratados, ter lugar para viver e trabalhar sem discriminações.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr. Deputado Pedro Pinto, sem discriminações. Onde quer que seja, sem discriminações, Sr. Deputado Pedro Pinto.

*Aplausos do PSD.*

Têm de ter saúde, educação ou segurança como os demais, mas têm também de aderir aos princípios fundamentais a que temos apego e que moldam a nossa vida social.

Não aceitaremos que Portugal volte a ter imigração descontrolada, de forma que não sabemos quem entra, de onde vem, se tem cadastro e o que fez.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Está a discriminar!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Assistimos, durante vários anos, a uma imigração sem controlo que desumanizou quem recebíamos e corroe a coesão social. Vimos tráfico e exploração de trabalhadores migrantes, condições indignas de alojamento e de trabalho, abuso de pessoas vulneráveis, que repudiáramos, se a vítima fosse um compatriota nosso.

Foi um erro. O Estado não estava preparado, os serviços públicos não estavam preparados, a sociedade não estava preparada.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Em 2024, a política mudou, o Governo acabou com a política de portas escancaradas, extinguindo as manifestações de interesse. E fez muito bem o Governo, merecendo o nosso reconhecimento por isso: em menos de um ano, resolveu cerca de meio milhão de processos, repôs controlos

documentais e de segurança e aplicou a lei com consequência, quer queiram, quer não queiram, quer reconheçam, quer não reconheçam.

É preciso, por isso, continuar a concretizar as três dimensões da nova política de imigração: em primeiro lugar, resolução de pendências; em segundo lugar, regulação de entradas, maior controlo de segurança,...

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

... fiscalização em território nacional e afastamento de quem não cumpre as leis; em terceiro lugar, tão importante como os outros dois vetores, integração com humanismo de quem vem, cumprindo as regras vigentes e os valores constitucionais.

Rejeitamos que se trate os imigrantes por «eles», mas em nenhum momento podemos deixar de ser nós, para sermos uma versão pior daquilo que devemos ser.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É imperioso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, rever a Lei da Nacionalidade. Não há futuro sem comunidade política — essa é a verdadeira e inultrapassável coesão nacional, o chão comum que nos faz partilhar alegrias e tristezas, vitórias e derrotas, que nos faz comover com os infortúnios e rejubilar com os sucessos uns dos outros, de todos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Vais chorar?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A cidadania não é, nem pode ser, um círculo fechado. Mas, para a ela pertencer, não basta o mero decurso do tempo; é preciso o apego à língua, o sentimento de pertença, conhecer o património histórico, o bom e o mau.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Qual é o património mau?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — A obtenção da nacionalidade jamais pode ser um passaporte, uma burocracia estéril de carimbo; tem de ser uma identidade própria, que é reconhecida, louvada, celebrada. Uma identidade, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, de corpo e alma.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Cristóvão Norte tem dois pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que pretende responder aos dois em conjunto.

Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, caros membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, «deixa o barco navegar, deixa a gente ser feliz e deixa o Luís trabalhar».

*Risos do PSD.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Categoria!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Foi este o mote da campanha e da propaganda da AD durante toda a campanha eleitoral.

O barco, esse, está a afundar, a gente não está nada feliz e digo já que deixar o Luís trabalhar tem sido sinónimo de continuarem os jovens a ser forçados a emigrar.

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD.*

Como jovem, isto preocupa-me. Toda a minha vida vivi a ver os meus colegas qualificados, pessoas que amam este País, sair. Sair por culpa de Governos de esquerda, que não se preocupavam com os principais talentos que tínhamos, mas que abriam portas a toda a imigração que vinha de fora, não qualificada e barata.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — A pouca esperança que esses mesmos jovens tiveram no Governo da AD rapidamente passou, porque, se a AD é como o *Melhoral*, não faz bem nem faz mal, o seguimento das políticas do PS transformou-vos num só medicamento. São como um «Melhossem», aquele que toda a gente sabe que faz mal e, certamente, não faz bem.

*Aplausos do CH.*

O que é que preocupa este Governo? Serão os jovens? Será o seu regresso? Não é nada disso. Os portugueses sabem bem que não é nada disso. O que preocupa este Governo é o reagrupamento familiar de meio milhão de imigrantes.

*Protestos do PSD.*

É trazer meio milhão de imigrantes para se juntar ao outro milhão e tal que já cá temos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — A sua prioridade é a mesma da geringonça: é ver os talentos que temos a sair e abrir portas a quem não vem cá fazer nada.

*Aplausos do CH.*

Que fique aqui claro, nesta Casa, que fique claro para Portugal inteiro, que a nossa prioridade são os portugueses, a nossa prioridade são os jovens portugueses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Quero dizer também que o único reagrupamento familiar para o qual podem contar com o Chega é o reagrupamento familiar dos portugueses que partiram, de volta a esta casa, com a sua família.

*Aplausos do CH.*

Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço, olhos nos olhos, em representação dos jovens portugueses,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Está-se a representar a si!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — ... é só uma: vai priorizar os jovens face aos que vêm de fora, ou terão de ser mesmo os jovens a pegar no Luís e a metê-lo daqui para fora? É isto que eu pergunto.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao segundo orador, quero dizer que interpretei a primeira parte da intervenção com a ironia...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi uma citação.

O Sr. **Presidente**: — ... que se justificava em relação à campanha. O final já não. É uma falta de respeito ao Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Portanto, peço que se saiba, em cada momento, fazer bem essa distinção, porque a primeira foi aceitável e a segunda não.

*Aplausos do PSD.*

Não é para palmas!

Feito o reparo, vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Torres, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Frazão, eu ouço-o mesmo com o microfone desligado. Isso não é educado nem urbano, pelo que lhe peço que se abstenha desse tipo de intervenções.

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.*

Sr. Deputado Pedro Frazão, não lhe estou a dar a palavra. Não lhe estou a dar a palavra e escusa de fazer aqui «um número», que não lhe estou a dar a palavra.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Cristóvão Norte, não é a primeira vez que isto acontece — aliás, é muito recorrente por parte não apenas da sua bancada parlamentar como das bancadas parlamentares da direita: hoje, o Sr. Deputado fez aqui uma intervenção em que se debruçou sobre os temas da segurança e os temas da imigração.

Permita-me que, uma vez mais — e porque, por vezes, se induzem as pessoas nesse pensamento —, deixe muito claro que não existe até hoje nenhuma correlação fundamentada entre imigração e aumento da criminalidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mentira! Mentira!

O Sr. **João Torres** (PS): — Faço-o com o sentido pedagógico e o dever de consciência que analisar os temas com factualidade exige, e exige cada vez mais, no nosso País.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

Sr. Deputado Cristóvão Norte, quero deixar muito claro perante o Sr. Deputado e perante a direita política no nosso País algo que me parece ser absolutamente evidente para as portuguesas e para os portugueses: a segurança não é um desígnio, a segurança não é um valor exclusivamente da direita do nosso País.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas quem é que disse isso?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Do PS não é de certeza!

O Sr. **João Torres** (PS): — Nós, na esquerda, também olhamos para a segurança como algo absolutamente prioritário e elementar na vida dos nossos concidadãos e para cada um dos nossos territórios e para cada uma das nossas comunidades.

Por isso, por favor, Sr. Deputado, deixe de se apropriar do tema da segurança como se fosse um tema da AD, ou como se fosse um tema do Chega ou de qualquer outro grupo parlamentar. A segurança é um bem de todos os portugueses...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Do PS não é!

O Sr. **João Torres** (PS): — ... e exige-se muito bom senso para a sua preservação e para a sua promoção.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Sr. Deputado, dirijo-lhe uma questão muito clara e muito direta. Como sabe, no último relatório do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna), foi eliminado um capítulo ou um ponto muito importante sobre os extremismos...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que sabe isso?

O Sr. **João Torres** (PS): — ... e hoje mesmo foi conhecido que a Polícia Judiciária procedeu à detenção de membros de grupos de extrema-direita...

**Vozes do CH:** — Oh...!

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para responder aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Ricardo Reis, não quero ser indelicado com o Sr. Primeiro-Ministro, mas não posso hesitar em citar a canção que dominou as atenções...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi a *Grândola*!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... na campanha eleitoral.

Creio que seria muito importante para a estabilidade em Portugal nos próximos anos se os senhores não se limitassem a recitar a canção e a cumprissem: «Deixem o Luís trabalhar!»

*Aplausos do PSD.*

E têm uma boa oportunidade, desde já, de deixar o Luís trabalhar em áreas nevrálgicas que os senhores, ao longo de anos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que o PSD esqueceu! O Cristóvão Norte era contra! Já se esqueceu do que fazia!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... disseram que eram centrais, mas para as quais, infelizmente, nunca ofereceram nenhuma resposta credível, a menos que fosse lançar anátemas sobre terceiros que conduzem a uma polarização indesejável na sociedade portuguesa.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O que queremos fazer em matérias centrais para que os portugueses se sintam seguros será sempre feito com uma regra de respeito pelos direitos humanos, com sentido cívico, tratando todos por igual; não será, em momento algum, dizendo que as pessoas fazem mal, que são más, e lançando anátemas sobre elas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah...!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Isso não é bom para o País e para isso não contam, seguramente, com a bancada do Partido Social Democrata.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado Pedro Pinto,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não me gaste o nome!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... eu e o Sr. Deputado teremos oportunidade de nos encontrar em Faro. Lá o espero, se o senhor tiver coragem para isso!

*Aplausos do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu vou lá estar! Eu vou lá estar!

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, lamento haver um som ensurdecedor que provém deste hemisfério do Hemiciclo,...

**Vozes do CH:** — Uh!...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... o qual perturba muito o meu raciocínio.

*Risos do CH.*

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tens de te habituar!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados...

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, uma coisa é um aparte que não seja uma interrupção, outra coisa é impedir um orador de intervir. Portanto, acho que devemos todos reler o Regimento.

Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Deputado João Torres, tenho de lhe agradecer a oportunidade — se alguma dúvida pairasse — de me permitir esclarecer a questão: eu, em momento algum, em qualquer afirmação que produzi, pretendi estabelecer qualquernexo de causalidade entre uma coisa e outra. Aliás, fui extraordinariamente cuidadoso nos termos...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... para que nem as mentes mais poluídas procurassem fazer essa associação.

*Aplausos e risos do PSD e de Deputados do CH.*

Peço que não o faça. Porém, quero dizer que o Sr. Deputado enfiou o barrete. Enfiou o barrete completo.

*Risos de Deputados do PSD e de Deputados da IL.*

Portanto, mais valia, Sr. Deputado, confesso, pedir desculpa, porque estamos a resolver muitos problemas que, lamentavelmente, o Partido Socialista nos legou.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Mendonça Mendes, do Partido Socialista, que dispõe de 38 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Cristóvão perdeu o Norte!

**Vozes do CH**: — E vai perder o Sul!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Sul já perdeu há muito tempo!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, pedia a quem está em circulação o favor de se sentar, para criarmos as condições para poder ouvir o Sr. Deputado.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Este novo Governo da AD entra em funções com uma situação económica e orçamental diversa da que acontecia no anterior Governo da AD.

No 1.º trimestre de 2024, o PIB crescia 0,8 % em cadeia e no 1.º trimestre de 2025 o PIB caiu 0,5 %. O saldo orçamental de 2023 tinha melhorado face a 2022, e o saldo orçamental de 2024 piorou face a 2023.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Quanto é que cresceu no último trimestre?!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Estes são os factos, não são previsões.

Mas vamos às previsões, porque as previsões das variáveis macroeconómicas são importantes para que os políticos possam tomar decisões; e não tomar decisões, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, também é tomar uma decisão.

Com o mercado de trabalho a dar os primeiros sinais de alerta, as previsões apontam para que o País não cresça mais do que 1,8 %, em 2025, de acordo com a previsão mais recente da Comissão Europeia, ou 1,6 %, de acordo com o Banco de Portugal, mas, em qualquer circunstância, abaixo do crescimento de 1,9 %, de 2024, e muito abaixo da média de 2,2 % de crescimento anual do período entre 2015 e 2023, que incluiu os anos de recessão provocados pela pandemia.

A situação orçamental do País, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, encontra-se em fase descendente. Veremos como o Eurostat ainda vai olhar para o ajustamento das tabelas de retenção na fonte de IRS decididas pelo Governo, mas centremo-nos apenas naquilo que já sabemos: a despesa líquida primária cresce acima do objetivo médio acordado pelo Governo em Bruxelas; a Comissão Europeia assinalou no final do mês passado este desvio como o terceiro maior desvio da zona euro; o regresso do défice orçamental em 2026 é dado como certo pela Comissão Europeia, pelo Conselho das Finanças Públicas e pelo Banco de Portugal; a previsão do saldo orçamental para este ano, 2025, varia entre 0,1 % positivo para a Comissão Europeia, nulo para o Conselho das Finanças Públicas e negativo em 0,1 % para o Banco de Portugal — estamos no fio da navalha!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Com o Banco de Portugal é sempre no fio da navalha!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Primeiro-Ministro, a degradação do saldo estrutural primário este ano, que o seu Governo assumiu nos documentos que apresentou em Bruxelas, indicia uma política orçamental que continua a ser pró-cíclica e expansionista.

Esta opção, mais ou menos consciente — não a vou qualificar —, é feita no que não será difícil admitir ser o ponto alto do ciclo, que, normalmente, indicia a fase de inversão reduzindo o hiato e voltando à situação cíclica inversa.

Quer isto dizer, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que partimos para esta Legislatura com uma carga fiscal superior à do ano passado, com o PIB a contrair e com as variáveis macroeconómicas a iniciarem a inversão de ciclo.

Com a despesa líquida primária acima do limite ajustado com Bruxelas, com a degradação do saldo estrutural primário e com o saldo orçamental em terreno vermelho, a margem de utilização da política orçamental como estabilizadora do ciclo económico encontra-se muito reduzida, se não mesmo comprometida.

E aqui, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, chegamos ao Programa do Governo.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, o diagnóstico que traçamos não é retórica de combate político, mas alicerça-se em previsões macroeconómicas e orçamentais consistentes de diferentes organismos nacionais e europeus.

O cumprimento do Programa do Governo neste contexto afigura-se assim um desafio. Ignorar os sinais que as variáveis macroeconómicas e orçamentais nos indicam, sobre as mesmas acrescentar a antecipação e o aumento das despesas com defesa e acrescentar a incerteza que decorre da guerra comercial em curso e dos conflitos geopolíticos, que têm como consequência imediata o aumento do preço do petróleo, agir como se nada estivesse a acontecer e defender este Programa do Governo pode traduzir-se, a prazo, e não muito longo, na degradação económica e orçamental com consequências profundas e negativas no bem-estar social.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o cumprimento deste Programa do Governo é, neste contexto, mais um ato de fé do que uma escolha racional.

Regresso ao que disse no início: não decidir é também uma decisão e com significado político. Assumir este programa é assumir ir contra todos os sinais que temos à nossa frente. Fica o aviso, porque a nossa preocupação são os portugueses e Portugal.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Emídio Guerreiro, que dispõe de 2 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Mendonça Mendes, o Partido Socialista, depois de ter governado supostamente com «vacas voadoras», converte-se agora em arauto da desgraça — é o medo; tudo está errado.

Sr. Deputado, os números são, de facto, muito importantes, mas os senhores já se enganaram no passado. No ano passado, os números estavam todos errados e, no final do ano, as coisas correram muito melhor do que aquilo que esperavam.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado, é importante que esse debate se faça depois de terminarmos o ano de 2025. Até lá, os senhores só pretendem é assustar as pessoas sem qualquer necessidade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Emídio Guerreiro** (PSD): — Sabemos que há um novo Partido Socialista a caminho, que há um novo líder — ainda não sabemos se é líder ou se o vai ser nos próximos dias —, e que parece que tem um estilo diferente do seu antecessor. Mas do estilo nós não vivemos. Ser mais moderado na forma, ser mais simpático, mais cordato, é importante, mas não resolve o problema.

Mas não nos esqueçamos de que o vosso futuro líder fez parte dos Governos de António Costa e não temos memória de ter feito Governo, ter sido Governo, ter governado de forma diferente do seu antecessor.

Por isso, aguardamos com muita expectativa, de facto, que toda essa cordialidade, essa alteração de estilo, se traduza em diferenças na ação política, porque isso é que está em cima da mesa.

E é importante percebermos, de facto, Sr. Deputado, qual é que é o vosso grau de compromisso com a estabilidade. Os senhores anunciam muito, vêm pedir pactos de regime, pedem isto, pedem aquilo, estão disponíveis para tudo, mas, ó Sr. Deputado, qual é o compromisso que vocês assumem hoje, aqui, para a estabilidade do País? Estão mesmo disponíveis para serem parceiros dos portugueses ou vão continuar a fingir?

*Aplausos do PSD.*

É que nós não percebemos. Dizem uma coisa hoje e no dia seguinte dizem uma contrária.

Por isso, é importante que o Partido Socialista perceba o que lhe aconteceu e o caminho que está a levar, porque parece-me que a tendência é para piorar. Assim, digam claramente, aqui, qual o vosso compromisso para com a estabilidade de Portugal.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado António Mendonça Mendes, tem 2 minutos para responder.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Emídio Guerreiro, agradeço-lhe a questão e verifico, e constato, que o Sr. Deputado não teve a capacidade de rebater qualquer uma das previsões que ali tive a oportunidade de apresentar.

*Aplausos do PS.*

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

E, Sr. Deputado, as previsões...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Amanhã vai estar calor!...

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — ... servem para que os políticos possam tomar decisões políticas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E não decidir!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Numa altura em que o próprio Governo assume que o saldo estrutural primário se vai degradar, numa altura em que, admite, continua a prosseguir uma política expansionista e pró-cíclica, então, Sr. Deputado, aquilo que devo — e tenho obrigação de — fazer como Deputado é alertar para o facto de a exequibilidade deste Programa do Governo ser apenas um ato de fé.

**Vozes do PSD:** — Quer austeridade!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Aliás, a sua intervenção, vazia de qualquer conteúdo, confirma isso mesmo: é apenas um ato de fé.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sinto-me esmagado!

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — É que o mais importante, Sr. Presidente e Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é continuarmos a dar garantias ao nosso País de crescimento e de crescimento sustentável, porque, depois de 8 anos de crescimento médio anual de 2,2 %, depararmo-nos com resultados de 1,9 %, 1,8 %, ou mesmo 1,6 %, como está previsto, é seguramente ir no caminho exatamente contrário à retórica que nos é apresentada por este Governo.

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Por isso, Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ser oposição e ser leal é exatamente isto, é colocar as variáveis que existem, o conhecimento que temos hoje e alertar para aquilo que pode ser o caminho que estamos a começar, se não for invertido.

Por isso — e dirijo-me novamente ao Sr. Primeiro-Ministro —, não tomar decisões também é uma decisão e a responsabilidade política de ignorar todos os sinais que nos são dados é seguramente do Sr. Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 21 minutos e 30 segundos, tempo que não está, no entanto, obrigada a esgotar.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O Governo apresenta bandeiras liberais nos discursos, aquelas que lhe convém, mas, no seu programa, apressa-se a criar regimes excecionais e temporários para continuar a complicar o já martirizado mercado da habitação.

Proprietários e arrendatários querem aquilo que o Governo pede para si próprio: simplificação, clareza e estabilidade. Mas não é isso que vão ter.

Não há uma única referência à injustiça social imposta aos contratos de arrendamento congelados. Não cabe aos senhorios assegurar o apoio social de que o inquilino possa necessitar, e perante uma carência temporária deve ser o Estado a assegurar políticas sociais de habitação que funcionem.

O Programa do Governo fala em apoiar arrendatários em situação de vulnerabilidade e faz de conta que este regime de rendas congeladas não é cego, não é injusto e não precisa de ser encarado e resolvido com o Estado a assumir as suas responsabilidades de uma vez por todas.

Portugal precisa de reformas, Sr. Primeiro-Ministro, e neste caso o Governo precisa de acabar com um sistema esquizofrénico em que, por um lado, uns pagam valores praticamente irrisórios e garantidos, alguns sem que necessitem de apoios sociais, e outros pagam valores inflacionados pela pouca oferta existente.

A reforma do Estado é muito mais do que digitalização, é também acabar com injustiças como esta. Criam-se remendos burocráticos com regimes de compensação que tardam a chegar, através de sistemas informáticos

no IHRU que não funcionam, quando deveria ser claro que cabe ao Estado essa função, e unicamente para os arrendatários que realmente precisam.

Já que o Governo se quis inspirar nas ideias da Iniciativa Liberal, que tenha a coragem de, no mercado de arrendamento, libertar aqueles que estão limitados pelo poder de um Estado que não cumpre as suas funções.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, ouvimos falar da habitação como se tivéssemos, hoje, um dia diferente — e não o é — daquilo que aconteceu há um ano.

Há um ano, quando esta coligação chegou ao Governo, havia, sim, problemas muito graves a nível do acesso à habitação. Os jovens não tinham condições para adquirir habitação, as famílias não tinham condições para arrendar as suas casas.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — E agora têm!...

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — É um problema que não se resolve de um dia para o outro. É um problema que não se resolve com uma varinha mágica. Mas há algo que é absolutamente indiscutível: este Governo fez, nestes 11 meses, seguramente, muito mais pelo acesso à habitação em Portugal do que o Governo anterior fez nos oito anos e meio em que esteve no poder.

**Vozes do PSD**: — É verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — As casas vão nascer agora!

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Angélique Da Teresa teve oportunidade de assistir às medidas concretas para o acesso à habitação que já hoje foram aqui referidas, como a isenção do IMT, a isenção do IMI (imposto municipal sobre imóveis) ou a Garantia Pública, e com resultados visíveis que já foram aqui referidos, com mais de 42 000 jovens da classe média a adquirir habitação que, de outra forma, não teriam.

Mas digo mais: a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem oportunidade também de olhar para o Programa do Governo, de ver as medidas concretas para o acesso ao arrendamento, as medidas concretas para que, em Portugal, possamos, de uma vez por todas, ultrapassar esta chaga que é a falta de habitação para os portugueses.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, caros e caras colegas, aquilo que se pede, nesta e noutras áreas, é que deixem, de facto, o Governo trabalhar, que o deixem executar o seu programa, para, daqui a quatro anos, avaliarmos.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, faça-lhe esta pergunta: viu ou não viu as medidas que aqui estão no Programa do Governo e concorda ou não com o que o seu colega Mário Amorim Lopes disse, que aqui também fomos ao encontro daquilo que a Iniciativa Liberal e que os outros partidos querem, que é resolver o problema da falta de habitação em Portugal?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Angélique Da Teresa, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, acho que quem não ouviu a minha intervenção foi o Sr. Deputado, porque falei do mercado de arrendamento e o senhor falou das soluções que o Governo trouxe,...

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Estava feita, já!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — ... nomeadamente a questão da procura, o que vai aquecer ainda mais o mercado e dificultar a vida às pessoas.

Portanto, o Sr. Deputado tem de estar mais atento...

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Isto é discriminação!

A Sr.<sup>a</sup> **Angélique Da Teresa** (IL): — ... no Plenário, para ouvir as intervenções dos seus colegas.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Filipa Pinto, do Livre, que dispõe de 15 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A cultura está sob ataque — em apresentações de livros, em espetáculos em que atores e atrizes de teatro têm sido alvos de perseguição de grupos neofascistas;...

**Vozes do CH**: — Ih!...

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — ... estes são apenas alguns exemplos.

E não é por acaso. É a cultura que inquieta, que transforma e que questiona. Silenciar este setor é dar asas ao discurso de ódio. Por isso, é um setor essencial para o nosso investimento e atenção.

Ao invés disso, o Governo desvaloriza o que se tem estado a passar.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

O Sr. Primeiro-Ministro ficou, infelizmente, em silêncio durante todos estes dias e tem agora uma oportunidade para falar e condenar estes ataques.

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pessanha.*

Não basta a cultura estar incluída no ministério *tutti frutti* da juventude e desporto.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Isto revela claramente que a cultura não está nas prioridades do Governo.

Aliás, nesta matéria, a AD não traz nenhuma ideia nova. Senão, vejamos: aumentar, até 2028, em 50 % a dotação do Orçamento do Estado para a cultura é manifestamente pouco para quem diz que se preocupa com a identidade, os valores e a cultura portuguesa.

Ao pouco investimento público na cultura, junta-se a grande prioridade do Governo: o mecenato cultural — os privados que paguem a cultura.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Claro!

A Sr.<sup>a</sup> **Filipa Pinto** (L): — Reforçam-no duas vezes quando dizem que querem estimular o investimento privado na cultura.

E sobre o Estatuto dos Profissionais da Área da Cultura? Não temos nada. E o cinema e o audiovisual? É *merchandising*. O Programa de Financiamento à Indústria do Audiovisual e do Cinema já apresentado liga o cinema ao Turismo de Portugal e ao reforço do posicionamento do País enquanto destino turístico. O cinema não deve contribuir apenas para o turismo. A cultura não é *merchandising*.

Sobre o Instituto do Cinema e do Audiovisual, sobre a Cinemateca e os seus arquivos, sobre os arquivos da RTP, este Governo não nos dá uma palavra. Isto não é preservar a cultura e o cinema português, é vendê-los ao desbarato.

O Governo diz também que quer continuar o trabalho relativo aos programas de celebração de datas com elevado significado histórico nacional. A questão central é sempre de que datas estamos a falar. O mesmo Governo que não celebrou o 1.º de Maio e que tentou silenciar Abril...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Jesus, onde isto já vai!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — ... diz agora que quer celebrar datas com elevado significado histórico nacional.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Meu Deus!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Vemos aqui uma aproximação preocupante e clara à extrema-direita.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Isto é uma vergonha!

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — A cultura merece mais. Os profissionais da cultura merecem mais. O País merece mais.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Então a Batalha de S. Mamede agora é do Chega?!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, que dispõe de 12 minutos.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este programa é um rol de malfeitorias...

**Vozes do PSD e do CH**: — Ei!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... contra os trabalhadores, contra os reformados, contra os serviços públicos, contra o Serviço Nacional de Saúde, contra a escola pública, contra o direito à habitação.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Contra tudo! E contra a Ucrânia!

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, é uma opinião!...

*Risos.*

Não é para rir. É uma opinião, temos de a respeitar, portanto, tem de ser ouvida como todas as outras. Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Quando poderia, e deveria, melhorar as condições de quem trabalha e de quem trabalhou uma vida inteira, o Governo mantém e aprofunda o modelo de baixos salários e baixas pensões. Atira para as calendas um salário mínimo nacional de 1100 € — quando em Espanha já se pratica 1184 € —, mantendo a insuficiência do poder de compra dos trabalhadores e das famílias.

As pensões continuarão também injustamente baixas e os trabalhadores mais velhos serão empurrados para trabalhar cada vez mais anos.

O ataque feroz aos direitos dos trabalhadores atinge um limite cada vez mais insuportável, com a precariedade, com os baixos salários, com o propósito de alterar a lei da greve, aliás, para dificultar a resistência e a luta, ação patronal que a direita quer esmagadora.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro denunciou-se hoje num outro propósito: o de limitar ainda mais o direito de reunião nos locais de trabalho.

O Governo, animado pela IL, apresenta como uma espécie de bodo aos pobres a possibilidade de os trabalhadores escolherem entre receber os subsídios de Natal e de férias nessas alturas ou diluído em 12 meses, isto é, num ataque, de facto, ao direito a esses subsídios.

Ao invés de um investimento público decidido para resolver o problema da habitação, o Governo entrega-o aos braços do negócio privado.

Na saúde, expande-se ainda mais no afã privatizador dos cuidados de saúde e agrava os favores ao negócio privado da doença, em vez de melhorar as condições dos profissionais e investir em mais meios.

Quanto à escola pública, mais de 85 200 alunos terminam o ano letivo sem professor a pelo menos uma disciplina. Mas já está bem à vista o desinvestimento, a par da entrega de dinheiros públicos ao negócio privado do ensino.

O Governo aprofunda a injustiça fiscal, com a redução significativa do IRC para 17 %. É mais um patamar de favorecimentos aos grupos económicos, aos tais que lucram 32 milhões de euros por dia.

O programa de privatizações é um gravíssimo ataque à soberania nacional, designadamente no transporte aéreo, com a venda da TAP, e no aprovisionamento do País em cereais, com a privatização da Silopor, que deve ter um papel central numa estratégia de promoção da produção cerealífera.

O País produz apenas 5 % dos cereais de que precisa, mas o Governo aposta nas culturas intensivas e superintensivas.

O programa não dedica uma alínea a apoios à agricultura familiar ou, sequer, à gravíssima crise que milhares e milhares de micro e pequenos viticultores estão a viver no Douro, já em carne viva.

Não há uma estratégia de reindustrialização, de resposta a sucessivas vagas de centenas de despedimentos, ou de controlo das riquezas do País nas chamadas matérias-primas críticas, incluindo as jazidas de ferro, cada vez mais na alçada da União Europeia.

Num afã seguidista da NATO, da União Europeia e dos EUA (Estados Unidos da América), o Governo quer desviar recursos para a guerra, mas é de perguntar onde vai cortar nada menos de 5700 milhões de euros — na saúde, nas prestações sociais, na escola pública?

Em suma, Sr. Primeiro-Ministro, este Programa do Governo não serve!

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Gonçalo Capitão, do PSD, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alfredo Maia, regresso eu, ao fim de 20 anos, a esta Casa e, com o devido respeito, pensei que estávamos a gravar um episódio para o Canal História, porque a conversa redonda e o bafio ideológico do PCP continuam iguais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Os senhores tiveram o topete de apresentar uma moção de rejeição a um programa que nem sequer tinham lido. Mas, com o mesmo descaramento, ignoraram as sucessivas moções de rejeição que o eleitorado vos vai apresentando eleição após eleição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Para terem bem noção da dimensão da rejeição — e como são um partido com preocupação ecológica —, não sei se se deram conta, mas já estão em condições inclusive de partilhar um táxi ou um TVDE (transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica) com o Bloco de Esquerda para vir trabalhar.

*Risos do PSD e do CH.*

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

Pergunto, Sr. Deputado, por muito que custe a alguns sindicalistas vossos: eliminar a burocracia e cortar redundâncias da Administração Pública é ou não é cuidar dos trabalhadores? O IRS Jovem, a baixa dos impostos, são ou não formas de cuidar dos trabalhadores?

*Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.*

Pode esbracejar, que a mim não me incomoda!

*Risos.*

Pacificar a sociedade, da segurança até à educação, é ou não é cuidar dos trabalhadores? Eu gostava que respondessem sinceramente.

Sabe, Sr. Deputado Paulo Raimundo, está para aí a esbracejar,...

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Não era para si! Não era para si!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... e eu fui ao *site* do PCP e vi uma intervenção sua que se intitulava *O PCP — vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores*.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Minha?!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Os senhores até podem ser a vanguarda, só que vão tão à frente, tão à frente, tão à frente, que a classe operária já não consegue nem quer acompanhar-vos.

*Risos do PSD e do CH.*

Essa é que é a verdade!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Para citar uma obra de referência para o Partido Comunista Português, está a chegar o dia — mas está a chegar a passos largos! — em que o eleitorado vos vai dizer de forma definitiva o que já deveria ter dito há muito tempo: até amanhã, camaradas!

*Aplausos e risos do PSD e do CDS-PP.*

*Risos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

*Protestos do CH.*

O Sr. Deputado Gonçalo Capitão fez um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Alfredo Maia vai agora responder. Faça favor, Sr. Deputado.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Não quer ouvir!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Marina, não sejas assim!...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gonçalo Capitão, bom regresso, mas, já agora, poderia ter atualizado um pouco mais as piadas.

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — É um facto!

**Vozes do CH:** — Oh...!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Diz que regressa ao Canal História, mas a verdade é que o programa do PSD é inspirado ideologicamente em centenas de anos de exploração do trabalho e dos trabalhadores.

Estranha o Sr. Deputado que o PCP tenha anunciado uma moção de rejeição antes de conhecer o Programa do Governo. Pois muito bem, Sr. Deputado, mas o PSD não regateou o apoio declarado do PS ao Programa do Governo antes mesmo de este o conhecer.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Nuncio, que dispõe de 10 minutos para o efeito.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em matéria de controlo de imigração, o Governo da AD está a fazer o que tem de ser feito — regular a imigração, pondo ordem na desordem deixada pela esquerda com as políticas de portas escancaradas e a extinção do SEF.

Desde o início dissemos ao que vínhamos: rigor na entrada, humanismo no acolhimento. Defendemos o acolhimento humanista de imigrantes que vêm para trabalhar e que cumprem as regras portuguesas. Mas os imigrantes ilegais atualmente em Portugal e que não cumprem as regras portuguesas, uns com cadastro criminal, outros que foram expulsos de outros países, têm de sair definitivamente do nosso território.

Nessa matéria, é preciso dizer isto com todas as letras: imigração regulada, sim, imigração descontrolada, nunca mais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Nesse sentido, seria importante que o Governo esclarecesse — e estou certo de que o Ministro da Presidência o fará na sua intervenção — quantos imigrantes ilegais o Governo estima que estejam nesta situação e, para além disso, que o Governo explicasse também, o mais detalhadamente possível, como vai funcionar o novo regime célere de afastamento e retorno de imigrantes ilegais para os seus países de origem que está previsto no Programa do Governo.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Quantos já foram, daqueles que foram anunciados?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Finalmente, nesta Legislatura, é fundamental corrigirmos um erro que foi cometido na Legislatura anterior. É decisivo que seja criada a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras, para controlarmos mais eficazmente a imigração ilegal.

Por isso, nós esperamos que os partidos que inviabilizaram a unidade de estrangeiros e fronteiras na última Legislatura possam pôr a mão na consciência, possam corrigir o erro e possam mudar o seu sentido de voto, porque é fundamental que esta unidade funcione para controlar de forma mais eficaz a imigração ilegal. O País agradece.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fala do PS!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, dispondo de 5 minutos para o efeito.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quando, no Programa do Governo, o Governo diz que vai «incentivar o desempenho» dos trabalhadores, significa que vai substituir aumentos salariais regulares, carreiras, contribuições para a segurança social, pelo trabalho a prémio.

Quando diz que quer rever o subsídio de desemprego «para incentivar a entrada no mercado laboral», significa que vai incentivar as pessoas a aceitarem salários piores para saírem do subsídio de desemprego.

Quando diz que quer atenuar a progressividade fiscal da derrama do IRC, significa que quer perder receita do Estado para que os lucros acima de 1,5 milhões de euros paguem ainda menos impostos.

Quando diz que quer «devolver a confiança ao mercado de arrendamento», está a dizer que quer enfraquecer quem é hoje mais frágil no mercado de arrendamento e se vê numa situação de ter de alugar uma casa porque não consegue comprar a sua própria casa por causa dos preços da habitação.

Em suma, o Governo pretende baixar os impostos aos gigantes empresariais, aumentar as fortunas para que estes possam comprar mais ativos imobiliários, mais ativos financeiros, fazendo subir o preço das casas, fazendo subir o preço da generalidade dos recursos e serviços essenciais, ou seja, fazendo subir o custo de vida, no contexto de uma economia fraca, assente no turismo massificado, na agricultura intensiva, em setores de baixos salários, trabalho mal pago, precário e, muitas vezes, na exploração de mão de obra imigrante.

O modelo de desigualdades deste Programa do Governo é uma máquina de triturar a classe média. É o subdesenvolvimento. É um país de poucos ricos e muitos pobres e de abandono dos laços sociais que só a prosperidade partilhada, a solidariedade e o Estado social podem construir.

E é em cima dessa bomba-relógio que o Governo constrói a sua política de radicalização à direita. Um dia, no futuro, analisaremos este programa de radicalização em curso e concluiremos que, apesar de ter sido apresentado por um Governo do PSD suportado — tanto quanto pudemos saber e antever — pelo Partido Socialista, este programa poderá ter sido uma das grandes conquistas da extrema-direita e da direita extrema em Portugal.

Srs. Deputados, sim, é verdade, o Estado tem de ser reformado. Como está, não serve. Não serve a população, não serve os profissionais.

Um exemplo: quando o Bloco propõe um serviço nacional de cuidados para que toda a gente tenha acesso a cuidados na doença prolongada, na velhice, na infância, estamos a propor uma reforma do Estado para o futuro. Quando o Governo propõe, no programa, a expansão da oferta de cuidadores informais, está a propor a consagração do modelo do passado.

Quando propomos a qualificação dos serviços do Estado, da saúde à educação, a taxação de multinacionais digitais para financiar uma agência para a autonomia e para a soberania digital, a reorganização do tempo de trabalho, novas formas de acesso à habitação, estamos a propor uma reforma para o futuro.

Quando propomos a limitação dos projetos de produção intensiva, do turismo à agricultura, a aposta na transição energética e ambiental na indústria — sim, feito a partir do Estado, com uma estratégia, com um plano, com qualificação dos serviços públicos —, estamos a propor uma reforma para o futuro.

Srs. Deputados, queremos que a economia prospere, que a economia e as empresas também contribuam e paguem o Estado social, porque dele beneficiam. O Governo quer que o Estado social pague as empresas. Nós queremos a reforma do Estado. O Governo quer que o Estado passe à reforma.

Por isso, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, reforma do Estado, sim, mas assim não.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Então, já não há palmas?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então, ninguém bate palmas? Então, o Fabian não bate palmas? Ai, o Fabian já não está!

O Sr. **Presidente**: — Não está cá a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real para lhe dar a palavra, tanto quanto posso ver. Portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, que dispõe de 5 minutos para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Permitam-me que faça a intervenção deste meu local — porque, muito sinceramente, não me sinto ainda preparado para subir mais dois ou três degraus — e profira daqui umas declarações muito sentidas.

Tenho acompanhado, nas últimas semanas e principalmente no dia de hoje, o debate parlamentar. Confesso que há aqui um misto de emoções, tendo em conta que, por um lado, nalgumas intervenções, vejo muito trabalho feito pelos diferentes partidos — e aqui devo dar os parabéns a todos aqueles que trabalharam com afinco e com responsabilidade para dar a este País soluções para que resolvamos os problemas da população no mais curto espaço de tempo —, mas, por outro lado, também vejo muito teatro e muitos partidos ainda a viver numa bolha, e muitas dessas situações inibem os sucessivos Governos de ter a possibilidade de resolver os problemas deste mesmo País.

Dando continuidade à intervenção que hoje de manhã não tive oportunidade de concluir — porque, sinceramente, como maçarico nesta Casa, não tive a possibilidade de controlar o tempo —, reitero o que disse, porque vejo pontos positivos no Programa do Governo e vejo também pontos fracos.

De manhã, enunciei alguns pontos positivos, nomeadamente a reforma profunda do Estado, o combate à burocracia, a imigração regulada e humanizada, a resposta à crise na habitação e investimentos concretos em infraestruturas.

Os pontos fracos que eu gostaria aqui de enumerar têm precisamente a ver com ambiguidades na execução, Sr. Primeiro-Ministro. Da leitura atenta que fiz ao documento, vejo que há aqui um rol de boas intenções na parte da execução e, como disse de manhã, como político que privilegia muito a execução, não vejo de que forma todos aqueles pontos fortes que indiciei irão ser concretizados.

Um ponto fraco que vejo com alguma preocupação é a redução do papel do Estado na prestação direta dos serviços. Isto pode criar problemas gravíssimos na resolução dos problemas que afligem as diferentes franjas da nossa população.

Por outro lado, vou terminar estes 2 minutos que faltam com questões relacionadas com o círculo pelo qual fui eleito, que é a Região Autónoma da Madeira.

O PSD usou da palavra durante este debate e dava os parabéns porque os problemas da Região Autónoma da Madeira estavam devidamente salvaguardados. Mas ainda ontem o Sr. Presidente do Governo Regional, o Dr. Miguel Albuquerque, dizia que o Programa do Governo do Sr. Primeiro-Ministro Montenegro é genérico e necessita de negociação. Portanto, há aqui um contrassenso entre o PSD parlamentar e o Executivo de Miguel Albuquerque.

Por isso, eu gostaria de deixar aqui um repto ao Sr. Primeiro-Ministro. Tentei falar, na parte da manhã, da grande preocupação que existe no que diz respeito ao subsídio social de mobilidade, e vou dar o exemplo, porque na política, nós, e eu próprio, privilegiamos os exemplos, sejam eles pequenos ou grandes: ainda hoje necessitei de marcar uma passagem para a minha vinda a Lisboa na próxima semana. Essa passagem custou mais de 500 €. E pergunto a qualquer madeirense e porto-santense se tem essa capacidade para fiar ou emprestar ao Estado 500 € para se deslocar no seu território, entre a Região Autónoma da Madeira e o continente. É uma dificuldade acrescida que todos nós, madeirenses, temos.

Por outro lado — e aqui vou terminar com esta minha pretensão —, vou entregar um documento nesta Casa para que os nossos governantes, de uma vez por todas, percebam quais são os custos que recaem sobre os madeirenses. O que é que custa sermos insulares? Qual é o peso da carga fiscal sobre o custo de vida para nós, madeirenses? Acho que os governantes estão um pouco alheios a toda essa realidade, mas espero, na altura certa, através de um projeto de resolução, seguramente, demonstrar ao Governo quais são esses constrangimentos e encontrarmos soluções para que possamos resolver...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. A melhor maneira de estar preparado é fazer realmente cumprir bem o mandato que recebeu pelos portugueses. O Sr. Deputado está aqui exatamente com a mesma legitimidade do que qualquer outro, portanto, o bom desempenho do mandato seguramente é a melhor preparação para o mesmo. Se precisar do apoio do Gabinete do Presidente para algum esclarecimento, está disponível para o efeito, como está, aliás, para todos os Deputados.

Agora vou dar a palavra ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças, o Sr. Ministro Miranda Sarmento, para a sua intervenção. Dispõe de 80 minutos, mas não está obrigado a gastá-los.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças** (Joaquim Miranda Sarmento): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O XXV Governo propõe-se continuar a agenda reformadora e transformadora de Portugal, iniciada em abril de 2024, quando o Governo da AD tomou posse.

Sempre dissemos que estas eleições eram apenas um interregno na governação que tínhamos iniciado há um ano, uma governação que coloca como prioridade transformar a economia portuguesa, aumentar a produtividade e a competitividade e ter maior crescimento económico; uma governação assente no aumento dos salários e das prestações sociais, redução dos impostos sobre o trabalho e as empresas, melhoria dos serviços públicos e aceleração do investimento público e dos fundos europeus.

*Aplausos do PSD.*

Uma economia assente em menos burocracia e regulação. Iniciámos um processo de simplificação administrativa, fiscal e de licenciamentos, mas seremos ainda mais ambiciosos nesta Legislatura.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Procedimentos simples, rápidos e transparentes que reduzam os custos de contexto das empresas e das pessoas que aqui querem trabalhar, investir, estudar e viver.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Fazer uma profunda reforma do Estado, tornando-o mais eficiente, quer na dimensão administrativa quer na dimensão dos serviços prestados aos portugueses.

Uma economia assente em mais investimento privado, sobretudo capaz de atrair investimento direto estrangeiro em grandes projetos. Neste ano, conseguimos aumentar substancialmente o número e o valor dos projetos contratualizados e trazer para Portugal grandes investimentos, como é o exemplo da Lufthansa Technik, a fábrica de baterias CALB (China Aviation Lithium Battery) e o novo veículo elétrico da Volkswagen.

A recente compra do Novo Banco pelo segundo maior banco francês demonstra bem a confiança dos investidores internacionais em Portugal.

Também na semana passada, a República emitiu dívida pública não apenas a 10 anos, mas também a 30 anos, com *spreads* inferiores a vários países europeus, como a França, a Bélgica e a Espanha.

*Aplausos do PSD.*

Uma economia assente na redução dos impostos sobre o trabalho e sobre as empresas. Em junho de 2024, descemos as taxas dos escalões do IRS. No OE25 (Orçamento do Estado para 2025) descemos o IRS ao atualizar os escalões ao dobro do valor da inflação prevista para este ano. Descemos ainda o IRC em 1 ponto percentual.

Vamos agora descer, até o final da Legislatura, o IRS em mais de 2 mil milhões de euros, começando já nas próximas semanas com uma descida adicional ao Orçamento de 2025, no valor de 500 milhões de euros.

*Aplausos do PSD.*

Uma economia assente em melhores salários. Em 2024, Portugal foi o país da OCDE em que os salários reais mais cresceram. O emprego continua a bater recordes e as projeções que existem até 2027 mostram que os salários continuarão a subir em termos reais.

Uma economia assente numa imigração regulada e humanista. Portugal precisa de pessoas para trabalhar nos diversos setores da nossa economia, mas o que sucedeu nos últimos oito anos do Governo do PS foi uma absoluta irresponsabilidade. Estamos a regular a imigração para que quem venha para Portugal tenha condições de nos ajudar a fazer um país mais próspero e justo.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Uma economia assente em melhores serviços públicos. Estamos a recuperar os serviços na saúde, onde o caos imperava há um ano.

Pacificámos a escola pública, dando condições de trabalho aos professores.

Estamos a melhorar as condições das forças de segurança. Há uma aposta clara na melhoria dos serviços que o Estado presta aos cidadãos.

Uma economia assente numa Administração Pública de excelência. Valorizámos 19 carreiras da Administração Pública, mas pretendemos continuar esse processo. Vamos rever as restantes carreiras, com ênfase nas condições de quem é dirigente, por forma a tornar a Administração Pública competitiva nessas funções, bem como nas carreiras inspetivas.

Modernizar o Estado, tornando-o mais eficiente.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tudo isto mantendo o pressuposto-base, mas fundamental: equilíbrio das contas públicas e redução da dívida pública. Em 2024, muitos vaticinaram que a política seguida pelo Governo da AD levaria a uma degradação da situação orçamental.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sucede que superámos as expectativas.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — O Orçamento de 2024, ainda apresentado pelo Governo do Partido Socialista, previa um *superavit* de 0,2 % do PIB, cerca de 660 milhões de euros. O programa do Partido Socialista de 2024, coordenado pelo então Ministro das Finanças, previa um excedente de 0,4 % do PIB. O Governo da AD fechou o ano de 2024 com um excedente de 0,7 % do PIB, cerca de 2 mil milhões de euros, ou seja, mais do triplo do que o Governo anterior tinha previsto.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.*

A dívida pública reduziu-se para 94,9 % do PIB, um valor que Portugal não atingia desde 2010. Para 2025, mantemos o compromisso de equilíbrio orçamental e projetamos um *superavit* de 0,3 % do PIB e uma dívida pública de 91,5 %.

Neste ano de 2025, ou o mais tardar no ano de 2026, Portugal atingirá uma dívida pública abaixo da média da zona euro. Mantemos o compromisso de equilíbrio orçamental para toda a Legislatura, para todos os anos da Legislatura.

Mas sempre fomos claros e transparentes ao dizer que 2026 seria um ano mais exigente do ponto de vista orçamental, dado que a execução plena do PRR, negociado pelo anterior Governo do Partido Socialista, na componente de empréstimos, representa uma despesa extraordinária, sem receita associada, de quase 3 mil milhões de euros, ou seja, cerca de 1 % do PIB.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a incerteza internacional é elevada, desde conflitos militares a tensões geopolíticas, bem como as consequências profundamente negativas de uma hipotética guerra comercial. Essa

incerteza torna o pressuposto-base de equilíbrio orçamental ainda mais crítico, por forma a proteger Portugal de eventuais choques externos negativos, e este Governo está comprometido com esse equilíbrio.

O Partido Socialista, que no passado levou, em dois momentos — 2002 e 2011 —, Portugal a graves desequilíbrios orçamentais,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bancarrota!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... procura lançar dúvidas sobre a política orçamental da AD. Mas não tiveram pudor de na Legislatura anterior aprovar, em coligação com o Chega,...

**Vozes do CH**: — Ah!...

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... medidas que custam, em 2025, cerca de 1000 milhões de euros, ou seja, 0,3 % do PIB.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a AD está onde sempre esteve: a prosseguir com a agenda reformadora e transformadora de Portugal, com rigor orçamental e contas públicas justas e equilibradas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem nove pedidos de esclarecimento. Responde três a três?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sim, três a três, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, para o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, este Programa do Governo revela, acima de tudo, falta de ambição e de visão estratégica para o País. Não há uma linha clara de crescimento económico sustentado, nem tão-pouco uma aposta concreta para tornar as empresas mais competitivas e melhorar o rendimento das famílias. Em vez disso, os senhores optaram por fazer uma colagem de medidas de vários partidos, incluindo propostas anteriormente rejeitadas pelo vosso próprio partido, sem qualquer diálogo com essas forças políticas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Assim, o documento falha naquilo que deveria ser o essencial: uma visão, uma estratégia, um rumo para o País. E falha também com uma boa dose de irrealismo.

Ainda assim, compromissos tímidos com a redução de IRS, com a redução da taxa nominal de IRC e também com a redução da derrama estadual estão inscritos nesse programa. Esta última medida, que foi apresentada pelo Chega no Orçamento do Estado para 2025, foi, curiosamente, rejeitada pelo próprio PSD.

Também notámos a ausência de reformas estruturais no sistema fiscal e de incentivos robustos ao investimento e à inovação, o que demonstra que o seu Governo continua a preferir remendos temporários a soluções duradouras.

Sr. Ministro das Finanças, a estabilidade financeira do País exige coragem política e visão de longo prazo — duas qualidades que, infelizmente, não se refletem neste Programa do Governo.

A minha pergunta é a seguinte: vai ou não o seu Governo, tal como fez em 2024, abdicar novamente de uma verdadeira redução da carga fiscal sobre as empresas, medida fundamental para o crescimento económico do País, em troca da viabilização do PS do próximo Orçamento do Estado?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, tem 2 minutos para o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, uma prioridade da AD sempre foi o aumento do rendimento dos pensionistas, e este compromisso está outra vez inscrito no Programa do Governo — melhorar o rendimento dos nossos mais velhos.

Até abril deste ano, Sr. Ministro das Finanças, o Estado registou um excedente orçamental e uma melhoria de mais de 1000 milhões de euros, face a igual período de 2024,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É só verdades!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e quero saudá-lo por as contas públicas continuarem em ordem, ao contrário do que diz o Partido Socialista.

Neste sentido, a pergunta que lhe deixava era a seguinte: perante estes sinais da execução orçamental, e para além do aumento das pensões e do complemento solidário para idosos, como é que o Governo está a analisar esta margem financeira para poder ponderar atribuir novamente um suplemento extraordinário aos pensionistas este ano, como fez em 2024?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Isso é propaganda!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pereira, do Partido Socialista, faça favor. Dispõe de 2 minutos para fazer o seu pedido de esclarecimento.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Finanças, entrou na vida política portuguesa de rompante, digamos que com uma atitude muito impositiva, de certezas absolutas, um bocadinho empoleirado na sua carreira académica, e desfolhando as suas obras aqui pelo Parlamento.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Isso já é inveja!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Mas o que aconteceu foi que, de repente, observámos que o Sr. Ministro das Finanças, quando chegou ao Governo, desatou a discordar de si próprio. Desatou a discordar de si próprio, o que foi uma coisa surpreendente.

Vou dar-lhe alguns exemplos para não se esquecer.

O Sr. Ministro das Finanças, quando era líder parlamentar, vinha a esta Casa e dizia o que podia e não podia sobre o Governo do Partido Socialista, que aumentava a carga fiscal.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Já era!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — O Sr. Ministro das Finanças estava no Governo em 2024, a carga fiscal aumentou e agora já é uma coisa boa.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Verdade! Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sobre crescimento económico, ouvimos  $n$  vezes o Sr. Ministro, aqui, neste Parlamento, dizer «connosco, com o meu modelo de desenvolvimento económico, facilmente chegamos aos 3 %, é muito fácil chegar aos 3 %». Ora, foi ver aplausos enormes porque chegaram a 1,9 %, nem chegaram a 2 %.

Olhe, não sei se se lembra, mas o Governo do Partido Socialista, que governou em alturas difíceis, incluindo na pandemia, se tirarmos a pandemia, pôs Portugal a crescer sempre acima dos 2 %, sem esse famoso modelo económico de que falaram.

*Aplausos do PS.*

Mas há mais. O Sr. Ministro das Finanças já veio dizer que a dívida pública do Partido Socialista desceu de forma artificial. Disse o Sr. Ministro que nós usávamos os CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo) de forma abundante e que isso não era normal. Ora, depois, o que aconteceu foi que, quando teve a oportunidade de fazer política pública em torno desta matéria,...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... utilizou, em tempos recorde, os CEDIC, e não veio dizer mais nada que não fosse «isto é uma boa política, uma política séria para reduzir a dívida».

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ups!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Outro exemplo, Sr. Ministro, para terminar, porque não tenho tempo para mais, senão ainda estaríamos aqui o tempo todo, é sobre execução do investimento público. O Sr. Ministro das Finanças, quando era líder parlamentar, disse, de forma muito clara, que...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Sr. Ministro das Finanças, para responder ao conjunto destes três pedidos de esclarecimento, tem 3 minutos. Faça favor.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Sr. Presidente e Srs. Deputados, começo pela ordem das intervenções.

Sr. Deputado Rui Afonso, eu tive a oportunidade de ler o programa do Chega, que desta vez não eram apenas nove páginas.

*Risos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

**Vozes do CH:** — Outra vez?!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — E no programa do Chega o modelo económico é tão bom, tão bom, que o crescimento económico, ano após ano, ia reduzindo.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Não tem mais nada para falar?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças:** — Portanto, o vosso modelo económico era um modelo que previa cada vez menos crescimento ao longo dos anos.

Relativamente à redução da taxa de IRC, teremos oportunidade de trazer a este Parlamento, fora do Orçamento do Estado, tal como fizemos no ano passado, essa proposta de redução do IRC.

Sr. Deputado Paulo Nuncio, mantemos aquilo que sempre dissemos: quando a execução orçamental tiver números mais concretos e pudermos perspetivar melhor o ano, tomaremos uma decisão sobre a atribuição ou não de um suplemento extraordinário aos pensionistas. Foi isso que fizemos em 2024, é isso que faremos em 2025.

Constato que não há uma intervenção do Sr. Deputado Carlos Pereira no Parlamento, seja no Plenário, seja na Comissão de Finanças, em que não fale da minha carreira académica. Eu não sei se é inveja, se é falta de... Não sei, há qualquer coisa.

*Aplausos do PSD.*

*Risos da IL.*

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Obcecado!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Eu, felizmente, quando for a concurso para catedrático, não terei o Sr. Deputado no júri.

*Risos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.*

É aquilo que me deixa descansado.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Chumbava!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Montes de livros!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Mas, Sr. Deputado, recordo o programa do Partido Socialista de há um ano, e respondo, aliás, se me permite, à intervenção do Sr. Deputado António Mendonça Mendes. Há um ano, quando os senhores estavam de saída do Governo, o vosso programa eleitoral foi elaborado pelo então Ministro das Finanças e previa saldos orçamentais para 2025 e para os anos seguintes de zero. De zero! De zero! E, portanto, 0,2 %, 0,3 % é estar no fio da navalha.

O Sr. **António Mendonça Mendes** (PS): — Seja sério!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Era um programa económico bastante bom.

*Risos do PSD.*

Mas esse mesmo programa de há um ano previa, para 2024, tal como o Orçamento do Estado para 2024, um crescimento económico de 1,5 %, e nós tivemos um crescimento económico de 1,9 %. Nós estamos a recuperar a baixa produtividade e a baixa competitividade que os oito anos de inação do seu Governo deixaram.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Mas, Sr. Deputado Carlos Pereira, sobre a carga fiscal, a carga fiscal de impostos baixou e a carga fiscal do IRS atingiu o mínimo histórico de sempre.

*Protestos do PS.*

Sr. Deputado, nós reduzimos o IRS três vezes, na Legislatura anterior, duas vezes,...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — De três passou para duas?

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... vamos reduzir nas próximas semanas novamente, e a carga fiscal do IRS, no ano passado, ficou, volto a repetir, em mínimos históricos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Agora é só a carga fiscal do IRS! E os outros impostos?

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal, dispõe de 2 minutos para pedir esclarecimentos.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, em 2024, a Iniciativa Liberal expôs, neste Parlamento, a tentativa de enganar os portugueses com uma suposta reforma fiscal do IRS. O Governo procurou inflacionar, juntando aos seus ajustes uma baixa de IRS que, mal ou bem, já estava feita. Sim! Resultado: os portugueses viram muito pouco do dinheiro do seu trabalho regressar aos seus bolsos, apesar das promessas do Governo de baixar significativamente o IRS. E lembro os cartazes que diziam «Baixar impostos já».

Hoje, em 2025, lemos no Programa do Governo, e vou citar, o seguinte: «Reduzir o IRS até ao 8.º escalão em 2 mil milhões de euros até 2029, com uma redução de 500 milhões já em 2025 (adicional ao OE 2025).»

Ora, Sr. Ministro, como «gato escaldado de água fria tem medo», é essencial perguntar-lhe: em que se traduz esta baixa de IRS? É uma baixa de impostos de 500 milhões em cada ano da Legislatura ou é uma redução de 500 milhões de euros neste ano e depois logo se vê, como nos parece pelas palavras quer do Sr. Ministro, quer do Sr. Primeiro-Ministro? É que ambas as respostas são demonstrativas de uma fraca ambição para os portugueses que todos os dias trabalham e veem o Estado consumir quase metade da riqueza nacional, sem que isso se traduza na qualidade dos serviços públicos.

Mas uma das respostas é a confirmação de que este Governo não quer realmente baixar o IRS, quer apenas fazer propaganda com isso. É que baixar 500 milhões de euros em IRS em 2025, mas depois deixar tudo na mesma, não é mudar o País, é dar um microscópico alívio apenas para efeitos de propaganda — já que abdicar de menos de 3 % da receita de IRS não é respeitar quem dá 100 % do seu esforço e trabalho para crescer na vida em Portugal.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem 2 minutos para o seu pedido de esclarecimento. Faça favor.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento também o Sr. Ministro no que diz respeito às preocupações que partilhou há pouco em relação ao contexto geopolítico, uma vez que partilhamos as mesmas.

Temos a noção, por aquilo que é o contexto da guerra, de que as «tarifas Trump» podem ter um impacto negativo na proteção, por exemplo, dos empregos no nosso País, mas também nos objetivos climáticos, na transição verde e, evidentemente, na proteção das famílias. Por isso, gostaria, desde logo, de lhe colocar um conjunto de perguntas relacionadas com as famílias, em primeiro lugar, e depois com a descida do IRS.

Refiro-me, então, às famílias, na dimensão dos custos mensais que têm. Como bem sabe, para o PAN é muito caro o tema da proteção animal, mas também o do custo que as famílias têm com a alimentação e os serviços médico-veterinários. Não conseguimos, na passada Legislatura, que o Governo e as demais bancadas nos acompanhassem para descer o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) da alimentação e dos serviços médico-veterinários. Recordo que, precisamente quando o Sr. Ministro estava na bancada da oposição, defendia a baixa do IVA para a alimentação, para que não fosse taxada como um bem de luxo. Por isso, pergunto se nesta descida, ou então no âmbito da discussão do Orçamento do Estado, estará disponível para acompanhar o PAN e aliviar as famílias, pois falamos de uma despesa mensal que tem um peso de 12 % nas despesas da família.

Refiro-me, agora, ao pacote da redução do IRS, pois o Sr. Ministro falou precisamente sobre isso. Nós não temos preconceito ideológico quanto a esta descida; pelo contrário, o PAN também tem promovido e contribuído para que isso aconteça. No entanto, não esclareceu se, no que diz respeito às despesas com o crédito à habitação, vai pôr fim à medida imposta aquando da intervenção da troica e à reforma que o Governo fez na

altura. Seria importante permitir que as famílias que têm empréstimos contraídos após 2011 pudessem finalmente deduzir a despesa com os juros desse mesmo empréstimo, pondo, assim, fim a uma injustiça nesta contribuição e até mesmo a uma medida que é de duvidosa constitucionalidade.

Por fim, refiro-me ao prémio salarial. O Sr. Ministro já reconheceu a bondade desta medida, no entanto, ainda não esclareceram se vão dar continuidade ao prémio salarial e à proposta do PAN para melhorar esta medida, ou seja, garantir que os jovens que deduzem o seu IRS com o agregado familiar possam beneficiar dela, e se a AT (Autoridade Tributária e Aduaneira) vai corrigir a desinformação que está a dar neste momento, que é dizer que não podem beneficiar dela. Portanto, importa esclarecer, por um lado, se a medida é para continuar...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já chega! Acabou!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alberto Fonseca, do PSD, tem 2 minutos também para um pedido de esclarecimentos.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, as contas certas e o rigor na gestão dos dinheiros públicos geram uma imagem de marca do PSD, mesmo antes de o anterior Governo da AD iniciar funções.

Mas, no último ano, o Sr. Ministro elevou a fasquia. Além das contas certas, o Governo da AD baixou os impostos aos portugueses, e não foi pouco. Pela primeira vez, tivemos um Orçamento que não aumentou um único imposto e baixou significativamente os impostos sobre os rendimentos, aumentou salários e pensões, valorizou as carreiras da Administração Pública, aumentou o investimento público, reduzindo a dívida pública para o nível mais baixo dos últimos 14 anos. Isto é governar para melhorar a vida dos portugueses.

*Aplausos do PSD.*

E, com isto, o Governo criou um novo conceito — as contas justas. Contas certas e saudáveis, com justiça social, que não comprometem o crescimento económico e a qualidade de vida dos portugueses. Assim, viramos a página dos excedentes asfixiantes, obtidos à custa dos sacrifícios dos portugueses.

No Programa do Governo, aqui em debate, o capítulo dedicado às Finanças começa da seguinte forma: «O equilíbrio orçamental e a redução da dívida pública são uma condição fundamental para um desenvolvimento económico e social sustentável.» Ou seja, o Governo mantém inabalável o seu compromisso com as contas certas.

Mas, no mesmo documento, também vemos que a redução de impostos é para continuar ao longo desta Legislatura: no IRS, com uma redução de 2000 milhões de euros, como o Sr. Ministro já anunciou — 500 milhões ainda este ano —, e, no IRC, com uma redução da taxa para 17 %, 15 % para as PME (pequenas e médias empresas).

O Sr. Ministro já demonstrou conseguir o melhor dos dois mundos, mas já se ouvem algumas vozes — e hoje, mesmo aqui, ouvimos algumas — a apontar para o défice orçamental nos próximos anos ou mesmo ainda este ano. Por isso, pergunto-lhe se pondera abandonar o equilíbrio orçamental e a redução da dívida pública para cumprir com a redução de impostos.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O tempo de intervenção do Sr. Deputado Alberto Fonseca foi descontado do tempo do PS. Por isso, peço aos serviços que reponham este tempo ao Partido Socialista e retirem ao Partido Social Democrata.

O Sr. Ministro Carlos Abreu Amorim pediu a palavra?

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Já está, Sr. Presidente, era exatamente para chamar a atenção da Mesa para o facto que o Sr. Presidente notou primeiro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela colaboração.

Tem agora a palavra o Sr. Ministro de Estado e das Finanças. Dispõe de 3 minutos para responder a este grupo de pedidos de esclarecimentos.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr. Presidente, muito obrigado às Sr.<sup>as</sup> Deputadas Mariana Leitão e Inês de Sousa Real e ao Sr. Deputado Alberto Fonseca. Os três falaram sobre IRS, portanto, permitam-me que responda aos três em conjunto.

No ano passado, atingimos o mínimo histórico de tributação de IRS devido à redução de IRS que fizemos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Que nós fizemos!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Voltámos a repetir essa redução no Orçamento do Estado para 2025 — porque atualizámos os escalões ao dobro daquilo que era a previsão de inflação e, portanto, o IRS desceu novamente — e fizemos com que essas duas descidas fossem refletidas nas tabelas de retenção na fonte.

Temos um objetivo claro: até ao final da Legislatura, 2 mil milhões de euros de redução de IRS, que serão, naturalmente, faseados ao longo dos anos, começando já este ano com 500 milhões de euros.

Creio que a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, na abertura deste debate, foi clara. Esta redução de 500 milhões de euros é até ao 8.º escalão, não abrangendo apenas o 9.º e o último escalão. Será até ao 8.º escalão, mas mais concentrado nas famílias de classe média.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real falou sobre o prémio salarial, um tema que também já foi abordado esta manhã nas perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro. Nós alargámos substancialmente o âmbito do IRS Jovem. Não apenas passámos de 5 para 10 anos, como alargámos a todos os jovens, ao contrário do modelo anterior, que era apenas para aqueles que tivessem estudado numa instituição de ensino superior. Esse alargamento substancial do benefício fiscal tem agora de ser equilibrado com outros benefícios que existam. Nós faremos essa reflexão e, a seu tempo, tomaremos as decisões.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Segue-se o último grupo de pedidos de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, o mundo lá fora está um caos, mas nós somos um País abençoado, porque o nosso Parlamento pode passar o dia a discutir, como se o seu principal problema fosse a imigração. E até o Sr. Ministro das Finanças não escapou a glosar o tema, que já tantas vezes aqui apareceu, sem, no entanto, nos responder à pergunta se é verdade que o *superavit* que Portugal tem se deve, em boa parte, ao *superavit* da segurança social, que, por sua vez, se deve ao *superavit* que é criado também, entre um terço e metade, pelo contributo dos imigrantes.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, não é assim!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Estou mesmo confiante de que podemos estar a caminhar para a III Guerra Mundial e este Parlamento vai discutir que o problema do País é a imigração, quando o que sabemos é que, expandindo a economia e estando mais próximos do pleno emprego, vêm mais imigrantes. O grande problema é quando eles começam a sair por causa de uma contração na economia, como aquela que tivemos no vosso tempo. Aí, vem a austeridade e ninguém gosta.

*Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.*

Pois o que lhe proponho é que reflitamos sobre governação orçamental para tempos de incerteza, que é o que nós temos.

Em primeiro lugar, que haja um compromisso de equidade de investimento, todos os anos, no período pré-orçamental, quando se apresenta o semestre orçamental a Bruxelas, e que esse investimento inclua o que precisamos para cofinanciar fundos europeus, que vão ficar mais difíceis com o alargamento da União Europeia, para o qual pode ir a parcela de pagamento à dívida pública que vamos deixar de precisar quando a nossa dívida pública estiver abaixo dos 90 % do PIB.

Em segundo lugar, que discutamos o IVA. Queria mesmo perguntar-lhe por que razão toda a gente fala de uma descida do IRS — e ninguém discorda que seja bom desonerar a classe trabalhadora e a classe média —, mas ninguém discute o aumento do IVA, que tivemos ainda no tempo dos PEC (Programas de Estabilidade e Crescimento) do José Sócrates, para 23 %, e que nos distancia de Espanha. Significa que, para uma família que volta a ter os filhos na escola, a mochila que paga são esses 23 % e que o arranjo no carro ou na casa também se cifra nesses 23 %. Porque é que não discutimos a descida do IVA? Esse era um desafio e uma pergunta que lhe queria fazer.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos, do PS. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro das Finanças, o último ano foi um ano de confusão fiscal.

Diziam, afinal, que tínhamos a mais alta carga fiscal de sempre, mas, sim, a carga fiscal aumentou. E não venham inventar um novo indicador, Sr. Ministro.

Prometeram baixar o IRS em 1500 milhões, mas, afinal, 80 % dessa redução já tinha sido aprovada com o Governo do Partido Socialista, e garantiram que as famílias iam mesmo sentir a descida. Mas o que aconteceu? Afinal, o que sentiram mesmo foi o desaparecimento dos reembolsos do IRS e algumas famílias têm mesmo de pagar ao longo deste ano.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é que ainda vêm dizer isso?!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E agora? Agora, prometem uma nova redução de 500 milhões de euros do IRS. Mas a questão essencial permanece. Vai ser só para os salários mais altos, como VV. Ex.<sup>as</sup> propuseram no ano passado, ou vai realmente beneficiar as classes médias, como a oposição conseguiu aprovar no ano passado?

Entretanto, criaram, no Programa do Governo, uma misteriosa «noção sintética» de IRS para corrigir subtributações. Ó Sr. Ministro, esclareça-nos, se fizer favor: quem é que vai passar a pagar IRS? São as indemnizações por lesão corporal, doença ou morte? São os apoios sociais? São as bolsas científicas ou desportivas? Os bombeiros voluntários? Quem paga, afinal, a conta desta nova noção de IRS «sintético»?

Mas o Governo não se fica por aí e as nossas dúvidas também não. Querem reduzir o IVA da habitação, da construção, mas o IVA já tem uma taxa mínima na habitação acessível. Então, até onde é que vão? Vão até à classe média, como propôs o PS, ou vão até às mansões dos condomínios de luxo?

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Onde é que tu vives, Miguel?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Falam em IRS e em IVA. E o IRC também? No programa eleitoral prometiam acabar com a derrama municipal. Ai, agora, já não; o Sr. Ministro, agora, só promete acabar com a derrama estadual, mas não diz nem quando nem como. Querem baixar o IRC para 17 %, mas com outra mão tiram os benefícios fiscais para quem investe mais, para quem inova, para quem aumenta os salários. O Sr. Ministro quer mesmo reduzir os incentivos para termos uma economia mais produtiva?

Em suma, Sr. Ministro, diga-nos lá: vai fazer uma política fiscal para todos ou vai continuar a fazer uma política fiscal apenas para alguns?

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do PCP. Dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro das Finanças, há um problema no nosso País — aliás, vários —, mas, em matéria de fiscalidade, há a injustiça fiscal. E este Governo prepara-se, com a sua política, para acentuar ainda mais essa injustiça, com a redução da tributação sobre o capital e os seus lucros.

Aliás, não satisfeitos, PSD e CDS, com o apoio da Iniciativa Liberal e do Chega, propõem uma nova redução do IRC que favorecerá, sobretudo, as grandes empresas, aquelas que têm tido lucros colossais à custa do sacrifício dos trabalhadores e do povo. E, ao mesmo tempo, aquilo que significa esta redução é não só a permissão e a cumplicidade do Governo com a acumulação desses lucros, como o abdicar de receitas que são fundamentais para investir, olhe, na saúde, na educação, na habitação. Só em 2025, a redução do IRC significa menos 365 milhões de euros, tão necessários que são para dar resposta aos problemas dos trabalhadores, dos reformados e dos nossos jovens.

Se a intenção por parte do Governo é de facto verdadeira e quer reduzir a tributação sobre os rendimentos do trabalho, porque não aumenta a dedução específica — beneficiaria todos os contribuintes — ou porque não reduz o IVA, por exemplo, da eletricidade, do gás natural ou do gás de botija, bens essenciais para a vida de todos, mas cujos custos, como bem sabemos, têm um peso muito mais expressivo nos rendimentos mais baixos e intermédios? Aguardamos a sua resposta.

Sr. Ministro, não posso deixar de colocar uma última questão sobre o Novo Banco. Como é que o Governo pode ser cúmplice de um negócio ruinoso para o nosso País e para o nosso povo? Como é que o Governo pode ser cúmplice de uma perda de cerca de 6700 milhões de euros, quando o Estado injetou 8 mil milhões de euros no Novo Banco, o resultado deste «extraordinário negócio», como afirmou o Governo? Olhe, Sr. Ministro, o povo pagou, os americanos lucraram, mas quem fica mesmo com o banco são os franceses.

*Aplausos do PCP.*

*Entretanto, reassumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Deputado Rui Tavares, como referi na minha intervenção, precisamos de pessoas para todos os setores da atividade económica e, portanto, a política deste Governo tem sido a de uma imigração regulada, mas humanista, e não o caos absoluto que nos foi deixado em abril de 2024.

Quando olhamos para as contas públicas, é importante também recordar que há uma transferência, que decorre da lei de bases de segurança social, de cerca de 10 mil milhões de euros para a segurança social, mas, como consolida tudo, não podemos olhar de forma compartimentada para as contas públicas.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A intenção seria sermos obrigados a fazê-lo!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Relativamente à redução do IVA, a prioridade deste Governo é reduzir o IRS para as famílias, até porque sabemos que, muitas vezes, a redução do IVA não se reflete, pelo menos na sua totalidade, na descida de preços e, portanto, há uma parte que é capturada por aqueles que produzem e vendem esses bens e serviços.

Sr. Deputado Miguel Costa Matos, os senhores tinham um IRS Jovem que era para alguns, tinham passes sociais que eram para alguns,...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Ora aí está!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — ... nós temos IRS Jovem e passes sociais para todos.

*Aplausos do PSD.*

Sobre a descida do IRS, noto que o Sr. Deputado tem algumas saudades — talvez possam agora repetir, não sei — do tempo em que faziam acordos com o Chega para aprovar medidas contrárias àquilo que o Governo decidia.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É só ciumeira!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Creio que a minha intervenção anterior e a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, na abertura deste debate, foram claras. Nós vamos descer o IRS até ao 8.º escalão, beneficiando todos os contribuintes e, sobretudo, aqueles de famílias de classe média.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece o PCP! Sempre a mesma conversa!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Sobre os benefícios fiscais, foi o seu Governo, e bem, devo dizer-lhe, que criou no papel — tivemos, depois, de a implementar — uma unidade chamada U-Tax e colocou, como marco do PRR, um relatório de avaliação dos benefícios fiscais, que servirá de base às decisões do Governo e que estará pronto agora em julho, sendo, naturalmente, objeto de discussão em todo o País.

Sr.ª Deputada Paula Santos, relativamente ao IRC, deixe-me dizer-lhe que 63 % do IRC liquidado — excluo aqui as tributações autónomas — é pago por PME. Portanto, não são as grandes empresas apenas a beneficiarem, mas nós precisamos de grandes empresas. E sabe porquê, Sr.ª Deputada? Porque está perfeitamente estudado que as grandes empresas têm mais produtividade e com isso pagam melhores salários.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Têm lucros de milhões e os salários não aumentam!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — As grandes empresas pagam muito melhores salários do que as pequenas empresas.

Sobre o Novo Banco, e muito rapidamente, a Sr.ª Deputada apoiava o Governo que, em 2017, decidiu o modelo de venda e a garantia do acordo de capital contingente. Os senhores apoiavam esse Governo que decidiu a venda do Novo Banco.

*Aplausos do PSD.*

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Foram o PS e o PSD!

O Sr. **Ministro de Estado e das Finanças**: — Este Governo, que herdou um contrato de 2017 que obriga o Estado e o fundo de resolução a vender, fechou o acordo de capital contingente, poupando ao Estado português mais de 700 milhões de euros de garantias, que não tinham sido usadas, ou de verbas que não foram usadas, e conseguiu vender o banco...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

A Sr.ª **Presidente** (Teresa Morais): — O Governo inscreveu, entretanto, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Presidência.

Faça favor, Sr. Ministro.

*Burburinho na Sala.*

Só um momento, por favor, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O País sabe que teve sete anos de imigração descontrolada, sete anos de porta escancarada, em que o número de imigrantes aumentou em mais de um milhão, quadruplicando de 4 % para 15 % da população do País.

Sete anos de governação socialista, que extinguiu o SEF em morte lenta, deixou entrar sem controlos de segurança e acumulou centenas de milhares de processos pendentes e tantas vidas em suspenso. Foram sete anos que deixaram o País vulnerável, sem polícia de fronteiras, sem serviços públicos preparados, sem habitação, e com políticas de integração em colapso.

Foram sete anos em que aumentou a quantidade, mas mudou também a natureza da nossa imigração. Parte significativa já não vem de países lusófonos, não partilha a nossa língua, nem a mesma religião ou raízes culturais. Sem isso, e sem comunidades já cá estabelecidas, a integração desses é muito mais difícil.

Foram sete anos em que Portugal foi sujeito à maior transformação demográfica da sua história recente, tendo sido deixado — pasmem-se! — totalmente impreparado para esse choque. Foram sete anos de política de imigração socialista de uma enorme irresponsabilidade, que trouxe grande desumanidade a quem chegou e gerou intranquilidade a quem cá vivia.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta irresponsabilidade de alguns anos vai ter efeitos durante décadas. Mas Portugal não pode esperar, e nós não esperamos. Já há um ano que o nosso Governo começou a mudar drasticamente a política de imigração. Em um ano, fechámos a porta escancarada e, ao acabarmos com a manifestação de interesses, diminuiu em 60 % o número de pedidos de residência em Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Em um ano, controlámos os registos criminais e os dados biométricos de 400 000 pessoas, que antes ninguém sabia quem eram, onde estavam e o que faziam.

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Com elevada exigência, resolvemos as pendências de manifestações de interesse, rejeitando metade dos pedidos, mas permitindo que a outra metade, que cumpre as regras portuguesas, tenha finalmente a dignidade de ter a sua documentação. Aos 40 000 que não as cumprem, está a ser dada ordem de saída do País.

Em um ano, colocámos cerca de 300 mediadores nas escolas, para ajudar à integração dos alunos estrangeiros. E fizemos ainda mais, numa nova política de imigração, de há um ano, de regulação firme e integração humanista.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, foi também sobre a imigração que os portugueses se pronunciaram nas últimas eleições. Com o seu voto, castigaram a irresponsabilidade da imigração descontrolada do passado...

**Vozes do PSD e do CDS-PP**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... e condenaram quem queria o regresso das portas escancaradas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Mas, com o seu voto, os portugueses também disseram que não querem as portas todas fechadas. Os portugueses não escolheram o ódio, nem escolheram a remigração massiva. Nestas eleições, com o seu voto, os portugueses deram uma maioria maior à nossa mudança de política de imigração: regulada, firme e humanista.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, registamos com agrado as recentes — vamos lá ver se duradouras — aproximações de vários partidos da oposição à nova mudança da política de imigração, e queremos corresponder, nos meses que vêm, com a mesma vontade e humildade para dialogar e construir soluções. Assim, convocamos todos para criarmos, em conjunto, essa política de imigração regulada e humanista, assente em oito princípios.

Em primeiro lugar, não há um *ranking* moral, não há uma ordenação de valor entre vidas humanas; a dignidade de toda a vida humana é a base do nosso projeto constitucional.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Madalena Cordeiro** (CH): — É quando dá jeito!...

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Em segundo lugar, há diferenças entre direitos, entre pessoas, entre portugueses e estrangeiros, entre residentes e não residentes, entre imigrantes lusófonos e mais qualificados e os demais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência:** — A nossa Constituição estabelece diferenças nos direitos políticos e autoriza-as em outros direitos.

Em terceiro lugar, cada comunidade política tem mesmo o direito de decidir quem pode ou não entrar e fixar-se no seu território. Mas — em quarto lugar —, não faz sentido fechar todas as portas, nem expulsar todos os que cá estão. Há deveres internacionais e morais de acolher quem foge de guerras, de catástrofes e de perseguição política; há deveres de reciprocidade em relação ao acolhimento que os nossos compatriotas receberam quando emigraram para o estrangeiro; em certas fases e condições da economia, há vantagem em certas aberturas para trabalhar e para estudar. Saibamos, lembremo-nos, que vários setores críticos da nossa economia parariam amanhã sem trabalhadores estrangeiros: da construção de casas à produção agrícola, dos serviços turísticos ao cuidado às pessoas mais dependentes.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Paguem mais aos portugueses!

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Em quinto lugar, a integração digna é um direito de quem reside aqui legalmente, mas — em sexto lugar —, também lhe impõe deveres. Os imigrantes têm de respeitar as nossas regras e os nossos valores constitucionais, a começar pela igualdade e a dignidade das mulheres e das crianças.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Não cumprir esses deveres nem aceitar as nossas regras tem de ter consequências, e essas incluem o afastamento do País.

Em sétimo lugar, é preciso assumir que um crescimento tão grande e tão rápido da imigração naqueles sete anos põe em causa a coesão social do País e a capacidade de integrarmos dignamente quem chegou. É preciso assumir isso e é preciso agir.

Em oitavo lugar, é preciso agir, mas não mentir.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Os políticos não podem ser multiplicadores de notícias falsas sobre imigrantes.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

*Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Não podem dar eco a associações com generalizados aumentos de criminalidade ou parasitismo de prestações sociais que não têm fundamento na estatística nem na realidade.

*Aplausos do PSD e do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.*

Mas os políticos também não podem ficar cegos, fechados numa torre de marfim, a negar a intranquilidade que os portugueses compreensivelmente sentem perante a maior transformação populacional que viram nas suas vidas, nas suas escolas e nas suas ruas.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a nossa responsabilidade é agir, continuar a agir com a mudança que iniciámos há um ano na política de imigração. Por isso, este novo Governo, tal como o nosso anterior Governo, tem de continuar a fazer mais, a propor ao Parlamento fazer mais, e esperar que o Parlamento também queira fazer mais.

Por isso, vamos criar a unidade nacional de estrangeiros e fronteiras,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... uma verdadeira polícia de fronteiras na PSP. Isto, se o Parlamento aceitar, ou quer ficar sem polícia de fronteiras?

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Queremos e temos de limitar certos fluxos migratórios. O reagrupamento familiar e os pedidos da CPLP feitos em território nacional devem ser contidos à capacidade de integração do País. Propomos restringir os vistos de procura de trabalho apenas para os candidatos com elevadas qualificações.

Vamos, se o Parlamento assim quiser, mudar a Lei da Nacionalidade, aumentar os prazos mínimos e as exigências para a obtenção de cidadania, para moderar o efeito de chamada e valorizar efetivamente quem pertence à comunidade nacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Vamos, se o Parlamento quiser — com exceção, creio, da IL, os partidos da oposição nunca falaram em alargar prazos mínimos; agora descobriram alguns! —, restringir e atualizar a Lei da Nacionalidade.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Não precisamos da IL para nada!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Queremos um novo regime, mais rápido e eficaz, de retorno de imigrantes em situação ilegal, e queremos concluir a construção em curso dos dois centros de instalação temporária, para que funcione mesmo o afastamento de quem viola as nossas regras.

A imigração para trabalhar deve implicar corresponsabilização dos empregadores pela integração dos trabalhadores que para eles produzem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Vamos concluir a segunda parte das centenas de milhares de pendências que nos deixaram, sempre com a mesma exigência de quem tem estado a controlar aqueles que nunca antes tinham sido controlados na chegada a Portugal.

Temos de reforçar as medidas de integração nas escolas, apoiar os alunos estrangeiros...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os portugueses também!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Com certeza! Apoiamos sempre todas as vidas humanas. Não pomos uns contra os outros, defendemos todos, porque toda a vida humana é um valor sagrado na nossa Constituição.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do CH.*

Temos de reforçar as medidas de integração nas escolas, nos serviços públicos e na aprendizagem da língua portuguesa. Temos de reforçar a fiscalização pelas polícias nas fronteiras de entrada e dentro do território nacional: das lojas aos campos, dos restaurantes aos transportadores de pessoas e aos que entregam comida.

Este é o caminho de uma imigração com regulação firme e de uma integração humanista. Este é o caminho que prometemos aos portugueses, que temos vindo a entregar aos portugueses, e que eles escolheram mais do que qualquer outro caminho.

É isso que vos propomos agora, com humildade e diálogo, esperando contar com o vosso apoio, diálogo e espírito de compromisso para o cumprir, porque este caminho é o melhor caminho para todos: portugueses e estrangeiros. É o melhor caminho para Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Ministro tem seis pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá primeiro a um grupo de três e depois aos restantes três.

Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, queria começar por evidenciar o óbvio: se há alguns anos a esta parte, neste Hemiciclo, todos os partidos viam este assunto como acessório, hoje, a imigração é uma preocupação central, e esse paradigma foi definitivamente alterado pelo Chega, que nunca desistiu de a trazer a debate.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — O Governo parece ter assumido, de uma vez por todas, o problema da imigração descontrolada, mas apresenta ainda algumas medidas pouco concretizadas, como é o caso, por exemplo, da aquisição ou perda de nacionalidade.

Está na hora de procurarmos uma abordagem séria e robusta a esta pesada herança que o socialismo nos deixou. Precisamos de chão comum, e o melhor ponto de partida, Srs. Deputados, será a suspensão do reagrupamento familiar.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Façam um exercício comigo: imaginem que, de um milhão e meio de imigrantes legais em Portugal, metade pede o reagrupamento familiar para o seu cônjuge e para dois filhos; isso resultaria na vinda de mais de 2 milhões de imigrantes para o território nacional, o que, a juntar aos que já cá estão, perfaz um total de 3,5 milhões — 35 % de imigrantes num País de 10 milhões!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Vanessa Barata** (CH): — Seriam 3,5 milhões a usufruir do nosso sistema nacional de saúde, 3,5 milhões a pressionar os nossos estabelecimentos de ensino, o mercado da habitação, a usufruir da nossa segurança social e a pôr à prova as nossas forças de segurança.

*Aplausos do CH.*

A minha pergunta, Sr. Ministro, é a de saber se a AD vai ler nas entrelinhas destes resultados eleitorais e perceber que os portugueses não querem mais portas escancaradas, não querem a nacionalidade a ser oferecida como um brinde num ovo *Kinder*, e querem reverter a bandalheira em que a esquerda deixou o nosso País, avançando com esta suspensão.

Já agora, Sr. Ministro, nós é que registamos com agrado a aproximação do PSD ao Chega, em matéria de imigração.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, a imigração nunca foi um tema acessório para o CDS. Neste Parlamento, sempre levantámos esta questão com uma exigência muito grande, quer em relação à lei de estrangeiros quer em relação à Lei da Nacionalidade, ou à lei do asilo, exatamente os três instrumentos que, neste momento, é fundamental rever e atualizar.

O País não aguenta esta imigração, não há outra maneira de o dizer. E, infelizmente, as pessoas aperceberam-se disso antes de os responsáveis políticos — nesse tempo, o Partido Socialista — se terem apercebido. Agora, temos de lidar com uma realidade que — é preciso dizer a verdade —, se tivéssemos estado no Governo, nunca teria existido, porque nunca teríamos permitido que a imigração que existe neste momento tivesse chegado a este estado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Aplausos de Deputados do PSD.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas, uma vez que chegou, por irresponsabilidade do Partido Socialista e de quem o apoiou, é preciso resolver esta situação e, para a resolver, a nacionalidade não pode ser atribuída como é atribuída, o reagrupamento familiar não pode ser feito como é feito, e o asilo não pode ser concedido como é concedido.

Por isso, há três questões fundamentais que queria colocar-lhe, Sr. Ministro, e que têm de ser resolvidas imediatamente.

A primeira é esta: é possível ter uma política de estrangeiros eficaz e uma política de reversão da atual situação de imigração sem uma polícia de fronteiras?

A nossa convicção é a de que não é possível, e também não é possível voltar ao SEF, pelo que a discussão que tem de ser feita é sobre qual é a melhor solução. E só estará do lado do combate à imigração ilegal quem estiver do lado da construção de uma solução para este problema.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A segunda questão é sobre o efeito de chamada. Os anúncios que antigamente havia para a facilidade de entrar em Portugal e para a facilidade de obter nacionalidade portuguesa, neste momento, são anúncios a dizer: «Atenção, Portugal vai mudar as regras e isto vai acabar tudo. Façam-no rápido.» Portanto, o que temos de impedir é que aqueles oportunistas que, neste momento, ainda querem aproveitar o facilitismo do Partido Socialista o façam.

Como é que o Governo pretende impedir este oportunismo e este efeito de chamada?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Antes de passarmos ao pedido de esclarecimento seguinte, a Mesa informa que entrou tardiamente, por dificuldade técnica da Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Mortágua em contacto com a Mesa, um pedido de esclarecimento do Bloco de Esquerda.

**Vozes do CH:** — Joana! Joana!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — São as duas! E o Fabian também!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Vocês estão cheios de saudades do Bloco de Esquerda!...

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Portanto, passam a ser sete pedidos de esclarecimento, e imagino que o Sr. Ministro queira responder a um grupo de três e a outro de quatro.

O Sr. **Ministro da Presidência:** — Sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Obrigada.

Tem então a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, a política de imigração hoje em dia, para todos os partidos, é o alfa e o ómega da política. A propósito de tudo se fala de imigração, a propósito de tudo se negam as consequências da imigração.

Uns converteram-se à política de imigração corajosa e cumpridora, iniciada pelo Governo anterior. Estamos num Estado de direito, há regras, houve regras, e o Governo, com coragem, estabeleceu um novo enquadramento e assumiu, com responsabilidade e com humanidade, tomar conta de um assunto que foi negligenciado durante anos, para voltar a assumir com coragem, como dizia, um dos principais problemas que tínhamos.

Repare-se nos números, denunciados pelo anterior Governo e nunca assumidos: 400 000 pendências depois corrigidas para 440 000 e 1 milhão e 600 mil imigrantes em Portugal. Ninguém tinha a noção da dimensão do dano que toda esta situação causava à sociedade e à economia,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — O Chega tinha!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... uns por negligência, outros porque, em cada lado, debaixo de uma pedra, encontravam um bandido.

Foi preciso que o Governo assumisse este problema, com coragem e planeamento, cumprindo criteriosamente o seu calendário, esta política e esta estratégia.

A questão, hoje, define-se em três dimensões, Sr. Ministro, como disse, e nós concordamos. Em primeiro lugar, temos de saber como vamos regular a imigração que há de entrar, exigindo-lhe maiores qualificações, sem esquecer que dela precisamos para todas as tarefas para as quais não conseguimos, em Portugal, encontrar emprego para os portugueses, ou que os portugueses não querem fazer.

Em segundo lugar, sobre a questão do retorno, que é importante referir e realçar, temos de saber como é que a mesma se vai concretizar, quer a daqueles que estavam em situação ilegal — manifesta e quase criminosa — quer a daqueles que não tinham qualquer tipo de movimento legal.

Em terceiro lugar, temos de saber como é que vamos fazer o reagrupamento familiar, que é, porventura, a situação mais difícil sobre a qual temos de agir, neste quadro.

Sr. Ministro, a questão que hoje está aqui em causa é a seguinte: como é que vamos conseguir, de uma vez, também aqui, cumprir aquilo que no passado foi esquecido por outros, que o tentaram assumir no discurso, mas nunca foram capazes...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Votaram sempre contra!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder a estes três pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Deputados António Rodrigues, João Almeida e Vanessa Barata, muito obrigado pelas vossas questões.

Srs. Deputados António Rodrigues e João Almeida, é uma questão de poucos dias ou semanas para conhecerem os detalhes das propostas legislativas do Governo sobre várias das questões que aqui colocaram e que constam do Programa do Governo. No resto, concordo com a vossa avaliação.

Quanto à Sr.<sup>a</sup> Deputada Vanessa Barata, eu ouvi-a e tenho ouvido a repetição contínua de notícias falsas — aliás, agora, acabou de acrescentar mais um milhão de imigrantes a virem para o reagrupamento familiar, o que tem uma taxa de inflação inacreditável, e, se pagarem impostos, o País fica rico!

*Protestos do CH.*

Os senhores lembram-me, com essa taxa de invenção e mentira, e sobretudo de discurso raivoso, bolas de sabão. Eu explico: veem-se, são atrativas, toca-se nelas, rebentam e não há nada.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Eu explico: quando o Governo, quando este Primeiro-Ministro, há um ano, fechou a maior porta escancarada, reduzindo em 60 % os pedidos de residência, o que é que fez o Chega? Nada!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Quando este Governo disse que temos de resolver a situação e controlar aqueles 440 000 que cá estão, sem sabermos quem são, o que fazem e onde estão, o líder do Chega e o seu partido disseram que eram contra essa resolução.

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Ora, pois, se ficássemos como os senhores queriam, continuávamos sem saber quem são, o que fazem e onde estão, e ficávamos sem controlar nenhum destes 440 000. Os senhores falaram, mas depois, controlar, nada!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

Quando propusemos a criação de uma polícia de fronteiras, os senhores, que falam muito sobre fiscalização, quando chegou o momento de votar, votaram contra. Nada!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porquê? Porquê?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Quando propusemos acelerar o regime de retorno daqueles que são encontrados em situação ilegal, os senhores votaram contra. Portanto, controlo de imigração com o Chega? Nada!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

*Protestos da Deputada do CH Rita Matias.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não aceitaram uma proposta do Chega! Nem uma!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Quando fomos a eleições e tínhamos no programa eleitoral a limitação do reagrupamento familiar, o que é que o Chega tinha no seu programa eleitoral? Nada!

*Protestos do CH.*

Portanto, o controlo do reagrupamento familiar é uma nova paixão, toda baseada numa notícia falsa que os senhores andam a manipular.

*Protestos do CH.*

Os senhores deveriam, usando a linguagem do Chega, ter vergonha! Deviam ter vergonha de instrumentalizar, manipular e degradar o debate e a vida das pessoas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vergonha é ter um ministro assim!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Quando nós, e depois a IL, propusemos alargar o período mínimo para a obtenção da residência, o que é que os senhores tinham no vosso programa eleitoral? Nada!

Portanto, os senhores falam, os senhores falam, mas são como uma bola de sabão: só querem raiva a espumar, para instrumentalizar o ódio e o confronto.

*Protestos do CH.*

Mas, quanto ao controlo de imigração, nada!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos de Deputados do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Srs. Deputados, o Governo informou a Mesa de que o Sr. Ministro da Presidência, em relação aos quatro pedidos de esclarecimento que restam, responderá a dois blocos de dois.

Portanto, para o próximo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, o que o Governo aqui traz em matéria de imigração diz muito do que une o PSD, o CDS e o Chega.

O reagrupamento familiar é um direito fundamental, no respeito pelos direitos humanos, e é um elemento central de um processo de integração social bem-sucedido. Há famílias com crianças que residem em Portugal com dificuldades no acesso à educação, à saúde, porque estão em situação irregular.

O Governo entende que um trabalhador estrangeiro que esteja a trabalhar e tenha cá a sua família deve ver os seus filhos serem expulsos? Ou que um imigrante que vem trabalhar para Portugal deve ser privado da relação com o cônjuge e os filhos?

*Protestos de Deputados do CH e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.*

É espantoso que diga que a atribuição da nacionalidade deve pressupor a ligação ao País, quando o PSD e o CDS apoiaram a aquisição fraudulenta da nacionalidade portuguesa por parte de dezenas de milhares de descendentes de judeus sefarditas expulsos no século XVI.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Deviam ser uns 10!

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Deve haver critérios sérios para a aquisição da nacionalidade, mas há também limites para a hipocrisia do Governo. É um escândalo que se venda a autorização de residência ao abrigo dos vistos *gold* com a prerrogativa de, ao fim de cinco anos, poderem requerer a nacionalidade. A diferença é que esses imigrantes são mais endinheirados.

Nem uma palavra para o combate ao tráfico de seres humanos e à exploração de mão de obra sem direitos. Não reforçam as medidas para pôr a AIMA a funcionar e a proceder à regularização da situação de milhares de imigrantes que cá estão, que trabalham honradamente, incluindo os que aguardam há muito o reagrupamento familiar.

É inaceitável que se responsabilize os imigrantes, que procuram uma vida melhor, como tantos portugueses procuram uma vida melhor lá fora, pelos problemas do País, para esconder as consequências da política de direita.

Se a capacidade do País não é ilimitada, o acolhimento e a integração dos imigrantes é o caminho para uma verdadeira política humanista.

*Aplausos do PCP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, eu, na realidade, tinha questões sobre a comunicação social, uma das suas pastas — aliás, fui até confirmar os seus pelouros e vi «Ministro da Presidência», mas fiquei convencido que seria «ministro da imigração»,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ministro da propaganda!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... porque este tema realmente parece ser o alfa e o ómega da sua pasta, pois apenas falou disso em toda a sua longa intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E então?! Acha que não é importante?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E deixe-me dizer-lhe que isso me afetou, porque eu sou filho e neto de emigrantes e tenho muito orgulho na sua história.

Deixe-me partilhar um bocadinho da minha história: o meu avô saiu sozinho para a França, analfabeto, de uma aldeia de Amarante. O meu avô deixou em Portugal a minha avó, a minha mãe, bebé, e um irmão mais velho, que apenas dois anos depois se juntaram ao meu avô em França e foram viver num bairro de lata. Mas fizeram a sua vida, ajudaram a construir França e decidiram regressar e ajudaram a construir também o Portugal que temos hoje.

*Protestos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — E hoje votam Marine Le Pen!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Eu tenho muito orgulho nesta história, porque esta história, que tem reagrupamento familiar, tem a integração, tem o apoio social por parte do Estado francês, país de acolhimento, é a nossa história. É a história de Portugal, da nossa emigração, e é o nosso legado, que hoje temos de ter em conta.

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

Fazer da imigração o alfa e o ómega de todos os problemas do País é não só falso, como é perigoso, e nós não vamos alinhar neste que parece ser o sabor dos tempos. O Livre não mudará um centímetro da sua posição no que diz respeito à defesa da decência e da dignidade de todos os imigrantes, porque, como nós, são seres humanos.

*Aplausos do L e da Deputada do PS Isabel Alves Moreira.*

Nem heróis, nem santos, nem demónios; são seres humanos, com os seus falhanços, com os seus problemas, mas certamente também com as suas virtudes.

No tempo que me resta, deixe-me então perguntar aquilo que lhe queria perguntar, que é também da sua responsabilidade.

O Programa do Governo fala de combate à desinformação, mas depois pouco ou nada é dito de concreto, pelo que lhe pergunto o que é que, então, nos quer trazer no que diz respeito ao combate à desinformação.

Tenho uma última pergunta, que já tive a oportunidade de fazer na anterior Legislatura, no que diz respeito à RTP. O anterior Governo ficou conhecido por ter tentado retirar a publicidade da RTP e com isso enfraquecer a televisão pública, e o Sr. Primeiro-Ministro ficou conhecido por, num lapso, acusar um jornalista da RTP, quando era um jornalista da SIC que fazia perguntas, ao que parece, incómodas.

Portanto, gostaria de saber como...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L e de Deputados do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Srs. Deputados Paula Santos e Jorge Pinto, muito obrigado pelas vossas questões.

Muito rapidamente, sobre as questões relativas à comunicação social, referirei duas linhas essenciais no combate à desinformação: uma linha vermelha é a de não introduzirmos censura; uma outra reside no primeiro princípio de todos nós aqui, atores políticos, que é o de não sermos produtores de desinformação. Muitas vezes, os discursos de extremo, as acusações intolerantes, de parte a parte, constroem a desinformação.

A RTP deve ser livre e imparcial.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Livre e imparcial não é a RTP!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Deve ser livre, imparcial e estar ao serviço da língua e da cultura portuguesas.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E não tem estado?!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Relativamente às questões sobre a política de imigração, a história de que falou, que é a história de milhões de portugueses, é uma história que nos orgulha, enquanto portugueses.

Nesta bancada, também há pessoas com experiência de emigração. E é também por sabermos as dificuldades que uns enfrentaram e que outros não enfrentaram e foram recebidos com dignidade que quisemos e queremos transformar este País num país que recebe com dignidade.

Não era dignidade a situação em que viviam 440 000, há anos, à espera de um documento.

Não era uma situação de dignidade imigrantes que vieram de países lusófonos na promessa de um regime mais favorável e que tinham um cartão — não era um cartão, era um papel — que tinha menos validade que o dos outros imigrantes e que não podiam sair e circular no espaço Schengen.

Não era uma situação de dignidade ter crescido de 40 e poucos mil para 170 000 o número de alunos estrangeiros nas escolas e não se ter preparado as escolas portuguesas para, no processo de avaliação, de acompanhamento e de ensino de língua, dar a estas crianças uma oportunidade de se integrarem na sociedade portuguesa.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado e Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, claro que há um caminho entre as portas escancaradas — que felizmente já parece que vos vi terem deixado cair e não insistirem na manifestação de interesse —...

*Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes e da Deputada do PCP Paula Santos.*

... e a loucura de alguns e a indignidade de alguns do afastamento massivo e das portas todas fechadas. Há um caminho de moderação e equilíbrio,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o caminho para o abismo!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... que quer regras na chegada e que quer dignidade na integração. No reagrupamento familiar, não é suspender, porque isso é, à luz da diretiva, ilegal —...

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

... quem o tentasse fazer chumbava num tribunal —, mas é adequar o reagrupamento familiar e limitar o fluxo à nossa capacidade de integrar e a um tempo de estadia no território nacional.

*Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Na nacionalidade, é transformar os requisitos laxistas que a maioria de esquerda...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Assim é que estás bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Passamos aos dois seguintes pedidos de esclarecimento. O primeiro é da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém merece!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, de facto, não é muito normal ouvi-lo falar insistentemente de imigração, como se fosse o alfa e o ómega da sua pasta, mas deixe-me só dizer-lhe que o maior fator de insegurança ou de sensação de insegurança das pessoas não é, de facto, a imigração. O maior fator de insegurança em Portugal é a extrema-direita.

**Vozes do CH**: — Ah!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Oiça o Diretor da Polícia Judiciária. Veja o que é que hoje está a acontecer, por um excelente trabalho da Polícia Judiciária, de desmantelamento de um grupo de neonazis muito perigoso.

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Na Rua do Benfornoso é só extrema-direita!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não é normal um ator ser agredido, não é normal quem está a distribuir comida a sem-abrigos ser agredido.

*Protestos do Deputado do CH André Ventura.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — As violações coletivas é a extrema-direita!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Não é normal um Deputado desta Casa publicar um vídeo com cidadãos, portugueses ou não — porque passou a ser um critério cromático para uma determinada direita —, a dizer: «É preciso limpar a Amadora.»

*Protestos do CH.*

Isso é que não é normal e não é normal o Sr. Ministro fazer uma simetria entre uma parte e outra parte do Parlamento.

*Aplausos do PS e do L.*

Sr. Ministro, queria perguntar-lhe uma coisa: qual foi o problema que o Sr. Ministro detetou com a Lei da Nacionalidade?

Eu estudo a fundo esta matéria e não encontrei em nenhum estudo académico, em nenhum estudo recente, um problema com a Lei da Nacionalidade.

A Lei da Nacionalidade não é uma lei de imigração, como sabe. Uma coisa são as leis de imigração, outra coisa são as leis da nacionalidade.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Estudo comparativo!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Qual foi o problema que detetou? Quais foram os estudos?

E queria deixar aqui claro um ponto, porque o Sr. Primeiro-Ministro falou em perda de nacionalidade e têm sido vários os jornalistas a telefonarem a todos os Deputados a perguntarem o que é que se passa.

Essa ideia já foi aqui trazida pelo Chega várias vezes e o PSD chumbou-a sempre, e bem, porque, como se sabe, é inconstitucional,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é, não!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... não há perdas automáticas de nacionalidade, como é evidente,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é automático! É um processo judicial!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — ... e a nacionalidade só se perde por vontade do próprio. Isso é absolutamente inconstitucional, como o PSD disse, uma, duas, três vezes.

Portanto, é absolutamente chegar ao nível zero estarmos outra vez a discutir a possibilidade de uma sentença acessória de perda de nacionalidade e, desta vez, por ideia do Primeiro-Ministro.

*Aplausos do PS e do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Sofrível! Sofrível!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Ministro, fala sobre o efeito de chamada, sobre a necessidade de pertença à comunidade nacional, o domínio da língua.

Fui a uma empresa turca ver o efeito de chamada para Portugal: «Adquira o seu visto *gold*. Só tem de ficar em Portugal 14 dias a cada 2 anos.»

A Sr.<sup>a</sup> **Rita Matias** (CH): — Vai às empresas indianas! Aí é que é bom!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — «Adquira o seu visto *gold* por 500 000 € de investimento e pode trazer toda a família, esposa, dependentes, marido.»

«Adquira o seu visto *gold* e tem um caminho para a cidadania. Cinco anos de residência conferida pelo visto *gold* e a cidadania é garantida.»

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Aí já está tudo bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isto é o efeito de chamada.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do seu tempo! Do seu tempo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Isto é o efeito de chamada de quem comprou direito à residência sem nunca viver em Portugal,...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Criado pelo PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... sem nunca trabalhar em Portugal, aumentando o preço das casas e, muitas vezes, sem qualquer verificação do seu passado, do seu cadastro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do seu tempo!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Este é o efeito de chamada que o Chega apoiou, que o CDS apoiou, que o PSD apoiou...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Foi o PS! A lei é do PS!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — ... e que o PS apoiou, durante muito tempo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Foi vender...

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Ministro, nunca ficaremos a saber quão bem fala Abramovich português. Não sabemos, mas que tem nacionalidade portuguesa, tem. Se fala bem português, se está bem integrado em Portugal, ninguém sabe.

*Risos do Deputado do L Jorge Pinto.*

Sabemos uma coisa: é verdade, há muitos imigrantes em Portugal que não tiveram acesso a regularização, não vivem em condições dignas, mas trabalham e contribuem para o País. Diga-me, por favor, se aumenta a dignidade dessas pessoas criando centros de detenção, como se elas fossem criminosas ou...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do L.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Ministro da Presidência para responder.

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira e Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Mortágua, obrigado. Quanto à primeira pergunta, da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Moreira, permita-me comentar, em resposta à sua pergunta, uma referência que fez à violência, insegurança e associações, e um elogio merecido que fez à atuação das forças de segurança.

Quero responder-lhe desta forma: toda a forma de ódio, de violência, todo o crime contra pessoas e os seus bens é condenável.

A justiça e as forças de segurança, em Portugal, devem ser apoiadas quando atuam contra um crime, quando atuam na defesa da lei.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Não devem só ser apoiadas quando as vítimas são umas ou as vítimas e os agressores são outros.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Nós defendemos uma justiça e uma segurança que é cega à cor da pele, é cega à orientação política, é cega à religião, é cega a esses fatores de natureza de quem é agressor e vítima.

O crime deve ser combatido enquanto tal, e bom será ver sempre o Partido Socialista apoiar as forças de segurança, sempre que previnem e atacam o crime, e não só às vezes e não só em partes do território nacional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Relativamente às questões que colocou sobre o alfa e o ómega da imigração, que creio que já o Sr. Deputado Jorge Pinto colocou, não, não é o único desafio que Portugal tem.

Mas os Srs. Deputados não compreendem que a maior transformação demográfica que o País viveu,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... provavelmente nos últimos dois séculos, seguramente desde que somos uma democracia, não é só um dos temas mais importantes —...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como é evidente!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... não é só na vida das pessoas, na preocupação dos mais velhos e dos mais novos, das mulheres que andam na rua, dos idosos que têm de procurar transportes públicos —, não é só a preocupação das pessoas, com razão ou sem razão para estarem intranquilas,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Os temas sociais...

O Sr. **Ministro da Presidência**: — ... é um desafio monumental para o País.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Depois de uma transformação demográfica destas, sim, a política da imigração tornou-se um desafio para décadas, com efeitos para décadas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — Relativamente ao tema da perda de nacionalidade, para que sejamos claros, não há perdas de nacionalidade nem sanções automáticas. São sempre sanções acessórias, decididas por um juiz.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Ministro da Presidência**: — A lei que fixa direitos e condições deve fixar o direito e as condições para a atribuição e o exercício desses direitos, do princípio ao fim.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Alves Moreira** (PS): — Vai propor isso?!

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Vamos passar a um período de intervenções dos grupos parlamentares.

Está inscrita, para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do Chega, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Carvalho.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro disse esta manhã, citando, que «não há ventos a favor para quem não sabe para onde vai». Olhando para este Programa do Governo, realmente o Governo não sabe para onde vai, no que à cultura diz respeito.

É uma espécie de bolha de sabão, que se rebenta e não sai nada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — Não sabe para onde vai e vou explicar porquê: porque a cultura perdeu a sua autonomia e agora divide o ministério com a juventude e o desporto, o que causou muitas celeumas e foi muito criticado pelos representantes do setor, que falaram inclusivamente em retrocesso e sinal de fraqueza.

E afinal, qual é que foi o objetivo, para retirar o ministério à cultura? Terá sido poupar o erário público?

É que, se foi essa a intenção, mais valia o Governo ter optado por cortar em apoios a institutos e fundações que mais não servem a não ser para gastar o dinheiro dos portugueses ao desbarato, sem contrapartidas visíveis.

E dou um exemplo. A Fundação Serralves, à qual o Orçamento do Estado para este ano atribuiu 6,9 milhões de euros, apresentou este mês um espetáculo degradante, com uma banda que subiu ao palco em nudez parcial, mostrando inclusivamente os genitais.

*Aplausos do CH.*

Um espetáculo que, convém lembrar, estava caracterizado como sendo para maiores de 6 anos.

*Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.*

Será isto cultura? Será isto merecedor do investimento do dinheiro dos portugueses? Não, não é cultura e também não é merecedor. É, na verdade, muito degradante para o ser humano.

Mas mais, o Sr. Primeiro-Ministro nomeou como Ministra da Cultura a Dr.<sup>a</sup> Margarida Balseiro Lopes, que, com todo o respeito que lhe tenho, não tem, contudo, no seu currículo ligações ao setor cultural, o que também preocupou os agentes do setor.

E nem o secretário de Estado tem ligações ao setor cultural. Foi autarca durante 12 anos e a sua única ligação é o facto de escrever romances históricos.

Portanto, e usando aqui uma gíria futebolística, o Sr. Primeiro-Ministro não foi ao mercado, ou então foi e não conseguiu reforços e, por isso, veio a jogo com a equipa de suplentes.

*Aplausos do CH.*

Olhando para este Programa do Governo, há claramente questões que ficam por responder, porque o Governo as ignora, ou por medo ou por desconhecimento, mas sobre as quais é preciso e é importante obter esclarecimentos.

Pode o Governo garantir que, no respeito pela história de Portugal e pelos portugueses, não levará a cabo nenhuma política de entrega de bens culturais às antigas províncias ultramarinas?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Carvalho** (CH): — E por que razão não há uma palavra no programa para o papel das artes tradicionais, bandas filarmónicas, folclore ou cultura popular, que são expressões autênticas da identidade portuguesa?

*Aplausos do CH.*

Recentemente, a IGF (Inspeção-Geral de Finanças) detetou que, durante os anos de governação do Partido Socialista, o fundo de apoio à cultura atribuiu 123 milhões de euros em apoios, sem que houvesse um acordo escrito, e milhares de euros foram entregues a projetos que nem sequer foram iniciados.

Por isso, é importante percebermos se o Governo vai ou não reforçar os mecanismos de fiscalização, para evitar que se volte a desperdiçar tanto dinheiro dos portugueses, porque a verdade é que já chega de gozar com quem paga impostos.

E não posso terminar sem dizer que a cultura está sob ataque. E está sob ataque por aqueles que atentam contra os valores e as tradições portuguesas e que atentam especialmente contra as datas fundadoras do nosso País.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Poço, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Há momentos na vida de uma nação em que o curso do futuro não se pode adiar, em que o tempo da hesitação termina, em que fazer mais do mesmo não é opção. Portugal está nesse momento e o Governo está preparado para o enfrentar.

Hoje, o Governo da AD apresenta mais do que um programa, apresenta um compromisso, um pacto com o País, uma agenda para transformar.

Começámos este caminho em 2024, um caminho de coragem, de reformas, de modernização do Estado e da nossa economia. Mas esse caminho foi interrompido por quem confundiu o bloqueio com a alternativa e o ruído com responsabilidade.

Os portugueses foram então chamados a decidir. Voltaram a atribuir-nos a responsabilidade de governar. Agora com mais força. Agora com mais urgência. Agora com mais confiança.

Durante demasiados anos, deixámos que a lentidão, a burocracia e o medo da mudança impedissem Portugal de ser tudo aquilo que pode ser. Nós recusamos isso, recusamos o conformismo, recusamos o adiamento eterno. Acreditamos num País que cresce, que lidera, que inova, que cria oportunidades para todos.

Por isso, sim, vamos continuar a baixar os impostos sobre quem trabalha; vamos continuar a reduzir o IRC para as empresas; vamos atrair mais investimento e exportar com maior valor acrescentado; vamos ligar o talento à economia e a ciência à produção.

E vamos fazê-lo com um Estado diferente, um Estado que serve, que não complica ou atrapalha, um Estado que decide e não se esconde atrás de pareceres, para não decidir ou atrasar.

É por isso que este Governo declarou, em boa hora, guerra à burocracia, ao labirinto kafkiano de normas, pareceres e autorizações que bloqueiam quem quer fazer.

A burocracia não protege o interesse público, compromete-o. Por isso, vamos substituí-la por critérios, por responsabilidade, por decisão.

Vamos recentrar o Estado no essencial: servir bem e com justiça. Vamos cortar nos pareceres e procedimentos inúteis. Vamos digitalizar, sim, com propósito e eficácia. Vamos digitalizar com justiça. Vamos atrair, reter e remunerar melhor o talento. Vamos premiar quem serve bem e responsabilizar quem atrasa o País. Vamos restaurar a confiança como base da relação do Estado com todos, com cada português, com cada empresa.

E deixem-me dizer algo com clareza. Temos, nesta Casa, um apoio reforçado e um Governo legitimado pelos portugueses, mas não somos, nem queremos ser, os donos da verdade.

*Aplausos do PSD.*

Por isso, neste programa incluiu o Governo propostas de outros partidos representados neste Parlamento.

Incluímos ideias do PS, que sugere agora racionalizar taxas e investir no Interior; do Chega, que propõe um número único de identificação para simplificar a vida aos cidadãos e às empresas; da Iniciativa Liberal, que defende uma Administração Pública sem redundâncias, com partilha de dados entre serviços e com foco nos resultados, porque governar bem é saber escutar, é saber incluir, é saber unir, é saber construir e dialogar com todos. Mas que ninguém se engane: unir e dialogar não é abdicar da responsabilidade de decidir e avançar.

Este Governo não veio para gerir o que existe. Este Governo veio para mudar o que não funciona.

Queremos uma economia mais livre, mas também mais justa. Queremos um Estado mais leve, mas também mais forte, onde é preciso. Queremos um País mais moderno, coeso e mais confiante.

Aos jovens que querem ficar, às empresas que querem investir, às famílias que querem estabilidade, dizemos: contem connosco, estamos aqui, estamos do vosso lado e vamos continuar a agir.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cada geração é chamada a fazer a sua parte. Nesta Assembleia da República, o PSD aqui estará, firme, a defender este caminho, a lutar por uma visão de futuro, a garantir que a ambição reformista do Governo tem o apoio político necessário para avançar.

A nossa missão é esta: libertar o futuro de Portugal, criar mais riqueza, reformar o Estado, com verdade, com coragem, com determinação.

Se há um tempo para mudar, esse tempo é agora; se há um dever a cumprir, ele é servir; e se há uma esperança a manter viva, é a de que Portugal pode ser muito mais do que aquilo que é hoje. Esse é o nosso compromisso. Essa é a nossa causa. Este é o nosso caminho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Partido Socialista abandona o Hemiciclo? Queriam tantos lugares à frente e agora não está aí ninguém!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Quero começar por saudar, de forma democrática, o Sr. Primeiro-Ministro e todos os membros do Governo, desejando um mandato que seja marcado pela competência, pela capacidade de diálogo e de concretização, nomeadamente nos fundos europeus, que são essenciais para Portugal e para os portugueses.

Comecemos pelos factos. Quando o anterior Governo da AD tomou posse, em abril do ano passado, qual era o estado de execução do PRR, de acordo com a Comissão Europeia?

A então Comissária Europeia de Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, afirmou, em entrevista ao *Público* e Rádio Renascença, e passo a citar: «Portugal encontra-se acima da média na execução do PRR, melhor do que a maioria dos países.»

Esta apreciação foi reforçada pela Diretora-Geral da RECOVER (Recovery and Resilience Task Force), da Comissão Europeia, que, aqui mesmo na Assembleia da República, sublinhou, e cito: «Portugal não faz parte dos países de preocupação.»

Passado mais de um ano de governação da AD, importa agora, com espírito construtivo, avaliar onde estamos e o que é necessário melhorar.

Ora, o mais recente relatório da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR, publicado neste mês de junho, mostra que o grau de execução do plano se agravou.

Quase 40 % das medidas estão hoje em estado preocupante ou crítico e o número de investimentos em estado crítico no PRR quase triplicou, em 12 meses.

A Comissão Nacional de Acompanhamento refere ainda, e passo a citar: «Vários investimentos terão dificuldade em ser executados nos prazos previstos.»

Há, pois, o risco real de incumprimento e perda de fundos no PRR, de acordo com a Comissão Nacional de Acompanhamento. O próprio Sr. Presidente da República referiu, há poucos dias, e cito: «O PRR está a patinar, em muitos casos a demorar muito tempo.» Foram estas as suas palavras.

Ora, estes são os novos factos: um PRR mais lento, com mais investimentos em risco e com preocupações acrescidas. E não é a oposição que o afirma, são os factos que são verificáveis.

Também no Portugal 2030 as dificuldades são evidentes e os riscos de perda de fundos europeus bem reais.

Com o atual ritmo de execução financeira, se nada for feito muito rapidamente, o País não vai cumprir as metas definidas para o final deste ano, com consequente perda de fundos europeus. Esta é a realidade.

E, por isso, a capacidade de execução e a previsibilidade são essenciais, tal como é essencial cumprir as promessas que foram feitas.

Recordo que o anterior Governo da AD, poucos dias depois de tomar posse, anunciou um compromisso: garantir a resposta a todas as candidaturas, no prazo máximo de 60 dias. Foi uma promessa importante, na boa direção, que criou expectativas legítimas, mas a realidade, infelizmente, está bastante aquém.

E dou apenas um exemplo: dois concursos abertos, no âmbito dos sistemas de incentivos do Portugal 2020, da inteira responsabilidade do Governo da AD, encerraram a 31 de dezembro; passaram quase 6 meses e a grande maioria das empresas continua ainda sem resposta. Não são 60 dias, são, de facto, quase 6 meses sem resposta.

Este é apenas um exemplo. O que está em causa não é um detalhe burocrático, é a confiança das pessoas e das empresas nos instrumentos de apoio e no compromisso que lhes foi prometido.

Por isso, apelamos a uma governação mais ágil e mais eficaz nos fundos europeus. Precisamos coletivamente de assegurar uma boa execução dos fundos europeus, com celeridade, rigor e transparência.

Da nossa parte, continuaremos a assumir a responsabilidade. Estaremos aqui para fiscalizar, sim, mas também para contribuir positivamente. É esse o papel que nos cabe, enquanto oposição exigente, mas também responsável, construtiva e alternativa.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por fazer uma pergunta. Os Srs. Deputados sabem qual é a diferença entre uma empresa grande, aquilo que o PCP — bom, o que resta dele — sempre chamou de «grande capital», e uma empresa pequena?

O Sr. **Paulo Raimundo** (PCP): — Menos, menos!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A grande diferença é o salário. É que, nas empresas grandes, o salário é, em média, 50 % superior ao salário praticado nas pequenas empresas. E, se estivermos a olhar apenas para as microempresas, o salário é 70 % acima do salário dessas pequenas microempresas.

E o problema é que, em Portugal, temos poucas empresas grandes. Mais de 4 em cada 10 trabalhadores trabalham em microempresas, aquelas com menos de 10 pessoas, ou seja, nas empresas que pagam menos.

Pior ainda, só 4 % das empresas em Portugal têm mais de 10 trabalhadores.

Estas microempresas têm 44 % do emprego, mas apenas geram 21 % da riqueza criada em Portugal.

Agora veja-se o contraste. As grandes empresas, que têm apenas 22 % do emprego, criam quase o dobro disso em riqueza, cerca de 40 %. E é exatamente por isto que precisamos, que Portugal precisa, de empresas grandes, porque são mais produtivas, mais competitivas e, sobretudo, porque pagam melhores salários.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E qual é o problema? É que, em vez de ajudarmos as empresas a crescer, em Portugal, castigamo-las. Com o quê? Com a derrama estadual.

A derrama é um imposto extra — para quem nos está a acompanhar e possa não saber — que se aplica às empresas grandes, apenas às empresas grandes. No fundo, é como se fosse um IRS progressivo aplicado às empresas. E faz o quê? Vai punir o crescimento. Uma empresa que cresce começa a pagar mais, não porque polui mais, não porque explora mais, mas porque é maior, apenas por ser maior.

No fundo, é como dizer a um aluno: «Muitos parabéns, tens uma média de 18, a tua propina vai aumentar no próximo ano.»

Como é óbvio, não faz qualquer sentido, sobretudo num país como o nosso, onde temos mais de 47 % de emprego em microempresas do que o resto da média da União Europeia e o nível salarial continua muito abaixo dos países vizinhos.

Portanto, se nós queremos salários mais altos, precisamos de empresas maiores, mais produtivas, mais competitivas e, para isso, o Estado tem de parar de castigar as empresas que crescem com a derrama estadual.

Daí que deixe a seguinte questão ao Sr. Ministro das Finanças: vai ter coragem para acabar de vez com essa excrescência...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Outra vez excrescência?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... criada pelo então Primeiro-Ministro José Sócrates, a derrama estadual?

*Aplausos da IL.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Gostaria de informar a Câmara de que, por consenso das bancadas, foi admitida uma inscrição do Governo, a meio da lista das intervenções dos grupos parlamentares, para que as coisas fiquem equilibradas.

Portanto, depois da próxima intervenção, que é do Sr. Deputado Rodrigo Taxa, do Grupo Parlamentar do Chega, terá lugar uma intervenção do Governo, do Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Taxa, para uma intervenção.

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Num dia em que o PCP defendeu a Palestina, mas nunca criticou a Rússia, em que o Livre elogiou quem madruga para trabalhar, a sessão começou às 10 horas, mas Pedro Nuno aparece às 12 horas e 20 minutos,...

**Vozes do CH:** — Ah!

O Sr. **Rodrigo Alves Taxa** (CH): — ... e em que o PAN, que equipara pessoas a animais, falou de um alegado abusador de ovelhas e não se lembrou que podiam apenas estar apaixonados, é este um dia caricato.

Chegado aqui, permitam-me falar de um tema que talvez importe a algumas pessoas, a reforma da justiça. Ao lermos o capítulo que lhe dedicaram, encontramos «muita parra e pouca uva». Palavras bonitas, mas apenas circunstanciais, assentes em meros exercícios intuitivos ou pretensões à La Palice: avaliar, elaborar, aprovar, garantir e, pasme-se, a dada altura, até estudar e rever. Sr. Primeiro-Ministro, tenho uma novidade a dar-lhe: estudar era há uns anos e, para rever a matéria, já não tem tempo. Foi eleito para governar e não para dizer, ou mandar dizer, o que até um analfabeto percebe: o seu Governo, tal como os Governos do PS, muito anuncia e pouco concretiza.

*Aplausos do CH.*

A justiça portuguesa confronta-se hoje com as necessidades estruturais de há 10 anos ou de há um ano: celeridade, recentrar-se na vítima, reformar o processo penal impedindo as manobras dilatórias como os recursos e incidentes processuais excessivos, redução de custas processuais, mais profissionais e, sobretudo, profissionais bem pagos, e a renovação de grande parte do seu parque infraestrutural.

Aqui chegados, Sr. Primeiro-Ministro, pergunto-lhe a si — porque o seu programa não revela, como deveria — quais são, de todas estas necessidades, as prioritárias. Com que procedimentos as solucionará? E, mais importante, com que calendário concreto e definido se propõe fazê-lo?

Sr. Primeiro-Ministro, é agora ou nunca. Para aquelas tretas que tanto gosta de repetir à saciedade, como «dentro de uma semana apresentaremos soluções» ou «daqui a um mês é que é», ou que «não se resolve tudo de repente», peço-lhe um exercício muito simples: concretize! Se não concretizar, se não concretizar hoje e aqui, Sr. Primeiro-Ministro, com a mesma gíria futebolística com que a todos esta manhã nos brindou, assim lhe respondo: o senhor será lembrado como o avançado-estaca, mas capitão de uma equipa de coxos.

*Aplausos do CH.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, houve um pedido à Mesa para que dois dos Srs. Deputados que estavam inscritos na segunda metade desta lista pudessem falar antes do Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Porquê?

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — As razões são ponderosas, a Mesa não vê motivo para recusar essa alteração do plano das inscrições, portanto, não havendo oposição de nenhum grupo parlamentar, farão as suas intervenções, de seguida, os Srs. Deputados Tiago Barbosa Ribeiro, do Partido Socialista, e Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, e o Sr. Ministro falará depois. Tenho a anuência das bancadas para esta alteração, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados?

*Pausa.*

Vou presumir que sim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, deixo um cumprimento democrático neste nosso primeiro debate nesta Legislatura.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, debatemos hoje o Programa do Governo e debatemo-lo com a responsabilidade que o momento exige, atentos às escolhas políticas que nele se anunciam e vigilantes quanto ao seu alinhamento com o que foi sufragado pelos portugueses.

O problema é que nós olhamos, nós vemos e vemos desalinhamento. O Governo não começou com o pé direito e, como diz o povo, «o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita». Existiu um programa eleitoral que foi sufragado e o Governo submeteu a esta Assembleia um programa diferente, um programa com medidas que não constavam do programa eleitoral do PSD. Especificamente no domínio do trabalho, dos rendimentos e da legislação laboral, o Programa do Governo avança com medidas e com propostas que não constavam do programa eleitoral da AD. Não foram discutidas nem foram sufragadas em campanha eleitoral.

Elas foram escondidas do País porque o Governo e o Sr. Primeiro-Ministro sabem que elas não contam com o apoio do País para serem implementadas, e isso, neste debate, tem de ser dito com absoluta clareza. Não podemos, em democracia, relativizar e desmerecer a coerência entre o que foi proposto numa campanha eleitoral e o que se propõe ao País depois das eleições, porque essa coerência é absolutamente essencial à confiança democrática dos portugueses no Governo que escolheram.

No plano laboral, o que vemos no Programa do Governo são sinais preocupantes, sinais preocupantes de um certo acerto de contas ideológico com o País, com medidas que valorizaram os direitos dos trabalhadores,

com uma falsa modernização que esconde retrocessos, esconde retirada de direitos. Quando se fala, por exemplo, em simplificação da legislação laboral ou em flexibilização das relações laborais, sem explicitar garantias de que os direitos atualmente existentes serão preservados, não podemos deixar de questionar quais são as verdadeiras intenções do Governo. Quando fala em mexidas no subsídio de desemprego, antecipamos e percebemos que elas são para dificultar o acesso ao subsídio de desemprego, que é um direito de quem trabalhou e descontou para ele. Quando diz que é necessário reformar o acesso aos apoios sociais, percebemos que é para dificultar o acesso aos apoios sociais.

E aqui, em tudo isso e muito mais, estará em causa, quando chegarem essas medidas, uma visão da sociedade que se quer promover no nosso País.

O Partido Socialista, neste debate, é absolutamente claro: não aceitaremos retrocessos em matéria de proteção laboral, não aceitaremos retrocessos em sede de apoios sociais, porque isso é património do País, não é património deste Governo, e o PS estará na Assembleia da República para o defender.

*Aplausos do PS.*

Sempre estivemos disponíveis para todos os debates, nomeadamente sobre os desafios da transição digital, sobre a valorização do trabalho digno, sobre novas áreas da legislação do trabalho — aliás, somos liderantes na governação em várias destas áreas. E o Governo demonstra neste programa que prefere submeter-se à pressão de uma direita radical e liberal para retroceder nesses direitos, e isso o PS não vai aceitar.

Portanto, num quadro em que não existe maioria absoluta, num quadro em que a responsabilidade política exige que não se confunda governação com imposição, nem abertura ao diálogo com cedência à demagogia, o Partido Socialista cá estará para oferecer estabilidade, para oferecer confiança, para oferecer um rumo a partir da oposição que valorize os votos daqueles que votaram no Partido Socialista, mas os votos também de todos aqueles que aspiram a uma alternativa que vá defender o que este Governo quer pôr em causa, em matéria de direitos laborais, de apoios sociais e de proteção do Estado social. É também para isso que cá estaremos nesta Legislatura.

*Aplausos do PS.*

A Sr.<sup>a</sup> **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: O Programa do Governo, no seu Capítulo 1 — Negócios Estrangeiros, afirma uma nova doutrina para a política externa portuguesa, que é o «multilateralismo bilateralizado». Uma doutrina que visa ser o farol de toda a atuação diplomática do Governo e de Portugal.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a primeira dúvida ou pergunta que sobressai é se não será o multilateralismo bilateralizado um eufemismo para reconhecer a capitulação do multilateralismo. Mas, perante uma nova doutrina afirmada, analisemos e façamos então um teste ao Governo. E vamos, por isso, citar o próprio Programa do Governo. Na introdução do capítulo, refere-se o «reforço das ligações à nossa diáspora como um ativo económico e cultural». Está certo. Outra citação: «A dimensão geoeconómica ganha um novo relevo neste quadro geopolítico que é marcado pela instabilidade comercial. Importa redobrar esforços na internacionalização do nosso setor económico, designadamente através da diversificação dos nossos parceiros comerciais.» Também está certo. Já nas metas, diz o Programa do Governo, «reforçar a presença de Portugal em geografias estratégicas, nomeadamente na África e na Ásia». O nosso aplauso. E também diz «reforçar o papel da diplomacia económica», e muito bem. Já nas medidas deste capítulo, diz, passo a citar: «Intensificar as relações bilaterais económicas, comerciais e culturais com os principais países e mercados asiáticos.» Muito bem. Outra citação: «Reforçar a presença portuguesa em regiões emergentes ou não tradicionais, com vista à diversificação de parcerias e ao aprofundamento de relações bilaterais.» E, mais uma vez, o nosso aplauso.

Posto isto, vamos ver se o Governo resiste àquele que é o teste da realidade — uma espécie de realidade e consequência —, ou não. Portanto, citando até o Sr. Primeiro-Ministro no debate de hoje de manhã, vamos ver se existe «visão, propósito e consequência». Foram exatamente estas as palavras do Sr. Primeiro-Ministro.

Vamos então ver se o Governo e os partidos que o sustentam são consequentes ou se o programa é mera retórica diplomática.

A Iniciativa Liberal irá apresentar nos próximos dias vários projetos de resolução para promover melhores relações com Taiwan, nomeadamente a abertura de representação diplomática e económica em Taiwan. É um mercado que cumpre todos os critérios que estão presentes no Programa do Governo. Vai o Governo ser consequente na doutrina que agora afirma e no que está patente no Programa do Governo? Vai Portugal promover esta relação bilateral e ser pragmático, como tantos outros países, porque não será uma decisão unilateral, nem um ato unilateral, visto que há vários países da União Europeia e da OCDE — como a Alemanha, o Reino Unido, a França, a Suécia, a Finlândia, a Espanha, a Lituânia, a Áustria, a Irlanda, a Dinamarca, a Itália, a Suíça e a Polónia — que já têm representação permanente económica em Taiwan? Portanto, não seria uma coisa completamente fora daquelas que são as nossas relações multilaterais.

Sr. Ministro, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados do PSD, vai o Governo ser consequente com a sua nova doutrina ou vai Portugal continuar submisso à China? E também na política externa, vão ser apenas palavras ou vai, finalmente, este Governo ter a coragem para passar das palavras aos atos?

*Aplausos da IL.*

*Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.*

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, Sr. Ministro Gonçalo Matias. Dispõe de 44 minutos e 12 segundos.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado** (Gonçalo Matias): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A reforma do Estado e a guerra à burocracia são eixos prioritários da Agenda Transformadora que integra este Programa do Governo.

A burocracia é um inimigo silencioso que tem predominado nos corredores da Administração, travando o investimento, minando a confiança dos cidadãos e atrasando decisões vitais para o País.

Não podemos continuar a permitir que a máquina pública seja um labirinto onde se perde tempo, recursos e esperança. Os cidadãos e as empresas não pedem milagres, pedem que o Estado funcione.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Não é aceitável que os cidadãos que trabalham o dia todo tenham de usar dias de férias para tratar da burocracia que o Estado lhes impõe.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Não é tolerável que os empresários, preocupados em pagar o salário aos trabalhadores no final do mês, vejam os seus investimentos atrasados ou mesmo bloqueados porque o Estado não lhes responde a horas ou exige atos simplesmente inúteis.

*Burburinho na Sala.*

Reformar o Estado é, por isso, um ato de justiça. É devolver às pessoas o tempo que lhes é tirado e, com ele, a liberdade de ter uma vida mais digna.

Importa, assim, atacar de frente esta realidade...

*Continuação de burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, desculpe interrompê-lo. Há muito ruído na Sala devido às conversas dos Srs. Deputados. Pedia-lhes que usassem o telefone para conversarem entre si, porque não há condições para ouvir o Sr. Ministro.

Faça o favor de continuar, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Importa, assim, atacar de frente esta realidade com coragem e firmeza, realizando a reforma do Estado há muito ansiada pelos portugueses. Só resolvendo os seus problemas diários, a começar pelos criados pelo Estado, poderemos alcançar uma sociedade mais próspera e geradora de riqueza.

É por isso que o Governo lança, com determinação, uma profunda reforma, guiada por quatro princípios fundamentais: simplificação, digitalização, articulação e responsabilização.

O que está em causa não é eliminar a intervenção do Estado, mas restaurar a sua pertinência e eficácia. Um Estado moderno exige menos papel e mais critério, menos autorizações prévias e mais responsabilização posterior. Defendemos um Estado que decida, que resolva com celeridade, que sirva com sentido de missão.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Vamos, por isso, rever os regimes da contratação pública e da fiscalização do Tribunal de Contas, mas também reformar a justiça administrativa e fiscal, alterar a justiça económica, acelerar procedimentos de licenciamento e, deste modo, simplificar a vida dos cidadãos e das empresas.

*Aplausos do PSD.*

Esta reforma exige banir imposições que o senso comum qualifica como absurdas, fundir entidades sobrepostas e eliminar redundâncias, extinguindo organismos cuja existência não se encontra devidamente fundamentada e libertando a máquina do Estado para responder de forma célere, prática e produtiva aos problemas reais das pessoas. Exige que a Administração Pública deixe de empurrar os problemas entre serviços e comece a colaborar verdadeiramente dentro de si mesma. Impõe-se uma mudança de cultura, de controlo crítico para confiança responsável, de morosidade para previsibilidade, de opacidade para transparência.

*Aplausos do PSD.*

Essa confiança no cidadão é o novo contrato que propomos. Um contrato que permitirá substituir a lógica da desconfiança por mecanismos de deferimento tácito, controlo eficaz e prazos objetivos. Um contrato que tornará os serviços públicos mais justos, mais acessíveis, mais próximos e menos vulneráveis à corrupção que se alimenta dos processos lentos e confusos.

A digitalização é a principal ferramenta para esta mudança. Mas digitalizar não é apenas informatizar processos antigos, é simplificar processos, eliminar redundâncias e criar uma Administração Pública centrada nas necessidades das pessoas.

*Aplausos do PSD.*

A interoperabilidade entre serviços deve ser a norma. O princípio será claro: os cidadãos só dirão uma vez; o Estado, se necessário, que fale entre si. É, por isso, essencial que o Estado disponha de uma interlocução única com os cidadãos e as empresas, organizando-se depois internamente para promover a colaboração entre as diversas entidades, e não o contrário, forçando os cidadãos a um calvário burocrático de entidades, pedidos e decisões tantas vezes incompreensíveis. Com o apoio das tecnologias mais avançadas, incluindo a inteligência artificial, queremos criar serviços públicos mais rápidos, mais eficientes e mais seguros e que não deixam ninguém para trás.

Nenhum plano de modernização do Estado estará completo sem valorizar os seus trabalhadores. Queremos uma função pública exigente, mas justa, que reconheça o mérito, que atraia jovens qualificados, que promova uma cultura de serviço público orientada para resultados.

Através da reforma do Estado pretendemos dignificar as funções de quem nele trabalha, garantindo que do mesmo resultam efeitos práticos e úteis que contribuem verdadeiramente para o País. Os recursos libertados com esta reforma servirão também para investir nas pessoas que fazem funcionar o Estado e que muitas vezes são também elas vítimas da burocracia que combatemos. Não queremos reduzir funcionários, queremos reduzir a burocracia.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, esta não pode ser apenas uma reforma técnica, é um desígnio político nacional. Reformar o Estado e combater a burocracia é garantir liberdade de iniciativa, promover justiça social e devolver credibilidade às instituições públicas. É uma missão de que depende o desenvolvimento económico, a coesão territorial e a confiança dos portugueses no futuro. Não se trata de tarefa fácil ou já teria sido concluída. Esta é uma reforma que exige determinação, é uma guerra que não se ganha num dia, que depende de instrumentos de modernização, de racionalidade e de serviço público. Mas venceremos, uma a uma, as batalhas pela eficiência, pela transparência e pela dignidade, para que no fim possamos olhar em volta e reconhecer um país mais próspero e mais justo e um Estado verdadeiramente ao serviço das pessoas.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem sete pedidos de esclarecimento. Responde primeiro a quatro e depois a três desses pedidos?

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, passo a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimentos, ao Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP. Tem 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, queria, antes de mais, cumprimentá-lo, saudá-lo pela missão que desempenha neste Governo e salientar o que o Sr. Primeiro-Ministro disse de manhã e que o Sr. Ministro reforçou agora: o destinatário desta reforma do Estado, mais do que o Estado, é o próprio cidadão. Portanto, é esse o objetivo de toda esta política pública que agora se desenvolve.

Eu ia focar uma área essencial, que tem a ver com o facto de muitas vezes dizermos que para fazer esta reforma o que é preciso é tirar o Estado da frente. Mas o Estado não sai assim da frente tão facilmente quanto isso, e um dos obstáculos que existe a que o Estado saia da frente das pessoas e das empresas é o excesso de legislação, o excesso de regulamentação, o excesso de obrigações declarativas. Portanto, o que eu queria perguntar é como é que o Sr. Ministro pretende desenvolver uma política, por exemplo, que já tem sido tentada por vários Governos, mas com uma eficiência bastante reduzida, de eliminar legislação desnecessária, redundante, desatualizada, que faz muita gente perder tempo e que faz as empresas perder dinheiro. De que maneira é que conseguimos, à escala nacional, resolver esse problema, que é também um problema europeu, de limitação da competitividade por excesso de regulamentação?

Por outro lado, queria também levantar um problema que tem a ver com a dimensão europeia, mas que é exclusivamente nacional, que é a cultura de transposição de normas europeias para a legislação nacional, pela cultura que existe na Administração Pública portuguesa de transpor para a legislação nacional as regras europeias sempre na sua versão mais complexa, na sua versão mais exigente...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e na sua versão mais limitadora daquilo que é a capacidade empreendedora dos portugueses. Portanto, muito simplesmente: como é que eliminamos leis a mais e como é que transformamos a cultura da Administração Pública portuguesa numa cultura amiga do cidadão e amiga das empresas e não excessivamente burocrática e amiga da tecnocracia de Bruxelas?

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Almiro Moreira, do PSD. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro, a reforma do Estado que este Governo propõe é um passo decisivo — todos o sabemos — para libertar as pessoas e as empresas da teia burocrática que durante anos tem travado o progresso do nosso País.

A missão que o Sr. Primeiro-Ministro lhe atribuiu, a guerra à burocracia, é ambiciosa, desafiadora e absolutamente necessária. E, como o próprio Sr. Primeiro-Ministro já referiu, e também o Sr. Ministro na sua intervenção, ela assenta em cinco pilares claros: simplificar, digitalizar, reorganizar, responsabilizar e valorizar. Valorizar competências, valorizar o mérito e valorizar, naturalmente, também as remunerações.

Sabemos que nesta reforma conta a tomada de decisão informada, com base em dados, em estatísticas, em avaliações e em métricas. E isso exige também uma mudança da cultura dentro do Estado, mas também da forma como os portugueses percebem a Administração Pública, porque no final é com eles, por eles e para eles que pensamos executar esta reforma, sempre a pensar na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Sr. Ministro, por isso, pergunto-lhe: como pretende o Sr. Ministro garantir que os resultados desta reforma são para o bem das portuguesas e dos portugueses, que são visíveis e mensuráveis, contrariando a propaganda que já hoje aqui vimos e as pedras na calçada que vai ter de uma oposição, nomeadamente de uma parte da esquerda que mesmo antes de a conhecer já dizia mal dela, já dizia que viria para destruir e atacar os serviços públicos?

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Ministro, que confiança pode hoje transmitir às pessoas, às empresas e às instituições sociais?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Nunes, do Chega. Tem 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não posso deixar de fazer aqui um apontamento em relação ao dia 25 de outubro de 2019. Quando, nesta cadeira atrás de mim, se sentou André Ventura e disse que a reforma do Estado tinha de ser feita, gritaram: «Populismo!»

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Quando falou da imigração, gritaram: «Racismo!»

*Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.*

Quando disse que as gorduras do Estado tinham de ser reduzidas, disseram: «Não sabe do que está a falar!» Atualmente, temos um ministro — bem-vindo, Sr. Ministro! — para fazer o que é preciso e para o que o Chega, desde 2019, anda a alertar.

Mas devo-lhe dizer, Sr. Ministro, que me sinto preocupado, quando, em relação à questão da imigração — e nós tanto falámos sobre ela —, afinal de contas, acabamos agora por ter um ministro que diz que a insustentabilidade demográfica só se resolve com a entrada de mais imigrantes. Espero que não seja essa a visão que tem para a reforma do Estado.

Sr. Ministro, acho que o enganaram quando o convidaram para estas funções. Olhando para o Programa do Governo, não tenho a mínima dúvida de que está cheio de boas intenções, algumas delas o Chega tem defendido aqui durante os últimos anos. Mas vou-lhe contar uma coisa que se calhar não lhe disseram detalhadamente: sabe que 94 % dos concelhos em Portugal, ou parte deles, segundo dados da ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações), nem sequer têm acesso à *internet*: chamam-se zonas brancas?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Nunca ninguém tinha falado disso!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — O setor empresarial do Estado gasta dinheiro, dinheiro, dinheiro, e nós não somos daqueles, tipo Iniciativa Liberal, que acham que o maior socialista neste momento nem sequer é o socialismo, porque, na realidade, o Partido Social Democrata tem sido o maior socialista dentro desta Casa.

Gostava de lhe perguntar, em relação ao SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), se vai acabar com as quotas, mas gostava, acima de tudo, de lhe deixar uma pergunta muito concreta: como é que pretende fazer esta reforma do Estado, quando a maior parte das indicações que coloca no seu programa, das suas vontades, dependem da legislação desta Casa e não são competência do Governo? Como é que pretende fazer? Pretende fazê-las numa lógica de *tutti frutti* com o PS, ou pretende, de uma vez por todas, largar as amarras à esquerda e sentar-se connosco? É porque sem o Chega, não há hipótese...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — ... de rever toda a lei de bases que é necessário rever. E fica a última pergunta: aceita ou não...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, para um pedido de esclarecimentos. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, dou-lhe as boas-vindas, desejando-lhe sucesso. Mas o grande desafio da reforma do Estado não é escrever, não é falar, é fazer acontecer. E dou-lhe um exemplo: a certa altura, está no Programa do Governo, e referiu-o aqui hoje, «proibir entidades públicas de solicitar documentos e informações que estão na posse de outras entidades públicas». Sr. Ministro, isto já é proibido desde 2014; aliás, está num decreto-lei de um Governo onde estavam alguns dos seus atuais colegas de Governo. O problema é que, tal como em muitas outras coisas, o Estado não cumpre a lei,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — ... nunca foi implementado. Porque não basta fazer leis, é preciso garantir que o Estado as cumpra. Por isso, do que precisamos não é de promessas, do que precisamos é que nos diga prazos e datas.

Quando é que a Administração Pública vai cumprir a lei e deixar de pedir documentos que já tem? Quando é que teremos o primeiro plano de fusão de organismos? Quais os objetivos para a digitalização e quais os prazos para os cumprir?

Depois, ouvi aqui — e já vários membros do Governo o disseram — que reformar o Estado não é cortar. Sr. Ministro, reformar o Estado não é só cortar, mas não deveria ter medo de dizer que também é cortar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Se reformar nunca é cortar, para que serve a fusão de organismos? Ao descentralizar competências, não vai cortar nada no Estado central? Se encontrar cargos inúteis, redundantes, o que é que lhes vai fazer? Não vai cortar? Se eliminar burocracias, o que é que vai fazer aos cargos que geram essas burocracias? Não vai cortar?

Por isso, é preciso ter coragem e dizer, de forma clara, que, para que o Estado seja mais eficiente e descentralizado e para que possa pagar mais aos quadros mais qualificados sem sobrecarregar os contribuintes, sim, Sr. Ministro, será preciso cortar.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro Adjunto e da Reforma do Estado, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria, em primeiro lugar, agradecer as perguntas dos Srs. Deputados João Pinho de Almeida, Almiro Moreira, Bruno Nunes e Carlos Guimarães Pinto.

Sr. Deputado João Almeida, estou bem consciente das realidades que referiu e estou bem consciente das dificuldades em lidar com o excesso de regulamentação, com regulamentação que está desatualizada e com regulamentação que está totalmente anacrónica.

Por isso, aquilo que posso dizer neste momento é que — aliás, isso resulta, de forma clara, deste Programa do Governo — lançaremos um programa claro de monitorização, avaliação e impacto das políticas públicas, um programa que olhará para todos os ministérios, para todos os departamentos públicos, que procurará identificar redundâncias e identificar sobreposições e que, da mesma forma, naturalmente, olhará para a correspondente legislação para perceber se ela está adequada, atualizada e se serve os interesses das pessoas em cada momento.

Portanto, esse é o compromisso que posso assumir neste momento, o qual, aliás, já estava em curso no Governo anterior e com o qual vamos agora avançar nessa avaliação.

Sobre a questão da transposição, estou de acordo, pois, evidentemente, ela tem de ser feita e teremos o cuidado de perceber qual é o espaço para a transposição das diretivas.

Quanto ao Sr. Deputado Almiro Moreira, também agradeço a sua intervenção e penso que, em larga medida, as respostas estão aqui encontradas, porque, no fundo, estamos a pensar nos resultados e os resultados estão orientados para a avaliação e para o impacto destas medidas, o que não deixaremos de fazer a cada momento.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Bruno Nunes sobre as zonas brancas, devo dizer que já estão a decorrer concursos para a cobertura de fibra ótica em todas estas zonas, e elas vão desaparecer com grande rapidez.

Em relação à pergunta que fez sobre com quem é que vamos fazer a reforma do Estado, atrevia-me a dizer: com todos! Mas há alguém nesta Câmara que se oponha a esta reforma do Estado? Há alguém nesta Câmara que se oponha a facilitar a vida dos cidadãos?

*Aplausos do PSD.*

Se houver, que o diga agora! Gostava de ouvir quem é que se opõe a esta reforma na forma como a apresentámos.

Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, conheço bem o princípio «só uma vez». Aliás, assumi funções de Secretário de Estado Adjunto e para a Modernização Administrativa há precisamente 10 anos e esse princípio já lá constava e eu já lidava com ele. Mas não devo deixar de dizer que me surpreendeu a necessidade que senti, e senti, de o voltar a inscrever neste Programa do Governo. É que, 10 anos depois, ou mais do que isso, esse princípio nunca foi implementado e é justamente essa a preocupação que temos de ter.

De resto, vamos, obviamente, calendarizar medidas, vamos apresentar essa calendarização em devido tempo e, quanto aos organismos, como já referi, vamos olhar para sobreposições...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, que dispõe de 2 minutos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, gostava de começar por lhe fazer já uma pergunta: se a intenção do Governo é, de facto, facilitar a vida aos cidadãos, o Governo vai reabrir os serviços públicos que foram encerrados por este País fora? Vai garantir serviços públicos de qualidade e de proximidade em todo o território nacional? Vai, de uma vez por todas, não deixar populações ao abandono, como tem deixado, dificultando as suas vidas?

Podemos ter serviços complementares digitais, mas mesmo a digitalização precisa que haja trabalhadores devidamente valorizados, porque os processos não andam sozinhos. No entanto, a questão que se coloca é que, por detrás desta dita modernização e digitalização, aquilo que vimos neste programa e na política do Governo é, claramente, uma intenção para reconfigurar o Estado, não para servir os cidadãos, mas para servir os grupos económicos.

Porque é que o Governo coloca com prioridade a preferência pelos deferimentos tácitos? Quer dizer que vai deixar de haver apreciação e decisão por parte das entidades públicas e os grupos económicos vão poder fazer aquilo que bem entenderem, porque não há essa decisão por parte das entidades públicas?

Gostaria de terminar com uma última questão relativamente aos trabalhadores. Vai valorizar as carreiras? Vai garantir salários dignos e o aumento significativo dos salários? Vai garantir que há, efetivamente, progressões? Vai pôr fim ao SIADAP, que é um obstáculo à progressão nas carreiras?

Estas são questões fundamentais, porque, se queremos ter serviços públicos de qualidade, temos de ter trabalhadores devidamente reconhecidos e valorizados nas suas condições de trabalho, nos seus direitos e nas suas carreiras e salários.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, creio que no início do debate, quando todos desejámos boa sorte ao Governo, estávamos a pensar principalmente em si.

Agora é que é, agora é que vamos fazer a reforma do Estado. O Sr. Deputado Bruno Nunes diz que foi quando o André Ventura chegou aqui a 25 de outubro de 2019;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Era a Joacine que estava aí!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... eu lembro-me de já ter escrito umas crónicas sobre a tentativa de Paulo Portas de fazer uma reforma, 16 páginas, letra com tamanho 16 para encher o papel; e acho mesmo que a 25 de outubro, mas de 1143, já queríamos fazer a reforma do Estado.

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — Fizeste a reforma antecipada à Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há algumas ideias simples, porque todos estamos de acordo — aliás, por falta de apoio político nesta Câmara é que não é, pois não há ninguém que seja contra —, mas, em primeiro lugar, é necessário que seja concreto.

Este Governo, como, aliás, os anteriores, está a fazer um processo de transição física dos ministérios para o edifício da Caixa Geral de Depósitos. A reforma do Estado não tem de ser uma coisa abstrata e teórica, ela está firmada no espaço, e perceberemos que ela está a ser feita quando os edifícios onde agora estão os ministérios, no Terreiro do Paço, forem disponibilizados à população e quando, finalmente, aquela praça deixe de ser sinónimo de poder central pesado e passe a ser aberta à cidadania, à cultura e ao conhecimento.

Um segundo aspeto que queria referir era a regionalização. Peço desculpa, mas não acredito em nenhuma reforma do Estado que continue a funcionar com este palimpsesto de poderes regionais que são diferentes na cultura, na saúde, na agricultura, e por aí fora. Portanto, enquanto o País não quiser discutir regionalização, pelo menos enquanto a descentralização não for feita com a mesma grelha para todo o lado, não chegaremos a lado nenhum.

Um terceiro aspeto é a linguagem clara, e isto não é difícil de fazer. Há, hoje em dia, quem se especialize em traduzir a linguagem do Estado em linguagem que os cidadãos possam entender; caso contrário, passamos o tempo todo a dizer: é com inteligência artificial, mas não deixa ninguém para trás; é digital, mas é próxima das pessoas.

Assim, ficamos apenas com o conselho que alguém terá dado a Bulhão Pato no século XIX. Ele queria escrever poemas e entrar na eternidade, ficar na história. Escreveu poemas e inventou a receita das amêijoas à Bulhão Pato, com a qual entrou na eternidade.

Tenho a impressão de que vários ministros da reforma do Estado falharam, e eu não lhe quero desejar que comece já a inventar a sua receita das amêijoas à Bulhão Pato.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Sempre era uma boa alternativa à reforma do Estado, digamos. E concreta e prática. Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Jorge Botelho, do PS, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Jorge Botelho** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a reforma do Estado, como aqui já foi dito, é necessária por força da evolução da nossa vida em sociedade, pela facilitação da vida das empresas e trabalho a favor da competitividade da nossa economia. Isto é evolutivo e, sendo evolutivo, tem de ser permanentemente revisitado.

Como hoje já foi assumido na bancada do Partido Socialista, iremos ter, ao longo destes tempos, uma atitude colaborativa e firme nesta área governativa, porque há medidas que estão no Programa do Governo que consideramos que vão no caminho certo, nomeadamente a do combate à burocracia, que merece o nosso apoio, e, por isso, o Sr. Ministro contará connosco para darmos contributos nessa matéria.

Propõe o Governo uma agenda de simplificação, centralização do Estado, digitalização com a utilização massiva da inteligência artificial e responsabilização dos colaboradores, ao mesmo tempo que se compromete a continuar um processo de descentralização administrativa.

Sr. Ministro, no Programa do Governo está escrito que o Governo prevê, e cito, «adotar uma nova organização para cada ministério [...], reduzindo estruturas, promovendo fusões e extinções, por forma a ganhar escala e eficiência».

As perguntas são as seguintes: quando é que estão previstas as primeiras fusões e extinções no âmbito desta medida? Será já em 2025? Pode o Sr. Ministro dar um exemplo para a Câmara saber da primeira entidade a ser extinta?

Outras questões: o que é que vai acontecer aos colaboradores? Já foi decidido que ninguém é despedido. Mas, aos mais diversos níveis, eles terão de ser mudados para algum lado, porque a entidade será extinta. Para onde vão? Para um quadro de supernumerários, de excedentes, outra coisa qualquer? Pode esclarecer-nos?

Também no Programa do Governo consta que o Governo vai continuar o processo de descentralização e de modernização de gestão autárquica. Pergunto: vai o Governo passar estes colaboradores todos para a administração autárquica num processo de reforço das competências? Esta é que é a questão.

Quanto ao Tribunal de Contas, o Sr. Ministro vai mesmo acabar com o controlo prévio ou a fiscalização preventiva e transformá-los ou substituí-los por um...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro Adjunto e da Reforma do Estado**: — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, queria agradecer as perguntas à Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, ao Sr. Deputado Rui Tavares e ao Sr. Deputado Jorge Botelho.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, estamos, obviamente, preocupados com a qualidade dos serviços públicos. Já o estava o Governo anterior e está, certamente, este Governo, mas justamente por isso, se leu o Programa do Governo, verificará que em várias passagens se fala na valorização dos funcionários públicos, na valorização das carreiras. Portanto, o que esta reforma do Estado também permite — e acho que este é um aspeto ou um resultado fundamental — é libertar recursos, libertar pessoas para valorizar quem trabalha no Estado. É precisamente isso que se pretende fazer e não outra coisa, e penso que isso ficou hoje absolutamente claro das várias intervenções.

Portanto, a simplificação dos procedimentos e a digitalização permitirão libertar recursos que possibilitam depois valorizar as carreiras, porque os trabalhadores da função pública, certamente, preferem estar a acrescentar valor às pessoas e ao Estado em vez de estarem ao serviço de procedimentos obsoletos e anacrónicos.

A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou do deferimento tácito. Há em vários países, Sr.<sup>a</sup> Deputada, exemplos de deferimento tácito como regra e, mais, há vários exemplos em Portugal. Em Portugal, não é regra, é exceção...

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

É exceção. Vá ver o Código do Procedimento Administrativo.

Em Portugal, há muitos casos de deferimento tácito e esses são casos absolutamente fundamentais, porque isso leva a que a Administração tenha de responder a tempo e não possa atrasar indefinidamente os pedidos dos cidadãos.

Sr. Deputado Rui Tavares, esta não é uma reforma abstrata e teórica, esta é uma reforma absolutamente concreta. Aliás, para um programa de Governo, o grau de concretização das medidas é já extremamente aprofundado e o compromisso que posso aqui assumir é o de que teremos, a muito breve prazo, as medidas absolutamente definidas, calendarizadas e absolutamente concretizadas.

Quanto à digitalização, ela é fundamental e temos no Programa do Governo também o objetivo de interoperabilidade e de pôr os sistemas informáticos do Estado a conversar entre si.

Sobre as amêijoas à Bulhão Pato, Sr. Deputado, gosto muito de cozinha, mas não vim para aqui para cozinhar, vim para aqui para fazer, e vim para aqui para fazer a reforma do Estado.

*Aplausos do PSD.*

Sr. Deputado Jorge Botelho, dou-lhe vários exemplos de fusão de serviços, de distinção de serviços: Finanças, Negócios Estrangeiros, Energia, Campus XXI. Portanto, já podemos apresentar trabalho feito nesta matéria e é esse trabalho que vamos continuar.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cristina, do Chega, que tem 22 minutos e 29 segundos.

O Sr. **Rui Cristina** (CH): — Sr. Presidente, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Com a apresentação do Programa do Governo fica evidente o querer agradar a tudo e a todos na área da saúde. Cerca de 30 metas e mais de 80 medidas espelham essa intenção.

Mas, mais do que números, o que os portugueses querem são resultados concretos, visíveis e que lhes devolvam a confiança no Serviço Nacional de Saúde.

É preciso lembrar que os portugueses já ouviram promessas antes. No ano passado, o Plano de Emergência e Transformação na Saúde foi anunciado como a grande revolução do SNS. A realidade, segundo o relatório do próprio grupo de trabalho, é que não foi além dos 55 % de execução. E, se formos ao portal do SNS, a execução é de 63 %.

Seja qual for o verdadeiro valor, ficou muito aquém das expectativas, porque faltou ação, porque faltou liderança, porque faltou compromisso com os doentes.

Agora, o Governo vem apresentar este novo programa com medidas inscritas no seu programa eleitoral e algumas novidades, como aquelas que foi buscar, e bem, ao programa eleitoral do Chega.

No entanto, ao olhar para este programa, para este conjunto de boas intenções, é inevitável lembrar que, sob o último Governo da AD, aumentou o número de utentes sem médico de família, aumentou o número de utentes à espera de cirurgia, aumentou o número de utentes a aguardar consultas de especialidade além dos prazos legais e aumentou o número de utentes a aguardar vaga nas unidades de cuidados continuados.

No entanto, estamos perante um programa que, além do ímpeto propagandista, promete reformar tudo, reformar o INEM, construir novos hospitais, passando pela transformação e criação de sistemas locais de saúde. Contém praticamente todos os domínios do Serviço Nacional de Saúde, mas carece de uma priorização clara e objetiva, porque, quando se pretende abraçar tudo, corre-se o risco de não se conseguir executar efetivamente coisa alguma.

E assim surge, inevitavelmente, a questão fundamental: se pouco ou nada mudou com as políticas anteriores, porque haveria de mudar agora, mantendo-se as intenções e os protagonistas?

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro, os portugueses não querem catálogos de intenções, querem médicos onde faltam médicos, consultas onde esperam meses, cirurgias que aconteçam no tempo devido.

O SNS não precisa de poesia nem de promessas: precisa de execução e precisa de colocar os portugueses no centro das decisões.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, que dispõe de 4 minutos e 55 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Ex.<sup>mos</sup> Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro: É espantoso que, em 10 medidas de uma chamada Agenda Transformadora para Portugal, a ciência, o ensino superior e a inovação não surjam como prioridades e nem sequer como alíneas.

*Aplausos do L.*

Sem um grande investimento nestas áreas, não é possível que haja um modelo de desenvolvimento credível para o País, nem qualquer transformação no sentido de uma economia de valor acrescentado, por muitas e muitas agendas que se escrevam.

Como já foi hoje aqui referido, a recém-nomeada Secretária de Estado do Ensino Superior veio também a público afirmar que o valor das propinas no ensino superior é baixíssimo e que, cito, «os alunos devem pagar uma contribuição para fazer os seus estudos no ensino superior através de empréstimos cujo pagamento corresponde a uma percentagem do seu rendimento futuro e é efetuado através de uma dedução no salário, tal como o IRS ou as contribuições para a segurança social».

À luz destas declarações, causa-nos muita estranheza a ausência deste tema de forma assumida no Programa do Governo, o que nos leva a duas linhas de questões.

Por um lado, estas declarações surgem num contexto em que os preços da habitação atingem níveis incomportáveis e em que é cada vez mais difícil às famílias terem filhos a estudar no ensino superior, especialmente quando deslocados.

Neste contexto, a manutenção das propinas — ou o seu aparentemente anunciado aumento — e de um conjunto de taxas e encargos constituirá mais uma barreira significativa ao acesso à frequência do ensino superior, não esquecendo também o endividamento dos estudantes após a conclusão dos seus estudos.

Estas declarações, em que a Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado se diz favorável ao aumento de propinas, estão em aparente contradição com medidas do Programa do Governo como a generalização do acesso às formações superiores, diversificando a base de captação de candidatos, a abrangência social do ensino superior e o aumento do apoio à ação social escolar.

Afinal, que modelo procura o Governo? Continuamos com a necessidade de se provarem condições de recurso para se obter bolsas e subsídios, ao mesmo tempo que se pretende aumentar propinas e que os estudantes contraiam empréstimos.

Este é um caminho que diverge do modelo universal de frequência do ensino superior. Será que assim se conseguem os tais 50 % de jovens com diploma de ensino superior até 2030? Duvidamos.

É esse o caminho do Governo? É que os resultados na polarização social de estabelecer condições de recurso a uns e pedir a outros que paguem começa a estar à vista.

Por outro lado, o que revelam estas declarações da Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado sobre o modelo do ensino superior público em Portugal? Não sabemos.

Num sistema claramente subfinanciado, estas palavras sugerem que a resposta do Governo poderá passar por um maior encargo sobre os estudantes e as famílias, em vez de por um reforço de investimento público no ensino superior, onde maior autonomia não pode significar desinvestimento.

E assim, Sr. Ministro, é que ficamos sem saber que modelo de financiamento preconiza, afinal, o Governo para o ensino superior.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, do Partido Socialista, também para uma intervenção, dispondo de 13 minutos e 49 segundos.

O Sr. **Luís Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, demais Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, e com espírito democrático e respeito institucional, quero desejar a todas e a todos um bom mandato ao serviço de Portugal e dos portugueses.

Início esta minha intervenção com uma nota bem clara. A defesa nacional é, para o Partido Socialista, uma matéria fundamental para a segurança, soberania e afirmação externa do nosso País, mas também para a nossa coesão territorial — vejam-se os casos da Embraer, agora Aernnova, em Évora, ou da Tekever, em Ponte de Sor.

Ao longo deste mandato, assumiremos uma postura de oposição firme, rigorosa, séria e focada nos principais desafios da defesa nacional. Seremos uma oposição responsável e contributiva para uma das mais importantes áreas da nossa soberania. Tenha o Governo uma postura aberta, séria e leal e contará com o PS para os grandes desafios desta área.

O Programa do Governo sublinha várias vezes a preocupação com a modernização das nossas Forças Armadas e o fortalecimento do nosso sistema de defesa. Concordamos com esta visão. Assim, a antecipação para este ano do objetivo dos 2 % do PIB para a defesa vai ao encontro das nossas obrigações com a NATO.

É, pois, positivo este alinhamento com os nossos parceiros da NATO, apesar de, em momento algum, isto ter sido frisado durante a campanha ou mesmo no programa eleitoral da AD. Fica a dúvida: como pretende o Governo atingir este objetivo já este ano? Sobre isto, nada se refere no documento.

Outra questão crítica que merece a nossa atenção é a sustentabilidade financeira para o alcançar. Precisamos de garantir que são mesmo verdade as duas condições inscritas no Programa do Governo para esta meta, e cito: «Manutenção do modelo nacional do Estado social e a criação de um ambiente favorável à indústria nacional de segurança e defesa.» Para nós, este é mesmo o patamar essencial.

Esperamos que estes investimentos não sejam apenas a classificação de despesa corrente já existente, como, por exemplo, as despesas previstas para a proteção civil ou para a segurança interna.

Defendemos que este investimento deve resultar na constituição de um plano industrial militar mobilizador do Estado, do nosso sistema científico nacional e das empresas de pequena e média dimensão nacionais.

Defendemos a criação de um verdadeiro ecossistema para as indústrias de defesa nacional. Para que a concretização deste desígnio seja consensual, Sr. Primeiro-Ministro, temos de falar, desde já, com transparência, rigor e sem artifícios contabilísticos.

Por isso, justifica-se que os portugueses saibam, à data de hoje, quais os critérios objetivos que foram utilizados em 2024 para definir a despesa em defesa nacional, qual o valor desta despesa executada em dezembro de 2024, quais os critérios definidos para a despesa da defesa em 2025 e qual o valor de despesa que se prevê executar este ano.

Por outro lado, desaparece do programa da AD a promessa de impulsionar e valorizar os quadros permanentes de praças. Terá sido lapso ou omissão feita por opção do Governo?

Também nos parece um mau princípio nada se referir sobre a revisão ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional, algo aprovado nesta Assembleia e que sabemos que o Governo tinha também em marcha no último mandato. Não percebemos, portanto, porque se omite algo que consideramos fundamental.

Defendemos, por último, que a Lei de Programação Militar deveria ser revista já este ano para a adequar às novas exigências nas nossas missões nacionais e internacionais. Mas nada disto é referido no Programa do Governo.

Em suma, estamos perante um Programa do Governo que propõe avanços muito superficiais, sem qualquer detalhe sobre como se propõe o Governo português atingir as metas nele apresentadas, um programa que aposta no vago e no superficial, como se governar fosse um exercício de adivinhação e não um compromisso de responsabilidade.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.<sup>a</sup> **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Uma primeira palavra de saudação e de votos de um excelente mandato a todos, em prol de Portugal e dos portugueses.

O Programa do Governo apresentado a esta Câmara, no que respeita à educação, faz um bom diagnóstico, reverte problemas estruturais com impacto significativo para alunos, profissionais e famílias, mas aponta caminhos vagos para um horizonte temporal indefinido.

Dada a gravidade dos problemas, e após um ano de Governo, esperava-se mais clareza, mais determinação, ambição, objetividade e celeridade nas reformas, nas respostas, na implementação de medidas mitigadoras dos problemas, algumas, diga-se, já anunciadas previamente e ainda não concretizadas. Exige-se transparência, previsibilidade e compromisso com a sua execução.

O Chega aqui estará para apoiar as reformas necessárias, mas também para fiscalizar, para propor, para exigir que as medidas não fiquem no papel.

Temos algumas questões concretas suscitadas pela leitura do Programa do Governo na área da educação.

A revisão das habilitações para a docência visa reduzir as qualificações exigidas aos docentes. É dessa forma, reduzindo as exigências formativas, que o Governo pretende resolver o problema da falta de professores, com inegável impacto nas aprendizagens e no futuro dos nossos alunos? Esperamos mais. Exigimos mais! Não podemos pôr em causa a qualidade das aprendizagens e a qualidade formativa.

Por outro lado, a urgente revisão do Estatuto da Carreira Docente é ilustrada vagamente com duas medidas e um objetivo: acabar com as quotas de acesso ao 5.º e 7.º escalões — que acompanhamos — e atualizar os primeiros escalões remuneratórios, o que consideramos insuficiente e discriminatório, devendo estender-se esta medida a todos os escalões.

Quanto a tornar a carreira mais atrativa, transparente e equitativa, é necessário esclarecer as intenções do Governo nesta matéria e mostrar como se vai valorizar a classe e tornar a carreira, de facto, mais atrativa, preservando a equidade e a transparência.

Sobre a prometida valorização do pessoal não docente, igualmente constante do programa, vai o Governo criar finalmente a carreira de auxiliar da ação educativa, reconhecendo a relevância destes profissionais? O reconhecimento tem de ter tradução numa carreira atrativa e numa remuneração justa. Urge, igualmente, investir na formação destes profissionais tão relevantes na educação fora do espaço da sala de aula.

Sobre o regime jurídico da educação inclusiva, que o Governo se propõe também neste programa rever, não se especifica qual o horizonte temporal, a metodologia e as linhas-mestras desta revisão. É fundamental garantir os recursos humanos e materiais necessários e reduzir a burocracia, para que nenhum aluno fique para trás. E faltam ainda muitos recursos, obrigando as famílias a suportar os custos de terapias, de apoios, de consultas. Não há inclusão sem a disponibilização dos recursos necessários a cada aluno, de forma que possam potencializar as suas capacidades e superar as suas limitações. Isto é fundamental para combater o insucesso e o abandono escolar precoce, mas também por uma questão de justiça, de equidade e de autoestima.

Relativamente à literacia financeira, proposta do Chega no âmbito da discussão do Orçamento do Estado, o Governo compromete-se com a sua implementação no próximo ano letivo, mas nada é especificado sobre os moldes em que isto será feito, os conteúdos e as metodologias — e o ano letivo está quase a começar. Esta é a altura da preparação da abertura do ano letivo, para que não haja o caos a que as famílias já estão, infelizmente, habituadas: falta de professores, de manuais, de equipamentos informáticos, de rede de *internet*, de terapeutas, de psicólogos, de assistentes operacionais e, às vezes, até de assistentes técnicos.

Sobre a indisciplina e violência nas escolas, que nos preocupa e se manifesta cada vez mais precocemente, como é que o Governo se propõe combater este problema e garantir a segurança de alunos e profissionais? É importante apostar na prevenção e agir não só a montante, mas também na dissuasão e na responsabilização de alunos e encarregados de educação, combatendo a impunidade.

O Programa do Governo propõe libertar a escola e a disciplina de *Cidadania e Desenvolvimento* de amarras e agendas ideológicas. Saudamos este desígnio, pelo qual o Chega se tem batido. Mas quando e como vai ser concretizado?

São estas algumas das perguntas que ficam sem resposta neste Programa do Governo. É preciso ambição e coragem para reformar. A escola, os alunos, os profissionais e as famílias, é isso que esperam e merecem.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Miguel Rangel, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Sr. Presidente, Ex.<sup>mos</sup> Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal defende um poder local com mais autonomia e responsabilidade, defende um poder local verdadeiramente próximo, porque é no terreno, junto das pessoas, que se identificam os problemas e se encontram as soluções.

A XVII Legislatura inicia-se a poucas semanas de mais uma expressão viva da democracia portuguesa: as eleições autárquicas. Trata-se de um momento em que os cidadãos escolhem quem melhor compreende os seus anseios, seja na habitação, na mobilidade, no acesso à saúde, na educação e na segurança. Para que essa manifestação democrática seja verdadeiramente funcional, é preciso garantir ao poder local os meios, a autonomia e a responsabilidade de que necessita.

Isso só será possível com uma reforma profunda do regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais, garantindo liberdade e autonomia financeira, acompanhadas de uma supervisão eficaz, de uma forte responsabilização e de uma reforma institucional que fortaleça os mecanismos de escrutínio. Só assim garantimos serviços públicos eficazes, ajustados ao território, e protegemos os contribuintes do desperdício e da dependência partidária.

Por esse motivo, não podemos deixar de saudar, com a devida reserva crítica, a recente abertura do Partido Socialista para discutir o reforço do poder das assembleias municipais.

Executivos mais funcionais? Sim. Assembleias municipais com mais poder de fiscalização? Também. Lamentamos, no entanto, a ausência dessa coragem reformista nos últimos oito anos em que governaram, quando essa vontade teria feito, de facto, a diferença. Ainda assim, dou as boas-vindas, ao Partido Socialista, ao debate das virtudes da descentralização.

Tal como fez no Programa do Governo, a Iniciativa Liberal cá estará para influenciar essas reformas com propostas claras e uma visão coerente.

Quero também dar as boas-vindas, ao PSD, ao discurso da simplificação.

Sabemos que, na política, as coisas mudam em pouco tempo e que a memória é curta. Por isso, nunca é de mais recordar a recente desagregação de freguesias, promovida com entusiasmo, mas sem critério.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Rangel** (IL): — Fomos o único partido a votar contra, e com razão. Não confundimos mais freguesias com melhor poder local. Aumentaram-se as estruturas, mas não se melhoraram os serviços. Aumentou-se a despesa, mas não se protegeu o contribuinte. Promoveram-se mais uns milhares de lugares para as máquinas partidárias, à custa de mais uns milhões de despesas para o contribuinte. Serviu-se a lógica partidária e não o interesse das populações.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, aguardamos com expectativa a materialização desta nova vontade de simplificar a vida dos portugueses e da coragem reformista que há muito a Iniciativa Liberal defende. Que essa vontade não seja como o princípio de uma vez só e, passados 10 anos, venham dizer aqui: «Agora é que é!»

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Castro Almeida.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial** (Manuel Castro Almeida): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: «O crescimento da economia e a criação de riqueza são o resultado e a ambição número um do Governo para alcançarmos o objetivo supremo que é o bem-estar das pessoas.» Acabei de citar palavras do Sr. Primeiro-Ministro, no seu discurso de posse do passado dia 5.

Esta prioridade atribuída ao crescimento económico tem como objetivo aumentar os rendimentos e garantir o Estado social: a escola, a saúde, a habitação, a mobilidade, a cultura ou o desporto. Com este ímpeto transformador, temos de enfrentar e remover obstáculos estruturais que esgotam o ânimo dos investidores, desencorajam o mérito e penalizam a produtividade.

A economia é feita de ciclos, e o ciclo que estamos a viver não é particularmente esperançoso à escala global. Portugal não ficará imune às consequências das guerras, nem aos sobressaltos do regime tarifário americano. Mas não podemos encarar estas dificuldades, que são reais, como desculpa para a inação, nem ficar paralisados perante a incerteza. Temos de fazer a nossa obrigação com os meios que temos à disposição para apoiar as empresas. Quanto maiores forem as dificuldades, maior tem de ser a nossa determinação em as ultrapassar.

O nosso compromisso é inequívoco: crescer de forma sustentada, acima da média europeia, a caminho da convergência com a média europeia. A guerra à burocracia e aos seus labirintos é um pressuposto na luta pela competitividade das empresas, única forma de garantir a melhoria dos salários.

Garantir riqueza não é apenas um objetivo económico; é um desígnio nacional. Precisamos de transpor para as empresas a inovação e o conhecimento gerados no nosso sistema científico e tecnológico. Temos de crescer em produtos de maior valor acrescentado e processos inovadores de produção, em particular as nossas *startups*. Ou seja, é necessário transformar a inovação e o conhecimento científico em faturas.

Precisamos de uma economia com elevada conectividade internacional, capaz de atrair investimento direto estrangeiro. Para isso, é necessário um sistema fiscal que favoreça o investimento e o reinvestimento, uma legislação laboral que permita às empresas adaptarem-se rapidamente a alterações do mercado, com respeito pelas famílias e pela conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

É essencial que a oferta de formação profissional corresponda às necessidades do mercado e das suas permanentes transformações. Não podemos deixar-nos aprisionar pelo perfil da oferta de formadores em cada escola.

Mas o Estado pode e deve fazer mais do que isto. Deve também apoiar financeiramente a capitalização das empresas, reforçar a oferta de seguros de crédito à exportação e melhorar a eficácia e celeridade na aprovação de garantias através do Banco Português de Fomento. Deve reforçar a estratégia de captação de investimento estrangeiro para grandes projetos industriais, porque a nossa economia deve olhar para o mundo enquanto uma plataforma de negócios. Deve apostar decididamente nas exportações de bens e serviços, apontando para um

valor acima dos 50 %, mais próximo dos 55 %, na percentagem do PIB em 2029. Deve expandir e dinamizar a rede externa da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), rever os regimes de insolvência para os agilizar e evoluir no sentido de privilegiar a fiscalização *a posteriori*, em lugar do controlo prévio sistemático. Deve incentivar o apoio à produção cinematográfica e audiovisual, como forma de valorização turística e cultural. Deve apostar nos bairros comerciais digitais, em aceleradores do crescimento digital e na concretização do cadastro comercial georreferenciado. Deve apostar em campanhas de informação que valorizem os direitos dos consumidores e reforçar os meios legais de intervenção da ASAE (Autoridade de Segurança Alimentar e Económica). Deve, finalmente, fazer tudo ao seu alcance para colocar Portugal na lista dos 10 destinos turísticos mais competitivos à escala mundial.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a construção de um país próspero e justo exige uma visão integrada da economia e da coesão territorial. Estas duas dimensões são profundamente interdependentes. Uma economia forte precisa de um território coeso para crescer de forma equilibrada, sustentada e inclusiva. Por sua vez, um território coeso depende de uma economia dinâmica, capaz de criar oportunidades, gerar valor e reduzir desigualdades.

Esta interdependência não é apenas funcional; é estratégica. A coesão territorial é, por isso, um pilar essencial da estratégia de desenvolvimento do País e implica garantir que todas as regiões, do litoral ao interior, das áreas metropolitanas às zonas rurais, tenham acesso a serviços públicos de qualidade, infraestruturas modernas, oportunidades de investimento e condições de vida dignas.

É essencial, para isso, o reforço da autonomia local. A descentralização não é apenas uma reforma administrativa, é um compromisso com a proximidade, a eficiência e a justiça territorial. Mais poder local é mais democracia real. É necessária uma gestão do território que seja coerente, participada e orientada para o futuro. O território é o palco do futuro. Planeá-lo é prepará-lo para as próximas gerações. A valorização do Interior tem, por isso, de ser uma prioridade. Não podemos aceitar que o código postal continue a determinar o destino das pessoas.

O Governo irá, por isso, apresentar um «Pacto para o Interior», para apoiar o seu desenvolvimento e bem-estar. Irá também mapear os municípios de muito baixa densidade, para efeitos de diferenciação positiva destes territórios, particularmente dos que estão em processo de perda de população.

A coesão territorial começa quando todas as regiões contam, e contam por igual. Valorizar o Interior é valorizar o País inteiro. Para garantir esta visão integrada, é essencial uma gestão eficaz dos fundos europeus. A boa gestão dos fundos europeus é a ponte entre o potencial que temos e o futuro que queremos. Cada euro europeu deve ter expressão na transformação do País.

Estou a falar do potencial transformador dos fundos europeus e da qualidade dos investimentos, sabendo que a discussão que está na ordem do dia é a de saber se vamos, ou não vamos, utilizar todas as subvenções do PRR e se estamos, ou não, atrasados. Não vou fugir a esse assunto. É verdade que a execução do PRR estava atrasada quando o XXIV Governo iniciou funções, em abril de 2024, mas tomámos diversas medidas para recuperar os atrasos.

Em apenas um ano, completámos o terceiro e quarto pedidos de pagamento. Apresentámos o quinto, e quando chegou o momento de apresentar o sexto pedido de pagamento, Portugal foi o segundo país europeu a fazê-lo, 45 dias antes do prazo previsto. E o sétimo pedido de pagamento está pronto a ser apresentado. Aguarda apenas pela aprovação do sexto pedido, que deve acontecer nas próximas semanas.

*Aplausos do PSD.*

Ou seja, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o PRR não está atrasado. Esteve, mas já não está.

*Aplausos do PSD.*

Posso também anunciar à Câmara que o oitavo pedido de pagamento será apresentado bem dentro do prazo previsto, antes do final do corrente ano. Ficarão a faltar dois pedidos de pagamento em 2026. Mas é preciso notar que, nas condições em que o PRR foi programado há quatro anos, o último ano de execução, 2026, será, de longe, o ano mais exigente.

De acordo com a programação então feita, temos de concluir, em 2026, tantos marcos e metas do PRR como todos os concluídos até agora. Será um ano muitíssimo exigente e desafiante, sabendo-se da dificuldade em encontrar mão de obra suficiente para concluir milhares de milhões de euros em obras públicas já lançadas ou em processo de lançamento.

Sabendo disso, o Governo adotou, na recente reprogramação do PRR, mecanismos que nos permitirão a flexibilidade necessária para garantir que Portugal não irá perder nem um euro das subvenções do PRR. É esse o nosso objetivo e é esse o nosso compromisso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Está na hora de nos focarmos em discutir a qualidade dos investimentos e os seus resultados, em lugar da discussão sobre alegados atrasos.

Mas o investimento público não é suficiente. Queremos promover uma economia que reforça a atração de investimento nacional e investimento direto estrangeiro. O papel deste Governo é o de ser parceiro e potenciador, capaz de promover condições de contexto para que as pessoas, as empresas e os territórios atinjam todo o seu potencial, criando riqueza, fortalecendo a economia e consolidando a coesão territorial.

É este o nosso compromisso: libertar o potencial de Portugal com visão, ambição e ação, promovendo a coesão e fortalecendo a economia, focados no propósito de um futuro melhor para cada português.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem oito pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá primeiro a quatro e depois aos outros quatro.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, pelo CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Sr. Ministro falou, e bem, da recuperação do PRR relativamente à sua execução.

A pergunta que queria fazer é muito simples, Sr. Ministro, e tem que ver com os projetos que estão neste momento em curso. Há muita gente, empresas e organizações que investiram, e o medo que têm, neste momento, é o do cumprimento dos prazos na concretização das obras, por todos os constrangimentos que existem e de que já falámos várias vezes.

Um dos exemplos que daria aqui é o da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, uma infraestrutura fundamental para acabar com os internamentos sociais nos hospitais, que teve um aviso relativamente recente, e está-se neste momento a lançar obra.

A pergunta que faria ao Sr. Ministro é a seguinte: relativamente a estes parceiros sociais e privados, o que é que o Estado, neste momento, pode transmitir relativamente à expectativa de prazo e de cumprimento de obras? Pergunto-o, para que saibam aquilo com que podem contar.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado João Tilly, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **João Tilly** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, iniciou o Governo a parte do seu programa dedicada à coesão territorial com a bonita frase: «A construção de um país mais próspero e mais justo exige uma visão integrada da economia e da coesão territorial.» Que bonito!

Bom, mas por aqui devia mesmo ter terminado. Essa visão ou é inexistente ou é cega, pois nas páginas seguintes só se encontram chavões, ou bolas de sabão, como dizia o Sr. Ministro Leitão Amaro. Faz-se *plim* e nada. São 23 chavões seguidos que eu contei, e o Sr. Ministro acabou agora de os enumerar. E o melhor deles é apresentar, até 2027, repare, o «Pacto para o Interior».

Claro que não explica que pacto é esse, mas há um pacto para o Interior, sim, que foi proposto em 2017, há oito anos, por um autarca do PSD, que se chama Álvaro Amaro — por acaso, foi condenado, há dias, a uma pena suspensa de três anos e meio, mas como não é do Chega, ninguém fala nisso, não é?

*Risos e aplausos do CH.*

Os senhores demoraram oito anos a desenterrar essa mesma promessa.

Em vez de toda essa conversa, deviam prometer era saúde para o Interior, que não temos; uma rede viária decente e transportes públicos para o Interior, que não temos. O IC6 ficou a meio, o IC7 e o IC37 nunca saíram do papel e o IP3 está sempre na mesma. Temos uma linha ferroviária menor, hoje, do que a que existia no tempo do Estado Novo. Deviam prometer uma discriminação positiva para empresas e trabalhadores no Interior.

Mas não! Tudo o que fazem é no sentido contrário da coesão. É passes gratuitos para as grandes cidades, grandes investimentos, aeroportos, metros de superfície, terceiras travessias do Tejo, TGV (*train à grande vitesse*), alta velocidade, mas para o Interior, zero! E mesmo que essas obras nunca sejam realizadas, que é o mais certo, os projetos e os estudos custarão milhões, e nós, com esse dinheiro, conseguiríamos desenvolver, e muito, o Interior.

Olhe, saúde, médicos para o Interior, não temos. Gastam-se milhões em centros de saúde remodelados que não se inauguram, porque não há dois médicos para colocar lá.

No Interior há cada vez menos gente, mas olhe, nós ainda somos dois milhões e meio de pobres, de idosos desamparados, e ainda podemos dar a maioria absoluta a um partido.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Miguel Santos, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.<sup>as</sup> Ministras, Sr.<sup>as</sup> Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial, de facto, não é o homem dos chavões, mas é o ministro, o homem, que tem um conjunto forte de chaves essenciais para o País, para o seu presente e sobretudo para o seu futuro. Refiro-me, naturalmente, ao setor económico, a toda a economia do Estado, bem como à execução do PRR. Tudo isso, em conjunto com outras áreas, significa coesão territorial, que também é parte das suas competências.

De resto, é interessante e é verdadeiro que passámos uma tarde inteira a ouvir falar sobre estabilidade política de uma forma que, mais do que consensual, é unânime, penso eu. Assim, é importante que, nos próximos meses, nos próximos anos, durante esta Legislatura, de facto, o Governo esteja investido dos instrumentos necessários para o País usufruir dessa estabilidade política.

Sobre a questão económica, Sr. Ministro, gostava que pudesse discorrer um pouco mais sobre o tal «Pacto para o Interior», que aqui anunciou. Não precisamos de inventar demasiado, podemos inovar e podemos aprender com experiências anteriores. Gostava que pudesse detalhar um pouco mais esse tema.

Depois, queria-me referir às medidas que impulsionam o crescimento económico, na medida em que são as empresas que criam o emprego, que pagam salários. O Sr. Ministro estabeleceu uma meta bastante ambiciosa, que é fixada por si em 55 %, em percentagem do PIB, para efeitos de exportações. Lembro que foi exatamente com um Governo do PSD e do CDS, o Governo de 2011-2015, que se conseguiu atingir um equilíbrio da balança de pagamentos e até mesmo um *superavit* entre as exportações e importações.

**Vozes do CDS-PP**: — É verdade! Exatamente!

O Sr. **Miguel Santos** (PSD): — Portanto, Sr. Ministro, este é um objetivo a atingir, que o País deverá atingir como um todo, e todos beneficiarão do mesmo.

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Coesão, se para o País este Programa do Governo não traz rumo, para a Madeira, este programa é um insulto. E é tudo muito, muito claro. Em 252 páginas, quantas referências à Madeira? Duas. Quantas referências à autonomia? Três. Generalidades, intenções.

E para a Madeira? Para a Madeira, são 63 palavras, 10 linhas. São 10 linhas! Para 600 anos de história, 10 linhas; 49 anos de autonomia, 10 linhas; 600 000 km<sup>2</sup> de mar, 10 linhas! É isto que vocês têm para os madeirenses: 10 linhas!

*Aplausos do CH.*

Falo de 1,5 milhões! Para 1,5 milhões de madeirenses na diáspora, 10 linhas! Generalidades! Generalidades! Quem vos viu na campanha e quem vos vê agora. Quem vos viu na campanha e quem vos vê agora! Prometeram, mas a máscara caiu.

E os madeirenses veem este programa por aquilo que é: é um embuste, é uma farsa, é uma desilusão. Uma desilusão!

Prometeram mobilidade, não temos! Prometeram reforço dos poderes autonómicos, não temos! Prometeram continuidade territorial, não temos! Onde é que está a coesão? Onde é que está a coesão? Promessas, promessas, promessas.

Mas isto não serve, não reforma. Isto não serve! Isto é um insulto aos madeirenses, é um insulto aos açorianos, é um insulto aos portugueses das autonomias.

*Aplausos do CH.*

E a conclusão é clara, é muito clara, porque em breve, muito em breve, os madeirenses vão-vos dar de volta aquilo que este Governo dá aos madeirenses: 10 linhas e duas mãos, duas mãos cheias de nada!

*Aplausos do CH.*

*Protestos do PSD e contraprotestos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro agora vai dar resposta a estes quatro pedidos de esclarecimento. Pedia aos Srs. Deputados que estão um bocado mais animados para fazerem o favor de criar as condições necessárias.

*Pausa.*

Sr. Ministro, faça favor. Dispõe de 3 minutos para responder.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, começo pelo final, para dizer ao Sr. Deputado Francisco Gomes que as 240 páginas do programa são, todas elas, dirigidas à Madeira e ao Porto Santo, que consideramos tão Portugal como o resto de Portugal.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

*Protestos do CH.*

Continuando pela ordem inversa, vou responder ao Sr. Deputado Miguel Santos sobre exportações. É verdade que temos um objetivo ambicioso sobre exportações, mas o País tem de ter esse objetivo,...

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E Portalegre?!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — ... não pode desistir dele. É fundamental apostar nas exportações e é por isso que estamos a tratar de transferir para o Banco Português de Fomento aquilo que é hoje o trabalho da COSEC (Companhia de Seguro de Créditos). Vai passar a ser um trabalho público e bem mais ambicioso do que tem sido até agora. Com as tarifas americanas, vai ser preciso encontrar outros locais para exportar, e outros locais trazem mais risco e mais incerteza. Um empresário vai querer fazer seguro de crédito à exportação para novos clientes e é preciso reforçar a componente do apoio e da garantia do Estado para esse seguro de crédito à exportação.

O Banco Português de Fomento será fundamental para isso e também para criar mais linhas de crédito à exportação. Posso dizer ao Sr. Deputado que esta semana mesmo, já esta semana, 37 000 pequenas e médias empresas vão receber uma carta nas suas casas com pré-aprovações de crédito para exportação. Isto é uma nova forma muito diferente de trabalhar e que vai permitir mobilizar desde já 2100 milhões de euros e, daqui a pouco tempo, mais 1400 milhões de euros para a internacionalização das nossas empresas.

Quanto à questão do Sr. Deputado João Tilly, queria dizer-lhe o seguinte: este Governo tem crédito quando fala de diferenciar positivamente o Interior. Em matéria de fundos europeus, adotámos uma regra que nunca tinha sido adotada de privilegiar os investimentos no Interior. Quem investir no Interior tem 20 pontos percentuais a mais do que o mesmo investimento feito no litoral. Isto nunca tinha acontecido.

E 40 % dos fundos são exclusivamente dirigidos ao Interior, podendo o Interior também concorrer aos restantes 60 %. Isto nunca tinha sido feito, é uma diferenciação positiva do Interior como nunca tinha acontecido.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Deputado João Almeida colocou uma questão muito pertinente e difícil. Muitos agentes económicos, muitos parceiros — IPSS (instituições particulares de solidariedade social) designadamente — estão indecisos sobre se lançam ou não lançam a obra para o centro de saúde, para a unidade de cuidados continuados. Vou dar uma sugestão que pode funcionar como uma regra muito simples: se o processo de concurso permite lançar a obra com a sua conclusão prevista dentro do prazo de 31 de agosto de 2026, devem avançar com a obra.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Se surgirem factos supervenientes, posteriormente haveremos de os resolver. O que não podem é avançar com obras cujos...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro também não pode avançar mais, já passou o seu tempo. Avança no próximo pedido de esclarecimento, faça essa sugestão.

Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, falou de crescimento económico, que era um objetivo do País.

Vamos falar de dados: no 1.º trimestre de 2024, o PIB crescia 0,8 % em cadeia; no 1.º trimestre de 2025, em cadeia, o PIB caía 0,5 %; as previsões mais recentes anteveem um crescimento de 1,8 %, no caso da Comissão Europeia, e de 1,6 %, no caso do Banco de Portugal — bem abaixo daquelas que são as previsões do Governo.

Claro que temos a questão internacional, claro que temos o efeito internacional, mas, Sr. Ministro, nada no Programa do Governo, na parte económica, fala do contexto internacional e do contexto geopolítico internacional. Como é que quer responder às exportações? Como é que quer responder aos novos mercados, perante este contexto? Qual é a estratégia para a AICEP? Qual é a estratégia para procurar novos mercados, quando os nossos mercados estão completamente limitados por estas questões?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Ninguém conhece o contexto geopolítico internacional!... Ninguém conhece a guerra na Ucrânia!... Ninguém conhece a guerra no Médio Oriente!...

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Mas continuemos com dados: o consumo privado caiu, no 1.º trimestre, 1,1 %, reagindo à redução de rendimento disponível de 2,5 % a nível de estimativa.

O investimento também se reduziu, refletindo a maior incerteza existente. Estes são dados públicos e é este contexto internacional volátil que obriga a respostas.

O Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção inicial, falou de ventos favoráveis. O Sr. Ministro tem um grande barco pela frente, que é a economia e os fundos comunitários. Qual é a estratégia para levar este barco para ventos favoráveis, a nível de investimento, a nível de mercado, a nível de economia e a nível de crescimento económico? E sobre os fundos comunitários, sobre o Plano de Recuperação e Resiliência, qual é a estratégia?

Acontece que a Comissão Europeia, em 2024, referiu várias vezes que Portugal não estava atrasado, ao contrário do que foi aqui dito e ao contrário do que hoje é dito no relatório de acompanhamento a nível nacional, que diz que a execução do PRR está atrasada, Sr. Ministro. Sendo essa também já a sua responsabilidade do Governo anterior, é necessário encontrar respostas — encontrar respostas para o crescimento económico, para a economia e para o emprego.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro dos Fundos Europeus — posso tratá-lo assim?

O Sr. **Presidente**: — Não, não pode, Sr. Deputado. Tem de ser: Sr. Ministro da Economia e da Coesão Territorial.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Exatamente.

Peço desculpa, Sr. Presidente, equivoquei-me, uma vez que este ministério vai tratar exclusivamente dos fundos europeus e vai esquecer, naturalmente, o comércio, o turismo — que tanto deu ao nosso PIB — e serviços; mas é isto que foi decidido e é o que temos de aceitar.

Sr. Ministro, vamos falar, então, de economia. Enquanto o Sr. Ministro disse algumas — poucas — palavras sobre economia, os militantes do Livre e do Bloco de Esquerda manifestavam-se aqui fora a favor da Palestina, ou seja, estão a contribuir para a economia.

*Risos de Deputados do CH.*

É isto que o nosso País continua a aceitar, é gente a contribuir desta forma para o País avançar.

Da mesma forma que o Sr. Ministro falava em coesão territorial, era bom que dentro do Governo se organizassem,...

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

... porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social disse que o problema da habitação não era culpa do Governo, era das autarquias, ou seja, «meter a foice em seara alheia» normalmente dá asneira, como deu.

Mas, Sr. Ministro, há duas questões importantes que eu gostava de lhe colocar.

A Sr.<sup>a</sup> **Marina Gonçalves** (PS): — Portanto, até agora, nada!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Quando o Sr. Ministro afirma perentoriamente que são duas pastas que vai levar para a frente, que vai cumprir com o desígnio do Governo, que vai executar os fundos europeus — que vão com um atraso muito significativo —, pergunto-lhe desta forma: então e os grandes investimentos? E a dependência energética? Como é que se fecham as barragens e as centrais termoelétricas, como a do Pego, por exemplo? Estamos a comprar 3000 milhões por ano de energia a Espanha.

Como é que conseguimos encaixar 700 milhões de euros no negócio da venda do Novo Banco e deixar os lesados da banca sem receberem o que lhes compete? É uma continuidade do Governo socialista que o Sr. Ministro está a personalizar, com esta pasta. É triste ver que há muitos lesados do BES a morrer,...

*Risos da IL.*

... que o Estado encaixa 700 milhões dos 5 mil milhões e...

*Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.*

*Aplausos do CH.*

**Vozes do PSD:** — Eh! Eh!

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, peço alguma contenção, naturalmente, nas manifestações.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ficam excitados quando eu falo!

*Protestos da IL.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vocês têm 9, nós temos 60!

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português, para um pedido de esclarecimento, que dispõe de 39 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a prioridade do Governo é a concentração de capital num modelo económico que acentua a dependência externa, assente em setores de baixo valor acrescentado, com a fantasia de que cada micro ou pequena empresa possa ser uma grande empresa e, pelo caminho, fiquem subjugadas ao poder dos grupos económicos e das multinacionais. As MPME (micro, pequenas e médias empresas) precisam de justiça fiscal...

*Burburinho na Sala.*

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, peço-lhe para interromper, vamos parar o tempo, não é possível ouvir a Sr.<sup>a</sup> Deputada.

*Pausa.*

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Paula Santos** (PCP): — Como dizia, as MPME precisam de justiça fiscal e que se acabe com o poder absoluto da banca e das seguradoras, das operadoras de energia e das comunicações e os preços exorbitantes que impõem; precisam que o investimento público seja executado e concretizado e que haja poder de compra, porque só se pode vender o que os salários e as pensões puderem comprar.

Sobre estes problemas, nem uma palavra do seu Governo. E, portanto, aquilo que se exige são respostas concretas no apoio às MPME no nosso País.

*Aplausos do PCP.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre. Dispõe de 1 minuto e 33 segundos, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, vou-lhe fazer a mesma pergunta que fiz ao seu antecessor, o Ministro da Economia, por várias vezes, esperando que a resposta seja diferente.

O Sr. Ministro falou aqui de competitividade e falou de conciliação com a vida familiar, e há uma ferramenta que é preciso continuar a testar, que é a semana de quatro dias, que é — sim! — uma ferramenta de competitividade e de conciliação da vida familiar.

**Vozes do L:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, pergunto-lhe, Sr. Ministro — agora da Economia e Coesão Territorial —, se o Governo vai finalmente retomar o projeto-piloto da semana de quatro dias, tanto no setor privado como no setor público.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Esta semana não trabalhavas, com dois feriados!

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Mendes Lopes** (L): — É uma irresponsabilidade não continuar a testar a semana de quatro dias; devemos isso em nome da saúde, do bem-estar e das famílias, e também da competitividade do País.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Esta semana não trabalhavas!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, são 20 para as 8, como se diz em Lisboa, ou 8 menos 20, como se diz no Norte, estamos todos um bocado cansados, a Mesa também, porque tem de fazer a gestão em relação a todos os intervenientes, e pedia alguma contenção, para se poder ouvir, porque começa a ser difícil, ainda para mais com o calor, uma vez que o ar condicionado também não funciona como devia funcionar.

Portanto, peço algum respeito para com todos, para podermos estar nas melhores condições para continuar o nosso debate.

Sr. Ministro, tem 3 minutos para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr. Presidente, quanto à questão do Sr. Deputado Hugo Costa, do Partido Socialista, entendo mal que o Sr. Deputado não tenha captado — culpa minha, provavelmente — que o PRR não está atrasado, pois se nós apresentámos o último pedido de pagamento que tínhamos de apresentar antes do prazo previsto e fomos o segundo país da Europa a apresentá-lo, como pode dizer-se que está atrasado se ele foi apresentado antes da hora? Quem chega antes da hora não está atrasado, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Está adiantado!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — É esta a situação do PRR.

E já lhe fiz notar que o sétimo pedido de pagamento está pronto a ser apresentado, logo que venha a aprovação do sexto, e garanti que o oitavo pedido de pagamento vai ser apresentado também dentro do prazo.

Portanto, o PRR não está atrasado. Falemos de outras coisas, falemos dos méritos dos projetos, falemos da qualidade dos investimentos, esse é que é o assunto politicamente relevante. Não passemos o tempo — como há dias sugeriu o Sr. Presidente do Conselho Europeu, numa conversa aqui em Lisboa — a falar dos atrasos que não existem e vamos concentrar-nos na qualidade dos investimentos.

Quanto ao Sr. Deputado Filipe Melo, lamento, é problema meu com toda a certeza, mas não consegui entender a pergunta que colocou.

*Aplausos do PSD.*

*Risos da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não interessa!...

*Protestos do Deputado do L Rui Tavares.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não estás na manifestação?! Leva o Muacho também!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Paula Santos, a concentração de capital é uma expressão que o Partido Comunista Português usa,...

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

... mas prefiro falar de crescimento das empresas e prefiro falar de fusão de empresas, de aquisição de empresas, porque — como já aqui foi assinalado e eu estou totalmente de acordo — quem paga melhores salários são as maiores empresas. Todas as pequenas e médias empresas aspiram a ser grandes empresas e é assim que a economia deve funcionar. Estamos aqui para apoiar esse esforço de crescimento das micro para pequenas, das pequenas para médias e das médias para grandes empresas. Viva a fusão e o crescimento das empresas, porque é assim que se garantem melhores salários.

Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me ser claro: tudo aquilo que está no nosso programa relativamente às empresas é para terminar no bolso dos trabalhadores, porque é com mais competitividade, é com mais economia, é com mais crescimento económico que vai ser possível pagar melhores salários. E os destinatários finais de todas estas medidas vão ser os seus e os meus, os nossos trabalhadores portugueses, que é quem está no centro das nossas atenções e das nossas preocupações.

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.*

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vai para o bolso da Sonae! Esses malandros!

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Queria ainda dizer...

*Protestos da Deputada do PCP Paula Santos e contraprotestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

O Sr. **Presidente**: — Tem de ser rápido, Sr. Ministro, já está a entrar no período de desconto de tempo.

O Sr. **Ministro da Economia e da Coesão Territorial**: — Então, para não ficar sem microfone, termino aqui, Sr. Presidente, e muito obrigado pela vossa atenção.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Elza Pais, do PS, que dispõe de 7 minutos e 18 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro e restantes membros do Governo: Este Governo começou mal...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Oh!...

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — ... no que diz respeito à igualdade, que é uma área transversal e, por isso, não devia estar integrada numa pasta setorial.

*Aplausos do L.*

Senão, vejamos: Portugal tem um grave problema de violência doméstica, é o crime que mais mata. Já o dissemos muitas vezes, mas nunca é de mais dizer mais uma vez: nas últimas décadas foram assassinadas 700 mulheres pelos maridos, companheiros, no quadro de relações de violência tóxica.

Se quiserem uma imagem muito forte, espero que vos impressione: é o equivalente, três vezes, a este Hemiciclo cheio de mulheres. Foram essas as mulheres assassinadas nestas duas últimas décadas.

É uma realidade comparável a um crime de genocídio contra as mulheres, por isso, exigem-se ações eficazes, ações inovadoras e ações transversais para enfrentar esta realidade.

A educação para a cidadania e a aprendizagem dos direitos humanos têm aqui um papel decisivo na prevenção da violência doméstica, mas isso o Governo não percebe, ou melhor, o Governo não quer perceber, porque ao fazer, nesta área, concessões ao Chega, sacrifica a prevenção da violência doméstica.

*Aplausos do PS.*

À misoginia, que está na origem desta violência, também hoje se associa o discurso de ódio que está em crescimento, o desrespeito pelos direitos humanos das mulheres, criando-se um terreno fértil à dominação, à humilhação, à tragédia e ao assassinato de mulheres.

*Protestos do CH.*

O alerta, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, vem de vários lados, mas também vem do Diretor-Geral da Polícia Judiciária, que diz ser inadmissível esta violência contra as mulheres, sobretudo as mulheres jovens, hoje ainda as mais sacrificadas, que são abusadas e tratadas como coisas e alvos a abater — é o Diretor-Geral da Polícia Judiciária quem o diz.

No Programa do Governo há medidas de continuidade para combater a violência doméstica.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Há, é verdade!

A Sr.<sup>a</sup> **Elza Pais** (PS): — Sim, há, mas não há nenhuma medida verdadeiramente inovadora que dê um sinal claro da diminuição da impunidade em relação aos agressores, como pede o grupo de peritos do Conselho da Europa sobre esta matéria, nem uma referência aos contratos locais de segurança, mecanismo de proximidade em articulação com as autarquias para a prevenção desta criminalidade.

*Protestos da Deputada do CH Patrícia Carvalho.*

O Partido Socialista voltará, agora e sempre, a insistir no apuramento das responsabilidades para que o Estado não falhe quando uma vítima de violência doméstica pede ajuda.

Continuando com a transversalidade, as mulheres são mais discriminadas no mercado de trabalho, ganham menos, mesmo com habilitações académicas superiores, perdem emprego ou não têm trabalho quando estão grávidas, constituem a larga maioria das famílias monoparentais, enfrentam maior risco de pobreza, veja-se só, mesmo com os apoios sociais que conseguimos ao longo deste tempo para este tipo de famílias e outros grupos vulneráveis.

Na saúde materno-infantil têm sido penalizadas no acesso a serviços obstétricos, como temos vergonhosamente visto, e estão também na mira das forças conservadoras de extrema-direita, que cada vez mais se expressam através do discurso de ódio contra as nossas conquistas.

Por exemplo, desde que o aborto foi legalizado, a interrupção voluntária da gravidez não só diminuiu, como nunca mais nenhuma mulher morreu nem comprometeu a sua saúde e a sua fertilidade.

*Aplausos do PS.*

Estes tempos são muito difíceis para todas as pessoas, para todos os grupos minoritários, e vão exigir de nós um combate sem tréguas — um combate sem tréguas à desinformação, um combate sem tréguas à mentira, um combate sem tréguas ao preconceito e à negação da evidência da ciência.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, o Programa do Governo não garante uma democracia para todos e para todas em condições de igualdade plena, não faz abordagens de discriminações múltiplas; para as pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo), nem uma palavra, e para as pessoas racializadas e imigrantes muito poucas.

Ora, nenhum progresso se fará com a expansão do discurso de ódio, nem sacrificando os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos e das cidadãs.

O Partido Socialista continuará a pugnar, hoje e sempre, pelos direitos humanos, pelos direitos das mulheres como condição de liberdade e de progresso.

*Aplausos do PS e do L.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Dias Fernandes, do CH, que dispõe de 6 minutos e 18 segundos.

O Sr. **José Dias Fernandes** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. Deputados: Mais uma vez, os portugueses residentes no estrangeiro nestas últimas eleições foram tratados como portugueses de segunda. Porquê? Porque quando o Governo não reconhece o seu povo com igualdade e cidadania, já dizia Aquilino Ribeiro, é porque os dirigentes, que se chamam Estado, se tornaram numa quadrilha que governa para os seus interesses e não para o seu povo.

O que se passou nestas últimas eleições não passa de banditismo político. Há milhares de portugueses que não receberam o seu boletim de voto e até alguns consulados estiveram fechados. Isto já dura há 50 anos, com a cumplicidade do PSD e do PS.

Nós, os emigrantes, somos tratados como os curdos no Curdistão, ou mesmo como os brancos faziam na África do Sul no tempo do *apartheid*. Somente 30 % dos votos chegaram ao seu destino. E os outros 70 % para onde foram? Foram anulados 30 % dos votos e porquê? Porque não vinham acompanhados com a fotocópia do cartão de cidadão, obrigação esta imposta pelo PS e pelo PSD.

Por isso, é de uma extrema necessidade passar ao voto eletrónico para as comunidades, o que a maioria dos partidos já se comprometeu fazer. Todos os partidos fizeram campanha nos círculos da emigração, prometendo o que o Chega levou no seu programa para as comunidades. Será que agora vão cumprir o que prometeram e não servir-se disso só em período de eleições e continuar a enganar os emigrantes?

Há impostos que são uma verdadeira perseguição à carteira dos emigrantes, tal como a dupla tributação, o imposto RNH (residente não habitual), que o Sr. Primeiro-Ministro se comprometeu a acabar, a 10 de junho de 2024, na Suíça. Vai o Sr. Primeiro-Ministro honrar e cumprir a sua palavra? Sim ou não? Ou teremos de esperar mais um ano para que isso aconteça?

Pergunto: se o Chega avançar com estas propostas, irá a AD votar favoravelmente e cumprir o que o Sr. Ministro José Manuel Fernandes prometeu aos emigrantes quando estava a fazer campanha e assim honrar também a sua palavra?

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Teixeira, da IL, que dispõe de 5 minutos e 9 segundos.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Estamos a viver no início de uma nova era. Tal como a máquina a vapor multiplicou a nossa força, a inteligência artificial vai ampliar a nossa inteligência.

E esta não é uma tecnologia como as outras, é uma tecnologia de uso geral que, rapidamente, se está a tornar no alicerce sobre o qual assentará a grande parte da nossa economia, da nossa Administração Pública, da nossa defesa, da nossa sociedade.

Há três anos lidávamos com simples *chats*, hoje temos modelos capazes de raciocínios complexos e, muito em breve, teremos agentes autónomos. É por isso que nos Estados Unidos se investem centenas de milhares de milhões em computação por ano. Lá, investe-se; do outro lado do globo, na China, compete-se; na União Europeia, planeia-se; e em Portugal, observa-se.

Portugal continua a tropeçar no seu labirinto de relatórios, agendas, estratégias e planos de ação. Parece que estamos em 2005, fala-se em digitalização enquanto o mundo corre em direção à inteligência artificial geral. Os centros de dados servem para criar escândalos políticos e os modelos de linguagem para anúncios no Web Summit.

Portugal tem energia solar em abundância e ligações por cabo submarino para todo o mundo, pelo que pode ser um destino global de investimentos em centros de dados, mas, para isso, tem de acelerar os licenciamentos em energia e infraestruturas e, para podermos fazer isso, não podemos ficar presos a regimes ambientais inflexíveis, não podemos fazer exigências extorsionárias aos investidores, não podemos ficar nas mãos da desconfiança do Estado, nem podemos levantar um escândalo de cada vez que entre um euro de investimento estrangeiro.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Esta é uma das indústrias que mais vai crescer nos próximos anos e é aqui que Portugal pode aparecer no mapa.

São milhares de investimento estrangeiro que Portugal tem em cima da mesa. A reforma do Estado é também sobre isto e não há inteligência artificial sem reforma do Estado; todo ele, não só para a Administração Pública.

E aqui, na Administração Pública, a inteligência artificial pode ser transformadora, sim — nos tribunais, na saúde, nas finanças, na educação —, mas para isso é preciso preencher uma condição prévia muito simples, que é ter dados.

Por isso, seria bom que este Governo começasse por ter dados sobre o número de funcionários por cada organismo público, por ter os relatórios de contas do setor empresarial do Estado em dia, por saber quanto gasta cada direção-geral em cada rúbrica, quantos devolutos do Estado temos em Portugal, quantos alunos têm professores em falta, quanto custa realmente um tratamento no SNS ou quanto custa formar um aluno em diferentes cursos e escolas.

Esta é a inteligência real que falta ao Estado e sem ela não há inteligência artificial que nos valha.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Nascimento, do Chega, que dispõe de 3 minutos e 50 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Nascimento** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, já muito se falou aqui do SNS, que nos últimos anos enfrentou uma crise que ameaça a sua sustentabilidade e eficácia.

Contudo, ninguém falou do principal problema do SNS: os recursos humanos. Esta é a causa que vai levar ao colapso progressivo do sistema e levá-lo mesmo ao abismo. Muitos profissionais optam por emigrar ou ir para o setor privado, onde encontram melhores remunerações e horários mais compatíveis com a sua vida pessoal.

Após os milagrosos aumentos salariais que a Sr.<sup>a</sup> Ministra efetuou, um estudo da plataforma jovem revela que, em abril deste ano, 65 % dos jovens profissionais de saúde pensam em emigrar, 60 % estão arrependidos da profissão que escolheram e 45 % estão insatisfeitos com as condições de trabalho, como os baixos salários, o *stress* e a falta de valorização.

A crise nos recursos humanos do SNS não é apenas uma questão técnica ou orçamental; é, sobretudo, um problema político e estrutural que exige reformas profundas e investimentos sustentáveis.

Sem uma estratégia clara para valorizar os profissionais de saúde e garantir um ambiente de trabalho justo e atrativo, o SNS continuará a degradar-se, comprometendo o direito fundamental à saúde consagrado na Constituição.

É assim que vemos, com profunda preocupação, a situação crítica em que se encontra o SNS, em particular a gestão dos recursos humanos, e é aqui que a visão do PSD é de uma falta de noção em relação à realidade vivida na pele de quem trabalha no SNS. Há profissionais em exaustão em nome de um serviço público que se encontra à beira da rutura e, contrariamente ao que se diz, não foram feitos nenhuns progressos na valorização de nenhuma classe profissional.

Valorizar, Sr.<sup>a</sup> Ministra, é muito mais do que aumentar salários, por isso é tempo de agir com seriedade.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais pedidos de intervenção, para já.

*Pausa.*

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo. Tem 11 minutos e 32 segundos.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional** (Nuno Melo) — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O mundo mudou, a Europa está em mudança e Portugal deu passos que mudaram, e muito, a defesa nacional.

Se bem repararem, este Programa do Governo é discutido durante o terceiro ano da guerra na Ucrânia, o início do segundo mandato do Presidente Trump, o despertar da Europa para a defesa e o maior investimento na defesa nacional e nas Forças Armadas desde há muitos anos em Portugal.

Que ninguém duvide: o mundo mudou e, no plano geopolítico, está hoje mais imprevisível e mais perigoso.

Assistimos à internacionalização da guerra iniciada pela Rússia, com a presença de forças norte-coreanas na Ucrânia; ao agravamento da situação política e militar no Médio Oriente; à confirmação da China como potência global e à deslocação estratégica norte-americana para o Indo-Pacífico; à confirmação de que os Estados Unidos da América já não estão dispostos a suportar o essencial dos encargos da defesa da Europa; a ondas preocupantes de protecionismo e nacionalismo, a pretensões de domínio. Tudo isto a par do enfraquecimento da ordem normativa internacional e do enfraquecimento de organizações multilaterais da segurança saídas do final da II Guerra Mundial.

Tudo ponderado, é bem possível que estejamos a testemunhar algumas das mudanças geopolíticas mais relevantes das últimas décadas e, com grande probabilidade, alterações que desafiam a ordem internacional que foi desenhada há 80 anos.

Este debate acontece também num momento em que os europeus reconhecem a necessidade de assumir uma maior responsabilidade no reforço da defesa coletiva do nosso espaço atlântico para compensar anos de externalização desse esforço nos Estados Unidos e para garantir uma maior autonomia estratégica da União Europeia.

Vindo agora a Portugal, é por isso que defendemos no Governo a necessidade de reforçar mais o pilar europeu e nacional de defesa na NATO.

Foi também por isso que apresentámos aos nossos aliados um plano credível para a antecipação da meta de investimento de 2 % do PIB na defesa nacional, se possível até ao final de 2025, mas sempre com dois pressupostos — e sublinho, dois pressupostos. O primeiro é nunca, em alguma circunstância, colocar em causa o Estado social, e o segundo pressuposto é nunca colocar em causa o bom desempenho da economia e, se possível, reforçar esse desempenho.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Uma regra que para o Governo é também de ouro é que a modernização e o reequipamento das Forças Armadas terão sempre como pressuposto o envolvimento das indústrias nacionais de defesa.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a cimeira da NATO em Haia, daqui a um mês, terá esse propósito muito evidente, reforçando a urgência do momento. Significa que nas indústrias de defesa é necessário produzir mais na Europa e comprar mais na Europa. E o Governo encara com responsabilidade este contexto, que é histórico.

É por isso que trouxemos a defesa nacional para a primeira linha da política, valorizando a condição militar e dignificando as Forças Armadas. Fizemo-lo e trabalhamos nisso muito antes do Relatório Draghi. Diria que vimos antes do tempo aquilo que tinha de ser feito.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Em 11 meses, desde a posse do Governo, na Legislatura anterior, foram muitas as conquistas coletivas. Resolvemos problemas um a um, na Marinha, no Exército, na Força Aérea; melhorámos salários e suplementos; melhorámos a vida dos antigos combatentes; demos respostas ao património imobiliário e à habitação, na saúde militar, na modernização de bens, equipamentos e capacidades; reforçámos missões internacionais e hoje as indústrias de defesa estão na ordem do dia.

Perceberam-no também ontem, em França, quando reforçámos uma parceria com a Embraer: relembramos que o KC-390 é produzido a 70 % em Portugal, que a venda de cada unidade representa 11 milhões de euros para o cofre do Estado,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — ... e ontem mesmo, com o Presidente da República Francesa, discutimos a compra, para as forças armadas gaulesas, de *drones* fabricados em Portugal.

Certamente por isso também, um ano depois, conseguimos inverter a queda persistente de mais de oito anos, desde 2015, dos números de recrutamento e de retenção de militares nos três ramos das Forças Armadas. Sabemos que reforçámos a motivação dos militares e que devolvemos previsibilidade à defesa nacional, o que já não acontecia há muito tempo.

Portugal, através deste Governo, está à altura das suas responsabilidades. Está do lado dos nossos aliados, solidário com a NATO para a defesa da democracia, para a defesa da liberdade, para a defesa do nosso modo de vida.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Fazemos, no Governo, o que tem de ser feito. Esperamos também que quem se senta nos bancos da oposição não faça menos do que isso.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Ministro tem cinco pedidos de esclarecimento. Responderá a um bloco de três e a outro de dois.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega, para um pedido de esclarecimentos, dispondo de 1 minuto e 55 segundos.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e os membros do Governo, e as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados.

Sr. Ministro da Defesa, como é do seu conhecimento, a advertência dos chefes militares sobre as dificuldades de retenção das Forças Armadas e a necessidade de rever o sistema de valores de pensão de reforma constituem um sinal de alarme que não pode ser ignorado.

Num mundo cada vez mais instável, a segurança nacional depende de Forças Armadas coesas, mas, sobretudo, motivadas. As Forças Armadas Portuguesas constituem uma categoria especial na Administração Pública, com estatuto próprio, o EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas), regulamento disciplinar e código de justiça específicos. Os militares não são funcionários públicos, estando sujeitos a deveres e constrangimentos únicos determinados pela Constituição.

Contudo, as regras de cálculo dos valores de pensão de reforma dos nossos militares exemplificam uma prática inadequada, baseando-se em princípios completamente desajustados à especificidade da condição militar.

As inúmeras regras de cálculo dos valores destas pensões, mas, sobretudo, os fundamentos completamente inadequados que lhes estão subjacentes, constituem uma injustiça que urge alterar a curto prazo.

A manter-se esta situação, os militares terão valores de pensão de reforma muito inferiores a 50 % da remuneração que auferem no ativo, podendo conduzir à indignação que afetou os militares reformados nos finais da década de 70.

Assim sendo, o anúncio do Governo de antecipar para 2025 a meta de investir 2 % em defesa representa uma oportunidade única para corrigir estas injustiças.

A pergunta que lhe faço é se estará o Governo pronto, nos 2 % do PIB que pretende investir até ao final do ano, para que esta correção dos valores de pensão das reformas dos militares seja contemplada.

*Aplausos do CH.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, dispondo de 1 minuto e 18 segundos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro, a pergunta que queria fazer tem muito a ver com esta questão da antecipação para 2025, para o final deste ano, da meta dos 2 % em defesa, que muitas vezes é dita como 2 % de despesa em defesa.

O Sr. Ministro disse, tem dito sempre, e bem, que são 2 % de investimento em defesa. E a pergunta que lhe faço é exatamente sobre isso.

O País, e outros países também, toda a realidade europeia, tem a preocupação de que a afetação de recursos à defesa possa constituir, de alguma maneira, ou um entrave ao desenvolvimento económico, ou uma restrição no investimento público noutras áreas, designadamente as áreas sociais.

Portanto, perguntava-lhe como é que o Estado português está a lidar com esta organização do investimento, quer do ponto de vista público, quer nas parcerias com os privados, para que este signifique um acréscimo de competitividade do ponto de vista económico e contribua com receitas para as contas públicas, e assim permita dar sustentabilidade às políticas sociais.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Oliveira, do PSD, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Defesa Nacional, de facto, a defesa nacional é uma área de soberania fundamental que o XXV Governo Constitucional trouxe de novo para a primeira linha das preocupações políticas, garantindo o cumprimento dos compromissos assumidos com os nossos aliados e a participação de Portugal em missões ao serviço da NATO, da ONU (Organização das Nações Unidas), da União Europeia, Frontex e coligações.

O atual contexto geopolítico está carregado de incertezas, condicionado pela guerra de conquista que a Rússia desencadeou na Ucrânia, violando fronteiras estabelecidas e o direito internacional, pelo agravamento da situação política e militar do Médio Oriente, pelo conflito entre a Índia e o Paquistão, pela ascensão da China como potência global e pela deslocação estratégica norte-americana para o Indo-Pacífico.

No ano de 2025 persistem, por isso, desafios internacionais sem precedentes com repercussões diretas na defesa nacional, devendo Portugal continuar a avançar de forma determinada para a modernização de equipamentos militares, envolvendo sempre que possível a base tecnológica e industrial da defesa nacional, continuando, em linha com os esforços compreendidos em 2024, a construir Forças Armadas capacitadas e de elevada prontidão, com plataformas no Exército, Marinha e Força Aérea capazes de assegurar o elenco de

missões para as quais estão acometidas nas fronteiras nacionais e internacionais em terra, mar, ar, ciberespaço e espaço.

Esta nova realidade internacional impõe um esforço nos pilares de defesa e de segurança que justifica a decisão do Governo de antecipação do cumprimento de compromissos assumidos com a NATO e com os nossos aliados, atingindo, se possível, 2 % do PIB em investimento na defesa nacional.

Sr. Ministro, já há pouco disse e reitero a importância de, para além de atingirmos os 2 %, mantermos boas contas e preservarmos o modelo social do Estado português. Mas pergunto: de que forma está a ser previsto o envolvimento das indústrias portuguesas, não apenas da defesa, neste processo?

*Aplausos do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, para responder, tem 3 minutos, aos quais acresce 1 minuto cedido pelo PSD para poder responder também ao segundo pedido de esclarecimentos. Responderá a três mais três.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Pessanha, o facto é que governámos 11 meses, até à queda do Governo. E nós invertemos em 11 meses uma queda de oito anos; fizemos em 11 meses realmente o que não foi feito em 11 anos.

Mas, em 11 meses, se o que fizemos é realmente superlativo e impressionante, demos os primeiros passos. Significa que no tempo da Legislatura faremos mais, também no plano social. Aconselho-o a ler o que está no Programa do Governo relacionado, por exemplo, com o IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas) e o investimento que aí vamos fazer no que tem a ver com a proteção social, sempre em coordenação com o Estado-Maior e as chefias militares e tendo em conta as circunstâncias orçamentais. De resto, aqui ao meu lado esquerdo está quem faz um controlo apurado daquilo que são as possibilidades do Estado, porque os recursos não são infinitos.

Sr. Deputado João Almeida, 2 % na defesa e posso garantir-lhe que o Estado social não será posto em causa, em nenhuma circunstância; mas a defesa nacional é uma área de soberania e precisa de investimento, e da defesa nacional depende o cumprimento de muitas missões.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Nós não investimos na defesa a pensar na guerra; é a pensar na paz e a pensar também nas ações de busca e de salvamento, que o Sr. Deputado bem conhece: na emergência médica, no rescaldo e combate a incêndios, no transporte de órgãos que são usados em transplantes que salvam vidas, naquilo que disponibilizamos todos os dias ao serviço da pátria portuguesa e das pessoas muitas vezes mais frágeis, por causa dos militares. Por causa disso, Sr. Deputado Hugo Oliveira, trabalhamos na defesa nacional, não apenas envolvendo a base tecnológica e industrial da defesa nacional, mas o tecido industrial geral, numa perspetiva até de duplo uso. Posso dar-lhe muitos exemplos. Na minha região, por exemplo, a indústria têxtil, entre muitas outras áreas, é fulgurante. Ora, a indústria têxtil tanto produz vestuário civil como fardamento militar, e faz-se em Portugal do melhor que se faz no mundo.

Portanto, estamos a investir para que através da defesa nacional se crie riqueza. É por isso que falamos de investimento e não falamos de despesa.

Naturalmente, numa situação-limite, também falamos da proteção dos nossos soldados, porque é suposto que os portugueses, que têm nos militares a possibilidade, o sacrifício naquela que é a essência mais trágica da condição militar, queiram, através do Governo e do Estado, assegurar que esses militares, se tiverem de combater, combatam nas melhores circunstâncias possíveis e não sejam obrigados a esse sacrifício. Sentimo-nos muito honrados pelo que é feito pelas nossas Forças Armadas, mas temos presente o essencial do seu esforço. Mede-se em tempos de paz e pela paz. É com esse objetivo que trabalhamos, felizmente dando-lhes hoje muito melhores condições do que aquelas que tiveram durante muitos e muitos anos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Pedro Sousa, do Partido Socialista, dispondo de 48 segundos.

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro, bem como o Sr. Primeiro-Ministro.

Sr. Ministro da Defesa, o compromisso para com a NATO de 2 % do PIB em defesa já em 2025 é um compromisso importante para Portugal. Sendo assim, queríamos hoje também aqui aproveitar para lhe deixar algumas questões.

Como vai este objetivo ser concretizado, sabendo que esta reforma representa 40 % do orçamento de defesa, 1,2 mil milhões de euros? Teremos a reclassificação de despesa corrente já existente, em particular da proteção civil ou da segurança? Ou vai o Governo *tout court* aumentar o orçamento da defesa?

O Programa do Governo nada diz sobre isto e gostaríamos de obter este esclarecimento.

*Aplausos do PS.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimentos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, que dispõe de 47 segundos.

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Defesa, o Sr. Primeiro-Ministro disse, na tomada de posse, que iria discutir matérias de defesa que se tornam cada vez mais relevantes apenas com o PS e com o Chega, excluindo os outros partidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E muito bem, são os que interessam!

A Sr.<sup>a</sup> **Patrícia Gonçalves** (L): — Tivemos notícia de que já terá sido feito um convite para essa discussão. O Livre entende que este é um tema que necessita de um consenso muito alargado, o mais alargado possível, e que não deve ser discutido apenas entre três partidos. Tem o Governo a disponibilidade para fazer este diálogo com as restantes forças políticas neste Parlamento? É essa a nossa pergunta.

*Aplausos do L.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! Não contam!

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro, que dispõe de 3 minutos.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro Sousa, Portugal irá investir até 2 %, se possível até ao final de 2025, em linha com os alvos capacitários da NATO e tendo em conta também, dentro desses alvos capacitários, desde logo uns 20 %, muitos dos bens e equipamentos que já estão previstos na própria LPM (Lei de Programação Militar), que é uma lei de valor reforçado. Significa que esses investimentos saem de um consenso parlamentar e que nós estamos a investir naquilo que nos é pedido pela NATO, e não a criar redundâncias em relação ao que outros fazem. Quando a NATO pede a Portugal que invista em determinadas áreas, significa que Portugal é preciso nessas áreas e não terá de investir noutras onde outros países, por seu lado, estarão a investir. Esse é um investimento que é inteligente, numa perspetiva que é de duplo uso, mas também de modernização e em linha com aquilo que é preciso há muitos e muitos anos nas Forças Armadas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Patrícia Gonçalves, posso assegurar-lhe que o Governo, naturalmente, discutirá com todos. Não significa que, como é também normal em muitos e muitos anos de democracia, tendo em conta consensos que tenham de ser gerados, a partilha de alguns aspetos não seja feita desde logo com aqueles que são os maiores partidos representados na Assembleia da República, sendo que, já agora, também me parece razoavelmente claro que, enfim, dificilmente encontraremos esses consensos com quem não partilha connosco o essencial da essência que distingue, desde logo, conceitos tão básicos como aqueles que nos dizem quem é o agressor e quem é o agredido — leia-se, no contexto mundial, por exemplo, o que acontece a leste, na Ucrânia.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Não está a falar com o Livre, com certeza!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó Jorge, basta olhares para o lado!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Nós, no Governo, sabemos precisamente quem é o agressor e quem é o agredido. Nem sempre neste Parlamento, e não me estou a referir necessariamente ao Livre, se tem a mesma clareza em relação a esse plano conceptual.

Ora, nós procuramos grandes consensos. Haverá, acredito, quem também aqui, porventura, espero que de uma perspetiva muito minoritária, queira permanecer fora deles. Portanto, certamente que também a esse propósito o Livre terá a oportunidade de dar a sua opinião, desejando eu, Sr.<sup>a</sup> Deputada, enquanto Ministro da Defesa Nacional em representação do Governo, que possa ser parte desse consenso. Porque, em matéria tão relevante, quando em causa está a paz no mundo e a defesa do nosso modo de vida, a democracia e a liberdade, nesta que é a essência dessa democracia e dessa liberdade, quanto maior o consenso, melhor Portugal estará à altura dos tempos e das suas responsabilidades.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ah, e é com o Chega?!

O Sr. **Presidente**: — Tenho mais duas inscrições para intervenção. Para a primeira, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, que dispõe de 2 minutos e 45 segundos.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Vai falar do papel dos animais na guerra!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Não posso deixar, no final deste debate, de referir que, lamentavelmente, numa altura em que temos uma guerra silenciosa contra as mulheres; em que a violência doméstica cresce dentro de casa; a violação cresce nas ruas; nas redes sociais, as partilhas de ódio ou de imagens não consentidas de cariz sexual aumentam; em que aqueles que defendem um conservadorismo bafiento acham que o lugar da mulher não é na política e na vida pública, ou menos ainda fora de casa; numa altura também em que o novo Governo dá um passo atrás no número de mulheres que representam a sua composição, 20 em 60 elementos, que sinal é que o Sr. Primeiro-Ministro hoje dá ao deixar sentadas todas as ministras, sem exceção, que não fizeram qualquer intervenção neste debate?

*Aplausos do L e da Deputada do PS Elza Pais.*

É que, Sr. Primeiro-Ministro, as políticas da igualdade não se conquistam apenas no papel do Programa do Governo. Os homens têm de se levantar desse lugar muito confortável que é o seu *status quo* e dar lugar às mulheres, nem que seja para falar dentro desta Casa e darmos esse exemplo para a nossa sociedade.

Mas também noutras políticas. No que diz respeito ao ambiente, olhamos para este programa, Sr. Primeiro-Ministro, e aparece-nos como o alfa e o ómega da política ambiental do Governo o programa Água que Une. Um programa que é importante, mas quem não...

*Burburinho na Sala.*

*Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.*

*Neste momento, o Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa fez sinal de loucura, apontando um dedo à testa.*

*Pausa.*

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada...

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Incomoda, não é?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Éramos nós quem estava a fazer barulho? Está a provocar para quê?!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, esse tipo de interação é do Presidente. Interrompi porque a Sr.<sup>a</sup> Deputada não estava com condições para poder continuar a sua intervenção. Uma vez criadas as condições, pode continuar.

*Pausa.*

Faça favor, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

No que diz respeito a este programa, da parte do PAN, reconhecemos que é importante, mas entendemos que tem opções erradas, porque, ao invés de apostar em modelos mais sustentáveis e resilientes, coloca todas as fichas no combate à seca estrutural do País numa única solução, a construção de barragens, que, neste caso, pode nem ser sequer a solução que permita a disponibilização hídrica do País, e sabemos que nem sequer a sujeitam à avaliação de impacto ambiental.

Mas, ainda no que diz respeito à política ambiental, reconhecemos como positivas algumas medidas que foram acolhidas, nomeadamente da parte de propostas do PAN. Falo, neste caso, da Estratégia Industrial Verde,...

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — O quê?!

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... do reforço à proteção do lobo-ibérico ou da adesão de Portugal à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas.

Mas o que mais nos preocupa em matéria ambiental não é tanto o que está, mas antes o que não está. E falamos, claro, daquilo que diz respeito à simplificação de procedimentos administrativos e legislativos na área do ambiente e energia. Já tivemos aqui o exemplo do Simplex ambiental e a sua consequência no ambiente, na biodiversidade e na sua destruição, e não podemos, em nome do combate à burocracia, estar a permitir que tenhamos projetos que destroem largas áreas naturais, como fazer passar linhas de comboios em área natural e destruir a duna primária, que é o que nos traz a lei dos solos ou mesmo o Simplex ambiental.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, cuidar do ambiente não é apenas proteger a natureza. Mais: não podemos esquecer que nenhuma política pública será verdadeiramente progressista se deixar para segundo plano o ambiente, que é algo que este programa, mais uma vez, vem fazer. Porque proteger o ambiente é sinónimo de justiça social e também de progresso económico, se queremos ter um país mais resiliente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal, que dispõe de 2 minutos e 13 segundos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Agora caminhamos para o fim deste debate. Como é sempre inevitável, um programa do Governo é muito genérico, portanto, também nos permite fazer assim uma análise mais genérica ao mesmo.

A Iniciativa Liberal, desde que o programa surgiu, já disse que espera muito, em muitas áreas, que este Governo passe das palavras aos atos. Portanto, permitam-me que esta análise genérica seja sobre as palavras presentes neste Programa do Governo, porque podem apontar o caminho e dar-nos algumas luzes para saber se este Governo vai passar das palavras aos atos ou o que é que vai fazer.

Depois, existem expressões que são muito híbridas e ficamos na dúvida se o Governo vai virar para a esquerda ou para a direita.

A Sr.<sup>a</sup> **Marta Martins da Silva** (CH): — Está a planar!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — O Sr. Primeiro-Ministro também teve aí uma situação que não foi muito clara sobre para onde é que iria, mas vamos ver.

O Governo quer «valorizar» 34 vezes, quer «promover» 166 vezes, quer «desenvolver» 59 vezes, «apoiar» 59 vezes, «reforçar» 204 vezes, «criar» 96 vezes, «implementar» 85 vezes e quer «rever» 85 vezes.

*Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.*

Quem diz «rever» também poderia dizer «reverter». E se quer «rever» 85 vezes, «reverter» quer só duas. «Extinguir», só duas. «Extinções», apenas sete. «Fusão», quatro. «Fusões», uma. Para um Governo que se apresenta com um Ministério da Reforma do Estado, palavras há poucas; há mesmo muito caminho para andar.

*Aplausos da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Não tenho mais inscrições, portanto, está encerrado este ponto da ordem de trabalhos. Antes de saírem, porque ainda não encerrei a sessão, dou a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, que tem expediente para ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para anunciar à Câmara a entrada do Projeto de Deliberação n.º 2/XVII/1.<sup>a</sup> (PAR).

O Sr. **Presidente**: — Quero ainda dizer que a nossa ordem do dia para a sessão de amanhã, que se inicia às 10 horas, consiste no encerramento do debate sobre o Programa do XXV Governo Constitucional, seguido de votações.

De tarde, às 15 horas, retomaremos a sessão, com o debate preparatório do Conselho Europeu Especial de 26 e 27 de junho, com a participação do Primeiro-Ministro, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da lei relativa ao acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia (Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto).

Agora sim, muito boa noite, bom descanso...

O Sr. Deputado Hugo Soares pede a palavra para que efeito?

*Protestos do CH.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, designadamente sobre a ordem do dia de amanhã.

Creio que vamos ainda a tempo e, de facto, a Conferência de Líderes não se debruçou sobre o tema, mas, uma vez que amanhã a sessão de encerramento estará terminada provavelmente por volta das 12 horas, eu gostaria de fazer a sugestão à Câmara, uma vez também que a grelha do debate preparatório do Conselho Europeu foi alterada, de podermos fazer, ainda durante a manhã, o debate preparatório do Conselho Europeu e, assim, durante a tarde de amanhã não haveria trabalhos no Plenário.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem de ter a unanimidade da Câmara a este propósito, portanto, pedia que os grupos parlamentares se pronunciassem.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — O Partido Socialista está de acordo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chega também, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vejo que também os outros grupos parlamentares estão de acordo. Diria que foi excecional a intervenção hoje do Sr. Deputado Hugo Soares.

*Aplausos e risos do PSD.*

Até amanhã, Srs. Deputados.

Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, muito obrigado também pela participação e até amanhã.  
Está encerrada a sessão.

*Eram 20 horas e 30 minutos.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.